



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Letras
Departamento de Teoria Literária e Literaturas
Programa de Pós-Graduação em Literatura

CARLOS WENDER SOUSA SILVA

**A LITERATURA COMO FERRAMENTA ESTÉTICA E ÉTICA DIANTE
DE REALIDADES ANTIDEMOCRÁTICAS E DISTÓPICAS**

BRASÍLIA

2021

CARLOS WENDER SOUSA SILVA

**A LITERATURA COMO FERRAMENTA ESTÉTICA E ÉTICA DIANTE DE
REALIDADES ANTIDEMOCRÁTICAS E DISTÓPICAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura, do Departamento de Teoria Literária e Literaturas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Literatura.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Regina Dalcastagnè

BRASÍLIA

2021

SS5861 Sousa Silva , Carlos Wender
A literatura como ferramenta estética e ética diante de
realidades antidemocráticas e distópicas / Carlos Wender
Sousa Silva ; orientador Regina Dalcastagnè . -- Brasília,
2021.
227 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Literatura) --
Universidade de Brasília, 2021.

1. literatura brasileira contemporânea. 2. autoritarismo.
3. distopia. 4. violência. 5. democracia. I. Dalcastagnè ,
Regina , orient. II. Título.

CARLOS WENDER SOUSA SILVA

A LITERATURA COMO FERRAMENTA ESTÉTICA E ÉTICA DIANTE DE
REALIDADES ANTIDEMOCRÁTICAS E DISTÓPICAS.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Literatura.

Aprovada em 02 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE:

Profa. Dra. Regina Dalcastagnè
Membra Interna do Programa
Universidade de Brasília

MEMBROS:

Profa. Dra. Leila Lehnen
Membra Externa do Programa
Brown University

Prof. Dr. Paulo César Thomaz
Membro Interno do Programa
Universidade de Brasília

SUPLENTE:

Prof. Dr. Douglas Pinheiro
Membro Externo do Programa
Universidade de Brasília

A todas as pessoas que acreditam na força de emancipação e de formação de conhecimento crítico por meio da literatura. Que ela continue nos permitindo sonhar com um mundo mais justo, igualitário e solidário. Que possibilidades mais humanitárias de trocas políticas e afetivas transitem entre as nossas leituras, produções e *práxis*.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, *In Memoriam*, cuja força e coragem sempre me inspiraram. Seu coração generoso e sua vontade de lutar me acompanharam nesse processo e permanecem na minha lembrança e nos meus gestos, transformando a saudade em potência de vida e desejo de transformação.

À minha orientadora Regina Dalcastagnè pelo acolhimento de sempre, pela orientação atenta e instigante e pelos referenciais profissionais e valores humanitários que leva consigo, motivo de grande inspiração.

Ao Gabriel Moura por não abandonar e conduzir comigo esse barco, mesmo nos momentos mais sinuosos dessa viagem. Obrigado pelas primeiras leituras e pelas conversas.

À universidade pública brasileira por ter me permitido tantas transformações positivas acadêmico-profissionais e subjetivas. Em especial, à Universidade de Brasília, seus espaços de acolhimento e às pessoas generosas e profissionais que lá frequentam, tantas vezes decisivas na minha vida. Às agendas políticas que defendem a universidade pública, laica e de qualidade.

Aos membros avaliadores da banca Leila Lehnen, por aceitar compartilhar seu conhecimento precioso na minha defesa, e Paulo César Thomaz, que teve papel fundamental na execução desta pesquisa através das leituras e dos diálogos realizados na disciplina *Políticas da escrita* em 2019. Ao membro suplente Douglas Pinheiro, pela disponibilidade e pelos diálogos e projetos conjuntos de ontem, hoje e amanhã.

Aos professores e às professoras que marcaram minha trajetória com a literatura até aqui. Especialmente, às professoras Adriana de Fátima Barbosa Araújo, Ana Laura Corrêa, Maria da Glória Magalhães dos Reis, Fabricia Wallace, e aos professores Anderson da Mata, Alexandre Pilati e Erivelto da Rocha Carvalho, além da minha orientadora. Embora diferentes entre si e com também distintas perspectivas de abordagem, conseguem unir literatura e vida, narrativa ficcional e prática. Enfim, trazem a literatura para muito além das paredes de uma sala de aula, o que me permitiu enxergar o mundo e as potencialidades da literatura. À Rozana Reigota Naves por sempre ter me mostrado uma universidade inclusiva e receptiva. Obrigado a todas e todos pelas aulas sempre provocantes, conversas, mensagens, abraços e disposição.

Às minhas amigas Babi e Carlinha, da luta diária aos momentos de trocas afetivas e de vivências.

À psicóloga Sandra Camargos e à equipe do HUB-UnB que me atende pelo primordial e profissional acompanhamento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

A conjuntura é de retrocesso, de repressão, de perda de direitos. Não dá para se fechar aqui dentro e ficar debatendo, só na delicadeza, esses detalhes de estética.

Julián Fuks

A coragem no gesto de viver
está em coisas simples, por exemplo,
na diária decisão de levantar.
E mais, em se vestir e trabalhar
por entre espadas, punhos e navalhas,
peito aberto, sem armas, passo firme,
e à noite, ainda intacto, regressar.

Reynaldo Valinho Alvarez

RESUMO

Esta dissertação reflete sobre um conjunto de romances da literatura brasileira contemporânea publicado entre 2017 e 2021. Os elementos analisados nas narrativas dizem respeito à presença ou ascensão de movimentos e atores autoritários, reacionários e fundamentalistas. Assim, a partir da representação literária de usos e práticas de diferentes violências e formas de dominação, controle e exclusão, manifestações presentes no *corpus* literário deste estudo e na realidade que se impõe, busca-se compreender algumas das possibilidades de leituras, deslocamentos e apreensões da literatura diante do movimento histórico e político atual. Parte-se, então, da hipótese de que o recorte literário estudado adota duas dimensões possíveis da produção artística em geral: estética, compreendida pelos próprios elementos textuais e estilísticos da criação literária, e ética, evidenciada por meio da postura que cada romance adota face ao quadro sócio-histórico e político na contemporaneidade. No primeiro capítulo, após uma análise crítica em torno de algumas implicações e desdobramentos do Estado democrático de direito, discute-se os romances *A idade de ouro do Brasil* (2019), de João Silvério Trevisan, e *Os dias da crise* (2019), de Jerônimo Teixeira. No segundo capítulo, a partir do romance *A nova ordem* (2019), de B. Kucinski, esses movimentos antidemocráticos, reacionários e fundamentalistas são investigados sob a ótica da representação literária. No terceiro capítulo, analisa-se algumas das possíveis relações entre o gênero literário distopia e a realidade presente por meio de quatro romances: *A nova ordem* (2019), de B. Kucinski, *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela* (2018), de Ignácio de Loyola Brandão, *A morte e o meteoro* (2019), de Joca Reiners Terron, e *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), de Marcia Tiburi. No quarto capítulo, investiga-se as representações do ódio e da violência nos romances *Gog Magog* (2017), de Patrícia Melo, e *Solução de dois Estados* (2020), de Michel Laub, e as relações entre literatura, pandemia e extermínio nas obras *O riso dos ratos* (2021), de Joca Reiners Terron, e *O último gozo do mundo* (2021), de Bernardo Carvalho. Por fim, no último capítulo, defende-se a ocupação dos espaços de representação e a constituição de afetos biopolíticos como forma de responder à realidade concreta distópica e autoritária. Para isso, são explorados a narrativa *A ocupação* (2019), de Julián Fuks, e *Um poema* (2018), de Micheline Verunschik. A título de conclusão, a linguagem é definida como potência e como um convite para a organização de frentes de resistência diante desse cenário.

Palavras-chave: literatura brasileira contemporânea; autoritarismo; distopia; violência; democracia.

ABSTRACT

This master's thesis reflects on a set of novels of contemporary Brazilian literature published between 2017 and 2021. The elements analyzed in the narratives relate to the presence or rise of authoritarian, reactionary, and fundamentalist movements and actors. Thus, based on the literary representation of uses and practices of different forms of violence and domination, control and exclusion, manifestations present in the literary *corpus* of this study and in the reality that is imposed, it seeks to understand some of the possibilities of readings, displacements and apprehensions of literature in the face of the current historical and political movement. So, based on the hypothesis that the studied literary clipping adopts two possible dimensions of artistic production in general: aesthetics, understood by the proper textual and stylistic elements of literary creation, and ethics, evidenced by the posture that each novel adopts towards the socio-historical and political framework in contemporaneity. In the first chapter, after a critical analysis around some implications and developments of the democratic rule of law, the novels *A idade de ouro do Brasil* (2019), by João Silvério Trevisan, and *Os dias da crise* (2019), by Jerônimo Teixeira, are discussed. In the second chapter, from the novel, *A nova ordem* (2019), by B. Kucinski, these anti-democratic, reactionary, and fundamentalist movements are investigated from the perspective of literary representation. In the third chapter, some of the possible relations between the literary genre dystopia and the present reality are analyzed through four novels: *A nova ordem* (2019), by B. Kucinski, *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela* (2018), by Ignacio de Loyola Brandão, *A morte e o meteoro* (2019), by Joca Reiners Terron, and *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), by Marcia Tiburi. The fourth chapter investigates the representations of hatred and violence in the novels *Gog Magog* (2017), by Patrícia Melo, and *Solução de dois Estados* (2020), by Michel Laub, and the relations between literature, pandemic and extermination in the works *O riso dos ratos* (2021), by Joca Reiners Terron, and *O último gozo do mundo* (2021), by Bernardo Carvalho. Finally, in the last chapter, the occupation of spaces of representation and the constitution of biopolitical affections are defended as a way of responding to the concrete dystopian and authoritarian reality. For this are explored the narrative: *A ocupação* (2019), by Julián Fuks, and *Um poema* (2018), by Micheliny Verunschik. In conclusion, language is defined as a power and as an invitation to organize fronts of resistance in face of this scenario.

Keywords: contemporary Brazilian literature; authoritarianism; dystopia; violence; democracy.

RESUMEN

Esta disertación reflexiona sobre un conjunto de novelas de la literatura brasileña contemporánea publicado entre 2017 y 2021. Los elementos analizados en las narrativas se refieren a la presencia o ascenso de movimientos y actores autoritarios, reaccionarios y fundamentalistas. Así, a partir de la representación literaria de usos y prácticas de diferentes violencia y formas de dominación, control y exclusión, manifestaciones presentes en el *corpus* literario de este estudio y en la realidad que se impone, se busca comprender algunas de las posibilidades de lecturas, desplazamientos y aprehensiones de la literatura frente al movimiento histórico y político actual. Se parte, entonces, de la hipótesis de que la selección literaria estudiada adopta dos dimensiones posibles de la producción artística en general: la estética, entendida por los propios elementos textuales y estilísticos de la creación literaria, y la ética, evidenciada por medio de la postura que cada novela adopta frente al contexto socio-histórico y político en la contemporaneidad. En el primer capítulo, después de un análisis crítico en torno a algunas implicaciones y desdoblamientos del Estado democrático de derecho, se discuten las novelas *A idade de ouro do Brasil* (2019), de João Silvério Trevisan, y *Os dias da crise* (2019), de Jerônimo Teixeira. En el segundo capítulo, a partir de la novela *A nova Ordem* (2019), de B. Kucinski, estos movimientos antidemocráticos, reaccionarios y fundamentalistas son investigados desde la perspectiva de la representación literaria. En el tercer capítulo, se analizan algunas de las relaciones posibles entre el género literario distopía y la realidad presente por medio de cuatro novelas: *A nova Ordem* (2019), de B. Kucinski, *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela* (2018), de Ignácio de Loyola Brandão, *A morte e o meteoro* (2019), de Joca Reiners Terron, y *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), de Marcia Tiburi. En el cuarto capítulo, se investigan las representaciones del odio y de la violencia en las novelas *Gog Magog* (2017), de Patrícia Melo, y *Solução de dois Estados* (2020), de Michel Laub, y las relaciones entre literatura, pandemia y exterminio en las obras *O riso dos ratos* (2021), de Joca Reiners Terron, y *O último gozo do mundo* (2021), de Bernardo Carvalho. Finalmente, en el último capítulo, se defiende la ocupación de los espacios de representación y la constitución de afectos biopolíticos como forma de responder a la realidad concreta distópica y autoritaria. Con este fin, se explora la narrativa *A ocupação* (2019), de Julián Fuks, y *Um poema* (2018), de Micheline Verunschik. En conclusión, el lenguaje se define como potencia y como invitación a la organización de frentes de resistencia ante este escenario.

Palabras clave: literatura brasileña contemporánea; autoritarismo; distopía; violencia; democracia.

RÉSUMÉ

Ce mémoire de recherche réfléchit sur un ensemble de romans de la littérature brésilienne contemporaine publié entre 2017 et 2021. Les éléments analysés dans les récits concernent la présence ou la montée de mouvements et d'acteurs autoritaires, réactionnaires et fondamentalistes. Ainsi, il cherche à comprendre certaines possibilités de lectures, de déplacements et d'appréhensions de la littérature face à l'actualité historique et politique, à partir de la représentation littéraire d'usages et de pratiques de différentes expressions de violence, domination, contrôle et exclusion, manifestations présentes dans le *corpus* littéraire de cette recherche et dans la réalité qui s'impose. Cette étude se soutient dans l'hypothèse que le cadre littéraire étudié adopte deux dimensions possibles de la production artistique en général : l'esthétique, comprise par les éléments textuels et stylistiques de la création littéraire, et l'éthique, mise en évidence par rapport à la posture que chaque roman adopte face au contexte socio-historique et politique contemporain. Dans le premier chapitre, après une analyse critique de certaines implications et évolutions de l'État démocratique de droit, ce mémoire porte sur les romans *A idade de ouro do Brasil* (2019), de João Silvério Trevisan, et *Os dias da crise* (2019), de Jerônimo Teixeira. Dans le deuxième chapitre, d'après le roman *A nova ordem* (2019), de B. Kucinski, ces mouvements antidémocratiques, réactionnaires et fondamentalistes sont étudiés de la perspective de la représentation littéraire. Dans le troisième chapitre, certaines relations possibles entre le genre littéraire dystopie et la réalité actuelle sont analysées par rapport quatre romans : *A nova ordem* (2019), de B. Kucinski, *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela* (2018), d'Ignácio de Loyola Brandão, *A morte e o meteoro* (2019), de Joca Reiners Terron, et *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), de Marcia Tiburi. Dans le quatrième chapitre, les représentations de la haine et de la violence sont étudiées dans les romans *Gog Magog* (2017), de Patrícia Melo, e *Solução de dois Estados* (2020), de Michel Laub, et la relation entre littérature, pandémie et extermination dans les œuvres *O riso dos ratos* (2021), de Joca Reiners Terron, et *O último gozo do mundo* (2021), de Bernardo Carvalho. Finalement, dans le dernier chapitre, cette discussion défend l'occupation des espaces de représentation et la constitution d'affects biopolitiques comme moyens de répondre à la réalité concrète dystopique et autoritaire. De ce fait, le récit *A ocupação* (2019), de Julián Fuks, et *Um poema* (2018), de Micheline Verunschik, sont explorés. En conclusion, le langage est défini comme puissance et comme invitation à organiser des fronts de résistance devant ce scénario.

Mots-clés: littérature brésilienne contemporaine ; autoritarisme ; dystopie ; violence ; démocratie.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| CAPÍTULO 1. DA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO À GUINADA AUTORITÁRIA E ANTIDEMOCRÁTICA DA ÚLTIMA DÉCADA | 19 |
| 1.1 PERSPECTIVAS GERAIS DOS PASSADOS COLONIAL E AUTORITÁRIO E DO PRESENTE DEMOCRÁTICO | 19 |
| 1.2 TENSÕES DO PASSADO-PRESENTE: UM PANORAMA | 19 |
| 1.3 A CONQUISTA DEMOCRÁTICA E OS LIMITES DA DEMOCRACIA LIBERAL | 26 |
| 1.4 A REPRESENTAÇÃO DESSE PASSADO-PRESENTE NA NARRATIVA LITERÁRIA: UM PERCURSO..... | 32 |
| 1.5 AS JORNADAS DE JUNHO, O <i>IMPEACHMENT</i> E O SURGIMENTO DE UMA REALIDADE DISTÓPICA: COMO A LITERATURA PODE NOS AJUDAR A ENTENDER ESSA SUCESSÃO DE EVENTOS? | 39 |
| CAPÍTULO 2. A REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DE UMA NOVA AGENDA POLÍTICA: ENTRE AUTORITARISMO, FASCISMO E ESTADO DE EXCEÇÃO .. | 53 |
| 2.1 UMA NOVA ORDEM – ENTRE O VELHO E O NOVO..... | 53 |
| 2.2 POPULISMO E AUTORITARISMO: FISSURAS NA DEMOCRACIA | 54 |
| 2.3 A LITERATURA: UM SINTOMA SOCIAL | 70 |
| 2.4 “O FASCISMO ETERNO”: FANTASMAS DO PASSADO-PRESENTE | 88 |
| CAPÍTULO 3. DISTOPIA: DA REALIDADE AO ROMANCE | 97 |
| 3.1 DISTOPIA E UTOPIA: A FORMAÇÃO DE UM CONCEITO PARA A NARRATIVA LITERÁRIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA E PARA O NOSSO CENÁRIO SOCIOPOLÍTICO ATUAL | 97 |
| 3.2 UMA NOVA ORDEM E UM FUTURO OUTRA VEZ ADIADO..... | 106 |
| 3.3 GENOCÍDIO E DISTOPIA: A LITERATURA COMO POSSIBILIDADE DE REAPROXIMAR GRUPOS EXCLUÍDOS DOS ESPAÇOS DE DISPUTA DISCURSIVOS, IDEOLÓGICOS, CULTURAIS E POLÍTICOS | 118 |
| 3.4 O CORPO COMO TRADUÇÃO DA NOSSA MEMÓRIA E DA NOSSA HISTÓRIA: DE ONTEM E DE HOJE | 125 |
| CAPÍTULO 4. LITERATURA E PANDEMIA: A EXPANSÃO DAS ESTRUTURAS DE ÓDIO, VIOLÊNCIA E EXTERMÍNIO | 136 |

| | |
|--|------------|
| 4.1 A LITERATURA DOS ÚLTIMOS TEMPOS..... | 136 |
| 4.2 REPRESENTAÇÕES DO ÓDIO E DA BARBÁRIE: TENSÕES ENTRE PÚBLICO E PRIVADO | 137 |
| 4.3 LITERATURA E PANDEMIA: FIGURAÇÕES DAS AGENDAS PÚBLICAS DE EXTERMÍNIO | 165 |
| CAPÍTULO 5. TEMPORALIDADE E ESPAÇO NA NARRATIVA LITERÁRIA: A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS COMO FORMA DE SE REAPROXIMAR DE UMA EXPERIÊNCIA MAIS HUMANA E DEMOCRÁTICA | 188 |
| 5.1 O QUE PODEMOS FAZER COM A LITERATURA? | 188 |
| 5.2 OCUPAR: NA FICÇÃO E NA ORGANIZAÇÃO COLETIVA, UM VERBO IMPRESCINDÍVEL..... | 189 |
| 5.3 A LITERATURA EM TEMPOS DE DISTOPIA E AUTORITARISMO: A PALAVRA COMO POTÊNCIA ESTÉTICA E POLÍTICA | 215 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 220 |
| REFERÊNCIAS | 223 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar criticamente romances da literatura brasileira contemporânea a partir de duas dimensões dessa produção – estética e ética – que acredito serem fundamentais tanto à compreensão da criação literária quanto à leitura e posicionamento diante da realidade distópica e autoritária que se impõe no presente. Tendo em vista que vivemos hoje um movimento sociopolítico, econômico e cultural distópico e autoritário, procuro, por meio da literatura, apontar e discutir a manifestação desse cenário autoritário, reacionário e fundamentalista. Nesse sentido, todas as narrativas aqui discutidas são produções literárias brasileiras contemporâneas publicadas nos últimos anos – entre 2017 e 2021 –.

Essa escolha tem, entre outros, dois principais objetivos e argumentos. O primeiro é que ao longo de toda a pesquisa discuto como a literatura brasileira contemporânea tem atualmente representado a nossa conjuntura sociopolítica e econômica. Procuro analisar os elementos do autoritarismo, do fascismo e do estado de exceção presentes hoje na nossa realidade a partir da narrativa literária. Estudo alguns dos efeitos do neoliberalismo sobre as democracias contemporâneas, especialmente a brasileira. E busco demonstrar de que forma a ascensão de forças políticas e econômicas que flertam com o fascismo tem produzido um cenário sociopolítico distópico na atualidade. Conseqüentemente, passo por diferentes manifestações e produções de violências na contemporaneidade. Discuto de que forma o neoliberalismo produz uma violência sistêmica que dá origem às demais formas de violência, fixadas da vida pública à vida privada, das instituições à nossa subjetividade.

O segundo motivo pelo qual escolhi trabalhar com obras literárias recentes está no fato de que é essa uma escolha de via dupla: estética e ético-social. É uma escolha estética porque não deixo de avaliar os aspectos literários e estilísticos de cada narrativa aqui estudada. Como uma pesquisa de crítica literária, não abro mão de observar a construção estética de cada texto que é, afinal, o que diferencia todas essas narrativas de qualquer outro discurso produzido em outras esferas da nossa sociedade, sobre os mesmos temas ou não. E é uma escolha ético-social porque cada texto literário é também uma tomada de posição face a essa realidade distópica que nos é imposta. É uma tentativa de análise e compreensão dos eventos históricos e das ações humanas de ontem e hoje, como também um compromisso científico e humano com a nossa sociedade nos dias atuais e no futuro.

Assim, para além dos elementos estéticos presentes em cada romance que apresento nos capítulos desta dissertação, adoto uma postura ética de fazer esse percurso crítico por meio de

textos, escritoras e escritores que trazem para suas narrativas esse mesmo engajamento social e político. Isso quer dizer que procuro observar forma e conteúdo como uma unidade que dá corpo e sentido ao texto literário. Sentido esse estético, social, político e ético. Neste ponto, me aproximo da *Teoria Estética* de Adorno (1988) na medida em que o pensador coloca a produção artística como uma atividade que advém da correlação entre forma e conteúdo, e entre forma e historicidade. Ou ainda, conforme Walter Benjamin (1986), quando afirma que uma obra literária pressupõe concomitantemente uma tendência literária e outra política.

Esses estudos estão fundamentados em constatações e conceitos consolidados no meio acadêmico-científico e são apresentados igualmente como uma proposição para que nos voltemos conjuntamente para os interesses da coletividade, para a consolidação dos espaços às múltiplas vozes e subjetividades que têm, ainda hoje, dificuldade em acessar a maioria desses meios de disputas discursivas, ideológicas, políticas e culturais. Dialogo com os pressupostos da produção teórico-crítica levantados ao longo de toda a pesquisa e adoto uma posição político-ideológica, partindo, desde o início, do argumento de que não podemos abandonar esse fator ideológico, uma vez que é um aspecto inerente à própria condição humana. Ou seja, não há como dizer que podemos desassociar nossa produção dos aspectos ideológicos dos nossos discursos, seja em qual for o âmbito dessa produção discursiva. Como seres humanos, somos constituídos pelos discursos políticos, ideológicos, culturais e identitários que nos cercam.

Adoto um posicionamento ideológico e crítico voltado à garantia e à ampliação de direitos sociais, à preservação e à observação de direitos humanos, à liberdade de expressão e de manifestação política, ideológica, intelectual, acadêmica, científica e cultural. É uma posição ideológica porque se volta para os interesses da coletividade e defende a preservação das identidades e das subjetividades de cada indivíduo ou grupo. Pois, tal como também afirmou Judith Butler (2019, p. 18) no prefácio do livro *Vida precária*, “Decidir quais pontos de vista serão razoáveis no domínio público, no entanto, é decidir o que constituirá ou não a esfera pública do debate”. Um dos objetivos desta pesquisa é, nesse sentido, contribuir para a formação desses parâmetros razoáveis de debate no domínio público.

Por isso, a escolha de trabalhar com um conjunto maior de obras também tem a ver com esse posicionamento. Além do fato de que acredito que o *corpus* de textos literários desta pesquisa pode melhor nos oferecer um parâmetro mais amplo e se voltar para um nível mais abrangente da complexidade dos elementos que são discutidos. Conseqüentemente, este estudo não tem por objetivo dar conta da totalidade de cada narrativa literária que é investigada. Mas tão somente se concentrar sobre alguns aspectos presentes nesses textos. Me detenho

especialmente sobre a representação literária das relações políticas e sociais na nossa realidade, a organização das instituições que compõem os três poderes da República, e, conseqüentemente, suas tensões e conflitos. Em síntese, avalio a produção de discursos de ódio e intolerância, de violências e outras formas de opressão, censura e silenciamento de minorias a partir do *corpus* literário escolhido.

Para contextualizar, no primeiro capítulo, faço um percurso sócio-histórico em torno da implementação do Estado democrático de direito no Brasil e como ele, de fato, se deu. Para isso, apresento, inicialmente, uma discussão jurídica-sociológica como parâmetro para as análises literárias que veem a seguir. Apontados esses aspectos da organização do Estado democrático de direito, vou, ainda no primeiro capítulo, tecer um estudo crítico dos romances *A idade de ouro do Brasil* (2019), de João Silvério Trevisan, e *Os dias da crise* (2019), de Jerônimo Teixeira. Meu interesse se concentra em torno dos aspectos sociopolíticos representados nas duas obras, especialmente, o final do governo Lula e os agentes políticos envolvidos, as Jornadas de junho de 2013, a reeleição de Dilma Rousseff no ano seguinte, o *impeachment* da ex-presidente em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

No capítulo dois, orientado pelo romance *A nova ordem* (2019), de B. Kucinski, procuro adentrar às estruturas da organização e da expansão de governos e agendas políticas antidemocráticas, reacionárias e fundamentalistas como aquelas que ganharam espaços na vida política brasileira a partir de 2018. Agendas estas que flertam diariamente com elementos do autoritarismo, do fascismo e do estado de exceção num movimento passado-presente contínuo. A partir do recorte teórico-crítico apresentado, procuro apontar alguns elementos dessas narrativas literárias que podem revelar a impossibilidade de conciliação e de convivência entre uma democracia contemporânea e o neoliberalismo e, talvez, como o segundo pode contribuir para a dissolução da primeira. Faço, então, um panorama geral da ascensão dessas forças antidemocráticas pelo mundo afora e, no segundo momento, me concentro nas semelhanças e especificidades desse movimento no Brasil, buscando, assim, desenhar um protótipo de regime autoritário contemporâneo que dê conta do presente. Conseqüentemente, debato de que maneira esse movimento sociopolítico e econômico produz uma realidade distópica na atualidade.

Esse será o tema do terceiro capítulo. A ideia é discutir os conceitos de utopia e distopia a partir de duas obras estudadas e reconhecidas na produção acadêmica internacional: *1984* (2019), George Orwell, e *Utopia* (2017), de Thomas More. Tomados alguns parâmetros conceituais de distopia e utopia, retorno ao romance *A nova ordem* (2019), de B. Kucinski. E como ao debate os romances distópicos *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que*

sopra sobre ela (2018), de Ignácio de Loyola Brandão, *A morte e o meteoro* (2019), de Joca Reiners Terron, e *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), de Marcia Tiburi. Analiso, assim, as semelhanças e as especificidades desses romances em relação ao gênero distopia.

No quarto capítulo, investigo as representações do ódio e da violência nos romances *Gog Magog* (2017), de Patrícia Melo, e *Solução de dois Estados* (2020), de Michel Laub, e as relações entre literatura, pandemia e extermínio nas obras *O riso dos ratos* (2021), de Joca Reiners Terron, e *O último gozo do mundo* (2021), de Bernardo Carvalho. A partir de um repertório teórico-crítico de estudos sobre a violência, tento apontar algumas das raízes sociais, políticas, culturais e psicológicas que perpetuam na atualidade manifestações de violência, visando o domínio e o controle das nossas relações nos diferentes espaços dos âmbitos privado e público da vida humana. Examino como a literatura mais recente tem interpretado as agendas públicas que adotam abertamente processos de aniquilamento e de extermínio da população e de grupos marginalizados.

Por fim, no quinto e último capítulo, ainda orientado pela literatura, procuro fechar a discussão com algumas proposições face a um cenário sociopolítico e econômico distópico e violento. Para isso, inicio essa discussão pelo romance *A ocupação* (2019), de Julián Fuks e a concluo com *Um poema* (2018), de Micheline Verunschik. Procuro apontar dois movimentos presentes no romance e um terceiro em ambas as produções que podem nos orientar na nossa atuação diária, diante de uma realidade que tenta de todas as formas retirar nossas possibilidades de futuro e reduzir ou anular nossas relações e interações coletivas e subjetivas.

O primeiro deles, presente no romance, permeia a ideia de ocupar todos os espaços sociais, políticos, jurídicos e culturais possíveis como um direito à resistência e como forma de organização da luta coletiva. Meu intuito é demonstrar que, como cidadãos comprometidos com a coletividade, devemos ocupar e nos inserir dentro de todas as ferramentas de produção de discurso cotidianamente na luta contra o autoritarismo e o retrocesso. O segundo movimento tem a ver com a reafirmação de laços e afetos biopolíticos numa direção que nos devolva nossa humanidade. Aqui, tomo como referencial o trabalho *Vida capital: ensaios de biopolítica* (2011), Peter Pál Pelbart. O terceiro movimento se refere à própria força da linguagem – da poesia, da literatura – em se colocar como potência face ao quadro social e político apresentado ao longo de toda esta pesquisa. É nesse sentido que procuro desenvolver uma produção crítica que se volte tanto para os elementos estéticos da produção literária quanto para o compromisso ético-social de cada uma delas na sociedade.

CAPÍTULO 1. DA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO À GUINADA AUTORITÁRIA E ANTIDEMOCRÁTICA DA ÚLTIMA DÉCADA

1.1 Perspectivas Gerais Dos Passados Colonial E Autoritário E Do Presente Democrático

Início este capítulo a partir de uma discussão em torno das tensões que configuram as relações entre direito e política no Brasil, sobretudo se voltamos nossa atenção para o período histórico recente, a partir de 2013. Acredito que essa reflexão inicial é importante no sentido de compreendermos os riscos do autoritarismo na contemporaneidade e a crise constitucional que reflete a atual conjuntura política brasileira e mundial. É igualmente importante para que eu possa, no próximo capítulo, discutir a partir da produção literária brasileira contemporânea elementos do autoritarismo, do estado de exceção e do fascismo presentes na nossa realidade. Para isso, busco, no primeiro momento, entender de que forma a ideia de constitucionalismo surgiu na Modernidade e como ela permeou os embates e as aproximações entre direito e política. Em seguida, discuto alguns aspectos do direito no paradigma do Estado democrático de direito, apontando algumas de suas diferenças em relação aos dois paradigmas anteriores.

O processo constituinte brasileiro na década de 1980 é compreendido como resultado das transformações paradigmáticas e da consolidação de um Estado democrático. Por outro lado, elementos da herança brasileira escravocrata e autoritária que persistem nas estruturas social, política e econômica dos nossos dias divergem daquelas transformações paradigmáticas. Especialmente esses dois registros do nosso passado histórico – colonização e ditadura – têm contribuído para esse processo atual de dissolução do sistema democrático, ou, no mínimo, têm trazido fantasmas de outrora. Essa contextualização inicial me ajudará a construir uma reflexão em torno do nosso passado mais recente e do presente. Isso quer dizer que analiso o modo como a literatura brasileira, a partir de dois romances – *A idade de ouro do Brasil*, de João Silvério Trevisan (2019), e *Os dias da crise*, de Jerônimo Teixeira (2019) –, apreende e constrói os efeitos e as consequências da ascensão antidemocrática dos últimos anos no Brasil. Procuro entender a relação que esse movimento autoritário tem com as Jornadas de junho de 2013, o *impeachment* de Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

1.2 Tensões Do Passado-Presente: Um Panorama

Termos como política, democracia, governo representativo e direito são mediados por constantes tensões. Na Modernidade, por exemplo, a noção de poder constituinte aparece com

múltiplos usos e práticas nos espaços público e privado. De que forma, então, essas tensões desenham as relações de poder e as experiências constitucionais brasileira, especialmente ao longo dos últimos 30 anos? Fato é que há um conjunto de práticas e disputas de aquisição e exercício do poder, atrás do qual está a busca pela garantia da autonomia e autodeterminação da política e do direito. Nesse sentido, a recente experiência democrática brasileira, por meio de sua complexidade e seus contrastes, nos coloca diante de vários desafios no âmbito da garantia de direitos básicos, respeito às minorias e reparação histórica e econômica. A própria Modernidade ressignifica a concepção de história.

O conhecimento do passado deixaria de ter sua centralidade na ideia de aprendizado com as experiências dos antigos – a *historia magistral vitae*, na expressão ciceroniana – e, por meio de sua própria reflexividade, passaria a significar também uma história construída a partir de um presente liberto das amarras da tradição (PAIXÃO, 2014, p. 417).

Ou seja, a história passa a ser entendida como algo orgânico, vivo, na medida em que se transforma por meio das práticas sociais e da interferência dos seres humanos cujas reconfigurações psicológicas, históricas e sociais são continuamente redefinidas. A história passa a representar não só um passado, mas um movimento que implica nas experiências passadas, nas determinações do presente e nas expectativas projetadas em relação ao futuro. É a partir das revoluções Americana e Francesa que são reconstruídas as noções de direito e política, por exemplo. O espaço público é reconfigurado. Nessa perspectiva, o jurista Cristiano Paixão (2014) demonstra que as constituições modernas traduzem o ponto de encontro entre dois vieses históricos: a garantia e a positivação dos direitos individuais – liberdade, igualdade, propriedade – e o caráter determinante de todo um ordenamento jurídico expresso por meio de normas. Esse aspecto que caracteriza a interdependência entre direito e política só é possível porque também há uma diferenciação entre ambos.

Niklas Luhmann (1996) os denomina como sistemas autorreferenciais que são determinados a partir de dois problemas: “por uma circularidade fundamental” e “pela impossibilidade de se reintroduzir operativamente a unidade do sistema em seu interior”. Por um lado, o direito é orientado pelo código binário direito/não-direito, lícito/ilícito, enquanto que o sistema político é regido pelo código poder/não poder. O sistema jurídico, por exemplo, se legitima como tal na medida em que realiza operações contínuas e próprias que o diferencia do não direito. A positividade do direito resolve o problema da circularidade (*autopoiesis*) e da impossibilidade operativa do sistema. O que nos interessa em Luhmann é a ideia de uma teoria dos sistemas operativamente fechados que sofrem perturbações de outros sistemas. A

complexidade do ordenamento do Estado constitucional exigiu uma reestruturação dos sistemas. O direito, então, sai daquela relação secundária face a política para se colocar numa relação de igualdade. Os sistemas passam a se acoplar (LUHMANN, 1996) a partir de operações regulares e próprias.

O sistema jurídico, graças a esse acoplamento, tolera um sistema político que tende para o Estado regulador e que não deixa passar o que possa submeter as suas próprias operações. Também o sistema político, graças a esse acoplamento, tolera um sistema jurídico que dá curso continuamente a processos próprios, protegidos da interferência política logo que a questão direito/não-direito, lícito/ilícito se apresente (LUHMANN, 1996, p. 24).

Nesse sentido, a Constituição é o ponto de acoplamento entre direito e política. Com relação à vigência das normas jurídicas, essa Constituição se coloca como direito superior, orientando os demais direitos. Essa distinção entre norma superior e norma inferior leva a duas consequências significativas: a autorreferencialidade do direito, legitimada a partir de operações sistemáticas e validadas; e a atualização da comunicação produzida pelo direito. Esse é o ponto de diferenciação do direito para a política. O professor e pesquisador Cristiano Paixão (2014) mostra, por outro lado, dois pontos que reaproximam direito e política. Um é a ênfase no futuro. As bases da política se afastam de uma ordem divina e as do direito de qualquer tipo de tradição que busca congelá-lo no tempo. O outro ponto é a própria Constituição. Os dois sistemas a utilizam a partir de suas funções específicas. Desde o século XIX, a história jurídica e os processos políticos estão associados à história constitucional. Conceitos como povo, democracia e direitos passam a fazer parte de ambos os sistemas.

Em um de seus trabalhos, o jurista Menelick de Carvalho Netto (2002) retoma o contexto de surgimento da ideia de constitucionalismo e da Teoria da Constituição. Embora a Teoria da Constituição tenha surgido apenas no século XX, criada por Carl Schmitt, a doutrina do Direito Constitucional se desenvolveu em diferentes períodos/paradigmas. Ainda no paradigma do Estado de Direito – Estado Liberal – surge a ideia de constitucionalismo, uma crença de que uma comunidade é formada por cidadãos livres e iguais, igualmente coautores das leis que regem a vida coletiva. Para o professor e pesquisador Menelick, o constitucionalismo é uma noção idealizante que busca organizar uma sociedade complexa. E esse constitucionalismo só pode ser visto a partir de uma ótica democrática. O jurista aponta que a noção de Constituição-constitucionalismo-constitucionalidade, para a sociedade, remete muito mais à ideia de instabilidade institucional e política do que a uma ordem constitucional consolidada. A própria concepção de democracia é complexa, uma vez que pode oferecer diversos sentidos no âmbito discursivo da linguagem.

Nesse sentido, há uma oposição entre o pensamento de Chantal Mouffe (1992) e Carl Schmitt (1996) com relação ao termo democracia. Para o autor alemão, a ideia de democracia representativa carrega em si um problema, o da aproximação “entre o princípio democrático (identidade governante/governado) e o da representação (a não-identidade entre o governante e o governado)” (MENELICK, 2002, p. 71), o que levaria esse sistema ao seu fim. Para Chantal Mouffe (1992), ocorre justamente o contrário. Ela defende que há uma tensão permanente entre os princípios internos da democracia representativa e é essa tensão que mantém esse sistema até hoje, mesmo após inúmeros golpes de Estado e ditaduras, mesmo após regimes fascista e nazista e todos regimes de exceção. Isto posto, vale destacar a diferença entre democracia e governo representativo proposta por Schmitt:

Democracia é um regime político (e uma ideia) de origem grega e que, em sua essência, configura-se justamente como o regime que vivencia (ou a ideia que afirma) a identidade entre governante e governado, aquilo que hoje denominaríamos democracia direta. O governo representativo, ao contrário, é uma invenção burguesa bem mais recente, que encontra suas origens nas assembleias medievais das castas, os denominados Estados Gerais (MENELICK, 2002, p. 71).

Democracia e governo representativo foram conceitos opostos até o início do século XX. Dada a aproximação entre eles, Schmitt defendeu que esse regime estava fadado ao fracasso, pois apresentava uma contradição interna insolúvel.

Nos interessa, entretanto, o fato de que a interpretação constitucional nos leva à noção de paradigma. Paradigma é um conceito criado pela filosofia da ciência, por Thomas Kuhn (1998), influenciado pela hermenêutica de Gadamer e pela pragmática de Wittgenstein. O giro pragmático reflete o papel central que o silêncio exerce na linguagem. A comunicação se torna possível por meio desse pano de fundo de silêncio compartilhado. Logo, a linguagem apresenta um paradoxo: “nós nos comunicamos porque não nos comunicamos”. Essas pré-compreensões integram o pano de fundo da linguagem que constitui o que Kuhn (1998) chama de paradigma.

Esse pano de fundo compartilhado de silêncio, na verdade, decorre de uma gramática de práticas sociais que realizamos todos os dias sem nos apercebermos dela e que molda o nosso próprio modo de olhar, a um só tempo, aguça e torna precisa a nossa visão de determinados aspectos, cegando-nos a outros, e isso é parte da nossa condição humana (MENELICK, 2002, p. 74).

Kuhn (1998) desenvolveu a tese de que o conhecimento não evolui de forma progressiva nem pacífica, mas por meio de rupturas e saltos, ou seja, através de uma mudança de paradigma. Nessa direção, não é possível sair da condição paradigmática; é possível, sim, trocar de paradigma. Seriam três os paradigmas do Estado moderno: o Estado de direito – Estado liberal –, o Estado social e o Estado democrático de direito. O primeiro paradigma afirma que todos

são livres, iguais e proprietários. Essa liberdade se realiza na medida em que o cidadão pode fazer tudo aquilo que o mínimo de leis não o proíba. Todos são sujeitos de direito, porém, nem todos são membros da comunidade política. Esse paradigma marca a inauguração da sociedade moderna. Público e privado são opostos: “O público é meramente convencional e existe para garantir o livre curso do privado. O privado é visto como egoísmo e o público visto como estatal” (MENELICK, 2002, p. 77).

O primeiro paradigma assegurou os direitos individuais apenas no âmbito formal e provocou a maior exploração do indivíduo pelo indivíduo. Desgastado, a sociedade rompe com esse modelo após a Primeira Guerra Mundial. Surge, então, um constitucionalismo social que materializa os direitos fundamentais de liberdade e igualdade. Buscou-se a partir de então a concretização dos direitos coletivos. É no paradigma do Estado social que surge o direito civil, o direito do trabalho, o direito eleitoral, entre outros. No direito, Hans Kelsen é um dos principais representantes desse paradigma. Ele defende que direitos público e privado não são categorias ontológicas. Todo direito é público uma vez que é constituído pelo Estado, num parlamento. O público ainda é reduzido ao Estado e o privado ao egoísmo anterior à vida social. Porém, no primeiro paradigma prevalece o privado, nesse, o público se sobrepõe.

Por outro lado, a materialização dos direitos não resolve tudo. Na segunda metade do século XX, a cidadania passa a atuar como processo a partir da participação efetiva do sujeito. As inúmeras tensões ao longo do século XX provocam uma nova mudança de paradigma: o Estado democrático de direito. Nesse paradigma, o direito tem uma natureza difusa: direito ambiental, direito do consumidor, entre outros. Esse paradigma foge à dicotomia público x privado. Essa é uma questão central. “O público não mais pode ser visto como estatal ou exclusivamente estatal e o privado não mais pode ser visto como egoísmo” (MENELICK, 2002, p. 79). A complexidade social e política da contemporaneidade exige uma relação mútua entre ambos.

No meio de todas essas transformações ao longo do século XX, o Brasil passou por dois períodos autoritários – Estado Novo e Ditadura Civil-Militar –, e um importante processo constituinte com a participação popular que resultou na Constituição de 1988. Essa Constituição abre uma nova fase na luta por direitos no nosso país. É evidente que a nossa trágica e longa experiência colonial influenciou na construção desse processo. A submissão imposta aos negros e indígenas deixou marcas na formação da nossa estrutura social, política e histórica que perduram até hoje. Quando olhamos aspectos como o gênero, essa relação de dominação fica ainda mais evidente: “O quadro dantesco se agrava quando consideramos a dupla sujeição das

mulheres escravizadas: além da exploração do trabalho, foram reduzidas à condição de “pasto” para saciar as pulsões lúbricas e perversamente violentas de seus amos” (GOMES, 2013, p. 31). Esses aspectos de dominação, exclusão e silenciamento acompanham a história brasileira até então.

Esses quase 30 anos de Constituição (1998-2014/2016) buscaram enfrentar esses problemas estruturais de frente. Entretanto, é uma luta que permanece e, dada a conjuntura política e social dos últimos anos, passamos a nos questionar recorrentemente se a Constituição de 1988 está em processo de dissolução. Durante esse período, várias foram as ocorrências que refletiram os interesses escravagistas de um grupo dominante política e economicamente. “A enorme e recorrente dificuldade dos setores patronais em compreender os trabalhadores como sujeitos de direito – como as reações hostis à proteção dos trabalhadores domésticos recentemente demonstra” (GOMES, 2013, p. 31) essa tensão. No passado, o sistema escravagista via os trabalhadores negros como indivíduos servis e não como cidadãos de direitos. Há vários reflexos desse pensamento dominante na nossa sociedade. Por outro lado, as várias lutas contra o sistema patriarcal e agrário durante o século XX nos trouxeram alguns ganhos.

Após a Revolução de 1930 e a Constituição de 1934, as relações entre patrões e trabalhadores sofreram algumas transformações importantes. Jornada de trabalho, férias, repouso semanal, igualdade de salário entre homens e mulheres são discutidos e implementados. As grandes inovações da “Constituição de 1934 consistiram nos novos títulos e seus conteúdos: Ordem Econômica e Social; Família, Educação e Cultura; Segurança Nacional; Funcionários Públicos” (GOMES, 2013, p. 71). Até 1964, ocorreram várias mudanças e conflitos nos cenários político e econômico, quando houve um golpe de Estado, com o apoio de grandes multinacionais, latifúndio, imprensa, igreja e setores da classe média. Nesse período, a barbárie e a violência repressiva foram instauradas como políticas de Estado.

Centenas de cidadãos tiveram seus direitos políticos ou mandatos cassados, centenas de militares foram expulsos, reformados ou transferidos para a reserva e outras centenas de servidores civis foram demitidos. Dezenas de milhares de detenções arbitrárias foram feitas em todo o país e o extermínio privado de camponeses recebeu sinal verde. Dezenas de sindicatos e a Rádio Nacional sofreram intervenção e a UNE foi declarada ilegal. Vários institutos de pesquisa foram desmantelados, inclusive nas áreas de ciências exatas e naturais, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e a Fundação Osvaldo Cruz. Dezenas de professores e cientistas de alto nível foram expulsos das universidades e tomaram também o rumo do exílio (GOMES, 2013, p. 94).

A repressão, a perseguição a minorias e a opositores do regime, a tortura, a violência e o assassinato de membros de diversos seguimentos da sociedade, todas essas práticas foram

adotadas pelo governo ditatorial como políticas de Estado. Esse período foi e é amplamente representado na literatura brasileira contemporânea. Destaco aqui duas produções literárias recentes em torno dessa temática: *Sob os pés, meu corpo inteiro*, de Marcia Tiburi (2018), e *O corpo interminável*, de Claudia Lage (2019). A primeira é uma narrativa literária distópica na qual a narradora-personagem central faz um percurso entre o cenário distópico atual e o passado brasileiro autoritário. Discuto mais profundamente esse romance em outro capítulo. Em ambas as narrativas há a representação da violência e da tortura ditatorial. Há uma ênfase importante sobre a violência exercida sobre o corpo feminino dentro desse processo histórico repressor. Em um dado momento, a narradora-personagem de *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018), na prisão, rememora como foi vivenciar a descoberta de uma gravidez sob a tortura:

Quando souberam que, mesmo grávida e doente como estava, eu não ia falar, sem que jamais tivessem acreditado que eu não sabia o que falar, os encarregados das ações, que apenas anos depois eu entendi serem torturadores, partiram para atos considerados por eles mesmos como mais leves, e esses atos mais leves eram as agulhas enfiadas sob as unhas, o tapa simultâneo nas orelhas que chamavam com aquele nome estúpido de telefone. Faziam o que faziam enquanto riam. Riam muito, como só é permitido a quem perdeu ou nunca conheceu o senso de dignidade. Sempre riram. Sempre usaram a humilhação verbal como tática de aniquilação da pessoa que tinham como objeto no momento da tortura, vim a saber muito depois. Essa é aquela, a santinha, a irmã da putinha, eles diziam entre tantas frases impossíveis de guardar na memória, tamanha a estupidez das palavras que as compunham, palavras cuspidas em estado de êxtase que eu lembro agora, mesmo que seja impossível repetir, que eu lembro mesmo que tenha evitado pensar nisso por décadas, porque foram tatuadas no meu corpo, no fundo do meu corpo transformado nesse espírito, milímetro por milímetro, na matéria de que é feito o próprio nada (TIBURI, 2018, p. 74).

Em *O corpo interminável* (2019), também é marcante a representação da violência praticada pela ditadura militar brasileira, sobretudo aquela exercida sobre o corpo da mulher, elemento central dessa narrativa. Nesse romance, também há uma passagem significativa em que, se valendo dos recursos estéticos e estilísticos próprios ao texto literário, a autora constrói uma cena de um processo de parto em meio à tortura:

Quando o médico veio, não o deixaram dar a anestesia. Ela sentiu o corte a sangue frio, a sangue quente. E, de repente, o vazio. Ouviu o choro cortando a cela, entre as paredes imundas, o choro do seu bebê. Antes de desmaiar, estendeu os braços, mas eles despencaram. Ouviu o próprio grito. Fechavam a sua barriga, a sangue frio, a sangue quente. Os braços inertes, a agulha entrando e saindo da pele. A sua pele era um tecido qualquer. Ainda vislumbrou o pequeno corpo avermelhado, antes da dor invadir os seus nervos. Ainda ouviu o choro se afastando, ecoando entre corredores e alas, antes de desmaiar. Antes dos olhos fecharem, ainda tentou, mais uma vez, estender os braços (LAGE, 2019, p. 93).

Esses romances são apenas dois exemplos, dentre vários, de produções literárias lançadas após a Comissão Nacional da Verdade – colegiado temporário constituído em 2011 pela lei 12.528 – que mantêm um compromisso social, para além do seu papel estético e

literário. No Brasil, durante esse período, pouco a pouco a oposição ao regime de exceção se reconfigurou até ser construída uma resistência fundamental no processo que levou à formação da Constituinte durante a década de 1980. O movimento pela anistia, por exemplo, que cresceu a partir de 1975, levou o governo a sancionar a lei que permitiu o retorno dos exilados em 1979. Como destacado anteriormente, a cidadania, um dos elementos centrais do Estado democrático de direito, dita o rumo do processo constituinte. As minorias passam a ter um lugar de destaque nessa reorganização social e política. Defende-se a tese central da democracia no Estado democrático de direito, tal como afirma o jurista Menelick (2002), ou seja, a ideia de que a democracia é um sistema no qual prevalece a vontade da maioria, mas com respeito às minorias. Essas minorias tiveram uma atuação muito importante nas comissões e subcomissões da Constituinte.

A Constituinte se legitimou na medida em que foi a ruptura com o regime de exceção anterior, reorganizando os fundamentos legais de governo e dos poderes do país. Após a Constituição de 1988, houve o primeiro processo de *impeachment* de um presidente eleito no regime democrático. Posteriormente, foi eleito Fernando Henrique, um opositor à ditadura, dez anos após o fim do regime militar. A redemocratização permitiu também, em 2002, a vitória de um ex-operário, liderança do movimento sindical durante esse processo de redemocratização. E, mais recentemente, Lula foi sucedido pela primeira mulher eleita presidente na história do país, fato marcante não só do ponto de vista sociopolítico, como também com relação às reivindicações e conquistas das mulheres na luta por maior participação feminina nos espaços públicos. Tudo isso era sinal da consolidação democrática.

1.3 A Conquista Democrática E Os Limites Da Democracia Liberal

O início dos anos 2000 foi fundamental para a garantia de direitos individuais e coletivos. As minorias conquistaram espaços antes impensáveis. Acesso à informação, à cultura e à educação. Distribuição de renda. Crescimento econômico e investimentos. Esses são alguns dos fatores que começaram a ressignificar as lógicas das estruturas social e econômica. Programas de políticas públicas, de assistência social, de infraestrutura e a ampliação de projetos tecnológicos e científicos foram amplamente executados no Brasil ao longo da primeira década dos anos 2000. Ainda que possamos questionar determinadas medidas do governo Lula em relação ao acesso aos bens de consumo, sobretudo das classes mais baixas, houve uma certa redução dos índices de desigualdade social através da implementação dessas políticas de governo, tais como a valorização do salário mínimo e maior investimento em educação.

Embora tenha ocorrido essa mudança de paradigma que reconfigurou toda estrutura social e política na segunda metade do século XX, no caso do Brasil, grupos econômicos hegemônicos demonstraram insatisfação com a conquista de alguns direitos sociais e individuais pela população que até então sempre havia sido subjugada e excluída dos espaços públicos. Esses grupos de herança escravagista, autoritária, patriarcal e racista passaram a atuar de forma extensiva nos últimos anos com o intuito de desarticular as políticas de governo que se voltavam não só para a maioria política e econômica, mas também para as minorias sociais. Logo, outro aspecto que o terceiro paradigma não conseguiu ainda explicar é o fato de que, no Brasil, grupos que ascenderam economicamente durante esse período, se voltaram, depois, massivamente contra esse mesmo sistema, transformando a agenda política e econômica dos anos seguintes. Esses grupos viram nos direitos conquistados pelas minorias uma ameaça ao seu *status quo*. Consequentemente, ameaças aos direitos fundamentais voltaram a fazer parte do cenário público.

Além disso, esses grupos projetaram na opinião pública uma imagem negativa da classe política e do judiciário, manipulando uma corrente de rejeição que supostamente representaria toda a sociedade. Isso criou um cenário favorável à ascensão de déspotas que prometem “ordem e progresso” e desprezam os valores democráticos e republicanos. As forças repressivas se veem, agora, novamente como agentes legítimos para intervir nos diversos sistemas: direito, política, educação, economia. Exemplo disso é a posição política de muitos desses grupos a favor da militarização do Ensino Básico e do sucateamento das universidades – espaço de construção de pensamento crítico –.

A grande mídia, devido à sua atuação, tem um papel importante na formação da opinião pública brasileira que aponta para caminhos distópicos atualmente. Produtora de uma agenda de informação e conteúdo que muitas vezes atende aos interesses dos grupos que dominam os meios de comunicação, essa mídia contribuiu na construção de narrativas que hoje se voltam até contra elas mesmas. E, embora ressalte-se a importância da liberdade de imprensa e de manifestação no Estado democrático de direito, e o seu papel fundamental para a consolidação e preservação dos valores democráticos, não é admissível o caminho adotado pela mídia brasileira em torno da criação de um inimigo em comum. Neste caso, o inimigo em comum criado foi, por muitos anos, um grupo político, mais especificamente, a esquerda política brasileira.

Quais foram, então, os primeiros indícios de fragilização ou enfraquecimento da democracia liberal brasileira? Quais foram os movimentos políticos, econômicos e sociais que

nos levaram da consolidação do Estado democrático de direito entre as décadas 1990 e 2010 aos questionamentos e incertezas com relação à efetividade das instituições em garantir e preservar direitos fundamentais e direitos sociais na transição desta década – 2020 –? Não teriam mais os atores políticos e econômicos compromisso com o sistema democrático? Ou o colapso da nossa democracia, como sugere o cientista político Luis Felipe Miguel (2019), tem a ver com a própria degradação social provocada pelo neoliberalismo? Teriam, ainda, os cidadãos de uma maneira geral se voltado contra a democracia, conforme aponta o também cientista político Yascha Mounk (2019)? São discussões pelas quais vou rapidamente passar a fim de estabelecer um vínculo com o nosso passado mais recente – desde as Jornadas de junho de 2013.

A democracia liberal, junto com suas instituições, “possui um potencial limitado de transformação social” (MIGUEL, 2019, p. 19), na medida que determinados grupos detêm todo o poder político e econômico, inclusive, com a possibilidade de subverter o próprio sistema democrático. Logo, parto de um paradoxo desde o início. Por um lado, defender a democracia liberal, pois ela é responsável por observar num grau importante a vontade popular e por assegurar os direitos individuais, por outro lado, a estabilidade política que resulta desse processo também protege a dominação de classe e os interesses dos grupos dominantes. Entretanto, por ainda não se ter mostrado nenhuma alternativa viável, a democracia liberal é o sistema político que mais deu espaço de representação para diferentes atores sociais e também garantiu direitos individuais e coletivos inquestionáveis.

O problema maior talvez esteja nos efeitos advindos sobre a democracia liberal por meio do neoliberalismo cujos mecanismos de atuação têm resultado em grandes desigualdades e criado condições para a ascensão de grupos autoritários e dominantes em diversos locais. Além, claro, da extensão ilimitada do exercício dessas forças de dominação e controle. Pois é esse mesmo neoliberalismo que tem questionado a legitimidade das instituições democráticas e tem impedido o avanço de qualquer política pública que vise se aproximar de um ideal de Estado de bem-estar social. “A tutela pouca disfarçada de interesses poderosos sobre decisões que deveriam refletir a soberania popular sempre foi regra, não exceção” (MIGUEL, 2019, p. 20).

A democracia representativa brasileira foi estabelecida a partir de um processo político de transição entre o regime militar e essa democracia, o qual ficou conhecido como “transição democrática”, marcada especialmente pela Constituição de 1988. Luis Felipe Miguel (2019) chama a atenção para o fato de que a expressão transição é, no mínimo complexa, por dois motivos: “por pressupor que a transição tem um ponto de chegada predefinido (a “democracia”)

e, mais, que essa democracia tem um sentido unívoco” (MIGUEL, 2019, p. 33), quando, na verdade, esse é um conceito que varia de acordo com os diferentes contextos sociopolíticos e com a atuação dos atores políticos e das instituições democráticas. Dos Estados Unidos à União Soviética, dos sistemas de governo europeus à ditadura militar brasileira, todos, em diferentes perspectivas, afirmaram, defenderam ou impuseram um projeto de poder para defender uma concepção de democracia.

A disputa sobre o sentido da democracia ocorre porque há uma disjunção patente entre seu sentido etimológico e seu referencial histórico, que continuam ativos no imaginário político contemporâneo, e os modelos institucionais que afirmam realizá-la. A democracia é o “governo do povo”, mas em nenhum dos regimes que se proclamam democráticos o povo de fato governa. Seriam democracias representativas – e a expressão se tornou tão familiar que tendemos a ignorar a contradição entre o substantivo e o adjetivo. A democracia representativa é o governo do povo em que o povo não governa, uma vez que delega o exercício do poder a alguns poucos (MIGUEL, 2019, p. 34).

A delegação do poder é algo necessário à manutenção da própria ideia de Estado-nação, na medida em que precisa efetivar a conformação de interesses divergentes. Diferentemente da democracia direta na Antiguidade, na qual a cidadania era limitada, excluindo grande parte da população, a democracia representativa contemporânea tem o compromisso de atender aos interesses e às expectativas da maioria, em respeito aos direitos da minoria. Esse é, inclusive, o fundamento do Estado democrático de direito. A democracia representativa tem o papel de convergir interesses diferentes e estabilizar o conflito social e político. Pois, se mais grupos estão interagindo dentro da organização política, mais esse sistema se torna suscetível a conflitos.

Existem, entretanto, diversas limitações práticas ao ideal de representação. Um deles é que o cidadão comum, em geral, atua de fato quando participa das eleições votando. Após isso, os representantes eleitos são responsáveis sozinhos por deliberar sobre políticas públicas, política econômica e em todas as demais áreas da sociedade. Ou seja, o cidadão comum se vê limitado a experienciar no dia a dia as ações políticas tomadas no âmbito estatal. Outro aspecto apontado por Luis Felipe Miguel (2019) é a dificuldade em conciliar esse ideal democrático e os interesses da economia capitalista.

[...] o Estado capitalista depende, para seu financiamento, das decisões dos investidores privados, que controlam o crescimento da economia e, portanto, a arrecadação de tributos. Por isso, os interesses da burguesia precisam ser levados em conta pelos tomadores de decisão, mesmo quando estes interesses não foram capazes de encontrar expressão pelos arranjos democrático-representativos (MIGUEL, 2019, p. 37).

Luis Felipe Miguel (2019) defende que, se por um lado a democracia se constrói a partir de um ideal de igualdade política, a representação, por outro lado, é responsável por reproduzir as desigualdades. A participação na vida política, quando analisada sob a ótica de gênero e raça, também acentua essas desigualdades. As mulheres, por historicamente estarem limitadas ao ambiente doméstico e, na contemporaneidade, por terem que lidar com a dupla jornada. A população negra, por ter sido historicamente subjugada e submetida ao domínio colonial e escravagista. A representação indígena, LGBT e de outras minorias também são atingidas por esses programas impostos pelas forças políticas, econômicas e morais dominantes.

A relação entre a democracia e as desigualdades se apresenta, assim, como a questão central, a ser equacionada pelos regimes democráticos contemporâneos, que a fórmula liberal, de distribuir direitos a todos e deixar as assimetrias em suspenso, do lado de fora da esfera pública, não consegue resolver (MIGUEL, 2019, p. 39).

No Brasil, esse aspecto é bastante evidente. Por um lado, a Constituição de 1988 normatizou uma série de direitos e garantias individuais e coletivas, por outro lado, esse texto pouco se traduziu em políticas públicas. No livro *A constitucionalização simbólica*, de Marcelo Neves (2011), referência no campo jurídico, há uma discussão em torno dessa relação inversa entre o significado social e político das constituições e o que o autor chama de concretização normativo-jurídica. “Em outras palavras, a questão refere-se à discrepância entre a função hipertroficamente simbólica e a insuficiente concretização jurídica de diplomas constitucionais” (NEVES, 2011, p. 1). Para o jurista Marcelo Neves (2011), esse problema de tradução das normas constitucionais em políticas públicas e em programas de governo não se limita à discussão em torno da ineficácia das normas constitucionais.

Em comunidades políticas como a brasileira, marcadas pela desigualdade social, pela violência e por um passado recente autoritário, o texto constitucional tem muito mais uma função simbólica do que uma real concretização normativo-jurídica, na medida em que a estrutura social, política e econômica impõe uma lógica paralela de organização dessa comunidade. Conseqüentemente, a abrangência do texto constitucional dessa comunidade fica muito mais limitada do que aquilo que as instituições estabeleceram como seu papel. Além disso, o desenho constitucional brasileiro de 1988 produziu um controle mútuo entre os poderes e o federalismo semelhante ao dos Estados Unidos. Esse controle, também conhecido como *checks and balances*, procura organizar melhor o Estado democrático na medida em que divide os poderes e as atribuições institucionais. A Constituição

[...] foi o fruto de um intenso processo de mobilização e negociação, em que os diferentes grupos sociais pressionaram para que a Constituição abrigasse seus interesses: sindicalistas, feministas, ambientalistas, movimento negro e povos

indígenas, mas também grandes empresas, conglomerados de mídia, latifundiários, grileiros, igrejas e Forças Armadas (MIGUEL, 2019, p. 53).

A ideia de Justiça Transicional (Anthony W. Pereira, 2010), que analisa as violações dos direitos humanos ocorridos em um regime autoritário, é, talvez, um fator determinante do desenho constitucional contemporâneo na América Latina. As principais formas de estabelecer essa justiça de transição foram: inquéritos sobre os abusos cometidos, indenizações às vítimas e às suas famílias, punição dos responsáveis pela violência institucional e reformas no novo sistema de governo para que se aproxime do Estado democrático de direito. Esse movimento de aplicação de uma justiça transicional, largamente implementado a partir de 1980 no mundo todo, ocorre a partir da atuação de grupos ligados à defesa dos direitos humanos no cenário político. A América Latina é, talvez, o principal exemplo desse movimento. Argentina, Chile, Uruguai e o Brasil – em menor grau – são exemplos de países que seguiram um caminho de releitura de seus passados recentes violentos e repressivos.

No Brasil, o governo somente tratou dos crimes de violência e censura praticados pela ditadura a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011. A atitude do governo brasileiro na transição do século XX para o XXI foi de silêncio e imobilidade. A anistia decretada no país em 1979 isentou os militares de suas responsabilidades sobre as atrocidades cometidas no regime e mantém até hoje muitos dos privilégios das Forças Armadas conquistados na ditadura. Vale destacar que foi o golpe militar no Brasil que abriu caminho para os golpes nos países vizinhos (Argentina, Chile e Uruguai). Diferentemente do desenho constitucional produzido na década de 1980 no Brasil, regimes autoritários criam desenhos constitucionais que dão poderes amplos ao chefe do Executivo, inclusive poder de decidir sobre a vida do outro. Assim foram as ditaduras argentina, brasileira e chilena.

[...] um governo que não é limitado constitucionalmente. Os governantes assumem o poder de forma inconstitucional, conferem a si próprios poderes de exceção para lidar com uma suposta situação de emergência e permanecem no poder por quanto tempo lhes parecer conveniente, uma vez que apenas eles têm competência para revogar os poderes de exceção (PEREIRA, 2010, p. 26-27).

O constitucionalismo latino-americano se caracteriza por dois grandes aspectos: são países presidencialistas (hiperpresidencialismo) e as constituições têm um grande conjunto de direitos fundamentais. O controle de constitucionalidade é o principal mecanismo por meio do qual se busca garantir a eficácia dos direitos fundamentais. O controle de constitucionalidade argentino, por exemplo, é difuso e a decisão tem eficácia *inter partes* e não *erga omnes*. A Corte Suprema faz esse controle em último grau. No Brasil, o controle de constitucionalidade ocorre através da ação direta de inconstitucionalidade.

Além disso, estão na América Latina os países que mais produzem emendas constitucionais no mundo. O Brasil já emendou mais de 100 vezes a Constituição de 1988. O México, por sua vez, emendou a Constituição de 1917 mais de 700 vezes. Os dois países são os que mais emendam atualmente o texto constitucional. No caminho oposto, a Argentina não emenda a Constituição desde a reforma de 1994. A atuação das Cortes nos diferentes países também pode se diferenciar em alguma medida. Na Argentina, a Corte tem pouca independência, muito disso se deve a alguns *court-packing* ao longo da história do país, embora essa Corte tenha ganhado alguma expressão no debate público nos últimos anos. Brasil e Chile se diferenciam nesse sentido, pois têm as Cortes mais fortes e atuantes da América Latina. O reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo e, mais recentemente, a criminalização da homofobia, são exemplos de atuação do Supremo Tribunal Federal brasileiro.

Em relação ao texto constitucional de 1988, Luis Felipe Miguel (2019) aponta ainda que o Partido dos Trabalhadores, que considerou o texto de 1988 muito conservador e votou contra, passou de uma esquerda radical nesse período para uma esquerda mais moderada quando venceu as eleições em 2002. O cientista político Marco Damiani fala em três principais campos na esquerda: extrema-esquerda (antissistêmica), a esquerda radical (*anti-establishment*) e esquerda moderada reformista. O governo Lula parece ter se aproximado muito mais dessa última corrente. Desde 2002, então, Lula e o PT implantaram e expandiram políticas assistenciais para melhorar a vida dos mais pobres, mas sem mexer nos privilégios dos mais ricos. Foi adotada uma agenda que ficou conhecida como conciliatória e de coalizão. O PT escolheu, assim, não enfrentar questões estruturais nem privilégios.

Também deste ponto de vista o lulismo representa uma versão abastardada do pacto social-democrata. Em lugar do Estado de bem-estar social, uma tímida viabilização do acesso ao mercado de bens de consumo, graças à redução da pobreza e do aumento do poder de compra dos salários, em particular do salário mínimo (MIGUEL, 2019, p. 74).

Assim, busco, a seguir, compreender de que forma a narrativa literária tem representando esse cenário político e social mais recente. E quais podem ser a partir daí as proposições da literatura para uma realidade que se mostra dura e incompreensível do ponto de vista racional da análise da prática humana no mundo contemporâneo.

1.4 A Representação Desse Passado-Presente Na Narrativa Literária: Um Percurso

A produção literária também pode nos ajudar a compreender esse encadeamento de eventos históricos e políticos. O romance *A idade de ouro do Brasil*, de João Silvério Trevisan,

lançado em 2019, pode nos fornecer alguns desses elementos do jogo político e dos bastidores que antecederam a eleição de Dilma, as Jornadas de junho de 2013 e o *impeachment* da ex-presidente. Conforme revelou o autor numa entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, essa narrativa literária é uma adaptação de um texto produzido em 1987 para Marco Nanini. A ideia original era a de um roteiro de cinema para produzir um filme. João Silvério Trevisan destacou nessa entrevista o motivo de nunca ter conseguido filmar, “apesar das muitas tentativas. Aliás, tenho vários roteiros não filmados, em geral pelos mesmos motivos: são muito transgressivos” (MACIEL, 2020). No romance, então, o tempo da narrativa se desloca do final da década de 1980 para o final do governo Lula. Trevisan acredita que é um texto literário que trata da atualidade e do nosso passado recente. *A idade de ouro do Brasil* (2019) se vale de alguns recursos estilísticos como a ironia e a metáfora no processo constituinte da narrativa literária. A ironia, por exemplo, presente desde o título do romance, enfatiza um conjunto de personagens que representa a face de uma grande parcela da política brasileira, que é também a parte mais retrógrada, patriarcal e abastada dos atores públicos do nosso país.

Essa narrativa se passa em torno de um evento que é organizado por um dos personagens, político de carreira, para fundar um partido. A história é narrada no final do mandato do ex-presidente Lula. Descoberta do pré-sal e motins em cadeias que não garantem alimentação nem condições higiênicas adequadas são alguns elementos sócio-históricos paradoxais que contextualizam a temporalidade dessa obra literária. Otávio, o político responsável por organizar o evento e por ceder sua casa, contrata o serviço de Vera Bee, ou Abelha Rainha, *drag queen* que se monta nos fins de semana e é líder e empresária informal do grupo “Afrodites da Pauliceia”. Durante a semana, é professor universitário de história da arte. Seu nome masculino é Marco Antonio, conhecido como Marcão. “Nem bonita nem feia, seu segredo é o charme – um tanto brejeiro, um tanto venenoso – que treinou a vida inteira” (TREVISAN, 2019, p. 23). Além disso, é vendedor de drogas, atividade por meio da qual mantém relações com clientes endinheirados e com traficantes. Menininha auxilia Vera Bee com trabalhos internos e mora com ela. É a mais jovem do grupo. As Afrodites são um grupo de garotas de programa travestis que são convocadas para prestar seus serviços a Otávio e ao grupo de políticos.

O narrador destaca já no início algumas das características para ele mais relevantes das travestis: Gloriosa de Orléans, travesti relativamente jovem, é indicada para ficar com Otávio, um político industrial. Maria Grinalda, travesti de idade não revelada, é designada para José Carlos, dono de uma rede de televisão e de jornais. Dalila Darling, travesti bonita e jovem, é

nomeada para ficar com um importante industrial e usineiro que se chama Leonilson e com um líder do agronegócio, Hermes, dono de inúmeras terras em Tocantins e Mato Grosso. Abelha Rainha, coordenadora, indica para Lili Manjuba, Lili Holiday após sugestão das companheiras, travesti que já passou dos trinta anos, o deputado Matias, escritor de sucesso. Ao receber as travestis em sua casa, Otávio já demonstra seu preconceito racial ao desaprovar a vinda de Lili, travesti negra. A violência de gênero, racial e simbólica são temáticas que também podem ser trabalhadas a partir desse romance.

O narrador vai apresentando outras características marcantes dos deputados que comparecem à reunião na casa de Otávio. O ambiente é formado por um político sexagenário do agronegócio, um jornalista, um empresário, um escritor, um pastor evangélico e o anfitrião Otávio. A princípio, a reunião tem o objetivo de discutir alianças, definir coligações e programa partidário. Eles discutem as possibilidades de se juntar à base do governo petista, que é de esquerda. Eles expõem desde o início a pauta política e social do grupo e do partido: propriedade privada, livre mercado, livre-iniciativa e redução do papel do Estado, corte de impostos. Enquanto isso, as Afrodites descansam num outro salão e aguardam o momento em que serão convocadas.

No noticiário, se fala da forma como o Brasil tem enfrentado a crise econômica internacional iniciada em 2008, da escolha do país para sediar a Copa do Mundo e da possibilidade do Rio de Janeiro ser escolhido para sede das Olimpíadas de 2016. No salão principal, os políticos discutem a popularidade de Lula, seu carisma, a relação do presidente com outros políticos e partidos. Posteriormente, se junta ao grupo o deputado Paulo Gervásio, conhecido como capitão Paulão. Esse capitão foi convidado por Otávio para a reunião pela vitória que obteve na sua região eleitoral e pelas ideias que defendia, sobretudo no que diz respeito à sua posição em relação à esquerda. Paulão demonstra desde o início seu ideal de sociedade e seu projeto, que é o de militarizar o governo e outros espaços. Segundo ele, os militares “são competentes e confiáveis. Mais do que qualquer político” (TREVISAN, 2019, p. 57). Entre outras peculiaridades, esse capitão, se dirigindo ao grupo de políticos, afirma:

– Toda pessoa de bem precisa repensar o passado, sabe? Trazer de volta os bons tempos da autoridade. Foi o que consertou o Brasil. Eles salvaram o país das mãos dos comunistas. É, os militares não dormem no ponto... Naquela época, tivemos grandes obras, né?... É, o Brasil grande. Era essa a época (TREVISAN, 2019, p. 58).

No discurso desse deputado, fica destacadamente explícito seu apreço por regimes ditatoriais, pela ordem e pela autoridade que se dá através do uso da violência e da repressão. O tom adotado pelo personagem de defesa da ordem e da família, de perseguir os subversivos

e de colocar Deus acima de tudo é um aspecto que sai da nossa realidade na contemporaneidade para a narrativa ficcional. Esse posicionamento é também um diagnóstico da estrutura de pensamento e de ação da figura política que se promoveu nos últimos anos com discursos de intolerância e antidemocráticos na agenda pública brasileira. Trevisan (2019) revelou na entrevista ao *Correio Braziliense* que esse personagem é, inclusive, uma das mudanças em relação ao texto original.

Com a ascensão do novo presidente, cujo nome não gosto de pronunciar porque me faz mal, ponderei com meu editor rever todo o romance porque, em 2016, não havia hipótese de vivermos o que vivemos no ano passado. Fiquei três meses tentando inserir um personagem que apontasse para o que aconteceria em 2018, mas não consegui porque, se inserisse, o romance desandaria. Então, o que fiz foi colocar o capitão no romance, mas ele se retira. É tão forte a sensação de perplexidade que esse personagem sequer entrou no meu romance com a facilidade que os outros políticos estão presentes. Estamos no auge do governo Lula, a suposta idade de ouro, mas com imenso caudal de ironia. Acho que fica bem claro que há um montante de ironia nesse título (MACIEL, 2020).

Quando questionado sobre o golpe militar de 1964, por exemplo, o personagem capitão reage energicamente:

– Nunca houve golpe, não houve. Nem perseguição a ninguém, entende? Uma reação legítima. Os militares defenderam o país. Uma guerra interna, só isso. Eles eram contra o comunismo que queria dominar o Brasil. E os políticos, então? Não fizeram nada. Um Congresso que não serve pra nada, é isso (TREVISAN, 2019, p. 59).

Esse personagem é uma caricatura de muitos atores da vida política brasileira atual, na medida em que se aproxima do movimento de negação histórica e científica, de comprometimento com forças autoritárias e antidemocráticas, de defesa do uso da violência institucional como política de Estado para que uma determinada concepção de autoridade e de ordem sejam colocadas em prática. Negar a política, negar a capacidade das instituições de garantirem a implementação e a execução de direitos coletivos e individuais, negar o passado histórico de uma comunidade política, por mais doloroso e violento que esse passado tenha sido, é negar a própria concepção de ética e de caráter humano de cada indivíduo da nossa sociedade. Embora, possamos aqui discutir nossa aproximação ou nosso distanciamento em relação às posições políticas do ex-presidente Lula, numa coisa não podemos discordar dele: “A política é cheia de falhas porque é humana. Mas, quando se nega a política, o que vem depois é sempre pior”. Essa afirmação foi feita para o prefácio do livro *Delírio do poder*, de Marcia Tiburi (2019). Negada a política, o que pode vir depois é o arbítrio ou a tentativa de poder absoluto, o que cria um cenário não só propício à imposição ideológica, moral e ética, mas também possibilita a promoção da barbárie e da violência física-institucional.

Em *A idade de ouro do Brasil* (2019), nos eventos que se sucedem após a apresentação desse personagem na narrativa, o capitão se desentende com o pastor Clorisvaldo em meio a insultos e acusações, até que Paulão, como é chamado, ameaça com uma arma atirar no pastor. O capitão, então, se retira do salão após esse gesto de violência, pois, pelo menos naquele instante, diante daquele grupo de políticos, não encontrou apoio para um ato tão brutal. Ainda que o deputado não tenha puxado o gatilho, o que fica dessa cena é simbólico, passa pelo âmbito metafórico dessa representação literária. A observação do narrador que vem em seguida é interessante nesse sentido.

Mas a sombra do seu gesto ficou. Aquele braço que ali se ergueu em violência radical e descontrolada determinava uma ruptura não pressentida entre os protagonistas da reunião. O gesto premonitório apontava para um projeto cruel: a barbárie. Não que a crueldade fosse alheia ao grupo, mas era sim inédito aquele tipo de crueldade presente no braço que se levanta sem pedir licença nem desculpa, sem necessidade de esconder seu verdadeiro motor. E era a pulsão de morte, que se levantava do chão para se anunciar como motor inclemente, real, não mais disposta a se camuflar e se repressar. Ali naquele gesto de truculência, inflado de absoluto, havia um fim e talvez um começo. Mas como nem tudo o que começa é novo, naquele gesto possuído pela sanha de retaliação vinham à tona ressentimentos acumulados em diferentes níveis do passado. Graças ao acúmulo de ódios pretéritos, o que se sentia ali era o cheiro, podre sim, da destruição enquanto princípio organizador da barbárie. Sem se dar conta, esses políticos não seriam mais os mesmos. A partir daquele instante em que o braço punitivo se levantou, rasga-se a cortina de um drama medíocre para entrar em cena o desvario da história. O espírito do tempo, com sua lógica grávida de enigmas, determina a supressão da máscara, para que o mal se revele nu. Uma vez cancelada a máscara, a mansão das rosáceas toma o rumo de uma narrativa errática, à procura de um sentido indecifrável. A cena se abre para a necessidade de novos profetas. Ou profetisas, como se verá (TREVISAN, 2019, pp. 65-66).

A potência desse trecho do texto de João Silvério Trevisan (2019) nos surpreende na medida em que os recursos literários e estilísticos são usados para dar forma e para atribuir substância – conteúdo – a um gesto violento, a um ato de barbárie que, como veremos, passou a ser defendido e promovido por meio das nossas instituições e de nossos representantes na vida política. Trevisan (2019) consegue captar um aspecto brutal da realidade, que traduz a própria ruptura da comunicação e da linguagem, e traz esse elemento para a produção literária, reconstruindo-o através das ferramentas das quais o escritor dispõe, uma vez que ele também se coloca como um sujeito capaz de representar essa realidade bárbara e cruel por meio dos recursos próprios da literatura. Assim, um assediador, militar do corpo de bombeiros do Distrito Federal, aponta uma arma e dá socos num rapaz que defendeu uma mulher do assédio do agressor no metrô. Embora não saiba e não conheça o capitão do romance de João Silvério (2019), esse assediador se sente legitimado pela ideia que o personagem representa na narrativa, a ideia que se traduz em manifestação da barbárie e de violências. Manifestações essas legitimadas anteriormente em outros espaços da vida social. No caso concreto do militar de

Brasília, sabemos quem legaliza essas práticas de humilhação, sujeição e desumanização. Vimos, conforme revelado em gravações de uma loja próxima do metrô, a foto do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, estampada na camiseta do militar agressor e assediador.

No romance, após a saída do capitão, o grupo de políticos riem incrédulos e afirmam que uma figura como essa não teria futuro na política. Mas José Carlos, ao contrário, já levanta algumas hipóteses ao se referir ao capitão: “ – Se esse cara estiver à frente do nosso tempo, sua profecia está nos vendo na lata de lixo da história” (TREVISAN, 2019, p. 74). E José Carlos não estava totalmente sem razão, conforme pudemos testemunhar. A escolha dos grupos dominantes, dos controladores dos meios de comunicação, da classe média, de parte da classe política e do judiciário, do latifúndio, de mineradoras e madeireiras, do agronegócio, do capital, dos especuladores estrangeiros, dos banqueiros, a escolha de todos esses setores foi construir um inimigo em comum para que a maior camada da população – as classes trabalhadoras e a base da sociedade – se juntassem no combate a esse inimigo. Essa escolha pela perseguição, pelo obscurantismo e por tantas outras formas de retrocesso, nos levou à ascensão de uma figura pública que em si reflete o que há de mais bárbaro e atrasado do ser humano. Foi assim que Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República em 2018.

Na narrativa de João Silvério Trevisan (2019), após a retirada do deputado-capitão, aspirante à fascista, as Afrodites são chamadas para realizar seu trabalho, entretanto, ocorre uma confusão e um desentendimento. Otávio entrega um cheque à Abelha, mas ela não aceita o valor. Há, então, uma reviravolta na narrativa. Abelha, junto com as travestis, domina e amarra os políticos, dispensa o segurança, e passa a impor suas intenções a partir daquele momento. Entre chantagens de expor os políticos nas redes sociais e ameaças de morte, Abelha começa a investigar a casa de Otávio e a determinar os valores que devem ser repassados ao grupo pelo serviço que seria prestado. Em meio a tudo isso, a personagem vai revelando de onde pode sair o dinheiro para esse pagamento: das propinas, dos caixas dois, do lobby do futuro partido e do caixa da igreja do pastor. Abelha domina a narrativa na medida em que se impõe como a personagem que determina passo a passo as ações do grupo e a negociação junto aos políticos. O trecho em que ela narra ter veneno para matar qualquer um em minutos evidencia o trânsito da personagem entre o que ora é realista ora é teatral – literário –. Abelha se dirige a todos e diz:

– Eu sempre trago comigo, para o caso de decidir... Bem, se estiver cansada demais da vida, tenho uma solução à mão. – Pausa teatral; Abelha toma ares solenes e explica

lentamente. – Mas vocês sabem, tudo pode vazar. De repente, agora mesmo, o veneno pode casualmente ter se misturado a essa deliciosa sopa russa... aí em seus pratos. Clorisvaldo, Hermes e Grinalda engasgam. Gloriosa e Dalila deixam cair as colheres. Lili para de tomar a sopa. Perplexa. Os políticos se entreolham. Boquiabertos, impotentes, as colheres paradas no ar. Rostos amedrontados, sem exceção. Abelha emite um risinho que pareceria legítimo, não fosse tão ambíguo:
– Mas podem ficar sossegados. A sopa não foi envenenada...
Os olhares voltados para ela não denotam nenhuma convicção. Parecem hipnotizados de terror. Abelha aproveita a pausa dramática. Senta-se num lugar reservado, à ponta da mesa. Guarda pacientemente seus badulaques. Abre um largo sorriso para os convivas. Sorve uma colherada do seu prato. Ninguém se move, à espera do efeito maléfico. Abelha controla a cena com perfeição dramática. Nem a mais vil das vilãs, na mão do mais genial roteirista, superaria suas pausas precisas, maquiavélicas (TREVISAN, 2019, p. 143).

Esse jogo entre a realidade e a ficção está presente em toda a construção da narrativa de João Silvério (2019). O uso de imagens e de recursos teatrais, que refletem o objetivo cinematográfico inicial do autor, atribui ainda mais elementos estéticos e literários a esse romance. A construção estética das personagens e os recursos utilizados para estabelecer conexões entre personagem, espaço e tempo nos dão a dimensão de uma obra que consegue fazer essa transição entre real e ficcional de uma maneira bastante comprometida, tanto do ponto de vista literário quanto do ponto de vista político-social. Outro aspecto na narrativa que destaca nesse sentido, são os efeitos da construção de uma determinada masculinidade e virilidade que são também aspectos ressaltados pelos personagens homens cisgêneros. Quando, por exemplo, Lili tem relação sexual com Otávio e Leonilson ao mesmo tempo, os dois personagens cis, ao se tocarem, fazem questão de reforçar uma virilidade que está presente na construção da figura do homem na nossa sociedade, embora o que a narrativa deixa transparecer é que o desejo dos dois era outro.

Agitados ambos, Leonilson e Otávio se movem. Tocam-se. Involuntariamente, e se retraem. Otávio funga, refreia-se. Faz menção de repetir o toque. Leonilson se defende. Na noia da cocaína:
– Nem vem, cara! Eu aqui sou macho alfa, porra. Comigo, basta estalar o dedo que a mulherada aparece. Do nada.
Otávio revida. Indignado e quase ofendido, no mesmo jogo da noia. – Sem essa, Leoni! Se tem um macho alfa aqui, sou eu, cara!
E Leonilson, no pique do pó:
– Meu lance é a sedução natural, tá sabendo? Nasci com esse talento. Sou um cara de atitude. Um macho de verdade. Elas farejam. Sem essa de... vir com a mãozinha... Sai fora, porra” (TREVISAN, 2019, pp. 152-153).

Paralelamente ao seu protagonismo após a reviravolta, Abelha mantém, ainda, um blog, no qual discute um “modelo de re-constituição re-volucionária para uma nova idade de ouro do Brasil”. O romance termina com Abelha, Dalila e Otávio indo de carro em direção ao escritório do político e ao escritório onde o pastor Clorisvaldo guardava o dinheiro recolhido da igreja para, finalmente, receberem o valor que julgavam justo. Esse é um romance que pode levar a

tantas outras discussões que dizem respeito à nossa sociedade. Aqui, me interessa apontar alguns dos elementos autoritários, dos jogos de poder, das estruturas política e econômica advindas do nosso passado colonial e ditatorial, a permanência, a atuação e a influência de atores políticos do passado no presente. Olhar, a partir da narrativa literária, a presença de um perfil de figuras políticas consolidado historicamente e as estruturas de poder ali em volta, mesmo durante o período de um governo progressista no nosso país, nos ajuda a compreender os eventos sociopolíticos que surgiram após junho de 2013.

1.5 As Jornadas De Junho, O *Impeachment* E O Surgimento De Uma Realidade Distópica: Como A Literatura Pode Nos Ajudar A Entender Essa Sucessão De Eventos?

Em 2010, a ex-presidente da República Dilma Rousseff foi escolhida como a sucessora de Lula, eleita como a primeira mulher a ocupar o cargo mais alto do Poder Executivo. Dilma governou durante os quatro primeiros anos (2011-2014) sob constantes questionamentos e pressão da mídia, das elites econômica e política, da classe média e também de alguns setores da classe trabalhadora. Muito desse descrédito em relação à figura da ex-presidente e da instabilidade provocada em torno de seu governo se deve à atitude misógina dos setores patriarcais da sociedade brasileira. Além disso, velhos grupos detentores do poder, que veem o Estado brasileiro como posse ou bem pessoal, acostumados a práticas de corrupção e de protagonismo dentro do jogo político, não aceitaram o papel secundário dentro daquele governo. Eles passariam, então, posteriormente, a boicotá-lo e a articular a derrubada de uma presidente legitimamente eleita pelo voto popular.

As Jornadas de junho de 2013 foram a oportunidade ideal para a ascensão de forças políticas e sociais reacionárias e antidemocráticas. O movimento social que começou por causa de um reajuste da passagem de ônibus, inicialmente em São Paulo, estendendo-se por todo o país posteriormente, teve, de início, o protagonismo e a participação de estudantes e de representantes e setores da classe trabalhadora, também ampliado em seguida para diversos outros segmentos da população. Os protestos de junho rapidamente ganharam apoio de muitos setores da sociedade e as reivindicações e demandas também se ampliaram em proporções até hoje não muito exatas. Passamos da reivindicação do direito à cidade e ao acesso ao transporte público de qualidade a pautas que revelavam, na verdade, um desgaste da população em relação aos grupos políticos dominantes e aos partidos políticos em geral. Muito desse sentimento se deve aos sucessivos escândalos de corrupção reproduzidos massivamente pela mídia, à elevação dos índices de violência urbana e aos efeitos negativos de políticas econômicas que eram

resultados da crise mundial de 2008. Essa crise reflete, na verdade, a predação social e econômica provocada pelo neoliberalismo, sua impossibilidade ontológica de conviver harmoniosamente com um sistema democrático e mais igualitário, além de expor sua incapacidade como sistema econômico que possa servir às nossas relações.

A ascensão de grupos reacionários a partir das Jornadas de junho de 2013 não foi suficiente para impedir a reeleição de Dilma em 2014, foi um primeiro indício de algo que estava por vir mais tarde, foi a revelação inicial de que, ainda hoje, há na nossa sociedade grupos que levantam bandeiras fascistas, pró-ditaduras e antidemocráticas. A ex-presidente da República foi reeleita pelo Partido dos Trabalhadores – PT – em outubro de 2014 contra o candidato da oposição derrotado, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB –, numa margem muito apertada. De imediato, o partido do segundo colocado pediu auditoria da votação sem apresentar fatos concretos que justificasse tal pedido, ou seja, questionou o resultado das urnas e demonstrou, em alguma medida, que não reconhecia a vitória de Dilma. Fato que, mais tarde, daria força, sobretudo nas eleições de 2018, à deslegitimação do processo eleitoral através das constantes insinuações de fraude nas urnas e falta de transparência, suspeitas levantadas recorrentemente pelo candidato vitorioso em 2018.

O PSDB foi, ao longo desse período dos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, o representante da direita, embora essa direita represente diferentes grupos com diversas percepções sobre o Estado e a sociedade, indo de conservadores a reacionários. Luis Felipe Miguel (2019) destaca que a união dessas diferentes orientações doutrinárias da direita se dá pela criação de um objetivo comum, combater um inimigo. O cientista político destaca, ainda, três eixos principais da direita mais extremista: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo comunismo. A ideologia libertariana defende o Estado mínimo, a autorregulação do mercado e tem seguidores sobretudo no campo acadêmico e no ativismo dos Estados Unidos. Essa vertente “reduz todos os direitos ao direito de propriedade” (MIGUEL, 2019, p. 95). Ela é responsável pelo financiamento e surgimento de organizações militantes e movimento estudantil de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL) – responsável por organizar as manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff – e os Estudantes pela Liberdade (EPL). A liberdade econômica é vista por esses grupos em oposição à igualdade defendida pela esquerda. “Estado, esquerda, coerção e igualdade compõem um universo de sentido, enquanto liberdade, mercado e direita formam outro” (MIGUEL, 2019, p. 96).

Luis Felipe Miguel (2019) chama a atenção para o fato de que essa corrente ideológica de direita fecha seus olhos para qualquer outra dicotomia como liberdade/dominação, voltando-

se unicamente para a dicotomia liberdade/igualdade. Essa direita ultraliberal tem um espaço consolidado nos meios de comunicação. “Os *think tanks* ultraliberais não se eximem de defender bandeiras conservadoras, como a proibição do aborto ou o projeto Escola Sem Partido, que tem como um de seus objetivos centrais proibir a discussão sobre igualdade de gênero e liberdade sexual nas instituições de ensino” (MIGUEL, 2019, p. 101). É notória também a atuação do fundamentalismo religioso nesses movimentos e mesmo dentro do Poder Legislativo, conhecido como “bancada evangélica”. “O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate” (MIGUEL, 2019, p. 102). Atuam contra políticas públicas progressistas, como aquelas voltadas ao combate à homofobia e contra qualquer discussão sobre a legalização do aborto, por exemplo.

Esse aspecto também é fundamental para os eventos políticos que se sucederam, uma vez que “os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, como os latifundiários e os defensores dos armamentos, numa ação conjunta que fortalece a todos” (MIGUEL, 2019, p. 102), além de terem uma representação intensiva nos meios de comunicação, por meio de pastores que atuam em prol dessas agendas políticas. O controle de emissoras de rádio e televisão e as alianças com outros grupos reacionários e conservadores revelam como se dá a relação promiscua entre essas lideranças religiosas e a atividade política. “Os líderes religiosos desempenham o papel de novos coronéis da política brasileira” (MIGUEL, 2019, p. 103). Hoje, já observamos, até mesmo, igrejas criando o seu “exército”. Os objetivos dessa manipulação sobre a população são evidentes, consolidar a hegemonia dessas religiões não só na prática religiosa, mas em todas as demais áreas da sociedade, indo desde a vida pública até a vida privada.

A terceira corrente dessa direita radical prega o discurso do anticomunismo, um debate que parecia adormecido. Na América Latina e no Brasil, “A ameaça passou a ser o “bolivarianismo” (a doutrina do falecido presidente venezuelano Hugo Chávez) e o Foro de São Paulo, conferência de partidos latino-americanos e caribenhos de centro-esquerda e de esquerda” (MIGUEL, 2019, p. 104). Ao Partido dos Trabalhadores foi atribuída essa ameaça comunista no Brasil, “gerando uma notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo” (MIGUEL, 2019, p. 104). O formador de opinião Olavo de Carvalho se tornou o símbolo desse grupo através dos meios de comunicação e das mídias sociais.

Todas essas correntes se abraçaram e criaram um inimigo comum, que resultou na maior visibilidade do representante de extrema-direita, Jair Bolsonaro. A defesa da família tradicional,

dos valores cristãos, o discurso anticomunista e contra as políticas públicas voltadas às minorias, além da defesa do Estado mínimo, todos esses elementos integram a agenda fundamentalista, ultraliberal e conservadora da direita que deu uma vitória a um presidente extremista. Essa ascensão da extrema-direita demonstrou que o discurso de defesa dos direitos humanos e de justiça social, que parecia ser consenso no país desde a redemocratização, não se sustentou com a intensificação dos discursos de ódio, apologia à violência e à ditadura.

Aécio Neves, após a derrota em outubro de 2014, em seu primeiro discurso em Plenário no Senado Federal, em 05 de novembro de 2014, afirmou: “Nosso projeto para o Brasil continua mais vivo do que nunca” (TV Senado, 2014). No mesmo discurso, o candidato derrotado afirmou que participou de uma disputa desigual, na qual o partido vencedor havia usado o aparato estatal a seu favor. Ele acusou os adversários de terem agredido “a consciência democrática do país” (TV Senado, 2014), de espalharem “o medo entre pessoas humildes” (TV Senado, 2014), de manipular “o sentimento de milhares de famílias, negando-lhes o livre exercício da cidadania” (TV Senado, 2014). Acusou o partido vitorioso de se aproximar de regimes que não tinham apreço pela democracia, de estimular o ódio e dividir o país ao meio. Mesmo após ter sido derrotado, Aécio Neves continuou se vendendo como a mudança e acusando a presidente reeleita e seu partido de mentirosos. Ou seja, o mesmo ator político que se tornou réu em 2019 quando o Supremo Tribunal Federal recebeu uma denúncia da Procuradoria Geral da República contra o então senador, acusado de prática de corrupção passiva e obstrução de Justiça, não reconheceu em 2014 que havia participado de um processo eleitoral democrático e republicano.

Nesse clima de “nós somos a mudança” e de “um novo Brasil”, que na verdade refletia a frustração de um projeto político derrotado nas urnas, se criou um ambiente político de boicote ao governo, de sabotagem às medidas adotadas por Dilma, de complô contra o partido que venceu legitimamente a quarta eleição consecutiva para presidente. A mídia se aliou a esses grupos inconformados e preparou o cenário para o *impeachment* de Dilma Rousseff que viria acontecer dois anos depois, em 2016. Esse cenário teatral criado no âmbito político permitiu o protagonismo de figuras abjetas da vida democrática, tais como os golpistas, na figura de Michel Temer, então vice-presidente, Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, condenado pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, também responsável por abrir o processo de *impeachment*, e outros atores da oposição. Além da grande mídia, esse cenário ficcional contou com a participação de grupos do Poder Judiciário, destacadamente através da atuação de juízes e promotores da operação Lava jato. O hoje ex-juiz e ex-Ministro da Justiça

e Segurança Pública do governo Bolsonaro, Sérgio Moro, é a maior expressão desse movimento conspiratório advindo do Judiciário.

A narrativa criada por esses grupos tornou possível o surgimento de uma figura ainda mais questionável e antidemocrática, Jair Messias Bolsonaro, capitão reformado do exército, que foi eleito presidente da República em 2018. Bolsonaro, deputado entre 1991 e 2018, até então era um participante da vida política inexpressivo. Mas já aí ele manifestava abertamente seu posicionamento a favor da ditadura, do estado de exceção, da violência policial, exprimia seu discurso de ódio livremente, contra as minorias e a oposição política. Durante o processo eleitoral de 2018, Bolsonaro foi eleito com o mesmo discurso a partir do apoio de uma camada expressiva da sociedade brasileira. Jair Bolsonaro representa não só a ignorância e a pequenez do indivíduo que tem dificuldade em conviver com diferentes vozes e ideias, mas é a expressão e a atualização do fascismo, do autoritarismo e da violência, aspectos dos quais falo mais amplamente no capítulo a seguir.

Bolsonaro venceu as eleições negando a própria política. Ele se mostrou desde o início uma figura populista, autoritária e incapaz de coordenar qualquer plano de governo que fosse. Ele se elegeu em meio ao que a filósofa Marcia Tiburi chamou de delírio e loucura coletiva, assunto amplamente discutido no trabalho *Delírio do poder: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação* (2019). Nesse sentido, Marcia Tiburi adota a ideia de delírio, não como doença, mas como uma categoria de análise política, seja no nível institucional, seja no nível simbólico do termo. A autora destaca que a noção de delírio que permeia sua análise é a de “estar fora de si” (TIBURI, 2019, p. 26). Para a filósofa e escritora, esse delírio é resultado de uma alienação produzida pelas forças dominantes sobre a maioria da população nos sistemas social e econômico. O neoliberalismo é o condutor desse delírio que levou Bolsonaro ao poder.

O capitalismo, ao se deferir a autotutela de determinar os rumos da atividade econômica unilateralmente, impõe necessariamente medidas de deslegitimação da democracia e da própria atividade política. Elites e corporações passam a controlar o discurso da maioria, colocando-a contra si mesma, na medida em que passa a defender o interesse dessas elites econômica e política, e não o interesse da população em geral. Esse sistema espolia as pessoas e retira delas sua capacidade de agir, pensar e questionar, ou seja, permanecem estagnados e indiferentes às injustiças dentro da forma como a sociedade está organizada. Marcia Tiburi (2019) destaca em sua obra a capacidade que o neoliberalismo tem de interferir até mesmo sobre as relações afetivas das pessoas. É necessário retirar das pessoas

[...] sua capacidade de pensar e do seu desejo, assim como de seus sentimentos e emoções. Há um regime afetivo em ação no capitalismo, e ele depende do ódio, do medo, da inveja e de todos os afetos negativos que separam as pessoas, fazendo com que aceitem viver em uma guerra de todos contra todos, indóceis em relação ao próximo, dóceis em relação aos poderosos e ao sistema (TIBURI, 2019, p. 17).

A partir de sua experiência com a candidatura ao governo do estado do Rio de Janeiro em 2018, Marcia Tiburi traz elementos por ela vivenciados que apontam para a ascensão de forças autoritárias e fascistas, ainda que seja um fascismo diferente daquele do século XX, os discursos de ódio e a legitimação da violência adotados como programa por representantes eleitos nos diferentes níveis dos poderes Executivo e Legislativo. “A vida política, como qualquer espaço que envolva o poder, tem seus posseiros e alguns coronéis que se consideram proprietários naturais desses espaços. [...] A política tem que deixar de ser um território sitiado e comandado por coronéis e seus capangas” (TIBURI, 2019, pp. 19-20). A filósofa entende a psicopolítica como “o poder como cálculo sobre as mentalidades, as afetividades, as emoções e os sentimentos” (TIBURI, 2019, p. 21). É nesse sentido também que “O poder, a opressão e a dominação se transformaram sob as novas condições tecnológicas” (TIBURI, 2019, p. 23), conforme veremos mais adiante.

O perigo está em surgir alguém, como acontece de tempos em tempos, com a capacidade de catalisar as negações, as fantasias, os desejos reprimidos. Em geral, populistas e ditadores surgem nessas condições. Foi exatamente nesse terreno que surgiu Jair Bolsonaro. O delírio ao qual Tiburi (2019) faz referência é justamente aquele que sai do campo da fantasia e adentra à realidade, colocando em prática uma visão de mundo ilógica, mas efetiva. A irrealidade e a irracionalidade passam a produzir esse mundo concreto. A filósofa faz a distinção entre dois tipos de delírio. O primeiro é a forma clássica, “na qual o sujeito delirante trata a fantasia como realidade” (TIBURI, 2019, p. 33). O segundo é o que ela chama de “delírio negativo”, ou seja, a negação da realidade e de evidências concretas. “Uma forma básica de negar a realidade é não aceitar argumentos racionais” (TIBURI, 2019, p. 34). Esse delírio se firma nos espaços coletivos na medida em que há a negação do outro, não mais é reconhecida qualquer possibilidade de formação do *eu* a partir da noção de alteridade.

A realidade se constitui na medida em que o *eu* se confronta com o outro. Aqui é construída a própria concepção de alteridade. O *eu* é formado a partir de sua interação com o outro. Negar o outro é negar a realidade. Marcia Tiburi (2019) destaca que a realidade pode ser questionada na medida em que nos percebemos diante do outro. Esse outro é alguém “que rompe com a minha fantasia de totalidade, de autossuficiência, que me dá a chance de estar dentro do mundo para além de uma posição paranoica” (TIBURI, 2019, p. 39). O delírio, ao

contrário, “não admite questionamento” (TIBURI, 2019, p. 40). Ele se constitui a partir de verdades absolutas. Líderes perversos surgem a todo momento com o intuito de manipular os cidadãos a partir dessa lógica psicossocial. Para Tiburi, “o delírio é o lastro da autorização para todo tipo de perversão” (TIBURI, 2019, p. 43). Foi em meio a essa negação do outro, negação da atividade política, negação do conhecimento e da informação com algum grau de seriedade, que surgiu Bolsonaro.

Após a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, o partido já tinha perdido o apoio de setores importantes da sociedade. Somados o aumento do desemprego, a redução do poder de compra, a desaceleração da economia, o corte de investimento em serviços públicos e, principalmente, a armadilha criada pela oposição derrotada nas eleições, a ex-presidente seria impedida ilegalmente de continuar o mandato dois anos mais tarde. Por meio de um movimento reacionário e golpista ascendente, “A direita radicalizada destruiu o frágil arranjo que sustentava o projeto lulista” (MIGUEL, 2019, p. 87). Setores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário agiram concomitantemente para a derrubada de Dilma, o que acabou evidenciando alguma fragilidade dentro das duas principais frentes que caracterizam uma democracia: soberania popular e separação de poderes. “A separação de poderes foi introduzida na engenharia institucional como mecanismo para impedir a tirania, em oposição direta à doutrina absolutista da unicidade da soberania, por meio de freios mútuos que garantem a conservação do sistema político vigente” (MIGUEL, 2019, p. 167). O Ministério Público Federal e a Polícia Federal, órgãos vinculados ao poder Executivo, tiveram ampla autonomia durante os governos do PT. E, no entanto, setores do MPF e da PF não hesitaram na hora de impulsionar o *impeachment* de Dilma.

Por ora, procuro entender de que forma as Jornadas de junho de 2013 anteciparam todos esses eventos posteriores que resultaram na eleição de Bolsonaro. Justamente para pensar como a literatura tem dado conta desse momento que antecede o cenário distópico que viria a se instaurar a partir do *impeachment* de Dilma. A distopia, usada como ferramenta da produção literária, para responder à essa realidade distópica, será objeto de discussão em capítulo adiante. Aqui, tomo como referencial inicial o romance *Os dias da crise*, de Jerônimo Teixeira, lançado em 2019. Essa narrativa é construída no cenário das manifestações de 2013. Trata-se de uma sátira do mundo corporativo que traz como contexto esse momento de ascensão de grupos reacionários e de início de uma realidade distópica, concretizada poucos anos mais tarde.

Alexandre é o narrador-personagem que nos guia diante das relações, das incertezas e das contradições despertadas por aqueles protestos de junho. Ele também nos dá um parâmetro

de como são construídas as relações pessoais e profissionais dentro do seu mundo corporativo cujos interesses são essencialmente econômicos e em torno dos negócios. Alexandre é irmão de Fábio. Fábio é professor universitário e é através dele que Alexandre conhece Helena, uma nova colega de Fábio, professora de literatura brasileira na USP, por quem o personagem central se interessa e com quem passa a ter um relacionamento afetivo e sexual. Laura, filha do personagem-narrador, é uma jovem que no decorrer da vida passou a questionar os privilégios da classe social do pai. Alexandre narra sua viagem à China a negócio, onde foi como representante da empresa visitar um parque industrial, junto com outros dois colegas, Niquil e Eollo. Nesse contexto, aparece um pouco do que move o mundo corporativo, seus interesses, seus jogos, suas motivações, que, afinal, determinam as relações de cada agente dentro desse espaço.

Helena, após o retorno de Alexandre da China, o convida para participar de uma das manifestações de junho de 2013. Ele, na verdade, tinha outros planos para aquele encontro, mas afirmou que Helena estava num “entusiasmo incontornável, irrefreável, irresponsável. Queria se juntar logo ao movimento, queria ocupar as ruas” (TEIXEIRA, 2019, p. 91). Diante desse convite, Alexandre a questionou se agora ela se colocava contra o governo que antes apoiava. Helena afirmava que aquele movimento tinha como objetivo uma estrutura política e social muito mais ampla, o poder. Ela defendia que “os protestos vinham somar-se a um contexto maior, a um momento inédito de democratização da vida urbana, de redescoberta da cidadania” (TEIXEIRA, 2019, p. 91). Alexandre narra suas primeiras impressões desse movimento, quando ainda estava na China, na viagem a negócios.

Já havia lido, na China, sobre protestos contra o aumento da tarifa de transporte urbano em São Paulo. Não dei importância à notícia. Tudo por causa de um aumento de irrisórios vinte centavos na passagem do ônibus? Foi Teodora, minha diarista pernambucana, que me deu o primeiro alerta para as repercussões da tal estudantada, na manhã em que, ainda tonto com o jet lag, eu bebia minha segunda xícara de café preto sem açúcar, preparando-me para o retorno ao escritório. Ela veio me contar dos eventos que testemunhara enquanto eu estava em viagem – do dia em que teve dificuldades de voltar para Itaquera porque “uns baderneiros estavam quebrando tudo” e a polícia fechara o acesso à estação de metrô. Dona Teô – como a vizinha que me recomendou seus bons serviços a chamava e como eu mesmo me acostumei a chamá-la – reprovava gente que quebra vitrines e destrói banca de jornal, mas concedia que alguma coisa tinha mesmo de ser feita, que alguém tinha de reclamar, se fazer ouvir, botar a boca no trombone (TEIXEIRA, 2019, pp. 87-88).

A ideia inicial formada por Alexandre a respeito desses protestos é resultado das narrativas produzidas pela mídia, onde ele lia sobre as manifestações, e pela Dona Teô, sua diarista. Essas são as duas fontes iniciais de formação de uma opinião do narrador-personagem em relação àquele evento político e social. Ele mesmo confessa que no início não deu

importância para a notícia, que a reivindicação a respeito de vinte centavos na passagem de ônibus, para ele, era irrisória. Alexandre, um executivo, que tem acesso a todos os meios de mobilidade que as nossas cidades oferecem, não tinha dimensão da importância do aumento de vinte centavos na passagem de ônibus do trabalhador assalariado e do estudante, nem dos limites impostos por esse aumento ao direito ao acesso à cidade desses grupos socialmente mais vulneráveis. Na vida de um trabalhador assalariado, de um estudante ou de outro grupo mais vulnerável, esses vinte centavos diários determinam se eles terão acesso ou não a alguma produção cultural oferecida pela sua cidade, se terão o direito ao lazer e ao entretenimento, se terão ou não moradia, educação e saúde, com o mínimo de dignidade possível. Para o personagem-narrador de *Os dias da crise* (2019), essa era uma realidade distante.

A diarista de Alexandre é a primeira porta-voz desse movimento social quando ele retorna da China. Dona Teô, politicamente moderada e moralmente conservadora, assim definida pelo próprio narrador, não admitia que os manifestantes – ou baderneiros – quebrassem essa ou aquela vitrine de loja ou banco, mas entendia que certas formas de violência eram necessárias para mudar o cenário sociopolítico do país. Disse ela a Alexandre:

– A situação em que está este país, seu Alexandre! Tá na hora do povo fazer alguma coisa.
Concordei, e ela foi lavar o chão da cozinha.
(Não sei se essa acusação genérica ao Brasil e sua situação também incluiria o patrão das segundas, quartas e sextas-feiras. Por via das dúvidas, dona Teô ganhou um modesto aumento, em julho; eu acabara de perder o emprego, e quis assim tranquilizá-la de que ela mesma não perderia o seu.) (TEIXEIRA, 2019, p. 88).

Esse trecho da narrativa é simbólico, a diarista que se dirige ao patrão e afirma que “Tá na hora do povo fazer alguma coisa” (TEIXEIRA, 2019, p. 88). O patrão, por sua vez, consente, e ela volta para a cozinha. O próprio papel social imposto a essa diarista, suas limitações e suas implicações, a impedem de elaborar um entendimento mais complexo sobre aquele método de reivindicação adotado pelos “baderneiros” nas manifestações. Ela ali, exercendo um trabalho braçal, em geral, numa atividade que é desvalorizada e sobre a qual há uma grande exploração da mão de obra desse(a) trabalhador(a), não compreende as razões daqueles jovens que estão na rua “quebrando tudo”, quando, para ela, deveriam estar estudando ou trabalhando, como ela. Dona Teô, embora seja uma personagem de um romance, ela se aproxima psicologicamente de tantos outros trabalhadores braçais, nas diferentes áreas de atuação, na medida em que essas pessoas aprenderam ao longo da vida que a sua dignidade está relacionada ao exercício de uma atividade laboral sem que haja qualquer questionamento, oposição ou reflexão. Assim, para ela,

estar na rua reivindicando um direito social é deixar de lado esse compromisso com o trabalho e com a sua própria dignidade.

Há também um referencial moral pré-estabelecido pelos agentes que determinam os limites e as possibilidades desses valores morais. Essa moralidade imposta faz Dona Teô acreditar que o espaço político não diz respeito a ela nem aos seus semelhantes, mas unicamente aos atores dominantes envolvidos em tal realidade. Esses atores, integrantes das classes dominantes, estabelecem expectativas que devem ser seguidas pelas classes dominadas. Entre essas expectativas está o fato de exercer uma função social pré-determinada, como o trabalho em muitos casos, não questionar nem reivindicar nenhum direito. Isso é necessário à manutenção tanto da estrutura social tal como ela hoje é organizada quanto do próprio sistema econômico neoliberal. Logo, estar na rua exercendo um direito de livre manifestação é, para Dona Teô, se afastar do seu compromisso ético e moral diário. Ela não entende que quebrar uma vidraça numa manifestação é uma reação simbólica diante de um sistema sociopolítico e econômico que é baseado na violência institucional, na exclusão e no silenciamento dos diversos atores marginalizados e excluídos cotidianamente. Ela não consegue acessar a essa reflexão porque o próprio sistema nunca lhe permitiu.

Também é interessante a atitude de Alexandre nesse trecho da narrativa. Ele questiona a si mesmo se, ao afirmar “Tá na hora do povo fazer alguma coisa” (TEIXEIRA, 2019, p. 88), Dona Teô também não está se dirigindo ao seu patrão. Ela volta para a cozinha e Alexandre dá um aumento de salário para a diarista. Aqui, mais uma vez, tudo se restringe ao campo ficcional. Essa atitude em si não é condenável. É apenas uma abertura para questionarmos em que medida as imposições e as expectativas pré-determinadas pelas elites dominantes limitam a capacidade de reflexão, de posicionamento e de ação dos indivíduos que pertencem às classes dominadas. Alexandre aumenta o salário da diarista. Mas, se olharmos à nossa volta, testemunhamos recorrentemente o patrão que ameaça o empregado de demissão, o empregador que assedia moral, verbal ou fisicamente um funcionário, o chefe que oprime ou pratica algum tipo de preconceito sobre alguém que está hierarquicamente abaixo dele. Todas essas formas de dominação são responsáveis pela manutenção das estruturas social, política e econômica, pela construção de valores morais, éticos e pela própria concepção que as pessoas têm do que é certo ou errado. É por isso que, para as pessoas em geral, quebrar a vidraça do banco, que lucra mais e mais a cada ano em cima dessas mesmas pessoas, é um ato de rebeldia imoral e inaceitável. A mídia também tem um papel fundamental na construção dessa narrativa e desses valores.

Em *Os dias da crise* (2019), Alexandre e Helena se juntaram à massa de pessoas que protestaram nas Jornadas de junho de 2013 em São Paulo. Naquele momento, Alexandre não consegue compreender quais eram exatamente os objetivos e os resultados daqueles protestos. Nem posteriormente, no ano seguinte, durante a escrita do livro, pois o narrador-personagem revela em diversos momentos ao longo do romance que está registrando aquela narrativa por escrito. Ele se limitou apenas a apontar que se tratava de um momento definidor de alguma coisa. “Um instante definidor, como definidoras devem ser todas as revoluções. O que se definiu em junho? Não me pergunte, não nos pergunte. Ninguém soube, ninguém sabe, ninguém jamais entendeu nada” (TEIXEIRA, 2019, p. 87). Talvez possamos nós, hoje, após o *impeachment* de Dilma, depois da eleição de um presidente de extrema-direita em 2018, a partir da comprovação da incapacidade técnica, moral ou republicana desse indivíduo eleito para governar uma nação, apontar os desdobramentos daquele junho, suas consequências e o caminho que esse instante definidor nos fez tomar.

No protesto daquele dia em que estive presente com Helena, Alexandre observou o cartaz “Não é só por vinte centavos” (TEIXEIRA, 2019, p. 92) cujo *slogan* se tornou o marco daquele movimento como um todo. O narrador destaca outro aspecto muito recorrente nas Jornadas de junho de 2013, a presença de grupos impositivos que impediam outros grupos e indivíduos de levantarem a bandeira desse ou daquele partido político. Na narrativa literária, há uma passagem em que manifestantes impedem a exposição de bandeiras partidárias e gritam “ – Partido aqui não, partido aqui não” (TEIXEIRA, 2019, p. 94). Nesse trecho Alexandre já destaca um questionamento que passou pela cabeça de Helena: “Como então queriam democracia sem partidos? Caminho aberto para o fascismo! ” (TEIXEIRA, 2019, p. 94). Essa conclusão à qual Helena chegou naquele momento, é semelhante àquela que faço hoje, alguns anos depois. Ali se iniciou o caminho para a defesa aberta e sem constrangimento de ditaduras, de práticas e ideais fascistas, de defesa da violência policial e institucional, entre outros aspectos dos quais falo no capítulo a seguir.

No romance, o narrador também ressalta o perfil das pessoas naquele protesto: os jovens e estudantes na linha de frente, as primeiras vozes impositivas que reprimiam qualquer manifestação partidária, o confronto com o batalhão de choque, o jovem que devolve a bomba com um chute, e a satisfação que ele, Alexandre, sentia em poder vivenciar tudo aquilo com Helena. Esse protesto também permitiu um encontro e uma reaproximação entre Laura e Alexandre, pai e filha. Ela, sem questionar as razões dele estar na manifestação, foi levada por ele até o hospital por ter sido vítima de uma bala de borracha. Nessa narrativa, a manifestação

política permitiu a Alexandre outros tipos de experiências e aproximações pessoais que divergiam do interesse da maioria ali presente, as lutas políticas.

Gostaria de dizer que as tais Jornadas de Junho foram um marco afetivo na minha vida, que a partir dali minha relação com Laura mudou, que deixamos de brigar em torno de questões políticas que só interessam realmente a um de nós. Como não posso dizer isso, não digo mais nada (TEIXEIRA, 2019, p. 104).

Alexandre mesmo reconhece que não tinha motivação política, ética ou social para estar naquele protesto. Foi com o interesse de ficar com Helena. Isso quer dizer que o papel do executivo nas Jornadas de junho em si não é uma possibilidade aprofundada de reflexão sobre as possibilidades, os objetivos e os resultados daquele movimento social, mas apenas uma abertura para que nós, leitores, críticos, cidadãos, construamos os efeitos e as possíveis leituras desse movimento. É uma tentativa de retornar a um passado recente para que possamos compreender as implicações desse período no presente e, assim, poder de alguma forma projetar coletivamente caminhos para um futuro mais promissor.

Só agora, à medida que vou chegando ao fim deste relato, junho de 2013 deixa de ser uma coisa íntima, afetiva, familiar, segredo de pai e filha. Deixa de ser o meu junho de 2013 para se converter no estranho evento político sobre o qual muito se escreve e do qual pouco se entende (TEIXEIRA, 2019, p. 106).

Alexandre é um executivo capaz de reconhecer seu papel naquele movimento político. Ou seja, ele afirma que não estava lá por nenhum compromisso social nem coletivo. De certa forma, é um narrador-personagem honesto. Não parece querer assumir uma posição oportuna que, na verdade, nunca foi dele nem uma relação pela qual ele jamais se interessou. Somente no final da narrativa, já nas últimas linhas, conforme o trecho acima destacado, é que Alexandre afirma sair do seu relato pessoal, da sua narrativa e da sua percepção sobre aquele evento histórico e político, para a construção de uma compreensão e reflexão coletiva em torno desse evento. O narrador-personagem sai do campo afetivo e íntimo e deixa uma abertura, uma pequena fresta, para que nós, mais uma vez, possamos tomar frente à nossa realidade, analisá-la, compreendê-la e assumir nossas posições dentro desse espaço sociopolítico em constante disputa. Como participantes de grupos que integram uma parte privilegiada da sociedade que tem, entre outras coisas, acesso ao conhecimento e à produção artística e científica, cabe a nós construir caminhos e redes que permitam a integração e a participação de minorias, de grupos marginalizados e excluídos das vidas econômica, política e social do país.

Alexandre narra que ele esteve lá nas Jornadas de junho, mas que não assumiu nenhum compromisso, pois esse é o seu papel, é o que ele pode nos oferecer. Ele, integrante do mundo corporativo, parte do sistema neoliberal, não nos ilude, não tenta criar uma falsa expectativa em

nós leitores que nos leve a ter uma ingênua impressão dos interesses desse narrador-personagem diante daquele evento coletivo. Está lá unicamente para suprimir um desejo pessoal, referente ao grupo ao qual pertence, busca alimentar os anseios de uma burguesia decadente, indiferente à vida política, na medida em que desassocia esta da vida econômica. E, no entanto, podemos acessar alguma coisa promissora no relato desse narrador-personagem. É aí que a literatura surge como uma potência transformadora da vida social. Essa potência não está dada como se fosse uma receita de bolo, não é revelada em tópicos ou asteriscos num romance, nem está presente no imediatismo das relações humanas gerenciadas pelo neoliberalismo, ela está na pequena fresta de luz deixada por uma obra literária, naquilo que não foi dito pelo narrador, mas que de alguma forma soou através de seu relato, da sua voz e dos personagens. O papel de Alexandre em si é limitado:

Sim, eu, o executivo malgrado que sempre foi (e continua sendo) indiferente à política, o burguês decaído, o reacionário, o fascista – eu estive lá, eu vi uma agência bancária ser apedrejada e depredada, eu marchei em direção à avenida Paulista discursando contra a ostentação funerária da classe ociosa, eu sofri a desmoralização do gás de efeito moral, eu fugi da polícia (TEIXEIRA, 2019, p. 109).

Ao final da narrativa, Alexandre retorna ao seu mundo, ao seu comprometimento com a classe à qual pertence. Ele revela o Produto que durante toda a narrativa não foi identificado, que foi o objeto de interesse da viagem do grupo de executivos à China, e que foi apresentado por Eollo em meio ao suicídio de outro executivo, Souza. O Produto, é assim que Alexandre se refere aos negócios que ele, Eollo e Niquil foram fazer na China. O Produto era uma máquina de escrever. Isso talvez seja o que tenha menor importância em toda a narrativa. Alexandre pediu demissão dois meses antes dela ser lançada no mercado e abandonou a carreira executiva. Mas sua carreira profissional pode não ter chegado ao fim, pois o romance termina com uma proposta em aberto de um ex-professor de Alexandre da FGV. O narrador-personagem retorna ao seu mundo e, no entanto, nos deixa alguma coisa através do seu relato literário. “Eu quis apanhar a pedra. Eu queria destruir alguma coisa, sim – alguma coisa bem maior do que uma trivial agência bancária, alguma coisa que no entanto não cairia só com pedradas. Não foi só por vinte centavos” (TEIXEIRA, 2019, p. 124).

A nós, fica o entendimento de que talvez possamos encontrar algo em comum que também precise cair e que não cairá apenas com pedradas. Mas também não pode ser algo que nos impeça de seguir adiante com uma simples bomba de efeito moral, nem a violência institucional exercida diariamente, nem o discurso de ódio difundido por esse ou aquele representante, nem o preconceito praticado por esse ou aquele grupo. Tampouco podemos admitir que roubem nossos ideais, nossos espaços de luta, nossos embates, para que deles usem

em prol de discursos fascistas, antidemocráticos e contra a pluralidade de ideias e de pensamentos. *Os dias da crise* (2019) pode sugerir uma crise que se estende no nosso país desde um momento fixado na narrativa. Esse romance não parece querer dar conta da totalidade dos eventos que dali em diante se sucederam. E nem deve ser essa a pretensão de uma obra literária ou artística. A narrativa literária é um sintoma que se mostra presente, não se silencia, não nos deixa esquecer, mas não nos impede de seguir o imediatismo da realidade posta. Ocorre que esse sintoma vai e vem, está ali ao nosso lado, ressaltando alguma coisa que cabe a nós resolver e lucidar. Ignorá-lo, como qualquer sintoma, pode nos levar ao colapso, à morte, ainda que não seja necessariamente a morte orgânica dos nossos corpos físicos.

Diante de tal cenário, a academia, os movimentos sociais, os grupos políticos progressistas, e mesmo os setores do judiciário e o parlamento comprometidos com o Estado democrático de direito, precisam repensar constantemente suas atuações nos diversos segmentos da sociedade. Essas atuações determinarão a manutenção dos direitos conquistados pela via constitucional ou a completa dissolução da efetividade do texto constitucional e a total ruptura com o sistema democrático. A universidade, por exemplo, precisa reafirmar a todo instante seu compromisso com a formação não só profissional do indivíduo, mas também sua formação crítica como cidadão. O direito deve se apropriar da sua função contra-majoritária e assegurar o respeito às garantias constitucionais das minorias por parte das demais instâncias do Estado. A arte e a cultura também precisam reafirmar seu lugar de resistência e de reconfiguração da realidade imediata, pois são elas que podem projetar um raio de luz na pequena fresta que fica na leitura de cada romance, poesia ou canção, e em tantas outras manifestações artísticas. É esse movimento da literatura diante de um cenário distópico que analiso nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2. A REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DE UMA NOVA AGENDA POLÍTICA: ENTRE AUTORITARISMO, FASCISMO E ESTADO DE EXCEÇÃO

2.1 Uma Nova Ordem – Entre O Velho E O Novo

Este capítulo se insere no estudo da ascensão do autoritarismo e do populismo em algumas democracias liberais pelo mundo nos últimos anos. A ideia é analisar de que forma correntes autoritárias e antidemocráticas têm reestabelecido seu projeto de poder nas raízes de democracias como o Brasil. O romance *A nova ordem*, de B. Kucinski, publicado em 2019, pode nos ajudar a pensar o cenário sociopolítico brasileiro atual e suas possibilidades. Um dos objetivos deste capítulo é o de compreender de que forma movimentos políticos e ideológicos contrários aos princípios do Estado democrático de direito se firmam, na nossa realidade e no romance. Nesse sentido, a partir da produção literária contemporânea, procuro construir algumas reflexões em torno de aspectos do autoritarismo, do fascismo e do estado de exceção presentes na nossa sociedade. Consequentemente, percorro o pensamento foucaultiano a respeito da formação de regimes e de sistemas políticos que se organizam para exercer certo controle sobre os corpos e as mentes dos indivíduos.

Vou, ainda, abordar outros conceitos e discussões mais recentes, tal como a necropolítica de Achille Mbembe (2018), que podem me ajudar a compreender as problemáticas sociopolíticas da atualidade. Por fim, orientado por estudos que buscam observar fissuras no sistema democrático das últimas décadas e pela concepção de pós-democracia (CASARA, 2019), procuro identificar os limites e as possibilidades do Estado democrático de direito na atualidade e se já podemos falar num novo paradigma social. Quer dizer, se, de fato, podemos falar em transição do Estado democrático de direito para uma Pós-democracia ou um outro movimento interpretado por algum outro conceito que possa representar o maior conjunto possível de elementos inerentes ao nosso cenário sociopolítico e econômico.

Algumas questões vão me orientar neste início. Por exemplo, como tem sido construído esse movimento crescente populista e autoritário pelo mundo afora na contemporaneidade? De quais aspectos do passado autoritário, fascista e totalitário de muitos países ao longo do século XX esse movimento atual tem se apropriado para atribuir novos e velhos sentidos? Como esses sentidos têm sido ressignificados no presente mediante os interesses econômicos e políticos das forças dominantes hoje? E como tem reagido a produção literária, especialmente a literatura brasileira contemporânea, diante de tal cenário imposto a todas e todos nós? Ao longo deste trabalho, procuro explicar esses fenômenos e responder a esses e outros aspectos da

representação literária da ascensão de forças antidemocráticas no tempo presente, discutindo, por exemplo, que, mesmo nas democracias liberais, as instituições que compõem esse sistema de governo e essa comunidade política impõem certos limites à liberdade de seus cidadãos.

2.2 Populismo E Autoritarismo: Fissuras Na Democracia

Analiso a seguir alguns elementos que anunciam ou apontam um primeiro indício de ruptura democrática e ascensão do autoritarismo. Para chegar à uma análise que dê conta minimamente da complexidade que a realidade brasileira apresenta, estudo inicialmente esse movimento autoritário em outras comunidades políticas a partir da produção acadêmica recente. Alguns desses elementos comuns que revelam uma face autoritária de um líder político são a ameaça de não aceitação do resultado das eleições, intimidação e perseguição à imprensa e a jornalistas e colocar o adversário político como inimigo. Esses são, inclusive, aspectos destacados pelos cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt no livro *Como as democracias morrem* (2018). Ressalto que, embora a discussão dos dois cientistas políticos estadunidenses apresente diversos pontos suscetíveis a críticas e questionamentos, como o fato deles atribuírem aos Estados Unidos a ideia de país promotor da democracia no mundo, ainda assim, me concentro aqui nos aspectos comuns que ambos levantam para identificar regimes e líderes políticos autoritários.

Uma primeira constatação que Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) fazem, e com a qual acredito que todos concordamos, é a de que há uma forma tradicional de ruptura democrática, aquela imposta mediante o uso de armas e do aparato militar, como ocorreu na Argentina, no Brasil e no Chile na segunda metade do século XX. Mas há igualmente, sobretudo hoje, uma possibilidade de ruptura que pode ser executada por líderes eleitos. Em *Como as democracias morrem* (2018), os exemplos suscitados são o da ascensão de Adolf Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália e Hugo Chávez na Venezuela em 1998. Não é meu objetivo entrar na discussão a respeito das especificidades e semelhanças que têm ou não esses regimes. O que destaco é que existe agora uma abertura para que haja ruptura democrática não mais por meio de ditaduras e golpes militares tradicionais, nem mediante o uso da força coercitiva e anuladora do outro imposta pelo fascismo e comunismo. Agora, a maioria dos países consegue realizar eleições regulares. Percebemos, porém, que países como Hungria, Nicarágua, Filipinas, Polônia, Rússia, Turquia e Venezuela são alguns exemplos contundentes de dissolução do regime democrático na atualidade.

Essa guinada antidemocrática e populista não é uma exclusividade brasileira no presente como comecei a apontar no capítulo anterior. Vejamos como ela tem se apresentado em outros lugares. A Hungria, por exemplo, se dirige rumo a uma autocracia sob o comando do primeiro-ministro Viktor Orbán, desde 2010. Orbán nomeou para o supremo tribunal religiosos radicais – sectários –. Tomou o controle dos meios de comunicação públicos e de importantes jornais, além de ter realizado alterações no sistema eleitoral. Em 2018, o governo húngaro expulsou uma importante universidade do país. “Orbán foi rebatizado primeiro-ministro em eleições na maior parte livres, mas não mais justas” (MOUNK, 2019, p. 9). As eleições passam a ser consideradas injustas na medida em que o governo manipula a seu favor o sistema eleitoral, os meios de comunicação e outros setores da sociedade. Recentemente, em março de 2020, em meio a pandemia mundial provocada pelo coronavírus, o parlamento húngaro aprovou lei de emergência que permite a Viktor Orbán governar por decretos, conferindo-lhe poderes quase ilimitados. Essa expansão autoritária é um elemento presente também em países como Polônia, Áustria, República Tcheca, Turquia, Estados Unidos e Brasil (MOUNK, 2019). Na Europa, esse movimento autoritário tem conseguido levantar forças antidemocráticas até mesmo em países com democracias consolidadas como a Itália, onde populistas conquistaram dois terços nas eleições legislativas de 2018 (MOUNK, 2019).

Baseados em outro cientista político – *The Breakdown of Democratic Regimes*, de Juan Linz –, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) pensaram em quatro sinais ou indícios da presença de um ator político autoritário:

- 1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 32).

Argumentar constantemente que o sistema eleitoral precisa ser alterado porque está sujeito a fraude é um primeiro sinal de alerta. No caso do Brasil, o movimento que tenta a todo custo deslegitimar a segurança das urnas eletrônicas e regredir ao voto de papel é um sintoma evidente dessa primeira ameaça à democracia. O segundo sinal, essa tentativa também rotineira de anular ou afastar o oponente político das zonas de disputas legítimas também se tornou comum nas democracias hoje. Em relação ao terceiro sinal, no Brasil, temos inúmeros exemplos de encorajamento ao uso da violência para combater a força política oposta. Para citar um deles, na disputa eleitoral de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro afirmou em campanha: “vamos fuzilar a petralhada”, se referindo ao partido político adversário. O quarto sinal também pode se manifestar de diferentes formas e graus. Ameaçar publicamente redes de comunicação e

restringir o trabalho e a atuação de servidores públicos, seja por cortes nos financiamentos seja por perseguição, são exemplos contundentes da presença desse elemento. Os *outsiders* populistas, em geral, se caracterizam por um ou mais desses elementos que os diagnosticam como uma figura autoritária. Além disso,

Populistas são políticos antiestablishment – figuras que, afirmando representar a “voz do povo”, entram em guerra contra o que descrevem como uma elite corrupta e conspiradora. Populistas tendem a negar a legitimidade dos partidos estabelecidos, atacando-os como antidemocráticos e mesmo antipatrióticos. Eles dizem aos eleitores que o sistema não é uma democracia de verdade, mas algo que foi sequestrado, corrompido ou fraudulentamente manipulado pela elite. E prometem sepultar essa elite e devolver o poder “ao povo” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 32).

Jair Bolsonaro, Donald Trump e Viktor Orbán, todas essas são figuras políticas autoritárias, marcadamente populistas, que num momento ou em outro veem a oportunidade de apresentar seus projetos de poder como possibilidade real. São populistas na medida em que se colocam como único representante capaz de atender às expectativas sociais, econômicas e ideológicas de determinada comunidade política. Segundo Yascha Mounk, “O que define o populismo é essa reivindicação de representação exclusiva do povo – e é essa relutância em tolerar a oposição ou respeitar a necessidade de instituições independentes que com tamanha frequência põe os populistas em rota de colisão direta com a democracia liberal” (MOUNK, 2019, p. 10). Populistas são construídos a partir de narrativas anticorrupção e de defesa de valores hegemônicos, quando, na verdade, Mounk (2019) percebe em seus estudos que há em muitos casos um aumento sistemático da corrupção nesses países. O cientista político demonstra também que há uma tendência desses governos populistas em fazer alterações na constituição para expandirem seus poderes e se prolongar como a principal liderança política do país. Consequentemente, é uma prática recorrente desses governos a supressão de liberdades políticas e civis. É nesse sentido que a eleição de Jair Bolsonaro é uma ameaça à própria democracia liberal no Brasil.

Compreender esse movimento político distópico que se destaca na realidade brasileira atualmente exige, em alguma medida, voltarmos nossos olhos para outros contextos, as experiências de consolidação ou de ruptura democrática de outros países. A complexidade dessas novas forças políticas autoritárias está no fato de que o autoritarismo contemporâneo se vale da própria via eleitoral e das instituições democráticas para desestabilizar o regime. Isso é feito de forma lenta e gradual na maioria das vezes. Controle do sistema eleitoral, restrição à liberdade de imprensa, discurso e ações contrárias ao princípio da independência das instituições que representam os poderes numa democracia e perseguição e silenciamento da

oposição, essas são algumas das características que aproximam todas as lideranças políticas populistas e autoritárias desses e de outros países. Grupos extremistas e autoritários têm levantado a voz nos últimos anos em países como Áustria, Alemanha, Espanha, França, Grécia, Holanda e Suécia. Isso quer dizer que, mesmo em países com democracias estáveis e consolidadas, há um movimento de deslegitimação das forças políticas democráticas e da própria democracia. Todas essas características refletem uma agenda política populista (MOUNK, 2019). O que Mounk apresenta como questionamento é até que ponto esse movimento na atualidade coloca a democracia liberal em risco.

Yascha Mounk (2019) defende que as características que aproximam figuras populistas são muitas. Donald Trump nos EUA, Nigel Farage na Grã-Bretanha, Frauke Petry na Alemanha e Marine Le Pen na França, todos esses atores políticos adotam um discurso de que a política é uma atividade simples, na qual deve prevalecer a voz do povo. Eles negam a complexidade das relações políticas e, conseqüentemente, as dificuldades que as relações humanas apresentam. Segundo esses atores, essa complexidade advém de um suposto mau uso da máquina pública em favor de grupos contrários aos ideais desses representantes populistas. Para Trump, por exemplo, essa culpa está fora do país: são os imigrantes latino-americanos e muçumanos, é a China comunista, entre outros. De algum modo, o estrangeiro ameaça a identidade nacional. É essa aproximação em comum que Trump tentou estabelecer com o cidadão médio estadunidense para vencer as eleições em 2016, um vínculo criado a partir da construção de um inimigo comum (MOUNK, 2019). No Brasil, a mesma coisa com Bolsonaro.

Os populistas, então, se apresentam como única possibilidade para liderar uma comunidade política. Para isso, defendem, ainda, ser necessário criar mecanismos que apaguem obstáculos institucionais aos avanços da vontade da soberania popular, segundo a óptica deles. Esses aspectos são bastante evidentes em países como a Polônia e a Turquia, onde foram criados inimigos internos e externos, onde houve manobras jurídicas e eleitorais a favor do chefe do Executivo, e onde esse mesmo poder estatal assumiu o controle da mídia. A Hungria, conforme citei acima, é outro exemplo desse movimento de retomada por forças antidemocráticas. Após anos de crescimento econômico, transição pacífica entre governos, mídia independente e consolidação da democracia na década de 1990, o partido de centro-esquerda no poder se envolveu num escândalo de corrupção que resultou no descontentamento popular e na ascensão de Viktor Orbán, do partido Fidesz, de extrema direita, nas eleições parlamentares de 2010 (MOUNK, 2019).

Uma vez no governo, Orbán consolidou sistematicamente seu controle. Indicou seguidores leais para dirigir estações de TV estatais, chefiar a comissão eleitoral e controlar o tribunal constitucional do país. Mudou o sistema eleitoral em proveito próprio, forçou a saída de empresas estrangeiras para favorecer o lucro de seus cupinchas, instituiu regulamentação excessivamente rígida para as ONGS e tentou fechar a Universidade Centro-Europeia (MOUNK, 2019, p. 25).

Para Mounk, o que separa atualmente Orbán do modelo de democracia liberal é o fato dele não garantir a independência das instituições nem assegurar os direitos individuais. Significa dizer que houve o surgimento de um Estado iliberal. O cientista político também apresenta o caso da crise econômica na Grécia em 2015 como um exemplo em que a força do mercado e o controle dos tecnocratas prevaleceram sobre a vontade do povo. Isso para dizer que estão ocorrendo duas situações aparentemente distintas nas democracias.

Por um lado, as preferências do povo são cada vez mais iliberais: os eleitores estão cada vez mais impacientes com as instituições independentes e cada vez menos dispostos a tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas. Por outro lado, as elites vêm assumindo o controle do sistema político e tornando-o cada vez mais insensível: os poderosos estão cada vez menos dispostos a ceder às opiniões do povo. Como resultado, liberalismo e democracia, os dois elementos centrais de nosso sistema político, começam a entrar em conflito (MOUNK, 2019, p. 29).

Parece evidente que demagogos e líderes políticos com pretensões autoritárias estejam presentes nos mais diferentes contextos sociopolíticos mundo afora. Mesmo nas democracias consolidadas, eles lá estão esperando uma oportunidade para implementar seu projeto na maioria das vezes violento e antidemocrático. Nesse sentido, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) defendem que as elites políticas e os partidos funcionam como filtros, quer dizer, “os partidos políticos são os guardiões da democracia” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 31). Acredito que essa é uma afirmação problemática, sobretudo se pensarmos no papel que o “Centrão” tem na agenda política brasileira. O “Centrão” é formado por um conjunto de grupos e partidos políticos conservadores, uma unidade baseada no clientelismo dentro do Poder Legislativo, que procura sempre se aproximar do Poder Executivo a fim de manter privilégios pessoais e classistas. Essa força política é uma das nossas maiores demonstrações de dissolução entre os limites e as fronteiras de atuação pública e privada. Então, afirmação acima de Levitsky e Ziblatt (2019) não considera um fator como esse. Entretanto, se nos voltamos para um ideal de função social de um partido político dentro da sociedade, aí esse argumento tenha talvez uma fundamentação mais concreta na nossa realidade.

Como exemplos de sucesso, Levitsky e Ziblatt (2018) citam os casos das elites políticas belga e finlandesa. Na Bélgica, os atores políticos se articularam durante a ascensão do nazismo e do fascismo e combateram esses movimentos totalitários dentro do país. Na Finlândia, um movimento de extrema-direita surgiu em 1929 e passou a ameaçar a jovem democracia

finlandesa. O movimento extremista Lapua se radicalizava e, então, “os partidos conservadores tradicionais da Finlândia romperam com ele de maneira decisiva” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, pp. 38-39). Caso mais recente aconteceu na Áustria, em 2016, onde diferentes forças políticas se uniram para isolar o extremista Hofer, do Partido da Liberdade, no segundo turno das eleições.

No Brasil, os efeitos do neoliberalismo também têm se imposto sobre as regras e os princípios do sistema democrático. A economia brasileira não é pensada em relação a outros fatores, como desenvolvimento social, avanço tecnológico, investimento em educação e combate às desigualdades. Todas essas são questões que os atores políticos do Estado democrático de direito precisam resolver. Entretanto, os interesses do sistema econômico são colocados acima das demais áreas dessa comunidade política. E essa sobreposição favorece os grupos econômicos dominantes, reforçando nossas estruturas social e econômica desiguais. Com isso, outros aspectos como educação, saúde e cultura, no caso brasileiro, são pensados de forma marginal ou secundária. Nem mesmo o desenvolvimento tecnológico, que é um fator que eleva os índices de desenvolvimento econômico de qualquer democracia liberal na atualidade, não é pensada atualmente como projeto de governo no Brasil. Aqui, temos mais esse agravante, nosso desenvolvimento econômico e tecnológico é limitado na medida em que não há interesse político em expandi-lo. Consequentemente, nossa economia se torna subserviente à economia de outras potências mundiais. A lenta discussão a respeito da implementação do 5G no país é um exemplo próximo de nós.

Criou-se, então, uma ideia consensual de que liberalismo e democracia poderiam andar juntos, formando um contexto político-social estável, resiliente e coerente. Entretanto, com o surgimento dessa tendência de se construir comunidades iliberais e pelo fato das elites assumirem um viés antidemocrático, há, como resultado, uma colisão entre liberalismo e democracia. Para Yascha Mounk (2019), a desestabilização da democracia liberal tem resultado na formação de democracia iliberal – democracia sem direitos – e em liberalismo antidemocrático – direitos sem democracia. Yascha Mounk (2019) aponta três frentes principais responsáveis pelo enfraquecimento da democracia liberal, nas quais também devemos atuar para restabelecer os padrões ideais de uma democracia. A primeira delas é a política econômica, responsável por impor uma desigualdade em países como o Brasil e estagnar o padrão de vida em locais como os EUA e a Europa. Outro ponto é a dificuldade em aceitar grupos étnicos e culturais diferentes de uma determinada maioria, o que resultou em muitos casos em

preconceito e tirania. A última frente que desestabilizou o sistema democrático foi a disseminação de discursos de ódio e de *fake news* por meio da internet e das mídias sociais.

Na tentativa de responder questões tais como se a ascensão do populismo resultará na desintegração da democracia liberal, Yascha Mounk (2019) passa por uma discussão em torno dos termos liberalismo e democracia. O cientista político destaca que liberal, no seu trabalho, não é utilizado “para indicar as opiniões políticas da pessoa: há liberais e conservadores, assim como há esquerda e direita, democratas e republicanos” (MOUNK, 2019, pp. 42-43). Mounk utiliza o termo liberal para se referir a “alguém comprometido com valores básicos como a liberdade de expressão, a separação de poderes ou a proteção dos direitos individuais” (MOUNK, 2019, p. 43). Ainda segundo Mounk, outra diferenciação necessária deve ser feita entre liberalismo, democracia e instituições que compõem o Legislativo e o Judiciário, por exemplo. Para Steven Levitsky e Lucan Way, o primeiro, autor de *Como as democracias morrem* (2018), democracia é o sistema político no qual se tem eleições livres, justas e competitivas, sufrágio universal, proteção ampla das liberdades civis, entre elas liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade de associação, e a não presença de autoridades não eleitas – militares, monarquias, grupos religiosos – que procurem restringir os limites dos direitos políticos dos representantes eleitos. Para o cientista político Robert Dahl, esses seriam os “minimalistas procedimentais”. É um modelo que engloba a proteção dos direitos individuais.

Por outro lado, é igualmente importante destacar um aspecto para o qual Marilena Chaui chama a atenção no trabalho *Sobre a violência* (2018). O liberalismo implementado pelos burgueses após a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa se consolidou com o ideal de garantia das liberdades individuais. Embora esse movimento histórico e político tenha resultado na separação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, separação entre o Estado e a Igreja e a garantia de eleição dos representantes, é necessário destacar que esse modelo burguês de república, que derrubou e substituiu a monarquia absoluta, se firmou a partir da divisão social das classes, à medida que se tinha os indivíduos livres e iguais – os burgueses – de um lado e os “dependentes” – trabalhadores e mulheres – do outro lado. Foi por meio de ideias e práticas democráticas surgidas em movimentos operários e socialistas no decorrer do século XIX que a burguesia implementou pouco a pouco esses ideais. E somente a partir das lutas políticas ocorridas ao longo do século XX que se garantiu o direito de voto a todas e todos por meio do sufrágio universal.

A democracia é, assim, reduzida a um regime político eficaz, baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais (CHAUI, 2018, p. 33).

Em *O ódio à democracia*, Jacques Rancière (2014), retoma um fundamento de Marx sobre a propriedade para pensar a organização da democracia. Ele destaca inicialmente que “as leis e as instituições da democracia formal são as aparências por trás das quais e os instrumentos com os quais se exerce o poder da classe burguesa” (RANCIÈRE, 2014, p. 8). Posteriormente, chegamos a uma democracia que Rancière denomina democracia real, ou seja, “uma democracia em que a liberdade e a igualdade não seriam mais representadas nas instituições da lei e do Estado, mas seriam encarnadas nas próprias formas da vida material e da experiência sensível” (RANCIÈRE, 2014, p. 9). Entretanto, esse ódio à democracia ao qual o autor francês remete não corresponde a nenhum desses modelos, ainda que tenha elementos próprios de um ou de outro. “O novo ódio à democracia pode ser resumido então em uma tese simples: só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização democrática” (RANCIÈRE, 2014, pp. 10-11).

Jacques Rancière (2014) demonstra como é complexa a relação entre diferentes democracias na medida em que essa relação se dá por meio de dominação econômica, política, bélica e geográfica. Como exemplo, o autor destaca a pretensão norte-americana e europeia de quererem levar o ideal de paz e a democracia ocidental para o conflito Israel-Palestina. Ele lembra, ainda, que essa mesma paz-democrática europeia resultou no Holocausto e no extermínio dos judeus. Rancière (2014) analisa as possibilidades de interpretação da palavra democracia. Recorrentemente, democracia é entendida como

[...] uma sociedade governada por um Estado que assegura a liberdade dos indivíduos e a participação da maioria na vida pública. As declarações dos direitos humanos representavam a carta magna dessa relação de equilíbrio entre a força reconhecida da coletividade e a liberdade assegurada dos indivíduos. O contrário da democracia chamava-se então totalitarismo. A linguagem dominante denominava totalitários os Estados que, em nome da força da coletividade, negavam ao mesmo tempo os direitos dos indivíduos e as formas constitucionais da expressão coletiva: eleições livres, liberdade de expressão e de associação. O nome de totalitarismo pretendia significar o próprio princípio dessa dupla negação. O Estado total era o Estado que suprimia a dualidade do Estado e da sociedade, estendendo sua esfera de exercício à totalidade da vida de uma coletividade. Nazismo e comunismo eram vistos como os dois paradigmas desse totalitarismo, fundamentados em dois conceitos que pretendiam transcender a separação entre Estado e sociedade: raça e classe (RANCIÈRE, 2014, p. 21).

Hoje, há a expansão de discursos antidemocráticos que têm algumas características em comum. Uma delas, apontada por Rancière (2014), é o fato de que essa corrente antidemocrática atribui à democracia elementos que antes eram atribuídos ao totalitarismo. O

autor francês defende que esse é um processo de desfiguração e de recomposição que se iniciou na década de 1980. Já havia uma oposição clássica estabelecida para diferenciar totalitarismo e democracia: “democracia parlamentar e liberal, fundamentada na restrição do Estado e na defesa das liberdades individuais, e democracia radical e igualitária, que sacrifica os direitos dos indivíduos à religião do coletivo e à fúria cega das multidões” (RANCIÈRE, 2014, p. 24). A democracia liberal, então, predominou na medida em que se dizia mais pragmática e prometia uma conformação dos interesses divergentes, amenizando as vontades revolucionárias e as forças violentas. Houve, ainda, a queda do império soviético, principal exemplo talvez da tentativa de construção desse ideal de democracia igualitária e radical. “Uma vez que o conceito de totalitarismo não tinha mais uso, a oposição de uma boa democracia dos direitos humanos e das liberdades individuais à má democracia igualitária e coletivista também se tornou obsoleta” (RANCIÈRE, 2014, p. 27). Posteriormente, o pensador francês analisa a democracia a partir de um ideal. A democracia não é algo empenhado em atender as expectativas e interesses privados dos indivíduos. Ela é, antes,

[...] o processo de luta contra essa privatização, o processo de ampliação dessa esfera. Ampliar a esfera pública não significa, como afirma o chamado discurso liberal, exigir a intervenção crescente do Estado na sociedade. Significar lutar contra a divisão do público e do privado que garante a dupla dominação da oligarquia no Estado e na sociedade (RANCIÈRE, 2014, p. 72).

Todas as lutas sociais e políticas que nos levam para esse ideal democrático dizem respeito à uma série de reafirmações do caráter público de muitos espaços e instituições que, muitas vezes, são interpretados como privados. Também se referem a um conjunto de atores políticos – minorias sociais – que passam a ocupar esses espaços. Amplio mais essa ideia no quarto capítulo. Por enquanto, é importante entendermos essa ideia de efetivação da democracia na medida em que a extensão e as limitações das esferas pública e privada são estabelecidas para pensar a vida coletiva e garantir direitos básicos a todos. Assim, Rancière (2014) defende que o movimento democrático se dá num caminho duplo de transgressão: por um lado, a igualdade que contempla os atores públicos deve abranger outras esferas da vida comum e privada, “em particular, a todos que são governados pela ilimitação capitalista da riqueza” (RANCIÈRE, 2014, p. 75); por outro lado, todos os cidadãos precisam se ver pertencentes e membros dessa esfera pública.

Yascha Mounk (2019), por sua vez, define democracia com um conjunto de elementos que ele mesmo defende como mais simples, no qual fica subentendido eleições minimamente livres e justas. Para ele,

A *democracia* é um conjunto de instituições eleitorais com poder de lei que traduz as opiniões do povo em políticas públicas.

As instituições *liberais* efetivamente protegem o Estado de direito e garantem os direitos individuais – como a liberdade de expressão, de religião, de imprensa e de associação – para todos os seus cidadãos (incluindo as minorias étnicas e religiosas).

A *democracia liberal* é simplesmente um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático – um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas (MOUNK, 2019, p. 44).

O cientista político assim define a democracia liberal para afirmar que ela pode se desmembrar em outras duas formas: as democracias iliberais, nas quais o Executivo submete as instituições independentes aos seus interesses ou restringe os direitos das minorias, e os regimes liberais, que podem ser antidemocráticos, nos quais as elites dominantes submetem a vontade popular de maneira que ela não pode resultar em políticas públicas. É esse cenário que Yascha Mounk (2019) arrisca apontar para o século XXI. De um lado, o surgimento de democracias iliberais, ou seja, democracias sem direitos, e de outro, liberalismo antidemocrático, o que quer dizer, direitos sem democracia.

O autor (2019) aponta o ódio aos imigrantes e às minorias étnicas, os ataques e a perseguição à imprensa, a disseminação de *fake news* e o desejo do surgimento de um líder que fale em nome do povo, como os primeiros indícios da deslegitimação da democracia liberal nos EUA e na Europa Ocidental. Nesses países, após um período de estabilização do sistema político, centro-esquerda e centro-direita alternaram o poder, movimentos e partidos inexpressivos ou marginais entram no cenário político nos últimos anos. Também é possível perceber esse movimento radical de uma forma ou de outra em países como a Itália, a Grécia e a Espanha. Na França, em 2017, Marine Le Pen da Frente Nacional, partido de extrema direita, venceu o partido de centro-esquerda e disputou a eleição presidencial diretamente com o candidato de centro-direita Emmanuel Macron, o qual acabou vencendo. “A mesma história vale para Áustria, Holanda, Finlândia e Alemanha: em todos esses países, populistas de extrema direita celebraram um sucesso sem precedentes nos últimos anos ao proclamar que estavam do lado do povo” (MOUNK, 2019, p. 52).

Mounk (2019) defende que essa ascensão populista é marcadamente iliberal. Ainda que o populismo tenha algum elemento de democracia, na medida em que representa a vontade de uma maioria, o risco é que, com o controle da imprensa e a dissolução da independência das instituições que compõem o Estado, governos iliberais passem do populismo para uma ditadura. Yascha Mounk (2019) aponta que essa transição de um populismo para um regime autoritário ocorreu, por exemplo, na Turquia, na Rússia e na Venezuela. Em última análise, o populismo é antiliberal e antidemocrático, conforme argumenta Ivan Krastev. A diferenciação que ocorre

nos tipos de populismo como o de Donald Trump é que ele não visa abolir a democracia como nas ditaduras de direita ou no comunismo soviético, procura, antes, se valer de eleições para que as pessoas comuns se vejam representadas. O racismo, a xenofobia e a homofobia nada mais refletem que a formação humana e ética dessas pessoas comuns. Por isso, “Para entender a natureza do populismo, devemos admitir que ele é tanto democrático como iliberal – que ele busca tanto expressar a frustração do povo como minar as instituições liberais” (MOUNK, 2019, p. 54). Essas instituições liberais são fundamentais à manutenção e consolidação da própria democracia.

Vários são os motivos que explicam esse cenário. Mounk aponta alguns deles: a globalização, a automação, a mudança da manufatura para os serviços e o crescimento da economia digital. O cientista político chama a atenção para o fato de que desenvolver políticas públicas que controlem os índices de desigualdade e mantenham o desenvolvimento econômico e tecnológico não é uma tarefa simples nem imediata. Ele cita o caso da disputa presidencial entre Donald Trump e Hillary Clinton como um exemplo em que a simplicidade do discurso e das propostas do primeiro venceu a complexidade das propostas de Clinton. Trump ficou marcado por uma certa autenticidade, enquanto que Clinton ficou marcada por uma incapacidade e indiferença. “É precisamente por isso que soluções fáceis, superficiais, ocupam o coração do apelo populista” (MOUNK, 2019, p. 57).

Na Turquia, por exemplo, Erdoğan usou o discurso de combate ao terrorismo para prender opositores, acadêmicos e jornalistas. Líderes populistas como Marine Le Pen na França, Alice Weidel na Alemanha e Matteo Salvini na Itália “afirmam que os políticos do establishment odeiam a maioria branca e cristã” (MOUNK, 2019, p. 60). Esses populistas constroem saídas simples para uma comunidade política e acusam os demais políticos de incompetentes e de estarem preocupados consigo mesmos, de serem ligados a algum grupo ou minoria étnica contrários aos valores da maioria hegemônica. Conseqüentemente, esse líder populista se mostra como única solução para os problemas de um povo. Trump, durante as eleições nos EUA, afirmava: “EU SOU SUA VOZ” (MOUNK, 2019, p. 62). No Brasil, durante a campanha para a eleição presidencial de 2018, Jair Bolsonaro seguiu com um discurso alinhado ao de Donald Trump. Seu slogan de campanha foi “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Na França, Marine Le Pen chegou à segunda posição nos resultados finais da eleição com o discurso “*au nom du peuple*”. Na Turquia, Erdoğan falava “Somos o povo”. “A promessa de dar livre expressão à voz do povo é a característica central do populismo” (MOUNK, 2019, p. 62).

Quando um populista se coloca como representante do povo, ele considera um grupo específico do qual se aproxima por ideologia, religião, etnia ou classe social, e qualquer outro cidadão que não esteja dentro dessas fronteiras não é representado. O outro não é reconhecido moral nem socialmente. Ele é reduzido a um status de insignificância. Concomitantemente, o governo populista realiza ataques à liberdade de imprensa, colocando-a como inimiga do povo e promovendo mídias alternativas acrílicas alinhadas ao governo. O populista também procura desestabilizar as instituições independentes, “frequentemente mira fundações, sindicatos de trabalhadores, *think tanks*, associações religiosas e outras organizações não religiosas” (MOUNK, 2019, p. 65). E mais, “Os populistas afirmam ser a verdadeira voz do povo. Achem que toda resistência a seu governo é ilegítima. E desse modo, com triste frequência, costumam ceder à tentação de silenciar a oposição e destruir os centros de poder rivais” (MOUNK, 2019, p. 73). O liberalismo antidemocrático de Yascha Mounk se aproxima do *Post-democracy* (2000) de Colin Crouch.

Um sistema democrático conta, no mínimo, com um Poder Judiciário independente, inclusive para investigar integrantes do governo, promove e defende a liberdade de imprensa, e concorda com os resultados das eleições. “Quando a democracia é estável, é porque os principais atores políticos estão dispostos a aderir às regras básicas do jogo democrático na maior parte do tempo” (MOUNK, 2019, p. 140). O populista, ao contrário, muitas vezes se vale da sua popularidade para atacar o sistema político e desestabilizá-lo. Ele se apresenta como alguém que vai erradicar a corrupção, vai retirar uma elite política dominante do poder, recorre a teorias da conspiração e se sustenta em mentiras. Esse ódio contra o *establishment* político é uma pauta fundamental para um líder populista. Um dos problemas está no fato de um adversário político passar à condição de inimigo, quando não mais há um conflito de ideias e de interesses, mas é desenhando um cenário no qual esse inimigo é o mal da sociedade e precisa ser banido.

Se voltamos a Levitsky e Ziblatt (2018), para ambos, um mecanismo de subverter a democracia hoje é o chefe do Executivo se valer da sua influência para intervir e modificar a seu favor o trabalho de agências reguladoras e tributárias, do sistema judiciário e de órgãos e serviços de inteligência. Nas democracias, essas instituições precisam agir a partir de princípios de autonomia e neutralidade, seja em relação às demais instituições e aos atores políticos seja em relação aos cidadãos comuns. No Brasil, as sucessivas denúncias de interferência durante o governo Bolsonaro na Polícia Federal, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama –, na Agência Brasileira de Inteligência – ABIN –, provocam

certa instabilidade e ameaçam esses e outros órgãos e instituições, além de limitarem suas funções de fiscalização e controle.

O exemplo da Polônia é elucidativo nesse sentido. O país teve eleições livres entre 1990 e 2005, com a sucessão democrática entre governos (MOUNK, 2019). O PIB do país aumentou, as instituições se fortaleceram, surgiram importantes espaços para a defesa de questões sociais e políticas, houve liberdade de imprensa, os índices da Educação também aumentaram e, conseqüentemente, a Polônia conquistou uma vaga na União Europeia em 2004. Já era apontada como uma democracia consolidada. Mas, após uma série de escândalos e uma fragmentação dentro do governo, surgiu um espaço para o partido de extrema-direita Lei e Justiça se consolidar, sob a liderança de Jarosław Kaczyński, com promessas de ampliar a idade de aposentadoria, reduzir impostos e aumentar o auxílio-maternidade. “O Lei e Justiça ganhou tanto a presidência como as eleições legislativas, proporcionando ao partido amplos poderes. Uma vez no comando, passou a subverter as regras básicas da democracia polonesa” (MOUNK, 2019, p. 155). O partido passou a controlar o Tribunal Constitucional, instituição do Poder Judiciário independente até então; “o governo aumentou seu número de juizes, apressando a nomeação de pessoas leais ao partido por intermédio do legislativo da noite para o dia, ao mesmo tempo que impediu três juizes nomeados pela oposição de votar” (MOUNK, 2019, p. 155). O partido de Kaczyński usou dinheiro público para fazer propaganda e silenciar jornalistas, controlando a mídia estatal e domesticando a mídia privada. Até mesmo o uso da expressão “campos de extermínio poloneses”, em referência à cumplicidade do país nos crimes do Holocausto, foi censurada.

Yascha Mounk (2019) insiste no fato de que, antes mesmo de haver essa ruptura democrática na Polônia, os poloneses já davam alguns indícios do caminho que estavam tomando. Olhar a democracia com desconfiança e reprovação, acenar e se voltar para alternativas autoritárias e votar em partidos que não respeitavam as regras essenciais da democracia são elementos que já demonstram essa guinada rumo ao autoritarismo. Para o cientista político, esses são os primeiros sinais da desconsolidação democrática. Conforme destacado acima, ele afirma que há pelo menos três elementos responsáveis por esse enfraquecimento do processo democrático. O primeiro deles é o surgimento das mídias sociais que permitiram a promoção e difusão de ideias de movimentos que antes não tinham espaço na imprensa tradicional, seja por questões de dominação cultural e econômica, seja porque o pensamento de muitos desses movimentos não condizia com os parâmetros democráticos nem de liberdade de imprensa. O segundo aspecto trazido pelo cientista político é a estagnação no

padrão de vida, após um período de crescimento. E o terceiro seria uma crise identitária decorrente de um certo referencial monoétnico que agora se vê questionado, sobretudo na cultura ocidental.

Com relação às mídias sociais, elas permitiram o surgimento de uma nova força política que é resultado de um conjunto de elementos que podem variar mais ou menos de um país para outro. Consequentemente, os grupos que até então estabeleciam certo controle sobre o que era difundido, agora não o têm mais. A mídia tradicional perdeu o posto de principal difusora de informações. Essas novas mídias também parecem contribuir para o isolamento maior na medida em que as pessoas criam redes com outras pessoas e ideias semelhantes às suas, suprimindo o espaço para o debate e para a divergência política. Além de se tornarem espaços para a disseminação de preconceitos e manifestações de ódio e violência. Nos EUA, Trump atacou deliberadamente durante a campanha de 2016 minorias religiosas, imigrantes e adversários políticos.

No Brasil, ação semelhante ocorreu. As redes sociais foram e são utilizadas por milícias digitais¹ a favor do presidente Jair Bolsonaro, durante a campanha eleitoral e após a sua vitória. *Fake news*, ataques à imprensa, às minorias, aos opositores, tudo isso é objeto desses grupos. Há, ainda, outro aspecto relevante. A mídia tradicional, diante do impasse de ignorar ou repercutir manifestações que Trump ou Bolsonaro difundiam nas redes sociais, optou por dar ainda mais ênfase às declarações, às opiniões e às propostas. Consequentemente, manifestações de ódio e preconceito, difamações e mentiras ganharam credibilidade e foram legitimadas. Ainda é cedo para dizer que as mídias sociais nos levarão para alguma realidade distópica ou que são as responsáveis diretas pela ascensão de figuras políticas populistas e autoritárias. Mas não há dúvidas de que elas podem se tornar um espaço de legitimação do ódio e da violência em razão da maneira como os usuários se apropriam delas.

No que diz respeito à estagnação econômica, Mounk (2019) toma como exemplo a economia de países como a Inglaterra, que cresceu com taxas cumulativas a partir dos séculos XVIII e XIX. O que nunca havia acontecido na história da humanidade. Entretanto, esse crescimento se concentrou numa parte da população mais rica. E, ainda, os períodos de maior crescimento corresponderam àqueles em que também se teve maior desigualdade. Durante o século XX, surge um cenário sociopolítico que trouxe alguma igualdade econômica. Países

¹ O bolsonarismo como movimento tem sido objeto de estudos recentes. É o caso de trabalhos como *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* (2021), organizado por Leonardo Avritzer, Fábio Kerche e Marjorie Marona, e *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil* (2020), de Marcelo Badaró Mattos.

como os EUA e a Inglaterra viram, no entanto, uma redução extensiva do crescimento econômico nos últimos vinte anos. “O efeito combinado do crescimento reduzido e da aceleração da desigualdade foi a estagnação no padrão de vida de enormes setores da população” (MOUNK, 2019, p. 187). Esses aspectos demonstram que há uma certa complexidade na relação entre crescimento/estagnação econômica e estabilidade política. É interessante analisar o perfil dessas pessoas que assumem o discurso de mal desempenho da economia nos Estados Unidos apontadas por Yascha Mounk (2019) em seu livro.

O terceiro elemento apontado como responsável pelo enfraquecimento do processo democrático é a crise identitária de um grupo étnico e cultural hegemônico. Esse aspecto é, sobretudo, um reflexo das diferentes manifestações de preconceito dessa maioria dominante e hegemônica. Nesse ponto, Mounk (2019) se volta mais para as questões relacionadas à imigração para a Europa Ocidental. A imigração tem sido nesses países um tema no qual populistas se sustentam e se promovem. Nos Estados Unidos, ex-colônia, Mounk (2019) acredita que, a princípio, esse debate identitário se volta mais para aspectos simbólicos de representação, como a bandeira e a república, ao considerar que a formação do país não tem base monoétnica, tal como em países da Europa. “O passado como país de imigrantes preparara os Estados Unidos melhor para a promessa da democracia multiétnica” (MOUNK, 2019, p. 201).

Entretanto, com a intensificação da imigração para o país norte-americano nos últimos anos, criou-se um ódio e uma profunda rejeição a imigrantes, sobretudo latino-americanos e muçulmanos. Donald Trump, numa manifestação de ódio e preconceito, declarou em 2016 que “o México costumava “mandar” para os Estados Unidos os “estupradores e criminosos”” (MOUNK, 2019, p. 203). Essa maior visibilidade em torno de outras culturas e diferentes manifestações políticas tem provocado uma polarização no sistema político. Todo esse contexto expõe o preconceito racial de uma população hegemônica. Mounk ressalta que, “embora a diversidade étnica sempre tenha sido uma característica da experiência americana, a igualdade étnica nunca foi” (MOUNK, 2019, p. 204). Nesse sentido, os populistas se sustentam num medo sobre o futuro, produzido no imaginário da população. Como, por exemplo, a possibilidade de que um dia essa maioria hegemônica se torne minoria em decorrência da imigração. Parece, então, haver uma correlação entre o aumento da população estrangeira residente nesses países e o aumento no número de eleitores que optam por líderes populistas.

Para Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), além das normas constitucionais estabelecidas por meio de um texto, duas regras não escritas são “fundamentais para o

funcionamento de uma democracia: tolerância mútua e reserva institucional” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 103). A tolerância mútua tem a ver com a nossa aceitação e conformação com a participação de adversários no jogo político, desde que respeitadas as regras desse jogo. A oposição é legítima, porém, deslegitimar o adversário pode se tornar um primeiro indício de corrosão no jogo democrático. O opositor não pode ser visto como uma ameaça nem menos detentor de direitos políticos que eu. “Tampouco os tratamos como traidores, subversivos ou desqualificados. [...] Dito de outra forma, tolerância mútua é a disposição dos políticos de concordarem em discordar” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 104). A reserva institucional é a segunda norma fundamental à manutenção de uma democracia. “*Reserva* significa “autocontrole paciente, comedimento e tolerância”, ou, “a ação de limitar o uso de um direito legal”” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 107). Essa reserva institucional coloca o político numa posição em que ele não vai se valer de todas as prerrogativas institucionais excessivamente para não colocar o sistema em risco. Nessa direção, a tolerância deixa de existir onde as visões de mundo e os ideais políticos deixam de ser apenas divergentes e se tornam excludentes.

Mas em que esses estudos e levantamentos de Yascha Mounk (2019) e Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) dos movimentos políticos recentes nos ajudam a compreender o cenário brasileiro? São muitos os pontos de aproximação entre o movimento que se dá a nível mundial e o movimento autoritário interno brasileiro. E são tantas outras as especificidades, algumas das quais, procuro apontar a seguir. Nesse sentido, a literatura brasileira contemporânea tem se colocado como uma ferramenta de representação desse cenário caótico, distópico e violento, no qual se destacam atores sociais e políticos sem nenhum comprometimento com os valores democráticos. É através dessa produção literária que busco responder algumas questões referentes à nossa realidade, suscitar alguma reflexão que nos leve desde a compreensão desses elementos e suas implicações na atualidade até a proposições coletivas que possam nos direcionar no sentido de retomar a via democrática como forma de organização social. A literatura em si não transforma essa realidade, ela é apenas uma abertura para que atuemos nos diferentes espaços de disputa política, ideológica, discursiva e social, munidos de outros elementos além daqueles que essa mesma realidade nos oferece de forma imediata. São esses outros elementos próprios à literatura que passo a analisar no próximo tópico.

2.3 A Literatura: Um Sintoma Social

Os jogos de poder, a instabilidade política e econômica, as relações humanas que advêm desses espaços e disputas sempre serviram de referencial à produção literária. Esta pesquisa tem, inclusive, como um dos principais objetivos o de adentrar em textos literários que revelam uma preocupação em compreender a nossa realidade e a de outros grupos, outras comunidades e outras culturas. Me concentro em narrativas ficcionais que não ignoram o tempo presente no qual estão imersas e que denunciam, questionam ou reafirmam valores éticos e sociais de grupos interessados na defesa de direitos coletivos e individuais inquestionáveis. A representação literária é justamente a possibilidade de colocar todos esses mecanismos em ação através de recursos estéticos e estilísticos próprios da literatura. Não que a literatura abandone seu elemento estético para dar protagonismo a qualquer outro elemento, ao contrário, o aspecto estético é a ferramenta central da literatura. É esse atributo que nos permite diferenciá-la de outras formas de manifestação e expressão humana.

O que quero afirmar é que a literatura pode se apropriar desses recursos estéticos, usá-los a seu favor para estabelecer parâmetros éticos e sociais para a nossa vida coletiva. É justamente essa escolha estética-ética que gostaria de enfatizar. De início, é uma escolha comprometida e engajada socialmente. Ela é ideológica uma vez que é produção humana, ou seja, implica em sofrer todos os efeitos das interações e das relações dos seres humanos. O escritor, o leitor e as personagens são, em sua maioria, sujeitos que interagem socialmente. Consequentemente, as escolhas de cada um, definidos os seus papéis sociais, são intencionais e ideológicas. Essa escolha só não é ideológica quando falamos de um outro animal, de um objeto ou de um ser que não participa da nossa realidade concreta nem intervém nela por meio de uma ação intencional e interessada.

Esse direcionamento analítico é essencial para que eu tente, a partir do romance *A nova ordem*, de B. Kucinski (2019), pensar criticamente a atual conjuntura sociopolítica brasileira. No romance e na nossa conjuntura, as forças políticas, econômicas e religiosas reacionárias têm se levantando contra o Estado democrático de direito e seus princípios básicos. É perceptível notadamente um movimento contrário aos direitos fundamentais, aos direitos humanos e às liberdades individuais, além de constantes ataques e perseguição à liberdade de manifestação e de expressão cultural ou político-partidária. Há ainda um processo de descredibilidade e de questionamento aos meios de comunicação, muitos dos quais têm uma parcela da responsabilidade pelo atual quadro sociopolítico, e uma contundente corrente de negacionismo histórico e de deslegitimação das ferramentas de produção de conhecimento, especialmente de

questionamento, de desmonte e de ataque à universidade pública. Todos esses elementos de uma agenda política reacionária atentam contra a democracia e se colocam em oposição a um projeto de país mais igualitário.

Esses grupos dominantes buscam reestruturar o Estado e não observam os princípios fundamentais do paradigma do Estado democrático de direito: liberdade, igualdade e dignidade da pessoa humana. Tampouco esses reacionários defendem projetos de governo que busquem traduzir esses princípios em políticas públicas. Eles são, antes, porta-vozes de discursos de ódio, de negacionismo histórico e científico, de perseguição político-partidária, de *fake news*, e, mais recentemente, de articular manobras no âmbito da agenda política para derrubar uma presidente legitimamente eleita. Na América Latina, o ano de 2019 nos mostrou que essa não é uma particularidade brasileira. Houve, na Bolívia, golpe de Estado; no Chile, o governo declarou estado de emergência; no Equador, estado de exceção; na Venezuela, sucessivos questionamentos à legitimidade de Nicolás Maduro, impasse e violência; no Peru, dissolução do Congresso e suspensão do mandato do presidente; ameaça de *impeachment* no Paraguai. Assim, procuro apontar aspectos do autoritarismo, do fascismo e do estado de exceção comuns a todos esses países, além de discutir e refletir as especificidades dessa guinada autoritária no Brasil, sobretudo porque nosso país é marcado por desigualdades social e econômica, e por ter diversos representantes com raízes no patriarcado, no imperialismo e na escravidão.

O romance *A nova ordem* (2019) consegue captar esse movimento de ascensão das forças antidemocráticas e reacionárias nos espaços de representação política e social, trazendo-o para o âmbito da representação literária. Arrisco afirmar que a conjuntura política brasileira é o elemento referencial dessa produção literária, visto que os recursos estéticos e estilísticos dessa narrativa sugerem isso, seja também porque o próprio desenvolver da narrativa nos leva de encontro a inúmeros elementos próprios da realidade brasileira. Essa narrativa faz uma caricatura do cenário sociopolítico brasileiro dos últimos anos. O romance se desenvolve em torno de um grupo que está no poder e não tem nenhum comprometimento com a agenda política do Estado democrático de direito. Na narrativa, o regime de exceção representado governa através de decretos-leis que são apresentados em nota de rodapé ao longo do texto literário. A violência institucional, o autoritarismo, a perseguição a diferentes grupos da sociedade e a restrição à liberdade e a outros direitos fundamentais são traduzidos através desses decretos-leis.

A caricatura, a comicidade, presentes nesse romance de B. Kucinski (2019), são recursos usados tanto para reforçar o absurdo das medidas políticas ali tomadas quanto para

aproximá-las da nossa realidade. O aspecto cômico revela ainda o papel da literatura diante de uma conjuntura como essa que se apresenta, que pode ser, entre outros, o de se colocar contra essa realidade, reduzi-la ao ridículo e à insignificância humana e moral que esses grupos autoritários representam; pode ser ainda o de denunciar essa agenda política – esse projeto de poder – e de se estabelecer como um marco diante do arbítrio e da barbárie. Se os agentes da barbárie, da violência e do autoritarismo se levantam contra a coletividade, a literatura busca de alguma forma expor esses sintomas presentes na nossa sociedade, incomodando, não deixando esquecer a ilegitimidade do poder absoluto que se levanta contra toda uma comunidade política democrática. Os aspectos caricatos e cômicos na narrativa se traduzem em grande medida através da irracionalidade e da inumanidade que orientam as relações humanas – sociais e políticas – fixadas no romance e também na nossa conjuntura. Cada decreto-lei denuncia as intenções e os interesses do regime instaurado, suas motivações particulares de reestruturar os papéis social, político e econômico de cada indivíduo. Esse regime se sobrepõe às relações públicas e às relações privadas, ele determina o que se pode ou não fazer, o que se deve ou não seguir e como se deve ou não fazer, em cada âmbito das vidas coletiva e individual.

É fixada uma agenda política que atua no controle dos corpos e das mentes dos cidadãos dessa comunidade. Esse controle se dá através das formas de silenciamento, de repressão e de censura praticados pelo regime autoritário, formas estas que são ressignificadas no presente. Na ditadura, por exemplo, um opositor ao regime era perseguido, torturado e preso, quando não, assassinado. Essas práticas eram institucionalizadas. Hoje, no Brasil, embora o governo do presidente Bolsonaro não tenha nenhum constrangimento em defender o fechamento do Congresso, a sobreposição do Executivo e dos militares sobre os Poderes Legislativo e Judiciário, ele faz esse movimento num âmbito imaginário e nostálgico, que revela nada mais do que sua incapacidade de estar à frente do cargo mais importante do Executivo. Ele tem, então, até o presente momento, atuado e buscado controlar aquilo que está no âmbito do Poder Executivo. Para isso, militariza todos os seus ministérios, persegue e transfere para outros setores servidores públicos, corta investimentos em educação e desmonta a universidade pública, controla os ministérios, institutos e autarquias responsáveis por estabelecerem parâmetros de preservação ambiental, de responsabilidade social e ética, e de promoção cultural e artística. São várias as ações de instrumentalização da máquina estatal. Isso quer dizer que esse governo faz o que outrora acusava o grupo representante anterior de fazer. Além de se servir de seus apoiadores e das milícias digitais para hostilizar a imprensa, os opositores políticos e qualquer cidadão crítico ao governo. Bolsonaro se revela, assim, um tipo autoritário.

O tipo autoritário, indicado por Horkheimer já no prefácio do livro *The Authoritarian Personality* (2019), é um sujeito que reúne habilidades da sociedade industrializada e ideais – crenças – irracionais. Essas habilidades são construídas através da experiência dual de cada indivíduo, que se vê confrontado por elementos como apreço pela sua individualidade e receio de se diferenciar do padrão hegemônico, busca de sua independência e certa clivagem para se apegar acriticamente à autoridade, a mitos e estruturas de poder. É nessa zona que discursos como o de Bolsonaro parecem se consolidar. *The Authoritarian Personality*, organizado recentemente pela Editora Unesp e traduzido como *Estudos sobre a personalidade autoritária* (2019), é uma tentativa de Adorno e outros estudiosos de desenhar o perfil de uma potencial personalidade antidemocrática nas pessoas, nos anos 1940, a partir de metodologias próprias da psicologia, no contexto seguinte à ascensão e derrota do nazismo. É a perspectiva de outro campo, para além do sociológico e histórico, que também ajuda a entender a ascensão de tipos autoritários como Bolsonaro e Trump.

O livro é constituído a partir de estudos sobre o que Horkheimer nomeou como “antissemitismo social”, considerado muito mais amplo nos Estados Unidos do que na Europa, segundo o pensador. Isso se devia ao fato de que os EUA democráticos dos anos 1940 tinham estruturas capitalistas mais desenvolvidas e um modelo de etnocentrismo mais acentuado. Logo, se o Terceiro Reich já tinha colocado em prática um genocídio violento, havia uma grande preocupação em relação ao potencial de violência que poderia ser desencadeado pelo antissemitismo enraizado dentro das condições políticas e econômicas dos Estados Unidos. O instituto de Horkheimer propôs amplas pesquisas em torno da temática e buscava-se demonstrar que “o antissemitismo compõe um padrão de comportamento antidemocrático” (COSTA, 2019, p. 19). As pesquisas de *The Authoritarian Personality* obtiveram resultados a respeito da formação subjetiva de grupos inseridos em sociedades democráticas e suas implicações em relação ao sistema socioeconômico capitalista e suas contradições.

As ações de Bolsonaro e seu discurso são também características do autoritarismo do século XXI e denunciam a própria sobreposição do sistema econômico neoliberal sobre os demais âmbitos da vida e revelam a incapacidade desse sistema de gerenciar a totalidade das nossas relações. Esse controle imposto pelo neoliberalismo serve aos interesses de um grupo muito pequeno e privilegiado. Michel Foucault (2008), destacadamente em sua 3ª fase de produção intelectual, foi um dos precursores dessa linha de pensamento que estuda as aproximações entre autoritarismo e neoliberalismo. É nessa fase que o filósofo francês elabora conceitos como o de biopolítica, subjetividade e hermenêutica do sujeito. Em *Nascimento da*

biopolítica (2008), ele analisa as diversas organizações do neoliberalismo após a Segunda Guerra Mundial.

Foucault demonstra que, por um lado, se estabeleceu uma “razão do Estado”, que visava criar condições possíveis de vivência coletiva, através da governamentalidade e da regulação de áreas como saúde pública ou natalidade; o liberalismo, por sua vez, parte do princípio de que sempre há uma interferência excessiva estatal nas possibilidades dos seres humanos de estabelecerem suas relações econômicas e sociais. Liberalismo aqui é entendido “como princípio e método de racionalização do exercício do governo – racionalização que obedece, e é essa a sua especificidade, à regra interna da economia máxima” (FOUCAULT, 2008, p. 432). Essa concepção liberal não parte do entendimento de que o Estado é responsável por regular certas relações humanas como a atividade econômica, parte, antes, da sociedade, como se os membros dessa devessem por si só responderem às diferentes demandas econômicas, sociais e políticas. O liberalismo estaria, assim, buscando a todo tempo limitar os excessos de governamentalidade.

Na Alemanha, por exemplo, o nazismo foi esse excesso durante o século XX. Nas ditaduras latino-americanas, a mesma coisa. A questão fundamental apontada por Foucault (2008) é que, por exemplo, o neoliberalismo americano – Escola de Chicago – não busca limitar suas decisões ao campo econômico, combatendo o que eles dizem ser intervencionismo econômico, superadministração, burocracia e inchamento do aparelho estatal, mas procuram também reger e racionalizar outras áreas da vida como política habitacional, política penal, direitos trabalhista e previdenciário, e por aí adiante. O neoliberalismo busca, em última análise, regular a ação humana como um todo, na medida em que precisa manter suas estruturas e parâmetros, necessários à manutenção do próprio sistema econômico neoliberal. E, ainda que pudéssemos imaginar um cenário hipotético no qual o neoliberalismo atuasse unicamente sobre o sistema econômico, essa possibilidade não atenderia aos interesses do conjunto de uma comunidade política pelo fato de que, em muitas dessas relações, há uma assimetria entre as partes e a hipossuficiência de um dos lados. Como, então, negociar um bem, uma relação econômica ou uma relação de trabalho sem a devida intervenção estatal? O direito do trabalho e o Código de Defesa do Consumidor são exemplos de normas que buscam corrigir essa assimetria. O direito do trabalho, por exemplo, tem muito mais normas cogentes, ou seja, normas que tiram o poder de disposição das partes, estabelecendo regras das quais ninguém pode dispor – jornada de trabalho, férias, décimo terceiro salário. O contrário seriam as normas

dispositivas, isto é, normas que estão à disposição das partes, podendo elas regularem suas relações.

Entretanto, esse cenário hipotético no âmbito do sistema econômico não é possível, uma vez que há essa assimetria em muitas relações, e também porque a atividade econômica não se dissocia de outras atividades, ao contrário, elas estão em constantes tensões. O que ocorreu no nazismo foi que, naquele momento, durante o paradigma do Estado Social, diferentemente do Estado Liberal, buscou-se uma igualdade material. Isso gerou alguns problemas durante o século XX, como a supremacia do interesse público sobre o interesse privado, que resultou no surgimento de Estados autoritários como a Alemanha nazista. Em sua 3ª fase de produção intelectual, Michel Foucault (2008) reconhece o neoliberalismo como uma forma mais ampla de dominação dos diversos seguimentos da vida humana. O neoliberalismo seria, assim, a condição da biopolítica na modernidade. O mercado, essa “mão invisível” de que falou Adam Smith, ou mais sucintamente os donos do capital, estabelece expectativas e parâmetros a serem seguidos por toda a sociedade. O neoliberalismo só se efetiva na medida em que essas expectativas são atingidas, as quais são criadas através de mecanismos de coerção, de educação e de disciplina apresentados à sociedade.

É necessário, neste ponto, aproximarmos o segundo Foucault, do poder disciplinar, e o terceiro Foucault, do biopoder, para olharmos ambos como complementares. Biopoder é entendido como uma extensão ou complexificação do poder disciplinar. As instituições desse sistema – escola, igreja, família, poder policial, a medicina individual – são responsáveis por assegurar essas expectativas do neoliberalismo, na medida em que são elas responsáveis por disciplinar cada indivíduo, atribuindo-lhe um papel social e certos padrões morais dominantes. Assim, cada um exerce um autocontrole e um controle do outro concomitantemente. Essas instituições “operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia” (FOUCAULT, 1988, p. 133). Nesse sentido, a governamentalidade atua por meio de mecanismos, muitas vezes sutis, para regular a ação e as práticas humanas. “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Esse controle excessivo da vida humana potencializa e expande os limites do biopoder, que nada mais é do que a manifestação desse controle. No último capítulo, procuro pensar esse biopoder não apenas como a política da morte, mas também como potência de vida e de

exercício da cidadania e da liberdade. Por ora, vejamos de que forma esse conceito de biopolítica é posteriormente elaborado por Giorgio Agamben (2004), quem tomou como referencial as democracias contemporâneas, e em que medida esse conceito nos ajuda a compreender a estrutura sociopolítico no romance *A nova ordem* (2019) e no presente. Conforme apontei mais acima, a irracionalidade e a prática desumana parecem ser elementos comuns a regimes autoritários. Essa irracionalidade procura justificar a todo custo os mecanismos de opressão e de silenciamento impostos sobre o corpo social – a coletividade.

A novidade em democracias como a brasileira é que essa força antidemocrática presente no âmbito institucional-representativo – ou esse excesso de governamentalidade – age contra esse corpo social e em prol dos interesses neoliberais. O próprio Foucault (2008) já havia falado no papel do *homo oeconomicus*, ou seja, o indivíduo que deixa de lado sua atuação como cidadão e vida humana imbuída em toda uma complexidade para se colocar unicamente como sujeito econômico. Consequentemente, ele tem seu papel social reduzido aos interesses do capital – ou desse mercado. Ser o agente formador da opinião pública é outro elemento importante à manutenção do controle desse corpo, uma vez que é através da alienação e da imposição de limites que esse mesmo corpo passa a seguir parâmetros pré-estabelecidos.

Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade (FOUCAULT, 1988, p. 132).

A globalização é outro aspecto fundamental para o sucesso dessas formas de dominação neoliberal, uma vez que esse sistema se vende como o modelo necessário às nossas relações, engendrando-se nas organizações econômica, política, social e psicológica de cada comunidade. Agamben produziu estudos importantes que nos ajudam a compreender essas formas de dominação através de conceitos como o de *homo sacer*, poder soberano, vida nua, estado de exceção e campo de concentração. O *homo sacer* (AGAMBEN, 2007), por exemplo, era um sujeito ambíguo na sociedade romana, um elemento sagrado que estava ao mesmo protegido e não pelo Estado. É um conceito-chave para pensarmos a atualidade, pois representa, hoje, os mecanismos de dominação sobre o corpo do outro. A soberania seria responsável por construir esse *homo sacer*. Além disso, o poder soberano se legitima através do exercício de outros diversos micropoderes nas raízes dos diversos contextos sociais. Há, então, esse trânsito da dominação no nível micro para a dominação no nível macro. Quer dizer, há a realização de expectativas estabelecidas por esse poder soberano na medida em que os participantes no

âmbito dos micropoderes também cumprem seus papéis sociais. A vida nua, exposta à morte, à violência e esvaziada de sentido e de poder, é a tradução do próprio *homo sacer*. Ele é esse elemento reduzido a nada, quantificado de acordo com os parâmetros dominantes. Ele é descartável e pode ser facilmente apagado quando não mais serve aos interesses do sistema. Tem vida útil fixada e prazo de validade. O poder soberano se constitui sobre esses fundamentos.

Outro elemento fundamental para pensarmos a relação entre texto ficcional e realidade é a concepção de estado de exceção (2004) elaborada também por Agamben. Ele procura analisar as aberturas que existem nas constituições contemporâneas que possibilitem a construção de narrativas a favor da suspensão do Estado democrático de direito e do exercício da democracia. O estado de sítio ou estado de guerra, para o filósofo italiano, são aberturas desse tipo que permitem o chefe do Executivo suspender as garantias constitucionais a qualquer momento. Agamben (2004) também constrói um contundente argumento crítico contra o irracionalismo do capital globalizado e contra as diferentes manifestações de violência possíveis advindas do modelo neoliberal de sociedade. A biopolítica, na década de 1990, se torna uma ferramenta para compreender essas formas de violência na contemporaneidade. É nesse período que Giorgio Agamben faz atualizações em torno de conceitos como o de biopolítica. O filósofo não se limita a dicotomias como esquerda/direita, ele busca ir além das limitações impostas por essas leituras mais dualistas. Numa atualização de Hannah Arendt, por exemplo, ele afirma que

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. [...] O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Isso quer dizer que a suspensão da constituição, conseqüentemente, a suspensão de normas constitucionais que protejam as liberdades individuais, através da declaração de estado de sítio, por exemplo, seria, na atualidade, o que chamamos de estado de exceção. “A expressão “plenos poderes” (*pleins pouvoirs*), com que, às vezes, se caracteriza o estado de exceção, se refere à ampliação dos poderes governamentais e, particularmente, à atribuição ao executivo do poder de promulgar decretos com força de lei” (AGAMBEN, 2004, p. 17). É justamente esse modelo de sociedade que presenciamos no regime instaurado em *A nova ordem*, de B. Kucinski (2019). Nesse romance, o governo autoritário organiza todas as relações humanas através de cada Édito – decreto-lei. Nessa narrativa literária, o regime de exceção modifica as estruturas

social, política e econômica de acordo com os interesses antidemocráticos dos grupos dominantes. Por exemplo, por força de um Édito, esse regime extingue e restringe disciplinas das universidades, interrompe programas de acesso à universidade, proíbe a produção, a venda e a circulação de livros contrários à ideologia do governo autoritário. A violência se dá nos diferentes âmbitos da vida humana. Ela é institucional, física, moral e simbólica.

Já no início do romance, vários professores universitários são levados para um local destinado pelo regime. Lá, pouco a pouco, os professores são trazidos. Entre eles, se discute história e política. Vão se somando catedráticos de diversas áreas, como geneticistas, neurocirurgiões, críticos literários e profissionais do direito constitucional. Em seguida, surge um coronel e outros militares que anunciam que as universidades federais não existem mais, colocam os professores alinhados e os assassinam. O relato do assassinato de professores universitários é um recurso metafórico que sai dos limites ficcionais da narrativa para adentrar à nossa realidade e denunciá-la. Esse assassinato propõe uma reflexão, no presente, a respeito do desmonte da universidade pública, do cerceamento à produção científica e tecnológica, da tentativa de silenciar e amordaçar professores, estudantes, linhas de pesquisa e qualquer produção de conhecimento para o país.

No Brasil, há um ataque acentuado às áreas de Ciências Humanas, mas esse movimento de desmonte da produção de conhecimento não deixa de atingir áreas como Ciências Exatas e Biológicas. As evidências, os relatos e as denúncias encontramos facilmente por aí nos espaços de circulação de informação. *A nova ordem* (2019) denuncia, ainda, as raízes autoritárias – ditatoriais –, escravagistas e neoliberais predatórias fincadas na prática e na ideologia de muitos dos atores políticos do presente. Esse romance nos revela um passado mal resolvido, expõe o desprezo de camadas da nossa sociedade reacionárias e antidemocráticas que não têm o menor compromisso com princípios do Estado democrático de direito. Aqui visualizo uma transição complexa e sutil entre um pseudodemocrático e um fascista. Pseudodemocráticos têm opiniões e valores antidemocráticos que aparecem muitas vezes de forma implícita. O fascista, ao contrário, externaliza o seu ódio, seu desejo de aniquilamento de minorias, de valores como o de igualdade e da própria democracia. Ele se orienta não a partir de expectativas racionais, mas por meio de um princípio de prazer, “um tipo de alienação do eu que produz cinismo” (COSTA, 2019, p. 66).

No romance, entre privatizações e entrega dos recursos naturais do país, as relações econômicas e políticas são normatizadas por meio do que se chamou ECONEC – “Economia – Neoliberal – Coercitiva”, implantada por um Édito da Nova Ordem que extinguiu ministérios

como o do Planejamento, de Minas e Energia e da Indústria e Comércio, além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o sistema – Senai, Senac, Sebrae e Sesc –, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as agências reguladoras. O governo da Nova Ordem tem um Édito específico para censurar e proibir a circulação e a produção de livros não aprovados pelo regime.

Angelino é o personagem que com sua carroça leva o monte de livros diariamente para serem jogados numa caçamba. O personagem mantém uma relação tanto afetiva quanto intelectual com esses livros, mesmo nessas circunstâncias extremas. “E assim, filosofando sobre o extermínio dos livros, Angelino arrasta a carreta rumo ao depósito” (KUCINSKI, 2019, p. 24). Ele se questiona, por exemplo, o fato de os livros serem vendidos para a reciclagem por peso, como o papelão e o jornal, ou seja, o livro tem seu papel reduzido a lixo, aquilo que não tem valor nem nunca serviu como expressão da produção intelectual, artística e científica humana. Para o neoliberalismo, o que importa é o que tem valor econômico imediato e aparente. Angelino chega à conclusão de que a miséria de um povo se mede pelo lixo. Logo, reduzir um livro a lixo é reduzir nossos ideais, produções, lutas e conquistas a algo ínfimo. Angelino foi engenheiro, demitido, é catador no tempo da narrativa. Relata que às vezes o dinheiro não dá nem para o prato feito, a pinga e o café da manhã. Muitas vezes, ele conta com a ajuda e a solidariedade do pessoal do bairro. O personagem reclama da escassez de papelão nos lixos. O fechamento das metalúrgicas e, conseqüentemente, a não produção de eletroeletrônicos de primeiras necessidades como fogão, geladeira e ventilador é uma das causas dessa escassez. As cooperativas também foram fechadas por força de um Édito.

Ariovaldo é outro personagem emblemático. Integrante da Nova Ordem, pensa em elaborar um novo método extrajudicial de tortura que permita capturar informações através dos sonhos dos presos políticos – utopistas. Ele “usaria o sonho do utopista preso para chegar aos seus cúmplices de subversão” (KUCINSKI, 2019, p. 39). Marilda, amiga de Germana – esposa do general Fagundes –, é irmã de Angelino e esposa de Ariovaldo. Ariovaldo considera que Angelino é a vergonha da família. O primeiro, é parte do sistema repressivo e censor, desenvolve um novo mecanismo de tortura para tentar se promover dentro do regime; o segundo, excluído da sociedade, vê os livros como última possibilidade de superação desse sistema e das violências por ele impostas. Ariovaldo está “obcecado pela ideia da captura do conteúdo de um sonho” (KUCINSKI, 2019, p. 51). O major Humberto é o chefe de Ariovaldo, hierarquicamente acima dele, a quem o capitão-médico pretende apresentar seu projeto.

Os repressores afirmam que o objetivo do regime é barrar a “subversão utopística”. O major Humberto complementa num encontro com os demais militares, logo após o assassinato dos “formuladores do pensamento crítico”, que “Defender o sistema financeiro é um dos objetivos nacionais permanentes da Nova Ordem” (KUCINSKI, 2019, p. 59). Os ídolos do General Lindoso Fagundes são o general Augusto Pinochet e o marechal Josef Stalin, nos quais ele enxerga o ideal de poder – soberania-poder absoluto –, que é “o de ditar quem pode viver e quem pode morrer” (KUCINSKI, 2019, p. 63). O narrador denomina o general Fagundes como o “Augusto Pinochet da Nova Ordem”. Fagundes cria no imaginário dos seus subalternos a ideia de um inimigo interno, invisível, inserido dentro da sociedade. Esse inimigo interno comum justificaria as medidas violentas e repressivas adotadas pelo regime.

Ah, se fosse uma guerra convencional. Mas não. Os utopistas são pessoas comuns. Indistinguíveis. E não se expõe, são espertos, sutis, não praticam violência. Muito diferentes dos black blocs que depredavam bancos, mascarados e vestidos de preto, fáceis de serem abatidos. A maioria dos utopistas são estudantes, filhinhos de papai. Outra categoria é a dos artistas e intelectuais que os apoiam sem, no entanto, romper os laços com as instituições (KUCINSKI, 2019, p. 64).

As táticas e a conduta dos militares para se livrarem dos corpos revelam a escala de crueldade e de barbaridade do regime. Um dos oficiais sugere:

– Os americanos nos oferecem a Ricina, é uma dioxina poderosa, bastam 3 miligramas para matar um adulto. E não há riscos na manipulação, ao contrário do polônio e do antrax, que também foram cogitados. Mas nos faltam instalações adequadas para dar fim aos corpos. A alternativa mais prática, discreta e barata é o mar. Nem é preciso envenenar, basta anestésiar. Ainda temos as instruções recebidas dos chilenos nos idos gloriosos, mas era preciso testar em águas brasileiras. Fizemos o teste com seis corpos, leves e pesados. Largados a 300 milhas náuticas da costa do nosso litoral Sul. A partir do Paraná, nenhum retornou ao continente. Amarremos um lastro em cada corpo para impedir que flutuem e sejam avistados por alguma embarcação (KUCINSKI, 2019, p. 66).

Para os utopistas de classes sociais mais altas, é proposto um programa de reeducação, pois um general ressalta que é importante ter um certo cuidado com relação a esses utopistas filhos de famílias ricas, na medida em que o conformismo e a conveniência das elites são necessários à manutenção da estrutura de dominação social do regime e de seus apoiadores. O capitão Gonçalves fala que essa é uma forma de rebeldia e que esses jovens, diferentemente dos outros subversivos comparados a criminosos, precisam reconhecer sua identidade de classe. A reabilitação os ajudaria nesse sentido.

No seu escritório, Ariovaldo começa a trabalhar no que ele nomeou como plano Alfa. As etapas da tortura são projetadas pelo personagem. Inicialmente, ele fala em exposição do preso político aos horrores do processo de tortura por ele elaborado. Em seguida, passa-se as

etapas em si. A primeira, seria injetar no preso uma “injeção do soro da verdade”. Se o preso revela o que sabe, premiação, se não revela, punição e passagem para a segunda etapa: choque nos genitais. Na terceira etapa, se for mulher, ela é estuprada, se for homem, sua empalação. Na etapa seguinte, ameaça e tortura de familiares. E na última etapa, a execução simulada. O capitão-médico leva, então, o seu projeto ao major Humberto. Ariovaldo destaca ao major que precisa de ajuda de um bioquímico para aperfeiçoar o pentotal, componente que será usado na execução do plano. Esse procedimento de interrogatório extrajudicial que não dá ao preso ou ao interrogado nenhuma garantia e se serve de práticas de tortura é comum em regimes totalitários.

A contradição do sistema repressivo revelada nesse trecho é a de que o personagem sugere ao major os dois nomes de especialistas que poderiam ajudá-lo nesse aperfeiçoamento, mas um está exilado e o outro foi assassinado, confirma o major Humberto. Isso demonstra que um regime autoritário como a Nova Ordem executa métodos de extermínio tão injustificáveis que não é possível compreendê-los sob qualquer via da racionalidade humana. No romance, algumas semanas depois Ariovaldo é promovido a major e Humberto a coronel. O plano de Ariovaldo é, então, institucionalizado com o objetivo de “combater a subversão utopística, os bandos mascarados e toda ideologia ou movimento não condizente com a Família e os valores da Nova Ordem” (KUCINSKI, 2019, p. 88). O projeto passará a ser executado não apenas nos interrogatórios, como também nas áreas de ensino, artes, comunicação social e entretenimento. Não sabemos exatamente em que momento é revelada a face mais perversa da Nova Ordem, dado que cada prática ou ação do regime é absurda por natureza. Num trecho, Ariovaldo não tem mais cobaias para executar seu plano e pede ao coronel Humberto para recolher pessoas e famílias nas ruas em troca de alguns dias de cama e comida.

Os transportes chegam de madrugada, antes ainda do nascer do sol, e estacionam no pátio da estação da antiga Sorocabana, reativada para esse fim. Composições após composições repletas de retirantes, oriundos de todas as partes do país, a maioria da Bahia, Norte de Minas e interior de São Paulo e Paraná.

Desembarcam atônitos e famélicos, famílias inteiras, carregando trouxas, balaios e maletas de fibra. Uns frades beneditinos e algumas freiras carmelitas costumam aparecer e distribuir água, leite e bananas ou laranjas. [...]

Ao meio dia tudo cessa, o entorno de estação é isolado e entram em ação as equipes de limpeza, varrendo todas as calçadas e reentrâncias com poderosos jatos de água. À noite há concertos na Sala São Paulo, instalada na ala central da estação, atendidos pela elite paulistana, por altos funcionários e pelo corpo diplomático. Nenhuma sujidade ou sinal dos transportes deve ficar (KUCINSKI, 2019, p. 109).

Nesse trecho, e na narrativa como um todo, as relações entre os personagens, no tempo e no espaço, são controladas e determinadas pelas medidas institucionais arbitrárias, pela lógica de exclusão das camadas mais baixas e de privilégios de castas das camadas mais altas. Esse

espaço institucional que recebe as cobaias pela manhã e a elite da sociedade à noite é uma prova das desigualdades estruturais presentes na nossa sociedade. Uns chegam carregando trouxas em meio à sujeira, outros são recebidos após todo um processo de higienização daquele espaço. Aqueles chegam para servir algum interesse da Nova Ordem, as elites vão ali participar da vida cultural que a cidade oferece. Os primeiros são descartáveis, os segundos se integram à vida social e cultural. “A submissão à autoridade, o desejo de um líder forte, a subserviência do indivíduo ao Estado, e assim por diante, têm sido tão frequentemente e, como parece a nós, corretamente apresentados como aspectos importantes do credo nazista [...]” (ADORNO, 2019, p. 140). Na narrativa, posteriormente, Ariovaldo é promovido a tenente-coronel e nomeado comandante do DOI-CODI. O general Fagundes fala da Operação Cândida para Ariovaldo. Consiste em remover todos os moradores de rua para campos de trabalho, que é divulgada na mídia como Ação Solidária para mascarar as reais intenções do regime. O general diz ainda mais:

– Será a nossa resposta aos reclamos da população contra as hordas de mendigos que vem infestando as cidades, continua o general. – Campos de reeducação e trabalho no interior, bem longe das cidades; chega de hipocrisia, de se deixar intimidar por essa gente de Genebra e da União Europeia que defende os direitos dos migrantes, mas só na terra dos outros (KUCINSKI, 2019, p. 124).

Esse posicionamento do general revela, na verdade, todo um projeto político higienista que sai do âmbito da representação ficcional e alcança nossa história passada e presente. Esse projeto higienista expõe a face excludente, racista e classista de parte da classe média e de grupos dominantes política e economicamente. Esse projeto de exclusão e marginalização de grupos mais vulneráveis é, hoje, amplamente defendido na nossa sociedade. Esse processo se dá de diversas formas na atualidade: o mapeamento das cidades é um deles. As favelas e as periferias, por exemplo, são destinadas a quem? A forma como o transporte público é organizado, sobretudo nas grandes cidades, também é outro exemplo desse projeto higienista. Com que frequência e facilidade as pessoas moradoras de áreas periféricas conseguem acessar aos produtos culturais, de lazer e de entretenimento localizadas nos centros e nas áreas mais nobres das cidades? Esses são apenas alguns exemplos de como esse projeto se dá no nosso dia a dia, nas nossas democracias. Ele ganha ênfase quando governos como o de Jair Bolsonaro ascendem ao poder, na medida em que representam grupos e interesses que não têm qualquer compromisso social, não respeitam nem participam de acordos internacionais ou no próprio país a fim de amenizar essas desigualdades e injustiças.

No romance, a atitude do general Fagundes nos revela que esse não é um projeto que está apenas em regimes autoritários, mas também dentro da nossa sociedade, nas democracias

contemporâneas. Esse projeto se manifesta na ação, na atitude e no posicionamento de muitos cidadãos comuns. O general reage ao ser questionado por Ariovaldo se não seria melhor colocar em prática uma ação de remoção dos mendigos como essa aos poucos, no que o general rebate:

- Ao contrário, coronel, quanto mais alarde melhor. E sabe por quê? Porque ao se ver livre dos moradores de rua, a população aceitará depois a remoção de outras categorias de indesejáveis – Então, os moradores de rua são apenas o começo?
- O começo não, porque já fizemos isso com os homos e com os trans; só que fizemos às escondidas e agora é às claras; depois dos moradores de rua serão as prostitutas, os drogados, os aleijados, os cegos, os doentes mentais, os portadores de síndrome de Down, esses inúteis todos, um grupo de cada vez. Outros objetivos, outro patamar (KUCINSKI, 2019, p. 125).

Um projeto de poder com programa de higienização e controle da população semelhante a esse da Nova Ordem parece ter chegado ao poder no nosso país, ainda que com níveis diferentes de atuação. À nossa volta, podemos notar correntes e ideias que defendem as mesmas medidas que as do romance. Os grupos reacionários que se levantam agora no presente também têm suas categorias de indesejáveis. E mais, nas atuais circunstâncias, eles se sentem legitimados a saírem de seus esconderijos e manifestarem abertamente seu anseio por um mundo bárbaro. No fim, o desejo desses grupos, seja no romance, seja em setores da nossa sociedade, é o de eliminar as minorias e os grupos marginalizados. O general Fagundes não esconde isso do coronel Ariovaldo.

- Essa história de campos de trabalho é balela, é uma cortina de fumaça. Esses vagabundos vão ser eliminados. A Operação Quimera mostrou que é fácil e barato acabar com contingentes grandes de indesejáveis despejando-os no mar. [...]
- Nosso objetivo é ambicioso, de dimensão estratégica. Não se trata apenas de eliminar minorias indesejáveis, queremos adequar a força de trabalho ao novo modo de produção da agroindústria. O Brasil da Nova Ordem não precisa de 210 milhões de habitantes. Basta um mercado interno de 30 milhões de famílias, já que o agronegócio é voltado essencialmente para a exportação (KUCINSKI, 2019, p. 126).

O general continua revelando os objetivos desse projeto, que soa como a manifestação de violência mais brutal e cruel da humanidade, ou seja, a capacidade de instaurar a morte dos indesejáveis como política de Estado, mais uma vez, se dar a autotutela de decidir quem morre e quem vive.

- Em outras palavras, Ariovaldo, o Brasil tem povo demais. Se antes foi preciso importar negros da África e depois os italianos e os japoneses, hoje é preciso fazer o contrário eliminar o excesso de gente. As grandes culturas estão totalmente mecanizadas, só a laranja e o arroz de brejo ainda necessitam trabalho manual, mesmo assim temporário (KUCINSKI, 2019, p. 127).

As fábricas, as poucas que ainda restam serão fechadas, como revela o personagem. Ele diz, ainda, que o Brasil não precisa de indústria nem de investimento em tecnologia. Ariovaldo

conclui que seria preciso eliminar 90 milhões de pessoas para atingir os objetivos da Nova Ordem. Para o general Fagundes, isso não é algo impossível, basta olhar para o exemplo da Alemanha nazista que eliminou milhões de judeus, russos e poloneses. A comparação em si é criminosa e irracional. Ele completa: “nosso programa é impessoal, limpo, é um saneamento demográfico, não ficam nem ossadas, o mar devora tudo e quase sem custos, isso tudo foi estudado, Ariovaldo, muito bem estudado. Nosso modelo é o chileno, despejar em alto mar” (KUCINSKI, 2019, p. 128). O projeto engloba deportar “os negros retintos para a África”, expulsar bolivianos e argentinos, esterilizar mulheres pobres. O projeto de poder da Nova Ordem reflete, nesse sentido, um conjunto de violências que atinge os cidadãos nas esferas pública e privada. Esse regime institucionaliza essas diversas violências.

Já no final da narrativa, Angelino encontra um revólver e o leva consigo sem saber exatamente que fim dar para essa arma de fogo. À noite, ele passava próximo a um hotel de luxo onde desciam de um carro três militares. O personagem reconhece um deles, o general Fagundes, contra quem Angelino atira repentinamente e foge. O general cai morto no chão à frente do edifício. A queda do general, sua morte, pode simbolizar a queda de um regime repressivo e assassino. No romance, não sabemos o que se sucede posteriormente no âmbito político e coletivo daquela comunidade. O livro é concluído revelando que, com o tempo, embora Ariovaldo jamais tivesse conseguido de fato capturar um sonho, na “Nova Ordem, as pessoas tinham deixado de sonhar” (KUCINSKI, 2019, p. 177). Ariovaldo termina o romance internado num pavilhão psiquiátrico, onde sofre alucinações e escreve compulsoriamente sobre seus sonhos.

Um assassinato e uma internação psiquiátrica fecham a narrativa. De um lado, uma reação de quem foi excluído e marginalizado; alguém que em alguma medida não desistiu de lutar e de acreditar num outro modelo de sociedade. Os livros alimentavam os sonhos de Angelino e substituíam, às vezes, o alimento que lhe faltava no dia a dia. O tiro contra o general soa como última possibilidade de resistência e manifestação da liberdade. Do outro lado, Ariovaldo enlouquece após a decadência e o desgaste do projeto de dominação das mentes das pessoas criado pela Nova Ordem. Elaborar um projeto de dominação como aquele pensado por esse personagem, revela em si um transtorno, uma falha moral-ética, uma incapacidade de reconhecer aquilo que está além de si. Para isso, quando se ultrapassa os limites do que é socialmente considerado racional, se torna necessário uma intervenção para resolver esse transtorno, essa falha. Terminar num hospital psiquiátrico pode ser interpretado como uma crítica às ideias transtornadas dos grupos reacionários do nosso cenário sociopolítico, tem um

sentido figurativo e metafórico. Esse romance é uma distopia, aspecto que discuto mais detalhadamente no próximo capítulo.

A nova ordem (2019) é uma abertura para que reflitamos sobre a erosão dos valores democráticos na realidade brasileira. O descompromisso de muitos setores da nossa sociedade com princípios como igualdade, dignidade da pessoa humana e com elementos fundamentais do Estado democrático de direito como a cidadania. Esse romance tece a representação literária de uma realidade distópica, alienada e irracional, controlada em cada aspecto das relações humanas nos âmbitos público e privado. O obscurantismo, a violência e as diversas formas de manifestação do preconceito se aproximam do perfil do cidadão médio brasileiro. Esses aspectos traduzem a formação patriarcal, racista e imperialista de muitos à nossa volta. Nessa sociedade distópica, o autoritarismo velado e o permanente desejo de dominação econômica das elites determinam de que forma se dão todas as estruturas de poder. Esses grupos atuam em torno da ascensão de uma nova ordem necessária aos anseios de dominação econômica e social. *A nova ordem* (2019) é, então, um sintoma social, é uma obra literária que trabalha com características e processos da censura, da violência, da perseguição, da implementação do estado de exceção e das diferentes formas de dominação na agenda política de uma coletividade.

Em *Estado de exceção* (2004), Agamben discute outros aspectos desse sistema, no qual a agenda política passa a adotar não mais as normas e os princípios constitucionais, mas a se basear em circunstâncias excepcionais. Orientado por essa máscara de normalidade e por ações de exceção, o Executivo, em geral, não mais se preocupa com os limites da sua competência constitucional, indo além dela. “Uma das características essenciais do estado de exceção – a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário” (AGAMBEN, 2004, p. 19). É interessante a leitura do filósofo em relação ao lugar do estado de exceção na aproximação entre direito e política. Por um lado, há doutrinas que consideram que o estado de exceção é algo que está no âmbito do ordenamento jurídico. Por outro lado, existem aqueles que defendem que é um fenômeno essencialmente político, ou seja, é exterior ao ordenamento jurídico ou extrajurídico. Agamben questiona e conclui no seguinte sentido:

Se o que é próprio do estado de exceção é a suspensão (total ou parcial) do ordenamento jurídico, como poderá essa suspensão ser ainda compreendida na ordem legal? Como pode uma anomia ser inscrita na ordem jurídica? [...] Na verdade, o estado de exceção não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico e o problema de sua definição diz respeito a um patamar, ou a uma zona de indiferença, em que dentro e fora não se excluem mas se indeterminam (AGAMBEN, 2004, p. 39).

Para o filósofo, seria esse ponto de indeterminação jurídico-institucional o ponto de fixação do estado de exceção. Essa indeterminação se dá, entre outras coisas, pela não determinação dos reais papéis dos Poderes Executivo e Legislativo, por exemplo. Outro elemento seria o *status necessitatis*, isto é, para a execução do estado de exceção, é criada uma necessidade no âmbito institucional que passaria a determinar a licitude ou a ilicitude de cada ação. “Mais do que tornar lícito o ilícito, a necessidade age aqui como justificativa para uma transgressão em um caso específico por meio de uma exceção” (AGAMBEN, 2004, pp. 40-41). Essa necessidade seria, conseqüentemente, o último fundamento da lei.

Para Achille Mbembe (2018), o fundamento da soberania é escolher quem vive e quem morre. “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (MBEMBE, 2018, p. 5). O autor retoma a ideia central de biopoder de Michel Foucault. Mbembe volta sua análise sobre as formas de soberania para o que ele chama de “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, pp. 10-11), se afastando de uma leitura normativa da política que coloca o conceito de razão como o elemento central do projeto de soberania na modernidade. Isso porque tal projeto pressupõe cidadãos livres e iguais, “capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação” (MBEMBE, 2018, p. 9) para formarem um corpo – povo – que produzirá normas gerais. “Em vez de considerar a razão a verdade do sujeito, podemos olhar para outras categorias fundadoras menos abstratas e mais palpáveis, tais como a vida e a morte” (MBEMBE, 2018, p. 11). Nesse sentido, a política é uma atividade que decide entre a vida e a morte do indivíduo e a soberania é o direito de matar. O racismo é um aspecto importante tanto na concepção de biopoder foucaultiana quanto na definição de necropolítica de Achille Mbembe. “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018, p. 18).

Mbembe destaca que qualquer análise a respeito de biopoder, estado de exceção ou estado de sítio passa por uma compreensão do processo histórico de escravidão no mundo. Conseqüentemente, pela noção de raça. Ele aponta que a seleção de raças, a esterilização forçada, o extermínio de povos vencidos, entre outros aspectos, se deu inicialmente no mundo colonial. Essa violência contra o outro não é uma novidade dos séculos XX e XXI. Em situações de dominação e de controle de um povo sobre o outro “a violência constitui a forma original do direito, e a exceção proporciona a estrutura da soberania” (MBEMBE, 2018, p. 38). Logo, essa soberania que se baseia na exclusão e na violência determina quem é descartável e quem não o

é. Mbembe aponta a situação da Palestina como um exemplo de ocupação colonial contemporânea, com todas essas formas de dominação. “Aqui, o Estado colonial tira sua pretensão fundamental de soberania e legitimidade da autoridade de seu próprio relato da história e da identidade” (MBEMBE, 2018, p. 42). Assim, o que o pensador chama de ocupação colonial contemporânea “é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico” (MBEMBE, 2018, p. 48). A tese central de Achille Mbembe é a de que “a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71). Ele constrói, então, as noções de necropolítica e de necropoder para se referir às formas contemporâneas de destruição e extermínio de populações.

Os campos de concentração são o ápice do estado de exceção para Agamben, espaços de institucionalização da barbárie e do extermínio através da tortura e do assassinato de minorias e de opositores de um regime. No presente, prisões, manicômios, favelas e intolerância e perseguição religiosa podem ser pensados como formas mais atualizadas desses campos de concentração, na medida em que são espaços de legitimação das diversas manifestações de violência institucional e paraestatal, e de múltiplas formas de abuso de poder e arbitrariedade. Esses espaços de cerceamento, exclusão e marginalização do indivíduo, na realidade brasileira, podem ser analisados por meio das concepções de biopolítica de Foucault, de vida nua e *homo sacer* de Agamben e de necropolítica-necropoder de Mbembe. Elas não precisam e não devem ser tratadas como concepções excludentes, mas, ao contrário, como formas complementares para analisarmos as práticas e os mecanismos de dominação e de silenciamento no Brasil.

Na nossa conjuntura sociopolítica dos anos 2020, o estado de exceção não tem se manifestado, até aqui, através da completa ruptura com o sistema democrático nem por meio da total dissolução da separação de poderes. Meu objetivo, neste ponto, é apontar que há essencialmente uma nova ordem cruel, desumana e distópica que tem se reinstaurado na nossa sociedade. Essa nova ordem é reacionária e antidemocrática, ela se espelha em elementos do nosso passado autoritário e escravagista, e se sustenta em problemas sociais da nossa realidade como a desigualdade e a miséria. Essa nova ordem se fortalece num cenário que se destaca pela ignorância, desinformação, violência e por retirar do cidadão qualquer projeção de vida para o futuro. Nesse sentido, a literatura – a ficção –, como sintoma social, responde à essa realidade distópica, expondo-a e revelando os aspectos mais sutis e perigosos dessa ordem engendrada no corpo social. A representação literária desse sintoma nos compromete ao ponto de não esquecer-lo, não deixá-lo de lado. É preciso combater esse sintoma autoritário, encontrar o tratamento adequado. São os próprios atores políticos e sociais que precisam buscar o melhor

tratamento para esse sintoma, cada um no seu campo de atuação: direito, política, educação, movimentos sociais, partidos políticos. Nesta discussão, procuro demonstrar que a literatura também tem se utilizado de suas ferramentas para responder a esses sintomas. Ela pode ser entendida como um diagnóstico, responsável por revelar um corpo social doente, infectado por sintomas do autoritarismo, do fascismo e dos Estados totalitários de outrora.

2.4 “O Fascismo Eterno”: Fantasmas Do Passado-Presente

Procurei analisar até aqui em que medida esse movimento político distópico atual concentra aspectos do autoritarismo, do fascismo e do estado de exceção. Vimos, por exemplo, que não podemos falar ainda em estado de exceção no Brasil atual porque, pelo menos até o presente momento, os poderes da República têm preservado sua independência e assegurado suas respectivas competências constitucionais, com as devidas tensões entre esses poderes. Entretanto, no âmbito do Poder Executivo, esse mal já instaurou seus mecanismos de coação, dominação e perseguição. Resta saber até que ponto os atores do Legislativo e do Judiciário conseguem combater esse sintoma fixado nas bases do Executivo. Quais são, então, os aspectos do fascismo que essa nova ordem tem injetado no centro da vida social brasileira? E quais outros elementos nos ajudam a compreender esse movimento de ascensão antidemocrática? O ensaio *O fascismo eterno*, de Umberto Eco, texto proferido numa conferência na Universidade Columbia em 1995, contribui para a leitura desses movimentos.

O escritor italiano destaca que pensar em grupos, partidos ou ideais que se caracterizam por apresentar um líder carismático, se sustentar no corporativismo e num anseio imperialista, ou ainda num nacionalismo exacerbado, são elementos suficientes para apontar que pertencem à direita, mas essas características não dizem respeito necessariamente aos elementos fundamentais do fascismo.

Todavia, embora os regimes políticos possam ser derrubados e as ideologias criticadas e destituídas de sua legitimidade, por trás de um regime e de sua ideologia há sempre um modo de pensar e de sentir, uma série de hábitos culturais, uma nebulosa de instintos obscuros e de pulsões insondáveis (ECO, 2010, p. 34).

De que forma, então, essas pulsões obscuras têm se levantado no Brasil e no mundo? De que maneira o fantasma do fascismo tem se atualizado no presente? Umberto Eco (2010) procura entender por que passamos a designar como fascista qualquer grupo, partido ou ator político que se coloca contra um determinado seguimento ou pauta social. Ele compara, por exemplo, os regimes nazista e stalinista. “Se como totalitarismo entende-se um regime que subordina qualquer ato individual ao Estado e sua ideologia, então nazismo e estalinismo eram

regimes totalitários” (ECO, 2010, p. 36). O fascismo, ao contrário, para o escritor italiano “foi certamente uma ditadura, mas não era completamente totalitário, nem tanto por sua brandura quanto pela debilidade filosófica de sua ideologia. Ao contrário do que se pensa comumente, o fascismo italiano não tinha uma filosofia própria” (ECO, 2010, p. 36).

A partir do estudo em torno do problema entre ideologia e personalidade, Adorno e outros pesquisadores (2019) estudaram uma pré-disposição nos indivíduos em assumir um viés antidemocrático a partir da observação da prontidão – a personalidade – de cada pessoa em responder aos diferentes contextos e situações.

As forças de personalidade são primeiramente *necessidades* (pulsões, desejos, impulsos emocionais) que variam de um indivíduo para outro em sua qualidade, intensidade, modo de gratificação e objetos de sua fixação e que interagem com outras necessidades em padrões harmônicos ou conflitivos (ADORNO, 2019, p. 79).

São essas necessidades humanas que regulam opiniões, atitudes e valores. E é a personalidade a organização de um conjunto de necessidades. Daí Adorno e al. defendem que a personalidade pode ser compreendida “como um *determinante* de preferências ideológicas” (ADORNO, 2019, p. 79). O estudo ressaltou que a personalidade, embora seja um determinante, não pode ser vista desvinculada do ambiente social. A ideologia é compreendida como um conjunto de opiniões, atitudes e valores dos indivíduos e pode englobar a totalidade das relações humanas ou se referir a um campo específico como a política, a economia, a religião ou as minorias (ADORNO, 2019). Em *Estudos sobre a personalidade autoritária* (2019), demonstra-se que “os indivíduos variam em sua *suscetibilidade* à propaganda antidemocrática, em sua prontidão em exibir tendências antidemocráticas” (ADORNO, 2019, p. 77). Essa pesquisa se concentrou nos aspectos psicológicos do fascismo. E o elemento central a respeito da definição de fascismo que me interessa nessa obra talvez esteja na seguinte passagem:

O fascismo, a fim de ser bem-sucedido como um movimento político, precisa ter uma massa como base. Ele precisa assegurar não apenas a submissão temerosa, mas a cooperação ativa da grande maioria das pessoas. Uma vez que, por sua natureza mesma, ele favorece poucos à custa de muitos, não tem como demonstrar que irá melhorar a situação da maioria das pessoas a ponto de seus interesses serem atendidos. Ele precisa, portanto, fazer apelo, acima de tudo, não ao autointeresse racional, mas às necessidades emocionais – frequentemente aos medos e desejos mais primitivos e irracionais. [...] A tarefa da propaganda fascista, em outras palavras, torna-se mais fácil dependendo do grau em que potenciais antidemocráticos já existem na grande massa de pessoas (ADORNO, 2019, p. 88).

Nesse sentido, a ameaça do fascismo procura se consolidar dentro de condições históricas favoráveis ao movimento e conforme a maior suscetibilidade das pessoas em responder positivamente a ele. Foi isso que o século XX nos demonstrou.

O caráter potencialmente fascista deve ser considerado como um produto da interação entre o clima cultural do preconceito e as respostas “psicológicas” a esse clima. O primeiro consiste não apenas em fatores externos brutos, como condições econômicas e sociais, mas em opiniões, ideias, atitudes e comportamentos que parecem ser do indivíduo, mas que não se originaram nem de seu pensamento autônomo nem de seu desenvolvimento psicológico autossuficiente, sendo devidos ao seu pertencimento à nossa cultura (ADORNO, 2019, pp. 530-531).

O fascismo foi uma espécie de fio condutor dos demais regimes totalitários que surgiram posteriormente como a Alemanha nazista e as ditaduras latino-americanas. O discurso de combate a uma possível ameaça comunista tem suas origens no regime fascista de Mussolini. “Foi o fascismo italiano que convenceu muitos líderes liberais europeus de que o novo regime estava realizando interessantes reformas sociais, capazes de fornecer uma alternativa moderadamente revolucionária à ameaça comunista” (ECO, 2010, p. 37). Ainda assim, Umberto Eco aponta que o “fascismo não era uma ideologia monolítica, mas antes uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas” (ECO, 2010, p. 37), o que não ocorreu com os regimes totalitários que se sucederam a partir de então. Entretanto, o fascismo não era por isso menos intolerante e violento. Houve prisão, assassinato,

[...] a liberdade de imprensa suspensa, os sindicatos desmantelados, os dissidentes políticos confinados em ilhas remotas, o poder legislativo tornou-se pura ficção e o executivo (que controlava o judiciário, assim como a mídia) emanava diretamente as novas leis, entre as quais a da defesa da raça (apoio formal italiano ao Holocausto) (ECO, 2010, pp. 40-41).

Umberto Eco defende que o fascismo não tinha bases filosóficas, mas também construiu seus arquétipos. A expressão fascista pode ser deslocada para outras realidades porque é possível retirar dela um ou outro aspecto e não deixaria de ser fascismo. “O termo “fascismo” adapta-se a tudo porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos, e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista” (ECO, 2010, p. 42). O pensador e escritor italiano reúne um conjunto de características de um sistema despótico ou fanático que pode ser atribuído ao que ele nomeia como “Ur-Fascismo” ou “fascismo eterno”. O culto à tradição é a primeira característica apontada por ele. Esse tradicionalismo nasce como reação ao racionalismo da Grécia clássica. Assim, tudo que emerge como novo é contestado ou combatido. No nosso caso, destaco um certo apego a um passado imaginário, criado na fantasia sobretudo da classe média, de que houve um tempo em que a vida era melhor. Para essas pessoas, tudo agora é degeneração, caótico e conturbado. Esses grupos se apegam, na verdade, aos seus preconceitos e às suas verdades absolutas. Consequentemente, surgem movimentos contrários aos avanços científicos, à produção de conhecimento, que, em última análise, tem se manifestado como desmonte e ataque à universidade pública brasileira.

Esse movimento em defesa de uma tradição estagnada no tempo leva à recusa e à refutação da modernidade, segunda característica apontada por Umberto Eco. Os avanços tecnológicos e científicos só servem à medida em que são responsáveis por consolidar um regime de exceção no poder. A partir do momento em que eles são possíveis ferramentas de emancipação e de autonomia de uma comunidade política passam, então, a ser combatidos veementemente. Como resultado, somos levados a um movimento que se baseia no irracionalismo, outro aspecto desses regimes. “O irracionalismo depende também do culto da ação pela ação. A ação é bela em si, portanto deve ser realizada antes de e sem nenhuma reflexão. Pensar é uma forma de castração” (ECO, 2010, p. 45). Logo, os espaços que nos suscitam a pensar, como a educação e a cultura, são imediatamente atacados e desmontados. Como consequência, não é possível usar a discordância como mecanismo promotor do desenvolvimento científico nem para o avanço do conhecimento humano. O fascismo nega a possibilidade de discordar de uma teoria, de um regime ou de uma agenda política. “Para o Ur-Fascismo, o desacordo é traição” (ECO, 2010, p. 45). Não permitir a possibilidade de discordância é não conceder o espaço para a diversidade nem para a pluralidade de ideias e pensamentos. Fundamentado nesse irracionalismo e na limitação desse espaço para discordar, o fascismo impõe um consenso, que reflete, na verdade, a força do grupo dominante. Negar a diversidade é assumir seus preconceitos de raça, de gênero e de classe. Por isso, Umberto Eco aponta que o fascismo é por definição racista.

O fascismo busca apoio nas classes médias frustradas que, num dado momento histórico e sociopolítico, se sentem ameaçadas econômica, étnica ou socialmente. Essas classes médias veem, no entanto, a base da pirâmide social como sua ameaça direta, e não as forças dominantes que estão acima delas. Orientadas pelo medo e por esse risco imaginário que está abaixo delas, acreditam ser a única saída combater os espaços de integração das classes mais baixas à vida sociopolítica. A classe média brasileira é referência nesse tipo de atuação. Não admite que tenha que dividir muitos dos espaços da sociedade com outras camadas econômicas mais vulneráveis dessa comunidade, pois acredita ser detentora por direito desses espaços de privilégio social e econômico. O nacionalismo e a formação de uma identidade que enxerguem um inimigo comum é uma característica fundamental do fascismo. Esse regime precisa necessariamente criar esse inimigo comum para que ganhe o apoio da massa e se sustente no poder.

Outro aspecto essencialmente fascista levantado por Umberto Eco é o elitismo. “O elitismo é um aspecto típico de qualquer ideologia reacionária, enquanto fundamentalmente aristocrática” (ECO, 2010, p. 47-48). O machismo, a homofobia e a transfobia, todos resultados

da inferiorização de um grupo da sociedade – mulher e população LGBT –, advêm de um ideal heroico do homem médio, segundo o escritor italiano. Ou seja, são preconceitos estabelecidos a partir de um referencial de dominação da figura masculina heterossexual cisgênera. Outra característica importante destacada no ensaio *O fascismo eterno* (2010) é o surgimento de um líder que se coloca como intérprete das vontades e dos anseios de toda a população. Esse talvez seja um dos aspectos mais presentes no cenário político mundial contemporâneo. Uma última característica, não menos importante, é o fato de os fascistas se basearem numa língua mais simplista possível, isto é, que apresenta um léxico pobre e uma sintaxe reduzida àquilo considerado por eles essencialmente necessário de ser expressado. Umberto Eco aponta que o “*Ur-Fascismo fala a “neolíngua”*” (ECO, 2010, p. 50), quer dizer, a língua inventada por Orwell em *1984* (2019).

Esses são alguns dos arquétipos levantados por Umberto Eco do fascismo cujas características podemos identificar, numa escala ou em outra, em qualquer regime totalitário. E também não se trata de apenas uma coincidência quando ligamos qualquer um desses arquétipos à nossa realidade. Essa aproximação entre o governo brasileiro de Jair Bolsonaro e o fascismo existe e é real. Umberto Eco encerra sua reflexão no ensaio chamando a atenção do leitor para os sentidos das palavras liberdade e ditadura.

Devemos ficar atentos para que o sentido dessas palavras não seja esquecido de novo. O Ur-Fascismo ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis. [...] O Ur-Fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o indicador para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo (ECO, 2010, p. 52).

Essa reflexão se aproxima do meu objetivo nesta pesquisa. Para além dos aspectos literários das narrativas discutidas ao longo dos capítulos, esse é um princípio ao qual me volto a todo instante: apontar, junto com a literatura, o fascismo diário à nossa volta; denunciar qualquer tentativa de sobreposição política ou ideológica, de supressão das liberdades individuais e dos direitos sociais; me posicionar contrário às manifestações de ódio e de violência e defender nossos ideais democráticos em todos os espaços sociais e políticos de atuação cujas tensões e disputas são permanentes e constantes; ressaltar nossos valores humanitários e nossos compromissos social e ético com a coletividade. Em última análise, é não nos rebaixarmos à política da morte, da violência e do silenciamento. É não deixarmos as instâncias de poder autoritárias determinarem quem pode viver e quem pode morrer, conforme tese desenvolvida por Achille Mbembe (2018). Nossa luta pela vida, pela liberdade e pela igualdade é diária e permanente.

Destaco um último aspecto neste capítulo. Na verdade, uma questão ainda sem resposta, pois apenas o futuro nos dirá que caminho decidimos tomar como sociedade neste ponto da história. O que fica como questão é se, diante da atual conjuntura sociopolítica brasileira dos anos 2020, ainda podemos falar em Estado democrático de direito? Ou mesmo, se alguma vez pudemos, de fato, falar nessa dimensão do constitucionalismo ao nos referirmos à nossa realidade? Um novo paradigma tem se mostrado diante desse movimento de ascensão de forças reacionárias? Ou, por enquanto, devemos interpretá-lo apenas como um movimento reacionário e antidemocrático de grupos classistas e preconceituosos dentro dos limites do que é possível para uma democracia? O jurista Rubens Casara (2019), por exemplo, já fala em Estado pós-democrático. Essa é talvez uma via para entendermos as últimas crises constitucionais e éticas da nossa sociedade. Talvez seja uma maneira de dar sentido a esse movimento que desestabiliza governos, impõe golpes de Estado e permite a ascensão de figuras antidemocráticas e reacionárias, que se legitimam através de discursos de ódio, intolerância e violência. Mas há outras possíveis leituras para essa realidade. O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal – STF – Ayres Brito prefere falar em “pausa democrática”.

Rubens Casara parte da concepção de crise para buscar compreender de que forma o Estado democrático de direito tem reagido a esse movimento reacionário. Hoje, no Brasil, ainda é admitido que o Estado, mesmo em crise, continua “subordinado a leis gerais e abstratas emanadas de órgãos político-representativos e vinculados ao projeto constitucional (em especial, aos direitos e garantias fundamentais)” (CASARA, 2019, p. 10). O que se entende por crise é importante à minha leitura.

Em sua origem, a palavra “crise” (do grego *krísis*) era um termo médico que retratava o momento decisivo em que o doente, em razão da evolução da enfermidade, melhorava ou morria. Há na crise tanto eros quanto tânatos, pulsão de vida e pulsão de morte, a esperança de continuidade e o medo ligado ao desconhecido. A crise apresenta-se como uma situação ou um momento difícil que pode modificar, extinguir ou mesmo regenerar um processo histórico, físico, espiritual ou político. Ou seja, é uma excepcionalidade que repercute no desenvolvimento ou na continuidade de algo. Trata-se de uma situação que irrompe como resultado da condensação de contradições que podem ou não, ser superadas (CASARA, 2019, pp. 9-10).

No âmbito político, essa crise pode refletir uma disfunção do sistema pensado para determinada comunidade política. Se é algo que pode desestabilizar o sistema, logo, é um risco para o seu funcionamento e sua reprodução como forma de estabilizar as relações sociais. Para Casara, a crise é, então, um desvio, uma negatividade na medida que se trata de uma excepcionalidade. E como toda excepcionalidade, se espera que ela aconteça num recorte espaçotemporal e, posteriormente, desapareça. Entretanto, quando essa crise se torna

permanente dentro do sistema, quando há a sobreposição de um modelo de produção – neoliberal – que cria formas de controle e dominação das estruturas social e econômica, então, essa crise deixa de ser uma negatividade para se tornar uma positividade.

Conseqüentemente, de acordo com Rubens Casara, se a crise é permanente, não falamos mais em crise, mas numa nova realidade. A crise deixou de ser retratada como “um momento de indefinição, provisório, emergencial ou extraordinário. Trata-se de um termo que passou a ser usado para ocultar uma opção política por manobras e ações justificadas pela falsa urgência ou pelo falso caráter extraordinário do momento” (CASARA, 2019, p. 13). Nesse sentido, a manutenção de alguns elementos do Estado democrático de direito, numa nova realidade, apenas serviria para mascarar um novo modelo de governo e de dominação. Por isso, Casara acredita que o paradigma do Estado democrático de direito não dê mais conta de responder à organização da nossa estrutura sociopolítica. Ele fala, então, em Estado Pós-Democrático cujos mecanismos de efetivação dessa organização se dão mediante a atuação em duas dimensões da vida humana: econômica, gerenciada pelas práticas e ideais do neoliberalismo; e política, que é “um mero instrumento de manutenção da ordem, controle das populações indesejadas e ampliação das condições de acumulação do capital e geração de lucros” (CASARA, 2019, pp. 16-17).

Entre outras coisas, o Estado democrático de direito adota uma concepção de Estado ligada à ideia de legalidade. Isso quer dizer que os atores políticos estabelecem, conjuntamente, certos parâmetros legais – jurídicos e constitucionais – que orientam as medidas e as relações entre cidadãos de uma comunidade política e entre diferentes comunidades. Ou seja, existem limites legais para a conduta de qualquer cidadão. “O que há de novo na atual quadra histórica, e que sinaliza a superação do Estado Democrático de Direito, não é a violação dos limites ao exercício do poder, mas o desaparecimento de qualquer pretensão de fazer valer esses limites” (CASARA, 2019, p. 21). O conceito de pós-democracia de Rubens Casara tenta dar conta das implicações do neoliberalismo nas democracias contemporâneas.

Por “Pós-Democrático”, na ausência de um termo melhor, entende-se um Estado sem limites rígidos ao exercício do poder, isso em um momento em que o poder econômico e o poder político se “aproxima, e quase voltam a se identificar, sem pudor. No Estado Pós-Democrático a democracia permanece, não mais com um conteúdo substancial e vinculante, mas como mero simulacro, um elemento discursivo apaziguador. O ganho democrático que se deu com o Estado Moderno, nascido da separação entre o poder político e o poder econômico, desaparece na pós-democracia e, nesse particular, pode-se falar em uma espécie de regressão pré-moderna, que se caracteriza pela vigência de um absolutismo de mercado (CASARA, 2019, p. 23).

O conceito *Post-Democracy* é originalmente atribuído ao cientista político inglês Colin Crouch e se volta, primeiramente, para um cenário sociopolítico no qual as instituições democráticas funcionam mais ou menos de forma estabilizada. Há eleições, oposição política, liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Nesse contexto das democracias liberais centrais, “a dinâmica democrática progressivamente desaparece” (CASARA, 2019, p. 23). Na pós-democracia, as forças política e econômica dominantes tomam para si o poder real. Muitas dessas forças se revelam também autoritárias, conforme exemplificado anteriormente. Nesses contextos nos quais Crouch aplica o conceito de *Post-Democracy* também notamos um certo parâmetro de Bem-Estar Social. No entanto, é também onde as corporações e o mercado dominam a maneira como as relações humanas são construídas. No Brasil, é necessário analisar essa noção de pós-democracia junto com os elementos sócio-históricos próprios da nossa realidade. Passados escravagista e ditatorial, desigualdades social e econômica e a distância entre a normatização de direitos fundamentais e a sua real efetivação no Estado democrático de direito são alguns desses elementos. Rubens Casara (2019) destaca, ainda, que o esvaziamento da democracia participativa é outra característica desse novo e possível paradigma. Esse esvaziamento se dá tanto através da demonização da política quanto da construção de um cenário social de impossibilidade de transformação dos *status quo* pré-estabelecidos pela ordem vigente. A política é compreendida como negatividade, uma vez que o que se destaca não é mais o debate em torno dos projetos de políticas públicas, por exemplo, mas o ataque a adversários e a judicialização das campanhas, posição na qual o indivíduo deixa de ser cidadão-eleitor e se torna cidadão-juiz.

O resultado mais evidente da demonização da política e do “comum” é a passividade e a ausência de protestos diante da adoção de políticas públicas de redução dos direitos. O Estado e a política são vistos como inimigos, como algo que não interessa às pessoas, e não como espaços de luta por uma vida mais digna. Esse esvaziamento, evidentemente, não se dá apenas com a construção de uma subjetividade avessa à política (CASARA, 2019, pp. 33-34).

Os indivíduos nomeados por Adorno (2019) como pseudoconservadores não se veem ativamente representados ou participando dos processos sociais e políticos apenas votando nas urnas e passam a olhar para o sistema democrático com descrédito. Assim, deixam de observar a problemática em torno da contradição entre desigualdade econômica e igualdade política formal para se voltarem contra a própria forma democrática. Esses aspectos presenciamos na realidade brasileira de uma maneira ou de outra. Discuti igualmente alguns dos seus resultados nos tópicos anteriores. Na pós-democracia, os cidadãos são descartáveis, servem unicamente

aos interesses do neoliberalismo e suas vidas devem se voltar integralmente para esse sistema econômico.

O Poder Judiciário também passa a servir determinados grupos e interesses na pós-democracia. Ele deixa de ter o papel de garantidor dos direitos fundamentais e assume uma função política que Rubens Casara chama de “regulador das expectativas dos consumidores” (CASARA, 2019, pp. 42-43). O direito não mais se fundamenta a partir de uma concepção originária de função social, mas como mero instrumento a serviço do mercado, situação na qual o cidadão se resume a um consumidor. Esse é o cenário ideal para o surgimento de grupos autoritários que buscam o domínio social, moral, econômico e político de uma sociedade. Eles buscam sobrepor sua ideologia, negando-a ao mesmo tempo e condenando outras formas possíveis de manifestação ideológica. Os espaços da educação, cultura, artes e meios de comunicação são condenados e perseguidos, são os primeiros a sofrerem os efeitos negativos da atuação autoritária de determinada corrente ideológica. Perdemos a convivência entre diferentes ideologias políticas na pós-democracia, algo que é essencial ao próprio fundamento do Estado democrático de direito.

A democracia representativa se fundamenta por meio da tensão entre diversos pensamentos, ideias e ideologias. O fato é que uma democracia não se consolida a partir da supressão dos direitos humanos e direitos sociais, nem por meio das diferentes formas de dominação política ou econômica. A democracia é um arranjo social e coletivo cuja convivência e conformação de diferentes interesses se realizam por diversas orientações político-ideológicas e múltiplas formas de pensar a sociedade como um todo. Entretanto, todas essas orientações precisam seguir valores éticos, humanos e constitucionais basilares do sistema democrático. A democracia não permite qualquer forma de exclusão, silenciamento ou apagamento do outro. A democracia não admite ideais autoritários nem a implementação de recursos sociais, políticos ou culturais de extermínio. E a pós-democracia, ou a aproximação dos interesses do autoritarismo e do neoliberalismo, não assume absolutamente qualquer compromisso democrático ou social.

CAPÍTULO 3. DISTOPIA: DA REALIDADE AO ROMANCE

3.1 Distopia E Utopia: A Formação De Um Conceito Para A Narrativa Literária Brasileira Contemporânea E Para O Nosso Cenário Sociopolítico Atual

Procuro, agora, tecer uma definição para distopia e utopia que nos ajude a compreender tanto o recorte de produções literárias brasileiras contemporâneas distópicas que analiso neste capítulo quanto a nossa conjuntura sociopolítica, suas implicações, aproximações e possibilidades de leituras. Discuto em que medida a produção literária distópica recente tem respondido às ameaças antidemocráticas, às manifestações de autoritarismo e à violência do presente. Consequentemente, em determinados pontos da discussão, me concentro em alguns dos possíveis papéis sociais da literatura diante de um quadro político e social distópico. Nesse sentido, algumas questões iniciais me ajudam a percorrer esse caminho: quais são as compreensões possíveis dos termos distopia e utopia? Em que medida a literatura distópica é na atualidade uma frente de luta e resistência face a um quadro autoritário? De que forma essa literatura distópica nos reaproxima da nossa força e da nossa capacidade de optar pela vida?

Meu intuito é adentrar a essas e outras questões ao longo do capítulo orientado por quatro romances distópicos brasileiros lançados nos últimos anos: *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela*, de Ignácio de Loyola Brandão (2018), *Sob os pés, meu corpo inteiro*, de Marcia Tiburi (2018), *A morte e o meteoro*, de Joca Reiners Terron (2019), e *A nova ordem*, de B. Kucinski (2019). Inicialmente, talvez seja importante fazer um rápido percurso em torno do gênero literário distopia. Esse é um gênero literário que surge no final do século XIX que parece anteciper uma sociedade futura na qual a vida humana não tenha nenhum valor humanitário, social ou afetivo. Vários autores e obras se destacaram ao longo do século XX nesse gênero, entre eles: *The Iron Heel*, de Jack London (1908), *The Machine Stops*, de E. M. Forster (1909), *Nós*, de Evgueni Zamiatine (1920), *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley (1931), *Kalocaína*, de Karin Boye (1940), *1984*, George Orwell (1949), *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury (1953), *Laranja Mecânica*, de Anthony Burgess (1962), e *Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago (1995).

Em *Scraps of the untainted sky: Science fiction, utopia, dystopia* (2000), Tom Moylan destaca que a narrativa distópica é um produto do terrível século XX. Muitos desses elementos históricos que definiram esse século são apontados pelo autor já no prefácio.

Cem anos de exploração, repressão, violência estatal, guerra, genocídio, doença, fome, ecocídio, depressão, dívida, e o esgotamento constante da humanidade através

da compra e venda da vida cotidiana forneceram terreno fértil mais do que suficiente para este lado fictício da imaginação utópica (MOYLAN, 2000, p. xi, tradução minha).²

Nesse contexto, a narrativa distópica emerge como uma forma literária com regras específicas, diferentes daquelas das narrativas realistas, antiutópicas e “*Menippean satire*”, no início do século XX, numa resposta ao estado moderno imperialista e à nova fase do capital que havia passado a monopolizar a produção (MOYLAN, 2000). A distopia clássica incorpora, então, esses elementos negativos da sociedade: destruição, ganância e morte. Nesse movimento, surge uma nova crítica dentro da cultura popular contemporânea. Entre as décadas de 1960 e 1970, a distopia como gênero literário traz para o campo da ficção científica o contexto de reconstrução da economia sob o viés capitalista, a retomada de políticas conservadoras e as mudanças culturais que reforçavam os valores dos grupos dominantes de direita. A distopia passa a ser um espaço de reflexão social e coletivo. Ela é um convite para que criemos alternativas de vivência e mecanismos de reação face a esse contexto distópico presente na realidade. Tom Moylan (2000) afirma que o texto distópico recusa uma perspectiva funcionalista ou reformista, tanto do ponto de vista formal – estético – quanto político. A distopia se coloca como uma tentativa de ir além das condições caóticas oferecidas pela própria realidade. “Sua própria maquinaria textual convida à criação de mundos alternativos, nos quais o espaço-tempo histórico do autor possa ser representado de uma forma que põem em primeiro plano a articulação de suas dimensões econômicas, políticas e culturais” (MOYLAN, 2000, p. xii, tradução minha).³

A distopia refuta a sociedade moderna, tomando partido diante da racionalização, do imediatismo e das consequências irrefletidas impostas por essa nova realidade. O desafio dos primeiros autores de narrativas distópicas foi encontrar bases de resistência e dissidência, a exemplo de E. M. Forster’s que publicou *The Machine Stops* em 1909. Com outros autores como George Orwell, Katharine Burdekin, Margaret Atwood e Yevgeny Zamyatin, novas interrogações em relação ao Estado moderno são colocadas em cena. O contexto sócio-histórico aqui é o do stalinismo da União Soviética e da Alemanha nazista, do estado de bem-estar social e da ascensão dos movimentos de extrema-direita. O trabalho de Aldous Huxley (1932) introduz o pensamento crítico nesse cenário de construção de narrativas distópicas (MOYLAN, 2000).

² A hundred years of exploitation, repression, state violence, war, genocide, disease, famine, ecocide, depression, debt, and the steady depletion of humanity through the buying and selling of everyday life provided more than enough fertile ground for this fictive underside of the utopian imagination.

³ Its very textual machinery invites the creation of alternative worlds in which the historical spacetime of the author can be re-presented in a way that foregrounds the articulation of its economic, political, and cultural dimensions.

“Crucial para a visão da distopia em todas as suas manifestações é essa capacidade de registrar o impacto de um sistema social invisível e não examinado na vida cotidiana das pessoas” (MOYLAN, 2000, p. xiii, tradução minha).⁴

A distopia se apresenta como uma possibilidade de organização social e coletiva contrária à ordem social e ao sistema hegemônico vigentes. Esse gênero se mostra não apenas como uma ferramenta viável para representar a complexidade da vida humana e seus desdobramentos no mundo moderno, como também pode-se revelar um mecanismo discursivo de oposição aos resultados violentos e excludentes estabelecidos pelas forças políticas e econômicas dominantes. Com o surgimento de novas forças populares, especialmente na década de 1980, como a segunda onda feminista – *The Female Man* (1975), de Joanna Russ – e as lutas dos movimentos gays e lésbicos, a narrativa e a crítica distópica passam a englobar esse sistema e criar um espaço de possibilidade de construção de forças políticas, uma vez que essa manifestação textual distópica adentra no imaginário das pessoas. Essa nova distopia se torna uma manifestação cultural, segundo Tom Moylan (2000), na medida em que é esse convite para imaginar novas formas de experienciar o mundo, por meio de alianças políticas, sociais e culturais. É nesse cenário que o século XXI se inicia.

Um resultado importante da reapropriação da linguagem pelos desajustados e rebeldes distópicos é a reconstituição da capacitação da memória. Com o passado suprimido e o presente reduzido a experiências empíricas do cotidiano, os sujeitos distópicos geralmente perdem toda a lembrança da forma como as coisas eram antes da nova ordem, mas ao recuperar a linguagem eles também recuperam a capacidade de recorrer às verdades alternativas do passado e "retrucar" o poder hegemônico (MOYLAN, 2000, p. 149, tradução minha).⁵

Na tentativa de construir uma concepção de distopia literária, tomo como referencial o romance distópico *1984* (2019). Essa escolha se justifica na medida em que talvez possamos afirmar que a obra distópica de George Orwell seja, hoje, a principal referência literária mundial desse gênero. Muito por causa dos inúmeros estudos e desdobramentos desse texto literário. Meu objetivo, neste ponto, é ensaiar uma espécie de teorização da noção de distopia a partir desse romance. Como uma forma de suscitar questionamentos por meio daquilo que se opõe, apresento alguns aspectos do termo utopia por meio de duas produções centrais dos estudos sociais dessa terminologia: *Utopia*, século XVI, de Thomas More (2017), e *A Cidade do Sol*,

⁴ Crucial to dystopia's vision in all its manifestations is this ability to register the impact of an unseen and unexamined social system on the everyday lives of everyday people.

⁵ An important result of the reappropriation of language by the dystopian misfits and rebels is the reconstitution of empowering memory. With the past suppressed and the present reduced to the empirica of daily life, dystopian subjects usually lose all recollection of the way things were before the new order, but by regaining language they also recover the ability to draw on the alternative truths of the past and "speak back" to hegemonic power.

século XVII, de Tommaso Campanella (2014). Esses dois trabalhos que projetam uma espécie de sociedade ideal servem como contrapontos à noção de distopia desenvolvida neste capítulo. É importante ressaltar que tanto o trabalho de Thomas More quanto o de Tommaso Campanella devem ser analisados observando-se os deslocamentos espaçotemporais das duas produções para a atualidade, evitando-se, assim, qualquer leitura anacrônica. Por exemplo, não se trata de discutir o papel subalterno da mulher em relação ao homem na comunidade dos utopienses de More (2017), mas de analisar as estruturas sociopolítica, econômica e cultural como manifestações de uma coletividade nessas duas produções utópicas.

A obra de Platão é precursora na reflexão em torno das abrangências da concepção do termo utopia. Já no pensamento platônico, há uma reflexão a respeito da cidade ideal e das estruturas de um governo e de uma organização social. Em *A República* (2008), por exemplo, se discute o significado de Justiça. Esse ideal de sociedade e, conseqüentemente, a noção de utopia, é discutido em obras centrais sobre esse conceito: *A República*, de Platão (2008), *Utopia*, de Thomas More (2017), *Nova Atlântida*, de Francis Bacon (2008) e *A Cidade do Sol*, de Tommaso Campanella (2014). Em *Utopia* (2017), o viajante Rafael Hitlodeu conta ao narrador – Thomas More – e a Pieter Gillis sobre o período em que se instalou e permaneceu nas terras nomeadas de ilha de Utopia, onde passou por diversos povos, cidades e vilas. Por meio dos relatos de Rafael, o narrador de *Utopia* (2017) procura se concentrar na organização, nos modos e nas instituições do que ele definiu como os utopienses.

More, Gillis e Rafael discutem, então, uma república ideal, na qual o interesse privado do príncipe não se oporia ao interesse público. Nessa sociedade, o rei não pressionaria juízes a julgarem a favor dele, a legitimidade de um rei se daria na medida em que o seu governo não necessitasse do uso da violência, da espoliação ou do confisco para se sustentar. Nessa república ideal, o governo combateria as desigualdades e promoveria a educação de seus cidadãos. Esse rei não cometeria ilegalidades nem corromperia as instituições.

Porque, se eu descrevesse as instituições que Platão criou em sua república, ou aquelas que os utopienses praticam, ainda que fossem melhores, como de fato são, poderiam parecer estranhas, porque aqui as propriedades dos cidadãos são privadas, enquanto lá todas as coisas são comunitárias (MORE, 2017, p. 77).

Essa sociedade utópica é construída pelas mãos da coletividade, ou seja, toda a comunidade, conjuntamente, tem interesses voltados para o público, para aquilo que é de todos. A virtude, a igualdade e a boa administração dos bens públicos são valores inquestionáveis para os utopienses. Narrativa semelhante foi desenvolvida em *A Cidade do Sol* (2014). Nessa obra, estruturada num diálogo, um personagem relata a um outro sua visita à Cidade do Sol e suas

impressões. “Todas as coisas são comuns; no entanto, os oficiais determinam a distribuição dos bens, e não somente a alimentação, mas as ciências, as honras e as diversões são comuns, de maneira que ninguém pode apropriar-se de coisa alguma” (CAMPANELLA, 2014, p. 11).

Na ilha utópica visitada por Rafael, os cidadãos não se veem como proprietários de terras, mas como agricultores que se preocupam com a coletividade. Consequentemente, não há qualquer desejo de conquistar novos territórios. Os utopienses dos campos e da vida urbana são solidários entre si, pois compartilham conhecimento, ferramentas e produtos de consumo. Tendo em vista que não há propriedade privada, os utopienses mudam de casa a cada decênio. Nos jardins dessas habitações, há vinhos, frutos, verduras e flores. Os assuntos comuns são deliberados no Senado e nas assembleias públicas. Os assuntos públicos são deliberados em conselhos com a participação do príncipe. Essa estrutura política é pensada de uma forma que impeça qualquer indício de tirania do príncipe. Um assunto nunca é debatido no Senado no mesmo dia em que é proposto, justamente para que os fundamentos de seus membros se voltem para o bem público. A agricultura é a única atividade comum a todos os utopienses, além de cada um aprender um ofício específico. Nessa sociedade, as pessoas trabalham seis horas, tempo suficiente “para a produção de todos os bens necessários à vida e à comodidade” (MORE, 2017, p. 101).

Da classe de estudiosos, da qual se é integrante através de escolha ou por meio de promoção profissional, são escolhidos os sacerdotes, os membros do Senado e o próprio príncipe. Apesar disso, toda a população é alfabetizada e uma parte expressiva dos cidadãos se dedica à leitura nas horas vagas. A língua é rica. Há, ainda, liberdade religiosa. Os hospitais são públicos. Eles “são bem instalados e equipados com todas as coisas que trazem o restabelecimento da saúde, e os doentes são tratados com tamanha delicadeza e atenção, e é tão assídua a presença dos mais peritos médicos, que para lá ninguém é enviado a contragosto” (MORE, 2017, p. 111). Todos os bens são igualmente divididos entre todos os cidadãos. O que falta numa cidade é oferecido por outra dentro da ilha. Para os utopienses, cuidar “do bem público é a justiça; mas privarmos as outras pessoas do prazer para alcançarmos o nosso, isso é uma verdadeira injúria” (MORE, 2017, p. 133).

Valores como ética, virtude, honestidade e dignidade são amplamente elaborados nessa sociedade utópica. A felicidade está vinculada a ações boas e honestas. Velhos e incapazes não são abandonados, mas, ao contrário, recebem como os jovens que agora trabalham. Tanto em *Utopia* (2017) quanto em *A Cidade do Sol* (2014), há uma constante comparação dessas sociedades utópicas com aquelas nas quais nasceram e vivem os personagens. Nessas

comunidades onde o dinheiro – a economia – se sobrepõe às relações humanas, a forma de experienciar o mundo é completamente desigual, violenta e degradante:

[...] a grande pobreza torna os homens vis, astutos, ladrões, intrigantes, vagabundos, mentirosos, testemunhas falsas; e a riqueza torna os homens insolentes, soberbos, ignorantes traidores, desafeiçoados, com a presunção de saber o que não sabem. No entanto, a comunidade [utópica] torna a todos ricos e pobres: ricos porque possuem todas as coisas, pobres porque não se apegam a servir as coisas, mas todas as coisas servem a eles (CAMPANELLA, 2014, p. 25).

E uma distopia, ela se fundamenta em quais aspectos sociopolíticos? *1984*, de George Orwell (2019), pode nos ajudar na construção dessas relações. Nesse romance, acompanhamos a trajetória de Winston Smith, personagem de 39 anos, numa sociedade distópica. No seu apartamento, o barulho constante e inteligível de um instrumento chamado teletela que pode ser regulado, mas não desligado completamente. A teletela é capaz de registrar o som e a imagem através do controle que a Polícia das Ideias tem dessa ferramenta e da população. Diante disso, “Você era obrigado a viver – e vivia, em decorrência do hábito transformado em instinto – acreditando que todo som que fizesse seria ouvido e, se a escuridão não fosse completa, todo movimento examinado meticulosamente” (ORWELL, 2019, p. 45). Na rua, “embora o sol brilhasse e o céu fosse de um azul áspero, a impressão que se tinha era de que não havia cor em coisa alguma a não ser nos pôsteres colados por toda parte” (ORWELL, 2019, p. 44). Por toda parte, cartazes com um olhar de um “rosto de bigode negro a olhar para baixo” (ORWELL, 2019, p. 44) e com um letreiro que dizia “O GRANDE IRMÃO ESTÁ DE OLHO EM VOCÊ”.

A um quilômetro dali, na estrutura piramidal de concreto branco cintilado do Ministério da Verdade, onde Winston trabalha, lê-se os três slogans do Partido: “GUERRA É PAZ / LIBERDADE É ESCRAVIDÃO / IGNORÂNCIA É FORÇA” (ORWELL, 2019, p. 46). Winston resolve escrever um diário. Prática que, embora não fosse ilegal, era certo que o autor tomaria uma punição com morte ou muitos anos de prisão em campos de trabalho forçado. O projeto desse personagem era deixar uma mensagem para o futuro, dizer o que ocorreu em seu tempo, de alguma forma ele queria escrever uma memória. Na narrativa, as pessoas se reúnem em frente a teletela para os Dois Minutos de Ódio, ocasião em que é projetado na tela rosto de um Inimigo do Povo. O principal inimigo era o personagem Emmanuel Goldstein, ex-membro do Partido. “Goldstein atacava o Grande Irmão, denunciava a ditadura do Partido, exigia a imediata celebração da paz com a Eurásia, defendia a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade de pensamento” (ORWELL, 2019, p. 54).

O mais horrível dos Dois Minutos de Ódio não era o fato de a pessoa ser obrigada a desempenhar um papel, mas de ser impossível manter-se à margem. Depois de trinta segundos, já não era preciso fingir. Um êxtase horrendo de medo e de sentimento de vingança, um desejo de matar, de torturar, de afundar rostos com uma marreta, parecia circular pela plateia inteira como uma corrente elétrica, transformando as pessoas, mesmo contra sua vontade, em malucos a berrar, rostos deformados pela fúria. Mesmo assim, a raiva que as pessoas sentiam era uma emoção abstrata, sem direção, que podia ser transferida de um objeto para outro como a chama de um maçarico (ORWELL, 2019, p. 55).

Foi assim que em instantes a fúria de Winston se voltou para o Grande Irmão, o Partido e a Polícia das Ideias. Ele se vê, então, cometendo o que se nomeou nessa sociedade de pensamento-crime. Se colocar contra o Grande Irmão era um pensamento-crime. Esse crime sempre era punido com prisão. As pessoas desapareciam, não havia julgamento nem registro de prisão. O Partido controlava toda a sociedade, cada ação, cada gesto, cada movimento. Nem o pensamento podia ser exercido de forma autônoma, ao contrário, era proibido pensar ou refletir. A realidade se limitava ao exercício de atividades cotidianas impostas pelo regime, realizadas de maneira imediata e sem questionamento. Os slogans do Partido estavam por toda parte:

Nas moedas, nos selos, nas capas dos livros, em bandeiras, em cartazes e nas embalagens dos maços de cigarro – em toda parte. Sempre aqueles olhos observando a pessoa e a voz a envolvê-la. Dormindo ou acordada, trabalhando ou comendo, dentro ou fora de casa, no banho ou na cama – não havia saída. Com exceção dos poucos centímetros que cada um possuía dentro do crânio, ninguém tinha nada de seu (ORWELL, 2019, pp. 67-68).

Winston passa a se questionar como levaria a mensagem do seu diário para o futuro, se naquela realidade não havia qualquer esperança de futuro. O único leitor possível do seu diário seria a Polícia das Ideias, que destruiria tanto o diário quanto o personagem. “Como era possível fazer um apelo ao futuro, quando nem um rastro seu, nem mesmo uma palavra anônima rabiscada num pedaço de papel, tinha condições de sobreviver fisicamente?” (ORWELL, 2019, p. 68). Até o fio de tinta da caneta nas mãos de Winston, visto por um fanático do Partido, podia ser prova de um pensamento-crime. O Partido controlava não só o presente, mas o passado. Ele moldava o acesso daquela comunidade ao passado sociopolítico e histórico de acordo com os interesses do regime instaurado, ainda que para isso fosse necessário censurar, manipular e silenciar documentos – registros – ou pessoas – testemunhos.

Se o Partido era capaz de meter a mão no passado e afirmar que esta ou aquela ocorrência jamais acontecera – sem dúvida isso era mais aterrorizante do que a mera tortura ou a morte. [...] E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido – se todos os registros contassem a mesma história –, a mentira tornava-se história e virava verdade. “Quem controla o passado controla o futuro quem controla o presente controla o passado”, rezava o lema do Partido (ORWELL, 2019, p. 76).

Após essa reflexão, Winston chega à conclusão de que o passado não tinha sido apenas alterado, mas destruído. Conseqüentemente, qualquer possibilidade de futuro também foi interrompida. As opiniões e manifestações que conflitavam com os ideais do partido são aniquiladas. Não há possibilidade para qualquer divergência. “A história não passava de um palimpsesto, raspado e reescrito tantas vezes quantas fosse necessário” (ORWELL, 2019, p. 84). Para se manter no poder, o Partido precisa retirar a esperança de mudança das pessoas e qualquer traço de memória de que houve um tempo em que a vida foi diferente ou esmagar qualquer indício de que uma ação da coletividade pode transformar o futuro.

Impressos, documentos, livros, tudo passava pela revisão de um órgão censor do regime, onde apagava-se ou manipulava-se cada trecho. Os livros eram recolhidos, alguns eram adulterados, outros destruídos. O regime decidia o que manter e o que exterminar do registro escrito e da memória daquele povo. Esse filtro em todo tipo de informação e de conteúdo disponível à população, traduz, na verdade, o potencial de censura de um projeto de poder totalitário. Era a forma como a Novafala, língua desse regime, se consolidava como ferramenta de comunicação e de dominação dessa comunidade política. Não havia espaço para diferentes ideologias. A Novafala impunha uma ideologia universal, absoluta e inquestionável. O conteúdo artístico-cultural, de informação e de entretenimento era pensado de diferentes formas para as diversas classes sociais e econômicas. As palavras tinham seus sentidos reduzidos a quase nada. “Todo o clima de pensamento será diferente. Na realidade *não* haverá pensamento tal como o entendemos hoje. Ortodoxia significa não pensar – não ter necessidade de pensar. Ortodoxia é inconsciência” (ORWELL, 2019, p. 98). O projeto de dominação e de controle do Partido tinha um fundamento:

O ideal definido pelo Partido era uma coisa imensa, terrível e luminosa – um mundo de aço e concreto cheio de máquinas monstruosas e armas aterrorizantes –, uma nação de guerreiros e fanáticos avançando em perfeita sincronia, todos pensando os mesmos pensamentos e bradando os mesmos slogans, perpetuamente trabalhando, lutando, triunfando, perseguindo – trezentos milhões de pessoas de rostos iguais. A realidade eram cidades precárias se decompondo, nas quais pessoas subalimentadas se arrastavam de um lado para outro em seus sapatos furados no interior de casas do século XIX, com reformas improvisadas, sempre cheirando a repolho e a banheiros degradados (ORWELL, 2019, p. 122).

Tudo era manipulado, silenciado ou apagado em prol desse projeto. “Conhecer a história pela arquitetura era tão inviável quanto conhecê-la pelos livros. Estátuas, inscrições, lápides comemorativas, nomes de ruas – tudo o que poderia lançar alguma luz sobre o passado fora sistematicamente alterado” (ORWELL, 2019, p. 145). O regime totalitário tinha congelado até mesmo a possibilidade de deslocamento temporal. Além disso, nessa sociedade é proibido

amar, se relacionar afetivamente com outra pessoa. Winston conhece Julia e ambos passam a se encontrar de forma clandestina.

Todos os registros foram destruídos ou falsificados, todos os livros foram reescritos, todos os quadros foram repintados, todas as estátuas, todas as ruas, todos os edifícios foram renomeados, todas as datas foram alteradas. E o processo continua dia a dia, minuto a minuto. A história se interrompeu. Nada existe além de um presente interminável no qual o Partido sempre tem razão (ORWELL, 2019, p. 204).

Num dado momento da narrativa, quando Winston é preso, O'Brien, outro personagem, se revela um infiltrado do Partido. Ele, então, passa a torturar o personagem central num interrogatório. Entre outras coisas, exige que Winston repita o slogan do Partido a respeito do controle do passado: "Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado" (ORWELL, 2019, p. 301). É interessante observar o valor do passado para uma sociedade que teve o seu passado apagado e suprimido. A transformação do futuro passa por uma ressignificação do passado, ambos controlados pelo Partido. Para um regime que busca controlar o passado e a memória das pessoas, a verdade e a realidade aceitáveis são aquelas impostas pelo projeto de poder totalitário instaurado.

O passado é tudo aquilo a respeito do que há coincidência entre registros e memórias. Considerando que o Partido mantém absoluto controle sobre todos os registros e sobre todas as mentes de seus membros, decorre que o passado é tudo aquilo que o Partido decide que seja (ORWELL, 2019, p. 263).

Não há liberdade intelectual ou política. A Novafala suprime a noção de liberdade nesse sentido. O vocabulário é reduzido àquilo que é considerado essencialmente utilitário, como os verbos comer, beber e trabalhar. "A palavra *pensamento*, por exemplo, não existia em Novafala" (ORWELL, 2019, p. 357). Além disso, "Inúmeras palavras, como *honra, justiça, moralidade, internacionalismo, democracia, ciência e religião* haviam simplesmente deixado de existir" (ORWELL, 2019, p. 361). Com todos os âmbitos das vidas pública e privada controlados, essa era uma sociedade baseada no ódio, na censura, na intolerância, na opressão e na violência institucional. Essa é também uma sociedade que em tudo se opõe àquelas comunidades representadas em *Utopia* (2017) e *A Cidade do Sol* (2014). *1984* (2019) nos oferece um parâmetro do que é uma sociedade distópica e do próprio conceito de distopia; as outras duas narrativas, ao contrário, nos instigam a imaginar sociedades mais justas e igualitárias que sonhamos um dia alcançar. Com esses referenciais conceituais, vou, agora, abordar a representação literária brasileira contemporânea distópica em oposição à atual promoção de contextos sociopolíticos e históricos distópicos e violentos, alguns dos seus movimentos, leituras e desdobramentos possíveis.

3.2 Uma Nova Ordem E Um Futuro Outra Vez Adiado

Já discuti, no capítulo anterior, a partir do romance *A nova ordem* (2019), muitos dos aspectos do autoritarismo, do fascismo e do estado de exceção presentes na narrativa literária de B. Kucinski e na nossa sociedade. Muitos desses aspectos são ressignificados na contemporaneidade na medida em que os mecanismos de controle e de dominação precisam observar a evolução de uma comunidade política, seus interesses e os novos papéis sociais constantemente atribuídos e redistribuídos aos diferentes setores dessa mesma sociedade. As classes política, econômica e jurídica dominantes permanecem atentas às novas modulações que surgem continuamente para intervirem sobre as relações humanas. As redes sociais são algumas dessas novas modulações, das quais também falei anteriormente. O romance distópico de B. Kucinski (2019) denuncia nada mais que o adiamento, outra vez, de um projeto de governo mais humanitário e igualitário. A representação literária se constitui, nesse sentido, como algo que se apropria do gênero distopia para responder à realidade imediatamente determinada, controlada e que procura retirar a nossa própria humanidade.

A nova ordem (2019) traz muitos outros movimentos da agenda política e econômica brasileira, marcadamente autoritária, reacionária e fundamentalista. São movimentos que ocorrem no romance e na realidade do nosso país. Na nossa conjuntura, o presidente Jair Bolsonaro não esconde sua face antidemocrática: intervém recorrentemente, controla e silencia as diferentes autarquias, órgãos e instituições diretas e indiretas do Poder Executivo; participa de eventos de seguimentos sociais reacionários defendendo golpe militar, fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal; se autodenomina o poder – a Constituição –; ameaça as demais instituições se fazendo valer de uma suposta, mas não improvável, intervenção militar. A agenda política classista, racista e genocida de Bolsonaro ficou bastante evidente durante a atuação do governo face à pandemia do coronavírus que atingiu o mundo inteiro ao longo de 2020 e 2021. Aqui, mais uma vez, num momento de excepcionalidade para o mundo todo, o presidente em exercício sobrepôs a economia e seus interesses pessoais e dos seus grupos acima da vida das pessoas. Outra vez era imposto um projeto de poder que considera certas vidas humanas descartáveis e insignificantes.

Em *A nova ordem* (2019) esse controle é representado de muitas maneiras. Os Éditos – decretos-leis – traduzem esse mesmo projeto de poder autoritário, reacionário e fundamentalista que trata a vida humana como algo facilmente substituível. No romance, são apresentados diversos Éditos que expressam o controle total sobre aquela comunidade política. Um Édito,

por exemplo, transforma os Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte num só: o Ministério da Formação Moral e Cívica. Esse decreto-lei fecha as universidades públicas, extingue “disciplinas de sociologia e política, psicologia, literatura, história e geografia, antropologia e línguas estrangeiras, exceto o hebraico, e as substituiu pelas de Educação Moral e Cívica, Criacionismo e Estudos Bíblicos” (KUCINSKI, 2019, p. 18). Mantém cursos de economia agrícola e veterinária e “restringe a instituições militares cursos de direito, engenharia, física, química, matemática, biologia, medicina e psiquiatria” (KUCINSKI, 2019, p. 18). Tampouco há cotas raciais ou programas de financiamento estudantil do ensino superior – Prouni, Pronatec, Fies e Sisu. Outro Édito censura e regula a produção e a circulação de livros. “Trata-se do Édito 13/2019 da Nova Ordem do Impresso, que cria o Departamento de Preservação dos Valores da Nova Ordem (DEPREVANO) e proíbe a produção, venda e circulação de publicações não aprovadas pelo DEPRAVANO” (KUCINSKI, 2019, p. 23). Livros de arte, romances, biografias, todos os gêneros são alvos dos censores.

Nas ruas, crianças pedem esmolas, garotos e garotas fumam crack pelas calçadas. Desabrigados e desalojados passam a noite em praças. A ficção, aqui, busca referenciais na nossa própria realidade distópica para construir uma narrativa literária do gênero distopia. O Édito que fechou as cooperativas também extinguiu a Justiça do Trabalho, declarou “a caducidade das Leis Trabalhistas, do Estatuto da Empregada Doméstica, do Estatuto do Trabalhador Rural e da Lei do Salário Mínimo” (KUCINSKI, 2019, p. 27), revogou a estabilidade do serviço público e o artigo do código penal que punia o trabalho escravo. Sindicatos e associações de trabalhadores de diversos seguimentos são abolidos.

Outro Édito extingue o Ministério dos Direitos Humanos e a Secretaria Nacional da Cidadania. Também perdem a força de lei o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Desarmamento. O regime instaurado cria num outro artigo do mesmo Édito “o princípio da Exclusão de Ilicitude, popularizada como licença para matar, que impede o indiciamento de Policiais Militares por infrações no exercício de suas funções” (KUCINSKI, 2019, p. 29). Outro Édito “veda o acesso às mídias sociais” (KUCINSKI, 2019, p. 31). Sites, blogs e jornais digitais de informação e de entretenimento são proibidos. Agora, estão liberados apenas os esportivos e gospel.

Nesse cenário distópico, Angelino, catador de lixo, ex-engenheiro, resolve pegar o livro da Utopia em meio ao monte de livros. E o leva para casa para lê-lo. É uma passagem simbólica do romance que, em meio a uma distopia, deposita alguma esperança no conhecimento, na produção intelectual, artística e científica humana. O objetivo central do regime de exceção

presente na narrativa é o de combater e exterminar esses possíveis utopistas. Para isso, o regime totalitário em vigor, por traz de todo aparato estatal, se vale de tudo para efetivar essa dominação e controle.

Brasília amanheceu de céu limpo. Será mais um dia de canícula e secura extrema. Do perímetro verde, onde se agrupam os comandos militares e as centrais de inteligência, jipes e caminhões partem velozes em todas as direções levando soldados. É o segundo dia da operação Quimera, concebida para aniquilar a subversão utopística. [...] No Estado Maior houve debates sobre a designação correta do movimento subversivo. Deveria ser “revolução utópica”, “revolução utopística”? Foi descartado o adjetivo “utópica” por sua conotação de movimento fantasioso, sem nenhum perigo e fixado o adjetivo substantivo “utopista” para designar a pessoa subversiva e o adjetivo “utopístico” para o movimento (KUCINSKI, 2019, p. 63).

A Nova Ordem fechou também os institutos de pesquisa, o CNPq, a CAPES e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A Nova Ordem considerou desperdício de recursos públicos investir em pesquisa científica e tecnológica, depois da venda da Embraer à Boeing americana, da cessão da base de lançamento de foguetes de Alcântara à NASA e da transferência das jazidas do pré-sal às multinacionais de petróleo (KUCINSKI, 2019, p. 89).

A relação com a realidade brasileira e com o projeto de governo do presidente Bolsonaro não é apenas coincidência. A ironia é utilizada na narrativa como uma ferramenta para reforçar os aspectos estéticos do texto e igualmente para expor e denunciar o projeto político que chegou ao poder no Brasil, além de representar a face pouco humana, ética e social dos atores políticos dominantes na atualidade. A ironia é usada como recurso para revelar a face mais perversa desse projeto político que ascendeu ao poder.

No livro, há também um Édito referente às propriedades rurais e questões do campo. O Estado expropria propriedades rurais menores e as incorpora a áreas maiores, extingue a Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA), declara caduco o Estatuto do Índio,

[...] extingue a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), a Fundação Cultural Palmares e a Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial; o artigo 6 define como ação de natureza terrorista todo movimento de ocupação de terras; o artigo 7 declara ilegal o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (KUCINSKI, 2019, p. 91).

Outro Édito normatiza a não obrigatoriedade de manter reservas florestais e matas ciliares, o Brasil sai do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas e o Ministério do Meio Ambiente é extinto. Com ele, também são extintos o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Agência Nacional de Águas (ANA). São igualmente extintos os Parques

Nacionais e todos os agrotóxicos e sementes transgênicas são liberados. O “artigo 8 proíbe o financiamento estrangeiro a ONGs de qualquer natureza e o artigo 9 ordena o desmatamento da Amazônia para sua incorporação ao Programa de Expansão Acelerada das Fronteiras Agrícolas” (KUCINSKI, 2019, p. 97).

A Nova Ordem também tem características de uma autocracia. Um dos Éditos coloca a Igreja Universal do Reino de Jesus como religião de Estado. Protege as denominações religiosas católica, ortodoxa, maronita e protestante; e

[...] proíbe ritos afro por não possuírem os requisitos mínimos de uma religião; o artigo 5 declara ilegais a Federação Nacional de Cultos Afro-Brasileiros, a Federação Brasileira de Umbanda e as entidades a elas associadas; o artigo 6 isenta do IPTU tempo religiosos das denominações autorizadas (KUCINSKI, 2019, p. 98).

Outra ação da Nova Ordem é a de reestruturar o Ensino Fundamental. Substitui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação pelas Diretrizes da Escola Sem Partido. A ênfase do processo de ensino-aprendizagem deve se voltar para os “processos mentais de absorção, fixação e repetição e no ensino profissionalizante para os meninos e de prendas domésticas para as meninas” (KUCINSKI, 2019, p. 102). O regime institui o ensino moral em todas as disciplinas, proíbe a educação sexual e a de gênero e implanta e estende o ensino à distância. Esse regime totalitário tampouco tem interesse em investir, promover ou garantir a produção ou o acesso à cultura dessa comunidade. A Nova Ordem baixa um Édito que extingue a Lei Rouanet de Incentivo à Cultura, o Fundo Nacional de Cultura, a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINE) e o Fundo Setorial do Audiovisual. O cinema independente é proibido.

Para se alimentar, parte da população tem acesso ao que é designado como Ração Humana (RH). “Desenvolvida pela Embrapa em convênio com uma multinacional de alimentos e outra farmacêutica, a Ração Humana utiliza partes inaproveitáveis do agronegócio” (KUCINSKI, 2019, p. 111). O regime também cassou as concessões das emissoras de rádio e TV, extinguiu a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e “proibiu o funcionamento de rádios comunitárias não pertencentes à denominações religiosas” (KUCINSKI, 2019, p. 117). O Sistema Único de Saúde (SUS) e o Ministério da Saúde também foram extintos, além de programas como o Mais Médicos, o Programa Saúde da Família, a Farmácia Popular e as Unidades Básicas de Saúde. Os Ambulatórios e Hospitais do SUS e os Hospitais Universitários são privatizados.

Extinção, desmonte, desconfiguração, corte, ruptura, interrupção, redução... essas são ações que marcam a atuação do regime totalitário dentro da narrativa. E elas nos ajudam justamente a ter uma dimensão dos mecanismos de coerção, controle e silenciamento adotados

pelos atores políticos e militares que tomaram o poder no romance. Para a estrutura da narrativa, são evidências da construção de um texto do gênero distopia. Vários trechos do romance enfatizam a presença desse gênero literário. Por exemplo, na medida em que o plano de Ariovaldo, cúmplice e membro da Nova Ordem, avança, surgem novos objetivos. Ele, então, passa a ter um objetivo ainda mais complexo do que a captura dos sonhos: “nada mais nada menos que produzir mentes dóceis, desprovidas de paixões e inquietações, mentes passivas, que apenas retenham o que lhe é dado” (KUCINSKI, 2019, p. 145). Ariovaldo tem um projeto ainda mais ambicioso, implantar um chip cerebral através de um programa desenvolvido pelo regime. Com a implantação do chip, “seria possível fazer das novas gerações uma população dócil, passiva, que aceitará o que lhes for dado e fará o que lhes for ordenado sem contestar; e assim a dominação pelo medo e pela coerção dará lugar à uma dominação espiritual e pacífica” (KUCINSKI, 2019, p. 150).

O romance *A nova ordem* (2019) é uma representação ficcional – estética-literária – da nossa realidade. Esses elementos da narrativa nos direcionam a diversos aspectos da estrutura política, econômica, social e cultural da atualidade. Não se trata de uma reprodução imediata e direta desse contexto, mas de uma possibilidade de reflexão em torno desses aspectos que cercam o presente. Essa narrativa é, antes de tudo, literária, por isso, ficcional, mas não deixa de ser essa abertura para fora, para o agora. A construção das personagens, as figuras de linguagem, os mecanismos que acionam as dimensões do irreal e do imaginário, as palavras, os recursos linguísticos e estilísticos, tudo isso diz respeito ao que é propriamente literário e artístico. Por outro lado, as aproximações com a nossa conjuntura, as referências históricas, políticas e geográficas, os deslocamentos espaçotemporais dessas personagens, os lugares visitados, revelados, os nomes citados, inventados, aqueles também omitidos, suprimidos, ignorados, todas essas evidências revelam algum grau de engajamento social da literatura. Esses elementos evidenciam a resposta da produção literária face a um movimento histórico que tenta nos anular e retirar nosso fundamento que é a própria vida humana, vivida e experienciada.

E o texto de B. Kucinski tem muito dessas duas dimensões. Mas esse não é o único romance distópico dos últimos anos que tenta de alguma forma responder às ameaças autoritárias e reacionárias institucionais. *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela*, de Ignácio de Loyola Brandão (2018), também nos oferece muitos desses elementos através da sua construção literária. A narrativa se passa num futuro distópico, no qual as pessoas estão hiperconectadas, são vigiadas e controladas. Chips são implantados no pulso. Não há Ministério da Saúde nem hospital público. A cidade para e observa a passagem

de um comboio que leva os mortos de todos os tipos: pessoas mortas por vírus que se propagam em grande proporção, pessoas assassinadas, pessoas mortas por uso de serviços de clínicas estéticas clandestinas. Famílias que levam pessoas velhas e doentes para a autoeutanásia. Os trilhos que um dia transportavam cargas como cana-de-açúcar agora levam corpos. Outra vez a necropolítica de Mbembe (2018) nos ajuda a compreender esse cenário distópico.

CÂMERAS E GRAVADORES ACOPLADOS A DRONES SOBREVOLAM OS COMBOIOS; CÂMERAS PELAS RUAS; NAS LATERAIS DOS VAGÕES; NO INTERIOR DOS AUTOMÓVEIS, CÂMERAS COM THINKING CHIPS CAPTURAM PENSAMENTOS; DEVICES SENSIBILIZADORES EM CADA POSTE, CADA CASA, NAS BOLSAS, SAPATOS E ATÉ EM CAMISINHAS GRAVAM (BRANDÃO, 2018, p. 19. Destaque do autor).

Não há saneamento básico. “Os esgotos produzem gases tóxicos, fatais” (BRANDÃO, 2018, p. 22). Não há órgãos públicos para fiscalizar nem controlar os projetos de urbanização das cidades. Tudo foi tomado pelas agências de publicidade, pela indústria e pelo comércio. As prisões e as mortes são a pauta central da mídia. A Constituição se tornou um “livrinho”, não é mais o documento principal da organização do Estado. Golpes de Estado, violência e desigualdade dominam o quadro social e político. Houve uma demonização da atividade política, valoração cujo significado é o de um mal a ser combatido.

A Novíssima Constituição, em seu parágrafo primeiro, estabeleceu que o termo *político* fosse abolido dos dicionários, textos, discursos, livros, documentos, mídias, teses, manuais. A palavra *político* perdeu o sentido. Passou a ser sinônimo de sicofanta, ímprobo, desonesto, infame, pérfido, falso, mentiroso, sem moral e ética, corrupto, perjuro, mentiroso, bandalho, velhaco, biltre. Em seu lugar, deve ser utilizado o termo *Astuto*, com maiúscula, uma vez que para fazer leis é preciso sagacidade, juízo, engenho, esperteza, requinte, acuidade de visão, argúcia e acúmen (BRANDÃO, 2018, p. 23).

A Constituição, um documento extenso com 111 mil páginas, dificulta o andamento de processos e a resolução de casos por parte da justiça. Dos juízes de um Ultrassuperior Tribunal, apenas se sabe os nomes. Os cidadãos não têm acesso a fotos, idades, salários nem sentenças, “porque cada um está a serviço de um grupo, partido, facção, legenda, empresa, multinacional” (BRANDÃO, 2018, p. 23). No meio de tudo isso, Felipe tenta reconquistar Clara, a quem estava perdendo. Ele a encontra num restaurante. Ela o aguardava para terminar um relacionamento de quase nove anos. Clara critica Felipe por ter se tornado um Comunicador Aconselhante, antes conhecido como marqueteiro. Para ela, era algo inexplicável. Ele tinha gravado um vídeo sobre os presidentes e desmascarado os bastidores do jogo político, motivo de orgulho para ele.

Andreato, um hacker, e Felipe, ambos amigos, discutem sobre o vídeo que expõe os políticos corruptos e coloca em risco a segurança dele por ter produzido algo inaceitável dentro

desse sistema. O Hacker chama a atenção de Felipe para a censura e a perseguição que ele pode sofrer. As formas de dominação, controle e extermínio são atualizadas e ressignificadas nesse recorte temporal da narrativa. O medo, a censura e as patrulhas se inserem no movimento histórico do romance. “Ataques a exposições, filmes, teatro, homofobia, exorcismos pela televisão, o medo de Satanás...” (BRANDÃO, 2018, p. 46). Os elementos próprios de um mundo distópico vão se dispondo nesse extrato sociopolítico representado. Essa narrativa constrói um cenário social através de recursos literários como a ironia e a sátira. As instituições estão falidas. Os órgãos internacionais não conseguem chegar a nenhuma conclusão sobre os objetivos e as práticas do povo brasileiro. Esse povo vive a espera de algo que nunca ocorrerá. Os Astutos – políticos – são apresentados como seres sem caráter, desprovidos de ética e moral.

Comprovou-se que, a partir de certa época 87,5% de nossos Astutos passaram a nascer sem o DiCPF, ou aquilo que a ciência conhece como o Cortex Pré-Frontal Dorsolateral, cuja função é inibir os impulsos perigosos que nascem nas partes mais retrógradas, preconceituosas, anticivilizatórias e criminosas da mente, eliminando consciência, ética, moral, dever, fidelidade, probidade, responsabilidade, credibilidade e sociabilidade (BRANDÃO, 2018, p. 48).

Mais e mais partidos criados devido a dissidências dentro das legendas. Sucessivos *impeachments* de presidentes. O governo que se isenta de manter o Sistema de Ensino. O *impeachment* deixa de ser um processo acionado em último caso, necessário à manutenção do sistema político, para se tornar um palco de negociações teatrais do mercado financeiro. O desenho distópico desse sistema político falido revela uma realidade não muito distante da nossa.

Para conseguir governar, cada presidente eleito recebe de imediato milhares de reivindicações de verbas, doações, obséquios, contribuições, vintenenas, óbolos, espórtulas, gratificações, dotações, donativos, esmolos, recursos, dádivas, ofertas, tributos, o que seja, solicitadas por cada político, juiz, delegado, de cada estado, município, vilarejo, vila, comunidade, taba, povoado, capital, estância, arraial, aldeia, acampamento, quilombo, propriedade, lugarejo, condomínio, assentamento, subúrbio, antro, covil, viveiro, barracas de sem-terra, de sem-teto, de sem-emprego, de sem-vergonha, de sem-caráter (BRANDÃO, 2018, p. 51).

O romance adentra nos bastidores do jogo político cuja funcionalidade se dá por meio de negociatas, privilégios e acordos sem qualquer compromisso ético, bem como através de exclusão, violência e opressão. O povo é algo que não tem um sentido exato, é indefinido e marginalizado. Perdeu-se o significado da democracia como um sistema político que representa os ideais e a vontade desse povo. O narrador ironiza os mecanismos utilizados pelas elites dominantes para silenciar qualquer indício de manifestação, como a prática de oferecer um bônus às ações mais absurdas. Ou a lista de palavras que devem ser extintas “dos dicionários,

romances, contos, crônicas, notas, artigos, teses, reportagens, o que seja” (BRANDÃO, 2018, p. 55). A narrativa, num tom sarcástico, traz os inúmeros benefícios e adicionais da classe política, que vai desde mensalidade para o banho até para transar. Os votos, os pronunciamentos dos Astutos se revelam de forma demagoga e sórdida.

Os votos aos microfones da Câmara em geral não passam de demonstrações de ignorância, burrice, estupidez, demagogia, cafajestada, burrice, religiosidade, idiotices, cretinices, racismos, preconceitos, apedeutismos, miopias, incompetências, latinórios, disparates, despautérios, incoerências, asneiras, cacaborradas. Principalmente cacaborradas (BRANDÃO, 2018, p. 56).

Esse cenário ficcional busca referenciais históricos nas práticas políticas que se tornaram regras e ganharam destaque no Brasil, sobretudo a partir de 2013, impulsionadas pelas Jornadas de junho, que acarretaram no golpe de Estado da ex-presidente Dilma Rousseff, através de um processo de *impeachment* manipulado e comprado, e na eleição em 2018 de Jair Bolsonaro para a presidência da República, figura preconceituosa, simpatizante de regimes autoritários e das diversas práticas de tortura. No romance e na realidade há, de um lado, uma classe política patriarcal, autoritária e escravagista, representando os interesses do agronegócio, do comércio e da indústria. Do outro lado, a miséria, a alta no preço dos alimentos e a falta de merendas na escola. Para o primeiro grupo, pratos caros com especiarias importadas e bebidas raras, para o segundo, a fome, a desnutrição e a obesidade.

Gestor, empreendedor, promotor social, designer de fama, socialites, blogueiros são profissões que se consolidam dentro dessa nova organização social. A cobiça e o desejo da manutenção de um *status quo* determinam de que forma se dão as relações humanas. As redes sociais e as *fake news* têm um papel fundamental na reestruturação dessas relações. Câmeras e satélites filmam e identificam as pessoas em todos os âmbitos das vidas pública e privada. Captam os sinais, as imagens e as vozes dos indivíduos nas ruas, nos bares e supermercados, no ônibus, nos computadores, nos elevadores, nas mochilas, bolsas e canetas. Cientistas de diversas partes do mundo

[...] asseguram que essas câmeras, de todos os tamanhos, minúsculas como átomos, são extremamente sensíveis, captam pensamentos, emoções, dúvidas, ideias, temores, alegrias, certezas, esperanças, atordoamentos, surtos, raiva, impotência sexual ou moral (pesquisa revelou que este é o sentimento mais difundido no país), depressão, ceticismo, anarquismo, desesperanças, exaustão (BRANDÃO, 2018, p. 68).

Altivo Ferraz é um personagem que simboliza essa decadência ética e moral da classe política. Corrupto, ele articula diversas formas de se livrar das condenações e da pressão midiática e popular. Altivo era uma figura que dominava o jogo político, controlava o Senado, a Câmara, os Ministérios e algumas igrejas. A temporalidade, uma marca da passagem do tempo

e da concretização das relações humanas, se dilui. Felipe, ao gravar uma mensagem para Clara, manifesta muito dessa realidade fragmentada, diluída pela própria ação humana. “Mergulho na escuridão onde não há presente, passado, futuro, amanhã, agora, depois. Somente o já nos resta. Como se eu abrisse e fechasse os olhos. Enxergasse e ficasse cego. Lembro e esqueço coisas, pessoas, nomes” (BRANDÃO, 2018, p. 77).

Essa é também uma narrativa que mostra o esvaziamento discursivo no âmbito político. Um grupo organiza uma visão de mundo maniqueísta, elege um inimigo a ser combatido, se vale das desigualdades que estruturam a sociedade e das desinformações, para ganhar a opinião pública. Esse grupo passa a articular um projeto de poder esvaziado de sentido. Levantam-se vozes “Contra tudo. [...] Tudo o que tá aí” (BRANDÃO, 2018, p. 105). Realidade e ficção se confrontam. Em *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela* (2018), notas de cabeçalho no início de cada seção trazem dados que permeiam entre a realidade factual na qual vivemos e uma estória ficcional construída na narrativa, ambas distópicas. Essas notas trazem números sobre estupro e assassinato de mulheres, desigualdade de gênero nas vidas profissional e pessoal, perseguição a professores, o consentimento da população, aprovação de transgênicos pelos órgãos governamentais, trabalho escravo adotado por empresários, fazendeiros e industriais, igreja, movimentos e grupos organizados que se articulam para fechar museus, incendiar exposições de arte, perseguir e queimar templos e terreiros de religiões e seitas que não se encaixam nos parâmetros da religião dominante.

A relação promíscua da religião dominante com a política também é exposta: “Neste momento há tantas igrejas, muitos deuses, muita fé (será fé?), bispos e pastores bilionários, comendo as beatas, curando, exorcizando. Mil dólares por um exorcismo e terá o reino de Deus” (BRANDÃO, 2018, pp. 139-140). As atividades política, econômica e religiosa formam uma tríade em torno da reafirmação do domínio e dos interesses do grupo no poder. A distinção e separação entre Igreja e Estado, conquista do liberalismo político, é anulada. O modelo econômico dessa sociedade também transforma seus cidadãos em objetos, isto é, lhes é retirada qualquer possibilidade de vivenciar as relações humanas de outra maneira que não seja aquela em que são descartáveis e se tornam inutilizáveis. A vida humana foi reduzida ao valor do dinheiro, numa estrutura em que algumas vidas valem muito e a maioria delas vale algumas moedas.

Não suporto ouvir as perguntas: o que você faz dá dinheiro? Tem títulos de capitalização? O que você guarda para a velhice? Exausto de abrir jornais e revistas, ligar a televisão e ver centenas de páginas com todo o tipo de ajuda, como sair da crise, receitas + métodos + sistemas + fórmulas + preceitos + modelos + diretrizes + ensinamentos + sugestões + conselhos + listas para emagrecer, manter o corpo

delgado, receitas para ser feliz, ter orgasmo, dietas contra o colesterol, contra a glicemia, fisioterapias, pilates, ioga (agora pronunciem iôga) e mais 600 mil métodos que a Índia, o Tibete, o Butão, o caralho exportam para o mundo ter serenidade, sossego, espiritualidade (BRANDÃO, 2018, p. 146).

Nos diversos meios de comunicação, uma figura se intitula o porta-voz daquela comunidade política, seu líder, o único que pode representar os anseios dessa sociedade, combater a corrupção, a violência e as desigualdades. Ele nada mais é que uma figura caricata, um estereótipo das elites dominantes, representante do que há de mais cruel e bárbaro na humanidade. Muitas vezes, um líder com essas características é marcadamente autoritário e observa as próprias fragilidades políticas, econômicas, sociais e morais dessa comunidade para manipulá-la e para reorganizar a engenharia social constituída, transformando-a em benefício dos seus interesses particulares, que também se confunde em muitos casos com a expansão dos poderes desse mesmo representante.

Na tevê, um candidato a presidente. Outro salvador, herói, como se proclama esse jovem burguês de cabelo engomado, lencinho no bolso, sorriso plastificado, dizendo-se contra tudo, aborto, gays, carnaval, baladas, descriminalização de drogas, trans, álcool, fumo, transplante de células-tronco, transplante de rins, medula, cacete, cu, intestino, boceta, dedo, unha, nariz, olhos, pelos, cabelos, remelas (BRANDÃO, 2018, p. 147).

As igrejas exploram e extorquem deliberadamente, na televisão, nos jornais, nos rádios, nas ruas, no ônibus, no portão da sua casa.

Se quer fazer dinheiro, por que não funda uma Igreja? Um bando de gente explorando o povinho tonto, analfabeto. Pastores milionários, dinheiro na Suíça, na putaqueopariu. Vai ganhar dinheiro, ficar rico, exorcizando o demônio, combatendo os adúlteros, os gays, os comunistas, os trans... (BRANDÃO, 2018, p. 165).

Nas cidades, desesperança. Não há possibilidade para o sonho, para imaginar outras possíveis relações sociais, históricas, políticas nem afetivas. Tudo está determinado. Tudo está moldado de acordo com o projeto de dominação dos agentes políticos e econômicos. “Quase mais nada restava das capitais, a não ser o vento que soprava sobre elas” (BRANDÃO, 2018, p. 169). Uma sociedade que humilha, explora e expulsa emigrantes bolivianos, haitianos, venezuelanos, nigerianos... que fogem de epidemias, da fome, da exploração. Estes ficam submetidos à violência praticada por essa comunidade política autoritária e que nada tem de solidário. Esses imigrantes convivem com a ameaça de repatriação a todo momento, ameaça de perder tudo, tudo o que não têm, perder o sonho, um projeto, uma possibilidade, um último feixe de luz.

O narrador traz as manchetes de jornal que revelam o domínio de uma política neoliberal, caracterizada pela exclusão, desigualdade e miséria. Aumento do preço da gasolina,

do supermercado, dos juros nos bancos, prioridade de exportação da carne e da soja para o mercado externo e falta de carne no mercado interno, tudo isso com o aval do presidente. Carestia de itens básicos como arroz e feijão, dos quais dependem a maior parte da população. Tudo isso revela uma política neoliberal que conta com a imobilidade e o silêncio do povo e com a conveniência e consentimento das elites econômica, comercial e industrial. O presidente apenas diz: “O povo é bom, vai compreender” (BRANDÃO, 2018, p. 181). Um país destruído pela exploração, violência e corrupção. A corrupção sistêmica envolve todas as esferas do poder: presidentes, ministros, parlamentares, assessores, empresários, banqueiros, doleiros, procuradores, juízes, militares. Uma sociedade com hipervigilância e miséria. Num diálogo entre Clara e outro passageiro do ônibus que seguia em direção a Morgado de Mateus, onde ela iria se refugiar, há a seguinte colocação:

O que estamos falando agora dentro deste ônibus está sendo registrado por câmeras, microfones, chips de extrema sensibilidade. Contratar milhões de ouvintes, de ouvidores, de analistas, avaliadores, intérpretes foi uma das maneiras de se combater o desemprego que quase arruinou a nação, o índice de gente sem trabalho chegou a 68,97% da população (BRANDÃO, 2018, p. 236).

Qual solução dá um país para milhões de pessoas a quem o Estado nega educação e qualificação profissional? O que fazer com multidões onde não se tem interesse em desenvolver políticas públicas que priorizem as produções locais e os avanços tecnológicos? Cria-se empregos e funções mal remuneradas e marginalizadas: cobradores de ônibus, frentistas, guardadores de carros etc. No romance, esse mesmo passageiro revela à Clara como era participar do mundo político, da corrupção, das barganhas políticas, dos atos antiéticos e amorais. Diz ele: “Uma das primeiras coisas que aprendemos quando fazemos parte desses sistemas é eliminar a culpa, a consciência, os julgamentos morais, éticos, o que for” (BRANDÃO, 2018, p. 242). Nessa sociedade distópica, os anúncios de autoeutanásia de velhos são públicos, a exemplo do letreiro encontrado por Felipe na rodovia.

CUIDADO, SEJA HUMANO, VOCÊ VAI PENETRAR NO SETOR DOS QUE, TENDO ATINIDO A IDADE DE 67 ANOS, LIMITE MÁXIMO LEGAL PARA CONTINUAR VIVO, SÃO CONSIDERADOS VELHOS, INÚTEIS, NÃO PODEM PAGAR CONVÊNIOS MÉDICOS NEM FAZER SEGUROS DE VIDA, NÃO PROCURAM EMPREGOS, FORAM DESPEJADOS DE SUAS CASAS, NÃO TÊM MAIS ESPERANÇAS E ESCOLHERAM A AUTOEUTANÁSIA, PERMITIDA LEGALMENTE PELO GOVERNO. O POVO HÁ DE COMPREENDER (BRANDÃO, 2018, p. 271. Destaque do autor).

Todos têm prazo de validade. Chegada a velhice, é preciso executar a necropolítica, pois o Estado não pode se responsabilizar nem aumentar os gastos com essa população, afinal, elas passaram, agora, a compor o lixo dessa comunidade política. Não é preciso investimento em

Seguridade Social, tampouco em hospitais ou instituições que acolham as demandas desse grupo. A ignorância e a alienação do povo são essenciais para que todo esse projeto político e econômico – neoliberalismo na atualidade – se concretize. Não se investe em saúde ou seguridade social para os mais velhos, assim como não se investe em educação ou cultura. Não conhecer a sua própria realidade é parte desse projeto.

O Brasil está em segundo lugar no Índice de Ignorância do Instituto Ipsos MORI, da Inglaterra, a terceira maior empresa de pesquisa e de inteligência de mercado do mundo. O brasileiro é o povo que tem as percepções mais equivocadas a respeito da própria realidade. Pouco ou quase nada sabemos sobre temas como religião, saúde, imigração, educação, gravidez de adolescentes, aborto, mortes por terrorismo, tecnologia e segurança (BRANDÃO, 2018, p. 287).

O trânsito entre realidade e ficção é constante nessas duas narrativas literárias distópicas: *A nova ordem* (2019) e *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela* (2018). Ambas têm características globais do gênero distopia. Em *The Future as Nightmare: H. G. Wells and the Anti-Utopians* (1967), Mark Hillegas estuda algumas dessas características como o fato de que as distopias descreverem um estado em que o sujeito é condicionado à obediência, perda da liberdade e a individualidade é apagada. Onde o passado é alterado ou destruído e o ser humano é isolado da natureza, a ciência e a tecnologia são empregadas a favor da manutenção de um Estado de vigilância e de controle da população. Tom Moylan (2000), ao analisar *The Machine Stops*, de Edward Morgan Forster, observa que essa máquina instrumentaliza, racionaliza e padroniza todos os aspectos da vida cotidiana. O sucesso da máquina produz um resultado contrário aos objetivos e parâmetros de equilíbrio social. A máquina modifica a capacidade dos seres humanos de reconhecer problemas no sistema. Passa-se a ter uma falsa ideia coletiva de que o sistema – a máquina – não tem problemas e de que evolui constantemente. Esse projeto de alienação, de silenciamento e de aceitação dos interesses dominantes é executado em *A nova ordem* (2019) e *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela* (2018).

No caso das recentes produções literárias brasileiras, a distopia se serve de seus recursos para tentar de alguma forma representar a realidade distópica que ora ou outra ameaça se fixar no movimento histórico. Além disso, esse gênero literário tem se colocado contra os agentes e as organizações que nos levam para uma realidade idêntica à da ficção cujo projeto de sociedade impõe relações que retiram nossa possibilidade de exercício da liberdade, da igualdade, da justiça ou de qualquer manifestação da vida humana que esteja além dos interesses econômicos dominantes. A leitura distópica pode provocar no leitor um engajamento social e cognitivo diante da realidade que se apresenta. A partir das problemáticas representadas na narrativa

distópica, o leitor é convidado a se posicionar no mundo e resistir às formas de silenciamento, de opressão e de violência. Tom Moylan (2000) aponta, por exemplo, que uma leitura acrítica ignora a complexidade das potencialidades discursivas presentes num texto de ficção científica, por exemplo. Ao assumir essa posição de ignorância, o leitor pode reafirmar ou fechar seus olhos para a violência, injustiça e dominação da realidade que o cerca. Pensando justamente na construção de uma via de leitura e de compreensão crítica, passo, a seguir, a outras duas distopias que trazem diferentes perspectivas dessa mesma realidade, nas quais são também representados outros grupos e outros espaços geográficos. São outros ângulos que refletem o projeto político distópico nessas comunidades para além dos jogos políticos e econômicos centrais.

3.3 Genocídio E Distopia: A Literatura Como Possibilidade De Reaproximar Grupos Excluídos Dos Espaços De Disputa Discursivos, Ideológicos, Culturais E Políticos

Tom Moylan (2000) demonstra em seu estudo como a ficção científica tem a capacidade de sugerir uma perspectiva crítica sobre determinados elementos da realidade de forma que outras manifestações não a fazem. O autor defende que uma característica desse gênero “[...] é a tendência imaginativa da ficção científica recriar o presente empírico de seu autor e implicar os leitores como um “outro lugar”, um espaço-tempo alternativo que é o momento empírico, mas não aquele momento que é ideologicamente produzido pelo senso comum cotidiano” (MOYLAN, 2000, p. 5, tradução minha).⁶ Tom Moylan destaca que Edward James, em *Science Fiction in the Twentieth Century* (1994), pensou essa abertura da ficção científica para o engajamento em atividades sociais. Tom Moylan (2000) argumenta, por exemplo, que a escritora Joanna Russ – *When It Changed* (1972), *The Female Man* (1975) – pode ter uma função didática da ficção científica.

Em comparação com o romance realista tradicional (com seu foco em personalidades individuais conforme elas desenrolam em ambientes relativamente familiares), James observa que a ficção científica está mais preocupada com o mundo criado ou ambiente social produzido, mais interessada no destino coletivo da espécie humana, explorando essas preocupações em um cenário que, embora ressoando com suas próprias realidades materiais, não existe (ou existe como tal) no mundo conhecido pelo seu autor ou leitores. Este mundo inventado desafia os leitores, ou sedutoramente os convida, a se engajar na atividade reflexiva de construir tanto os detalhes quanto a lógica social que o compõem (MOYLAN, 2000, p. 7, tradução minha).⁷

⁶ [...] is sf's imaginative proclivity to re-create the empirical present of its author and implied readers as an "elsewhere", an alternative spacetime that is the empirical moment but not that moment as it is ideologically produced by way of everyday common sense.

⁷ In a comparison with the traditional realist novel (with its focus on individual personalities as they play out in relatively familiar settings), James observes that sf is more concerned with the created world or produced social

Teresa de Laurentis, em *The Technological Imagination: Theories and Fiction* (1980), defende que o leitor de ficção científica, através dos processos de associação, oposição, relação, rememoração e descobertas inesperadas, pode construir processos imaginativos para além do texto em si. Para a pesquisadora, esses processos colocam o leitor diante de uma possibilidade de reavaliação do tempo, do espaço e das relações sociais. Toda essa discussão está presente em *Scraps of the untainted sky: Science fiction, utopia, dystopia* (2000) e engloba os estudos sobre distopia de Tom Moylan. E toda essa discussão em torno das possibilidades e da abrangência da ficção científica pode nos ajudar a pensar esse movimento mais recente de produção de distopias brasileiras que respondem à barbárie e às ações inumanas de agentes e de instituições brasileiras.

Nos romances *A morte e o meteoro*, de Joca Reiners Terron (2019), e *Sob meus pés, meu corpo inteiro*, de Marcia Tiburi (2018), percorremos outros espaços e corpos de uma mesma realidade distópica. Ambos se constituem a partir de elementos textuais e literários próprios do gênero distopia. Num romance, o narrador-personagem conta das práticas e efeitos da dizimação de uma população indígena da Amazônia; no outro, a narradora-personagem, ao visitar a lápide que tinha o seu nome num cemitério de São Paulo, onde foi enterrado o corpo de uma vítima da ditadura militar, conhece Betina, com quem passa a compor a sua história, mas também a da sociedade fragmentada e decadente onde elas vivem. Analiso, então, outros aspectos da distopia como gênero literário e igualmente as aproximações desse desenho ficcional com a nossa conjuntura sociopolítica e histórica. Saio um pouco das estruturas do jogo político em si para adentrar em outros espaços e vivências atingidos por esse cenário distópico. Onde há, conseqüentemente, outras manifestações de violência, de opressão e diferentes táticas genocidas e de extermínio.

Em *A morte e o meteoro* (2019), o narrador-personagem, um antropólogo, inicia a narrativa se referindo à sua contribuição para o exílio dos últimos 50 indígenas kaajapukugi, atitude que ele julga ser a última possível para proteger essa comunidade: “Era, quem sabe, minha última oportunidade de cuidar de alguém, de atribuir algum sentido à minha vida e às de outras pessoas” (TERRON, 2019, p. 12). A Amazônia era devastada e essa comunidade indígena estava sob ameaça dos agentes políticos e econômicos dominantes. Era a primeira vez na história que toda uma comunidade ameríndia, os últimos cinquenta kaajapukugi, pedia asilo

environment, more interested in the collective fate of the human species, exploring these concerns in a setting that while resonating with their own material realities, does not actually exist (or exist as such) in the known world of its author or readers. This invented world challenges readers, or seductively invites them, to engage in the thoughtful activity of *constructing* both the details and the social logic that comprise it.

político. Todo e qualquer genocídio tem seus responsáveis, desde o indivíduo ou grupo que primeiro desencadeou um processo de extermínio aos que perpetuaram ao longo da passagem do tempo as práticas de apagamento e de dominação. Assim como toda vítima tem seu algoz. Mas a culpa não é facilmente atribuída nem os fatos imediatamente compreensíveis.

[...] se tem algo que não pode ser atribuído a uma só pessoa nesse caso, é a culpa. O epílogo estava escrito, só que ninguém mais sabia ler. A história nos trouxe a esse ponto cego e, como em toda situação parecida, a culpa devia se endereçada à espécie humana, ou ao menos àquela parcela que ainda merecia ser identificada por qualificação tão flexível: aos humanos humanitários, por assim dizer, ou aos melancólicos que sobreviveram ao cinismo (TERRON, 2019, p. 13).

Nas terras que sempre foram por direito desses povos já não havia espaço para eles. Encurralados, violados e dizimados, já não tinham como resistir nem lutar. Esse movimento de controle e aniquilamento simboliza a ruptura da comunicação, expõe a sobreposição dos interesses de um grupo em relação às necessidades e vontades da coletividade, e revela a presença de uma sociedade que se constituiu sobre incontáveis corpos mutilados e vozes silenciadas.

Os kaajapukugi pediram refúgio, levando todos os seus sobreviventes, pois o meio ambiente de onde eram nativos, a Amazônia, estava morto, e vinham sendo caçados com determinação pelo Estado e pelos seus agentes de extermínio: garimpeiros, madeireiros, latifundiários e seus capangas habituais, policiais, militares e governantes (TERRON, 2019, p. 14).

A violência é legitimada por um conjunto de agentes da sociedade em prol da manutenção de um projeto de poder e dominação social, econômica, política e geográfica. É isso que esses e outros setores da sociedade representam, a natureza egoísta e desumana do ser humano. A sociedade, formada por seres capazes de pensamento crítico e condutas racionais, cria categorias de indivíduos responsáveis por anular outras possibilidades de experienciar o mundo e por implementar um modelo de vida desigual, autoritário e excludente. No romance, *Boaventura*, sertanista da Fundação Nacional do Índio brasileiro, foi responsável pelas negociações com o Estado e mediou a viagem dos exilados. A princípio, o destino dos kaajapukugi seria o Canadá, mas *Boaventura* imaginava que Oaxaca, no México, era o destino que oferecia as melhores condições climáticas e geográficas para aquela população. Com essa transferência forçada, a história – a memória – desse povo era apagada. O processo de extermínio dos kaajapukugi já era longo, persistiu a diferentes governos e transformações sociopolíticas e históricas do país. Não foi algo desencadeado do dia para a noite.

O genocídio dos kaajapukugi havia sido deflagrado no final do século XIX, após o êxito tão improvável de sobreviverem a quatro séculos da presença do homem branco no continente, que os obrigava a seguir penetrando, a cada ano, a cada mês, dia e hora,

mais e mais léguas de selva, em fuga permanente da perseguição fatal das epidemias de sarampo e gripe trazidas pelos invasores. Após se aproximarem de seringueiros a fim de obter ferramentas metálicas – picaretas, enxadas e facões a serem usados nas suas plantações de mandioca e batata-doce, objetos dos quais se tornaram dependentes a partir do instante em que os descobriram –, doenças dizimaram a maior parte do grupo (TERRON, 2019, p. 19).

O exílio dessa comunidade caracteriza apenas a última etapa de um longo e intenso processo sócio-histórico de dominação. Diversos povos indígenas foram aniquilados pelo contato com o homem branco através da transmissão de gripes e outras doenças. Muitos dos casos se deram por meio das missões que cristãos se propuseram a fazer, acarretando em situações nas quais “um espirro era mais devastador que um tufão, e fazia tombar milhares num efeito dominó repetitivo, estúpido e cruel bancado por um deus sempre ausente” (TERRON, 2019, p. 20). Além de epidemias levadas por seringueiros entre os séculos XIX e XX, uma ameaça que fazia com que os indígenas sobreviventes avançassem mata adentro. O personagem Boaventura conta a Juan El negro, líder mazateco que receberia os kaajapukugi, a história de luta e resistência desses povos.

O personagem relata que os atuais kaajapukugi eram a junção de dois povos diferentes, resultado de deslocamentos por causa das epidemias e das guerras. Na estrutura social desse povo recém-formado não havia mais diferentes níveis hierárquicos, nem caciques ou pajés para mediar os conflitos. Os atuais kaajapukugi tinham se tornado um povo anárquico. Essas reconfigurações étnicas, linguísticas e geográficas evidenciam a dimensão do projeto de poder imposto e os movimentos de luta e resistência dessas comunidades que foram cada vez mais encurraladas e suprimidas. Num trecho, Boaventura revela ao anfitrião o cenário distópico que configura o espaço da narrativa.

O ecossistema onde viviam foi inteiramente destruído, disse Boaventura, e com ele suas plantas medicinais sagradas e até os venenos nos quais embriam flechas e o timbó que usavam pra pescar. Peixes morreram, rios secaram. Tudo desapareceu, até os besouros dos quais extraíam tinsáanhán. Nada restou além de areia e erosão. No rastro do desaparecimento do tinsáanhán, o mundo superior deles também foi tragado, e com eles seus deuses, suas festas e até os três Céus onde descansariam nos campos e caçariam alegremente besouros e fariam amor com suas mulheres. [...] Os hóspedes que o senhor irá receber, ele disse a El Negro, não passam de mortos que andam em direção a lugar nenhum (TERRON, 2019, p. 24).

O que é revelado aqui é um mundo dizimado pelos agentes que ditaram os acontecimentos históricos, sociais e econômicos e seus resultados, sem pensar em qualquer consequência para a coletividade, sem considerar a existência das vidas que já estavam ali muito antes da chegada do homem branco. Na narrativa, Boaventura morre às vésperas da viagem dos kaajapukugi. Morria mais um dos sertanistas que lutou contra o genocídio do Estado brasileiro.

Coube, então, ao narrador-personagem dar seguimento ao processo de exílio daqueles sobreviventes de uma comunidade indígena. A ação de transferir para outro local um povo encurralado pela opressão e extermínio da força dominante é em si só uma expressão da violência institucional e do abandono do poder público. Revela o último estágio de uma violência que reduziu toda uma população e sua história a nada, a material morto e insignificante. Um projeto de poder e dominação que considera inúmeras vidas e povos como matéria descartável.

Os kaajapukugi são deixados na reserva destinada ao grupo com diversas ferramentas para facilitar sua adaptação, tais como facões, machados e cordas. O narrador e El Negro passam a observar esses primeiros dias do grupo naquela região. A construção da maloca, o canto em ritmo prosódico enquanto executavam movimentos repetitivos, até o término dos trabalhos naquele novo habitat. Posteriormente, os dois são convidados para o ritual no qual iriam tomar a última reserva de tinháanhán. Quando despertou do transe, o narrador-personagem, colega indigenista de Boaventura, percebe que todos os homens kaajapukugi, dispostos em círculo, tinham “um corte profundo na virilha à altura da veia femoral, e a faca caída ao lado, coberta de sangue” (TERRON, 2019, p. 35). Estavam todos mortos e nus. O resultado desse cenário distópico que perdurou séculos foi a dizimação de um conjunto de povos e suas vivências. Histórias anuladas e soterradas em prol de um modelo de vida hegemônico. O extermínio de povos, línguas, culturas, a morte de uma história e de um espaço geográfico – a Amazônia – se traduz como a nossa morte como seres humanos. Essa morte figurativa do ser humano revela o fracasso e a incapacidade de reflexão sobre a própria ação humana no mundo. Reflete o egoísmo e a face mais perversa do indivíduo.

Tempo depois, o narrador-personagem encontra no celular um vídeo de Boaventura enviado no mesmo dia da sua morte. Na gravação, o personagem revela que era ameaçado há muito tempo. Ele retoma um pouco da sua história, desde o tempo em que deixou São Paulo. Em Manaus, o personagem encontrou dois amigos que o aguardavam. Ambos trabalhavam e lutavam em defesa dos povos yanomami. Foi nessa ocasião que os dois revelaram a Boaventura uma comunidade indígena desconhecida há algumas horas de barco dali de onde estavam. Ele, então, se inseriu em práticas de convívio com povos isolados e em métodos de adaptação àquele lugar distante. Boaventura seguiu numa expedição guiada por um mestiço tukano.

Não me parece ser coincidência que eu tivesse acabado de perder meus pais às vésperas de contatar os kaajapukugi, o que também ocorre a você agora, na iminência da chegada deles a Oaxaca. A morte, o mistério da morte, mas também o mistério de uma herança interrompida e sem sentido (TERRON, 2019, p. 44).

A herança interrompida de Boaventura serve como plano de fundo para que olhemos, na verdade, para a história e a memória interrompidas e silenciadas dos kaajapukugi. A supressão e o sufocamento traduzidos em violência, genocídio e extermínio de outras práticas humanas consideradas inferiores, movimento que tem seus desdobramentos do passado aos dias atuais. No romance, o personagem se introduz nessa comunidade isolada. Boaventura se permitiu acompanhar os indígenas nas saídas e pôde observar várias das estratégias de sobrevivência, rituais e interação entre eles. Desde então, o personagem passou a compreender a organização desse grupo, seus hábitos e seus deslocamentos.

O narrador-personagem continua a assistir ao vídeo gravado pelo colega morto. Boaventura, então, na gravação, revela o motivo de naquele momento não ser ameaçado apenas pelo agronegócio, madeiras ou mineradoras, mas também pelo que ele chamou de anarcoindigenistas – ou Índios Metropolitanos. Ele relata um episódio em que todos os homens kaajapukugi saíram para mais um ritual de tinsáanhán e Boaventura sequestrou a única indígena jovem e mulher daquela comunidade, levando-a no barco no qual tinha chegado ali. Ele a manteve numa espécie de cativeiro durante alguns dias numa tapera dos fundos de uma pensão. Boaventura tenta justificar sua atitude no vídeo: “minha questão com a índia não ultrapassava o conhecimento, meus interesses antropológicos ficavam acima da animalidade” (TERRON, 2019, p. 78).

As primeiras palavras pronunciadas pela jovem kaajapukugi em yepá-mahsã, que Boaventura pôde entender, foi Grande Mal. Segundo o personagem, depois de um processo de aceitação, a jovem falou da origem de seu povo. Em seguida, ele revela no vídeo ter abusado sexualmente da kaajapukugi. Ela engravida. O personagem procura fundamentar essas atitudes devido aos supostos interesses antropológicos que dizia ter, quando, na verdade, o que ele faz é se refugiar num hipotético papel social de produzir conhecimento para cometer inúmeras violências e atrocidades contra essa jovem e sua comunidade. As justificativas comprometem ainda mais a credibilidade dele. Essa sucessão de acontecimentos expõe, outra vez, uma relação de dominação e a manifestação de violências extremas e desumanas, conforme o próprio personagem reconhece no relato abaixo:

Me tornei um animal resfolegante sobre o corpo daquela índia, eu a comia muitas vezes ao dia, e a despertava de noite pra foder mais uma vez, e de novo pela manhã. Em todas as ocasiões em que isso aconteceu, ela não reagiu. Parecia resignada, como se aquilo já lhe tivesse ocorrido muitas vezes, centenas, milhares de vezes, e fosse se repetir pra sempre num ciclo sem fim num eterno ir e vir. O silêncio dela era ofensivo pra mim, sua recusa em falar comigo atestava minha inexistência (TERRON, 2019, p. 82).

Os amigos indigenistas de Boaventura encontram a kaajapukugi em cativo, amarrada. Ambos chegaram ali após circular boatos de que um pesquisador mantinha uma indígena presa na região. Eles são expulsos de lá, sob ameaças de Boaventura. Meses depois, a criança, consequência desse estupro, nasceu em meio ao silêncio de resignação da jovem indígena e ao descontrole financeiro e psicológico de Boaventura. Ele ainda ofereceu a jovem a um agiota e traficante para pagar dívidas. Tempos depois de ser submetida à prostituição e outras violências do seu corpo, a kaajapukugi se suicidou. A partir de então Boaventura diz ter compreendido o que ele significava para os kaajapukugi: “Hen-zaogao, o Grande Mal” (TERRON, 2019, p. 86).

O personagem relata na gravação que decide retomar o barco com a criança em direção à região onde os kaajapukugi praticavam seus ritos. Somente durante esse percurso que ele compreendeu que sua contribuição para a história tinha sido condenar esse povo à extinção, ao retirar a única mulher indígena da comunidade. Ele havia dado a sua parcela de contribuição para a dizimação e genocídio desse povo. A forma não poderia ser mais perversa, criminosa e desumana que aquela adotada pelo personagem: sequestro, estupro e responsabilidade pela morte da jovem indígena. Mais tarde, Boaventura passou a atuar em comunidades indígenas e ribeirinhas. Ele se tornou um nome importante na defesa dessas comunidades na região, combatendo grileiros e garimpeiros. Quase cinquenta anos depois, a colega de Boaventura leva o pedido para que ele intermediasse o processo de asilo político dos kaajapukugi, do qual participavam missionários e ativistas.

Todas as formas de violência são manifestadas durante o processo de genocídio dos kaajapukugi. O sequestro e o estupro praticados pelo personagem no romance representam esse longo e contínuo processo de violações ao qual os povos indígenas foram submetidos desde o primeiro contato com o homem branco. Aqui, outra vez, temos um retrato triste e cruel da nossa realidade, mas significativo e contundente. É uma reflexão para ontem e hoje. Cobra uma ação conjunta imediata de toda a humanidade. Os povos indígenas são exterminados há séculos no território brasileiro. O sequestro, o estupro, o exílio e o genocídio dessa comunidade no romance, ou seja, os processos históricos de dominação e apagamento de outras vidas refletem o projeto de poder das classes dominantes, a sobreposição de seus interesses e privilégios, inclusive sobre as vidas de qualquer grupo que coloque algum tipo de obstáculo a esse projeto. Esse extermínio também compõe nossa realidade brasileira distópica. Nos últimos anos, o presidente em exercício Jair Bolsonaro tem dado força aos grupos que avançam com suas armas e sua violência sobre a população indígena. Bolsonaro é um genocida por natureza. Também se tornou presidente da República, eleito por uma parcela expressiva da população, com apoio e

influência das *fake news* e milícias digitais, mas eleito. Isso e outras coisas revelam que o pensamento reacionário e extremista dele não é um caso isolado, nos indica, ao contrário, um protótipo do perfil psicológico e moral do cidadão médio brasileiro.

Cruzamos diariamente nas ruas, na padaria, no supermercado, na fila do banco, nas universidades e na vizinhança com potenciais genocidas, estupradores, racistas, violentadores, exploradores, senhores do engenho, capitães do mato, torturadores, censores e todas as outras figuras que provocaram ao longo da história e provocam hoje dor, sofrimento, violência e extermínio. A manutenção de privilégios e de formas de dominação e sobreposição em relação ao outro, concretizados a partir de práticas de violência e barbárie, é o elemento fundante desses processos de extermínio e apagamento. *A morte e o meteoro* (2019) se serve dos recursos estéticos para representar um desses genocídios, no passado e no presente. Esse romance traz e denuncia o principal genocídio da história brasileira. A defesa dos povos indígenas e a preservação da Amazônia é uma luta da atualidade, ela é nossa, constante, feita em cada espaço de disputa discursiva, ideológica e política. Não há espaço para a dúvida nem para o medo.

O “Grande Mal” está à nossa volta ou pode estar em nós mesmos. Nosso compromisso deve ser lutar diariamente contra esse e outros genocídios e manifestações de violência e dominação. Nesse sentido, a literatura tem exercido essa função no âmbito da produção artística. Ela tem se colocado como essa possibilidade de reflexão crítica e assumido, em alguma medida, um papel social de denúncia e de questionamentos diante da realidade que se configura. Esses textos literários demonstram que a literatura não permanece mórbida nem estagnada face ao quadro sociopolítico distópico. Um dos objetivos desta discussão é justamente adentrar nessas narrativas literárias brasileiras contemporâneas que têm assumido um compromisso ético, se engajado em torno de um papel social, para além dos desdobramentos estéticos e artísticos do próprio texto em si. Na verdade, essas duas vias, estética e ética, se relacionam mutuamente em todos esses romances.

3.4 O Corpo Como Tradução Da Nossa Memória E Da Nossa História: De Ontem E De Hoje

O romance *Sob os pés, meu corpo inteiro* (2018) também nos oferece outra perspectiva de um mesmo contexto sociopolítico distópico. Essa narrativa se passa em São Paulo, uma das maiores metrópoles do mundo. Na vida real, basta dar uma volta pelas ruas e bairros da cidade. As desigualdades, a violência e a marginalização de muitos grupos sociais saltam aos nossos olhos. No romance, esses elementos são exatamente os aspectos centrais que configuram essa

distopia. O contraste entre duas cidades – rica e pobre – expõe as estruturas desiguais dessa sociedade.

O shopping Higienópolis, ocupado por pessoas que antes moravam nas ruas, inclusive crianças, mantém uma loja do Starbucks no térreo como se nada de diferente tivesse acontecido. A elegância cafona das lojas deu lugar a acampamentos. As paredes estão pichadas, as escadas rolantes, paradas. Dos banheiros, um cheiro de esgoto insuportável. Tapo o nariz enquanto compro uma garrafa de água por um preço bem mais alto do que a intensidade da minha sede. Os guardas do café que impedem a invasão dos famintos têm metralhadoras às mãos e permitem a entrada de quem está, segundo as regras que eu desconheço, adequadamente vestido. A água é quase tão cara quanto aquela que ainda nos chega pelas torneiras direto do volume morto do reservatório estadual que o governador, o corpo tomado por um tipo de câncer desconhecido da ciência, administra enquanto bebe um copo cheio de uísque para esquecer a conta dos dias que lhe restam (TIBURI, 2018, pp. 10-11).

A sujeira, o mau cheiro, o lixo e os dejetos se sobrepõem à vida humana nessa cidade. Não existe água potável, o que resta é apenas restos do volume morto negligenciado pelo Estado. A narradora-personagem relata sua ida a um cemitério para visitar a lápide em que aparece seu nome, Alice de Souza. No cemitério, ela vê aquele espaço como “a cidade dos mortos dentro da cidade dos vivos” (TIBURI, 2018, p. 11), e contrasta o silêncio da primeira com o barulho da segunda, e o percurso que todas as pessoas fizeram ou farão dessa cidade externa para aquela cidade interna, recolhida e isolada. Ali no cemitério, ela encontra Betina, a quem se apresenta como Lúcia. Betina tinha ido visitar o mesmo túmulo que a narradora-personagem. Betina, então, revela que aquele é o túmulo de sua tia Alice, desaparecida da ditadura, em 6 de abril de 1972. Ela afirma também que soube recentemente que sua mãe está viva em algum lugar. Alice, “Ela morreu na tortura, [...] Assassinada pelo Estado” (TIBURI, 2018, p. 14). Só, então, ao se voltar novamente para Betina é que Lúcia percebe nela os olhos de Adriana, mãe de Betina.

Enquanto as duas caminham em direção ao metrô e dividem o mesmo guarda-chuva em meio a uma garoa que se inicia, a narradora-personagem observa São Paulo. Esse espaço, antes uma cidade viva, se tornou cinza, morta e estática.

A terra da garoa tornou-se a terra da chuva ácida quando a irônica sorte de chover se faz presente. Depois de tanto tempo sem chuva, os muros se confundem com a atmosfera em uma veladura que perdeu toda a cor. [...] A parte morta do corpo do planeta, eu penso. Um psicopata atravessa a cidade pintando os muros de cinza e atormenta a população de rua. [...] Pergunto a Betina se ela não tem medo do psicopata que atormenta as ruas. *É uma lenda urbana, me diz, é só o prefeito que manda pintar de cinza cada pichação, cada grafite* (TIBURI, 2018, pp. 16-17).

A referência nesse trecho a um episódio amplamente divulgado pela imprensa é direta e sugestiva, ocasião na qual o ex-prefeito de São Paulo, João Doria, posteriormente governador, mandou pintar tudo de cinza e apagar inúmeros grafites, especialmente na avenida 23 de Maio.

A exclusão e a desigualdade de São Paulo – e do Brasil – já foram e são representadas na literatura, na poesia, na música e em outras manifestações artísticas e visuais. *Sampa*, de Caetano Veloso, contribui para essa análise intertextual. Diz um trecho da canção: “Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas / Da força da grana que ergue e destrói coisas belas / Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas / Eu vejo surgir teus poetas de campos, espaços” (VELOSO, 1978). Esses versos nos dizem em poucas palavras muito dos contrastes de São Paulo, cidade que lida constantemente com um dilema entre ser o maior centro econômico do país e espaço de grande exclusão e abandono de muitas minorias. Nesse trecho da canção do cantor e compositor Caetano Veloso, por exemplo, notamos nas artes em geral essa possibilidade de resistência diante desse quadro sociopolítico decadente, os poetas dos campos que surgem em meio a força da grana que também destrói as coisas belas e bonitas. É possível encontrar a representação artística desses e de outros aspectos em diversas produções dos diferentes gêneros.

No romance de Marcia Tiburi (2018), a narradora-personagem revela à Betina que conhece Alice e Adriana. Betina reage afirmando que não tem mais tempo, pois precisa buscar seu filho na escola. Já no capítulo seguinte, a narradora-personagem expõe ao leitor que ela é a tia morta de Betina e que quem está enterrada naquele túmulo é mãe dela, Adriana. Ela busca e encontra o perfil de Betina numa rede social, envia uma mensagem a ela e, dias depois, Betina responde propondo um encontro no centro da cidade. A narradora-personagem fala um pouco de sua relação com Antonio, a quem paga para ter relação sexual e a quem prefere não mostrar seu apartamento para que não seja criada nenhum outro tipo de relação ou vínculo. Essa atitude lhe assegura uma certa liberdade. No encontro com Betina, ela relata o tom inquisitório das perguntas da filha de Adriana, sua desconfiança, e afirma que Betina a faz lembrar de algo que não gostaria de lembrar, da ditadura.

Não fosse a violência velada na exigência de objetividade com que Betina quer que eu fale, seria como um diálogo platônico, um parto das ideias em que o esforço de lembrar leva à descoberta de si mesmo, algo assim, eu penso, lembrando das minhas leituras dos últimos tempos. Ela poderia me perguntar como me tornei quem sou, poderia perguntar quem eu sou, e, embora essa potencialidade tenha desaparecido com a vida que não se viveu, eu talvez pudesse dizer alguma coisa. A violência dessa coação organizada em palavras interrompe a presença da memória. A memória simplesmente não nasce, senão na língua de Betina transformada em fórceps me obrigando a sair de mim (TIBURI, 2018, p. 23).

De alguma forma a memória da narradora-personagem precisa ser reconstruída, e ela faz esse movimento pouco a pouco, na medida em que conhece e se aproxima mais de Betina. Esse processo de reconstituição da sua história é complexo, exige rememorar um passado doloroso

e traumático. Ela busca no presente, ali na sua relação em construção com Betina, alguns elementos que lhe permitam formar essa história. Os fragmentos, os vestígios, um ou outro objeto, tudo pode ajudar nesse processo.

Procuo os detalhes, tento ver o que ficou. Olho para um quarto empoeirado, fechado há muito tempo dentro de mim. Betina força a porta. Me falta coragem para abrir essa janela e deixar o ar entrar. Se eu abrir a janela, sei que devo pular dela. Movida por uma paciência que carrego há séculos como uma reserva emocional útil, percebo que sou de algum modo incapaz de desenterrar o que ficou sob o concreto armado da minha alma (TIBURI, 2018, pp. 23-24).

A narradora-personagem, Alice – que se passa por Lúcia –, procura conduzir a conversa com Betina no intuito de falar do presente e do futuro. Diz ela: “me dedico a tratar o presente e o futuro como tempos mais importantes do que o passado” (TIBURI, 2018, pp. 25-26). Betina responde falando das dificuldades de se viver em São Paulo com uma criança, mais uma vez os elementos próprios de uma realidade distópica são apreendidos pela narrativa ficcional.

As coisas vão muito mal politicamente, a violência, o racismo, a alimentação industrial, não temos qualidade de vida. Comemos plástico, você percebe, comemos plástico. [...] A falta de água, Lúcia, não nos permitirá continuar nessa cidade. [...] Só o que me anima é a campanha para a presidência [...] Pode ser que não haja mais eleições diretas por aqui e, nesse caso, a luta será pior ainda. [...] Uma educação que transforma a todos em robôs é o que eu posso oferecer ao meu filho e nenhum futuro, como todo mundo (TIBURI, 2018, p. 26. Destaque da autora).

O presente está determinado, parece irremediável e é distópico. Mas Betina quer resgatar o passado de Lúcia. Ela se inclina em direção à narradora-personagem e insiste que ela fale o que sabe do passado da mãe e da tia. A narradora-personagem – ou Lúcia – hesita e responde que precisa de um tempo para conseguir resgatar essas memórias que “deveriam ficar guardadas e fora de uso” (TIBURI, 2018, p. 28). Em seguida, ela fala um pouco de sua mãe e de sua irmã, narra como era a convivência dos pais, fala de como ela via a mãe nos últimos tempos: “Está cansada como se cansam as mulheres ao carregar os fardos do tempo e da ignorância dos homens, as misérias das relações, o sentimento intransponível da morte que une as famílias” (TIBURI, 2018, p. 34). Ela destaca a velhice dos dois sozinhos em Bom Jesus, a reação da mãe ao receber a notícia da morte de uma das filhas.

A narradora-personagem relembra um lugar para onde Adriana sempre a chamava para fugir, ainda quando frequentavam a escola. Adriana imaginava um lugar utópico. E foi nesse local que a narradora-personagem pensou quando estava na escuridão de uma cela, presa, sob choques e dores da tortura. Em outro encontro, Betina, formada em sociologia, fala um pouco de sua vida, sua atuação na vida política, da filiação ao partido das trabalhadoras, do ativismo, das reuniões e dos eventos. Ela ressalta que prefere o trabalho como ativista do que as horas

passadas numa joalheria onde também trabalha. Fala da organização política desse grupo de mulheres como uma saída para combater a realidade da sua cidade, do seu país, marcado por um passado colonial, pela violência e pela exclusão do presente, além da falta de expectativa com relação ao futuro. A narradora-personagem diz que sabe que a presidente foi deposta recentemente, mas não indica ter uma vida política tão ativa quanto Betina. Essa personagem revela sonhos como o de fazer pós-graduação.

A narradora-personagem passa, então, a conduzir duas histórias diferentes, opostas entre si, uma para o seu leitor, outra para Betina. O leitor, de fora, consegue captar as duas histórias e vai, pouco a pouco, revelando a trajetória de ambas. E como foi possível esse encontro entre quem diz ser Lúcia e Betina. A narradora-personagem não consegue acessar a sua memória relacionada à ditadura com facilidade, ela esbarra em bloqueios e silêncios dessa história soterrada. “Ao procurar os acontecimentos enterrados na memória, não me sinto livre para fazer nada além de desviar a atenção sobre o que o passado realmente possa significar agora que estou diante de seu retorno” (TIBURI, 2018, p. 46). Revela ainda ao leitor sua outra face:

Diante de Betina, uso uma máscara, como se eu invertesse as regras dos jogos que poderiam ser aceitos e, de repente, presa ao que estou a inventar, eu precisasse seguir com a obra que comecei a construir. É quase involuntário, ainda que eu saiba, no fundo eu sei, o que faço e o que espero. Uso a história de Adriana para construir essa personagem diante de Betina. Estou pronta para salvar Alice de sua insignificância. Devo dividir com Alice o brilho de Adriana para que Betina não pense que sua mãe era uma heroína enquanto eu sou apenas a coadjuvante de uma história que não me coube viver por inteiro (TIBURI, 2018, p. 46).

A narradora-personagem reconhece que “Colocar os cacos dessa história me levará aos segredos que escondo de mim mesma” (TIBURI, 2018, p. 47). Ela busca alguém para contar essa verdade guardada dentro dela, pensa em Antonio, mas rapidamente chega à conclusão de que ele não é a pessoa com quem poderia compartilhar essa história silenciada, presa e enterrada por um passado violento. Betina passa a deixar o filho, João, com Lúcia e estes começam a construir uma convivência comum. A narradora-personagem relata seus encontros, sua relação com João, o vínculo criado entre os dois. Diz ela num dado momento da narrativa que imagina os dois pensando no que pedirão para jantar à noite e se devem se preocupar em deixar essa cidade que se desfaz, assim como outras pessoas o fazem diariamente com suas malas, apenas com a roupa do corpo, na rodoviária ou em carros emprestados, em direção ao que resta do Brasil. “Alicerçados no abandono, na miséria ou na guerra, a escolha é livre” (TIBURI, 2018, p. 53).

Esse movimento de reconstituir sua própria história e abordar aquela realidade distópica é um jogo que atribui substância e conteúdo à narrativa, na medida em que ela propõe um

deslocamento no presente e de volta ao passado simultaneamente. O cenário caótico e distópico daquela cidade é reforçado a todo instante. “Os serviços estão cada vez mais fáceis, empregadas domésticas, motoristas, vendedores, desde que não se tem mais de pagar direitos trabalhistas aos funcionários” (TIBURI, 2018, p. 61). A desigualdade, a violência e suas diferentes formas de manifestação estão por toda parte da cidade.

Nos jornais apenas propagandas de passagens baratas para Miami e notícias de assaltos praticados por meninos negros nos bairros devastados pela seca sobre a qual ninguém fala. As imagens dos assaltos não aparecem, apenas a maldade do narrador. A violência real que governa a cidade sempre foi ocultada assim como é a ameaça de retirada coletiva da população por falta de água. Não penso em nada como um futuro (TIBURI, 2018, p. 35).

No romance, a narradora-personagem faz uma espécie de jogo com Betina, na medida em que constrói a narrativa a partir de diferentes versões de uma mesma história.

Betina me escuta em silêncio. Ensaio contar mais. Estou, no momento, vivendo meu personagem e, ao iniciar a narrativa, ainda não sei o que direi. Eu nunca tive senso de consequência. Na verdade, eu preferia não mentir, prossigo, passando uma impressão para Betina. Não tivemos tempo até agora de falar sobre a realidade mais dura. Começo a controlar a ansiedade que me toma quando me decido a revelar tudo, que sou irmã de Adriana e que, se ela é mesmo filha de minha irmã, eu sou sua tia. Digo isso para não dizer uma ideia que se adensa em mim, à medida que vou me dando conta do passado. O que eu realmente penso e não tenho coragem de dizer é que sou eu a sua mãe (TIBURI, 2018, p. 67).

Ela tece suas narrativas a partir de um processo duplo de rememoração e imaginação que é construído em cima de vestígios e da poeira que se encontram sobre os fragmentos da sua própria história pessoal. “Prefiro seguir assim enquanto eu mesma tento entender o que se passa comigo, e, como não sei o que dizer, me permito criar histórias, desviar os significados, trocar Alice por Adriana, Adriana por Alice e me manter sóbria, a salvo de ser eu mesma” (TIBURI, 2018, p. 71).

Betina, pouco a pouco, possibilita o retorno da narradora-personagem ao seu passado, a rememoração de histórias fragmentadas, silenciadas e interrompidas. A ruptura de um corpo marcado pela violência e pela imposição de outros corpos armados de bala, sangue e ódio. A violência verbal, psicológica e física, o tapa, o estupro, as palavras de xingamento lançadas sobre um corpo nu, dilacerado e entregue, todas essas foram etapas das violências sofridas por essa narradora-personagem no romance e por tantas outras da recente história autoritária do nosso país. Narrar isso à Betina era a maior dificuldade de Lúcia. Ela precisava ensaiar sair de si mesma, da sua história e da barbárie exercida que atingia seu corpo, para de alguma forma levar essas memórias à Betina.

Eu olho para esse estupro de fora. Parece mais fácil se o tomo como uma espécie de objeto e penso que não aconteceu comigo, no meu próprio corpo. Se me olho como uma personagem de um tempo que me escapa. De uma vida passada. Agora o passado me parece um filme alucinado incrustado como um chip em algum lugar da minha memória (TIBURI, 2018, p. 76).

A narradora-personagem continua tecendo sua história através de retalhos e restos do que resistiu e lutou. Ela procura reconfigurar e reunir os vários processos de rupturas e quebras da sua vida pessoal a partir daquilo que permaneceu nela como propriamente humano – coragem, força, desejo, anseios, medos –, mesmo anos depois de ter experienciado o lugar de vítima de uma ditadura. Ela mensura o que pode ser exposto e revelado após tanta dor e violência.

Escolho o que posso contar a Betina. Há verdades impessoais que não me comprometem, aquilo que todos podem saber, aquilo que qualquer um poderia ter percebido, o que está nos livros, nos jornais, o que é lógico, o que pode ser narrado por qualquer um para qualquer outro, o que virou história, filosofia, antropologia, sociologia. Até agora consegui deixar claro que estava junto às irmãs, não tanto a ponto de saber detalhes. Betina deve juntar os fatos em sua mente. Não sei, contudo, se convenço a mim mesma (TIBURI, 2018, p. 91).

Lúcia descreve aquilo que é arrancado dela durante uma tortura, aquilo que o torturador projeta de si mesmo ao cometer um ato de barbárie como esse, traz para o presente e procura compreender outras formas de violência praticadas numa realidade distópica como a nossa. Aproximações entre o passado autoritário e o presente distópico são constantes e caracterizam essa narrativa:

Poucos dias depois, presa no pau de arara, um pensamento vem de fora de mim, me serve de legenda e me tira, como um livro que se deseja muito ler, do espaço e do tempo ao qual sou condenada. Esse pensamento dura por dias e deixa meu corpo completamente anestesiado pela dor e pelo horror.

O torturador quer um igual. Procura um parceiro, um espelho, uma prova de si mesmo. Está preso a uma solidão imensurável. Ele sabe que não existe tal como não existem esses que, hoje, vendem o solo, vendem a floresta e vendem até mesmo a água, destruindo a vida de populações inteiras. O torturador está ali aplicando ao corpo de uma pessoa o que outros aplicam ao corpo da terra. Ele não existe e quer me fazer não existir.

Acostumados a fazer isso com rios e mares, com florestas inteiras, com cidades inteiras, os donos do mundo treinam o horror em cada corpo. Vivem em seus helicópteros sobrevoando uma cidade cuja população eles matam sem que tenham que sujar as mãos. As pessoas são torturadas a cada minuto sem ter o que comer, como cuidar de si, sem ter o que esperar, o seu desejo tendo sido aniquilado. Nem seus barcos de luxo encalhados nas marinas secas são capazes de sensibilizá-los. Vivem de restos. Como abutres que ainda podem voar e não percebem o destino inscrito no miserável complexo de Ícaro do qual não podem se livrar (TIBURI, 2018, pp. 94-95).

Esse é também um romance que pode nos conduzir a outros diversos aspectos possíveis de serem analisados e discutidos: a ditadura, a tortura, a violência sobre o corpo feminino, entre outras características marcantes dessa narrativa. Contudo, concentro essa reflexão em torno do

cenário distópico de onde a narradora-personagem parte. É uma São Paulo cinza, sem vida, onde as histórias e as relações humanas não mais se confluem entre si. Não há esperança, as pessoas não conseguem projetar um futuro ali diante daquele cenário. A única saída talvez seja fazer as malas e ir embora. Mas ir embora para onde? Em que condições? Um cenário distópico prende e reduz as pessoas, colocando-as numa posição de limitação espaçotemporal. Não há como se sentir livre na medida em que a maior parte da população não vive em condições de igualdade nem de justiça. As condições de vida – e de sobrevivência – são pré-determinadas.

Por fim, analisados muitos dos elementos do gênero distopia a partir de quatro romances brasileiros contemporâneos, duas perguntas podem ser respondidas: quais são os elementos principais desse gênero em comum abordados nas quatro narrativas que também dizem respeito ao atual cenário sociopolítico brasileiro? E, ainda, há algum elemento do gênero distopia marcante que nos permita afirmar que a literatura brasileira contemporânea distópica se diferencia em algum ponto do gênero como um todo? Muitas são as aproximações e outras tantas são as especificidades, ressaltadas ao longo de todo o trabalho. A desigualdade, a miséria e a pobreza que se firmam por meio dos mecanismos de dominação e de controle das elites econômica, política e jurídica são algumas das principais características dessa distopia, senão as principais. A violência, como resultado desse processo, é outro aspecto fundamental. Essa violência tem, inclusive, certa influência sobre essas narrativas e sobre a dinâmica e as relações estabelecidas entre as personagens.

Para exercer essas formas de dominação, é necessária uma agenda política que atue em prol de um projeto de poder dominante e impositivo. No nosso caso, esse projeto dominante se traduz por meio do neoliberalismo, sistema econômico que sobrepõe a economia sobre as demais áreas da vida humana. É também necessário adotar o medo como mecanismo de governo e um inimigo comum como política de Estado. Uma população que tem medo de um inimigo comum dá abertura para que surja uma figura populista que se coloque na posição de líder de todas e todos. Essa figura, na maioria das vezes autoritária, reacionária e fundamentalista, se apresenta como solução para todos os problemas dessa comunidade política até alcançar o poder. Daí a implementar um estado de exceção sobre uma democracia basta dar alguns passos e obter o apoio expressivo de setores importantes da sociedade. Esse sujeito autoritário, mascarado com uma falsa imagem de único caminho para resolver problemas como violência e corrupção, adota uma série de táticas para chegar ao poder e, em muitos casos, para dar um golpe de Estado. O negacionismo histórico e científico é uma delas. Esse sujeito se diz o porta-voz de toda uma comunidade, e a sua verdade basta.

Negar o passado e negar a ciência se traduzem como práticas de manipulação e de fraude dos dados científicos, das informações e dos registros históricos. Conseqüentemente, a agenda autoritária impõe ações que se estabelecem como as únicas responsáveis por orientar e determinar a ação humana na atualidade e as das gerações futuras. Ela visa o controle da história, da memória, das mentes, dos corpos e de toda e qualquer relação humana, do âmbito mais íntimo ao mais coletivo. Todas essas podem ser características do gênero literário distopia e dizem respeito essencialmente à nossa realidade. Nesse sentido, o Brasil tomou um caminho distópico nos últimos anos. Negar isso, embora seja comum hoje, me parece uma atitude irracional. E, ainda assim, as pessoas negam, pedem intervenção militar, defendem e promovem discursos e ações de ódio e de intimidação. Alguns grupos buscam desestabilizar a democracia, perseguem e restringem a produção intelectual e científica – no caso do Brasil, especialmente as Ciências Humanas –, atacam as universidades públicas e aplaudem a perseguição do líder do Executivo a essas mesmas instituições. Essa sociedade não tem acesso à cultura nem à arte, nem incentivo à produção cultural ou artística. Ela escolhe essa agenda política que exclui e marginaliza cada vez mais quem já está à margem da sociedade. Ela silencia, oprime, tortura, assassina e volta para casa à noite para se deitar. Todos esses elementos de uma distopia estão, hoje, presentes na nossa sociedade. A literatura distópica nos ajuda a construir um horizonte de esperança. “Embora todo texto distópico ofereça uma apresentação detalhada e pessimista do pior das alternativas sociais, alguns se filiam a uma tendência utópica ao manterem um horizonte de esperança (ou pelo menos convidam a leituras que o fazem) [...]” (MOYLAN, 2000, p. 147).⁸

A literatura mundial do gênero distopia do século XX tem como característica construir uma narrativa que aponte para um cenário distópico futuro, ou seja, é, na maioria dos casos, uma projeção em relação a um tempo por vir. É uma suposição, uma expectativa em relação a algo que ainda se desconhece. O texto ficcional se baseia num cenário imaginário que não diz respeito àquele momento em questão. Já essas distopias da literatura brasileira contemporânea parecem assumir uma nova tendência literária. Elas nascem do agora, partem do presente. Esses romances distópicos estudados nesta pesquisa partem do momento em que estamos vivendo. O presente é a fonte primária dessas produções literárias recentes. “Whatever its stances, target, or outcome, however, every dystopian narrative engages in an aesthetic/epistemological

⁸ Although all dystopian text offer a detailed and pessimistic presentation of the very worst of social alternatives, some affiliate with a utopian tendency as they maintain a horizon of hope (or at least invite readings that do) [...].

encounter with its historical conjuncture” (MOYLAN, 2000, p. 181).⁹ Consequentemente, concluo que esses romances respondem à realidade imediatamente posta. Eles assumem na atualidade uma função social importante, uma função que visa influir sobre nossas vidas e intermediar aspectos da conjuntura cultural, sociopolítica e histórica. Se colocam como produções que se posicionam diante de uma realidade na qual não dá para se omitir, silenciar ou ficar alheio. É preciso se posicionar. E essa literatura assume uma posição. Walter Benjamin já havia falado um pouco sobre as tendências literária e política de um texto literário, algo semelhante ao que tenho defendido nesta pesquisa.

[...] a tendência de uma obra literária só pode ser correta do ponto de vista político quando for também correta do ponto de vista literário. Isso significa que a tendência politicamente correta inclui uma tendência literária. [...] é essa tendência literária contida implícita ou explicitamente em toda tendência política *correta* – é ela, e somente ela, que determina a qualidade da obra. É *por isso*, portanto, que a tendência política correta de uma obra inclui sua qualidade literária – porque inclui sua *tendência* literária (BENJAMIN, 2012, p. 130).

Nesse sentido, a literatura assume, em todas as obras desta dissertação, duas dimensões importantes: estética e ética. A dimensão estética é garantida por meio dos recursos literários da própria narrativa, é, afinal, o que faz desses textos literatura. A dimensão ética tem a ver com essa tendência de que falei. Na medida em que o texto literário se coloca como uma resposta ao presente, revelando as estruturas desse contexto e denunciando as diversas manifestações de autoritarismo, violência e desigualdades, ele adere a um compromisso ético-social. Esse compromisso, muitas vezes, faz toda a diferença em contextos sociais e políticos distópicos, de onde emergem figuras populistas, antidemocráticas, reacionárias e fundamentalistas. É esse compromisso que vai nos distinguir de um sujeito como Bolsonaro, seus apoiadores e qualquer outro indivíduo que tenha na base do seu discurso o ódio e a intolerância como mecanismos de expressão e de ação. Entretanto, os desdobramentos sociopolíticos após a leitura dessas narrativas literárias não se deslocam da nossa realidade para a literatura, ao contrário, eles permanecem nessas zonas de disputas ideológicas, políticas e discursivas. São os espaços das vidas social, política e jurídica que podem adotar medidas que impeçam a ascensão de nomes autoritários e desarticulem a desestabilização da democracia. Todas e todos nós, agentes políticos e sociais, podemos nos colocar na defesa de um outro cenário sociopolítico e econômico mais justo, humano e igualitário. Desse modo, investigo no próximo capítulo outros

⁹ Quaisquer que sejam suas posições, objetivos ou resultado, no entanto, toda narrativa distópica se envolve em um encontro estético/epistemológico com sua conjuntura histórica.

desdobramentos de algumas dessas manifestações de ódio e de violência na literatura brasileira contemporânea.

CAPÍTULO 4. LITERATURA E PANDEMIA: A EXPANSÃO DAS ESTRUTURAS DE ÓDIO, VIOLÊNCIA E EXTERMÍNIO

4.1 A Literatura Dos Últimos Tempos

Analiso neste capítulo outras representações das formas de dominação e de controle do outro propostas pelo campo ficcional. Essas organizações de promoção do ódio e da barbárie são estabelecidas por agentes que se valem da violência e do medo como ferramentas que asseguram a continuidade dessas mesmas estruturas. Vou, portanto, delinear as possíveis aproximações e especificidades de algumas das principais manifestações de violência na nossa sociedade nas esferas privada e pública. Para isso, investigo no próximo tópico as tensões provocadas pelo ódio em *Gog Magog* (2017), de Patrícia Melo, e *Solução de dois Estados* (2020), de Michel Laub, romances que apontam problemáticas que envolvem a dissolução entre o público e o privado, entre o íntimo e o externo. Esses romances abordam questões da formação social, psicológica e moral de um perfil de cidadão que encontramos facilmente nos diversos espaços da sociedade brasileira. As duas obras nos ajudam, acredito, a lançar luz sobre a configuração mais recente de um indivíduo contraditório, ambíguo, oportunista e com valores morais e éticos questionáveis, sujeito esse que conquistou espaço de atuação política e de mobilização social nos últimos anos, onde passou a defender abertamente ideais que não condizem com os parâmetros humanitários, éticos e solidários defendidos por tantos entre nós.

Em outro momento, trabalho mais especificamente a relação entre literatura, dominação e extermínio em dois romances distópicos publicados em 2021: *O riso dos ratos*, de Joca Reiners Terron, e *O último gozo do mundo*, de Bernardo Carvalho. O primeiro se configura em torno de uma sociedade tomada por milícias, lixos, fome e miséria, onde as pessoas são escravizadas, exploradas até a última gota de suor e se alimentam dos restos e dejetos da cidade para que possam sobreviver. No segundo, acompanhamos a vida de uma professora em meio a uma pandemia que assola a população e impõe inúmeras restrições como isolamento e deixar de ter convivência social, além do medo de ser acometida pela doença, sem saber ao certo como cada corpo pode reagir ao vírus que se dissemina rapidamente. Entre outras questões, procuro observar se essa literatura é em alguma medida uma via para que compreendamos nós mesmos e a nossa sociedade e como ela dialoga ou responde à tragédia provocada pela Covid-19, especialmente no Brasil, com já mais de meio milhão de mortos em decorrência da doença, sem contar nos casos subnotificados e não registrados.

4.2 Representações Do Ódio E Da Barbárie: Tensões Entre Público E Privado

Faço aqui a seguinte pergunta: a ideia de *Homo violens* (DADOUN, 1998) é uma categoria inerente à natureza do ser humano ou uma construção social? Violência é um conceito que foi e é estudado nas diversas áreas das Ciências Humanas e conta com um repertório crítico-teórico bastante amplo, com inúmeras perspectivas e abordagens. Meu objetivo é o de me aproximar de leituras que nos ajude a compreender o nosso presente. Isso quer dizer que procuro também apontar de que forma esse cenário sociopolítico distópico e antidemocrático de hoje se traduz em violência na atualidade. Essa prática humana se manifesta por meio de diversas ações e condutas do nosso cotidiano. A criminalidade, o assassinato, agressões verbais, psicológicas e simbólicas, a opressão, a tortura, o genocídio, o extermínio, o terrorismo, as guerras, os discursos de ódio e de intolerância, o negacionismo histórico, cultural e científico, as desigualdades sociais e econômicas, todas essas são manifestações de violência presentes na nossa sociedade. E constantemente precisamos lidar e superá-las num momento ou em outro da nossa história.

Em *A violência* (1989), o filósofo francês Yves Michaud constrói uma definição do termo que procura revelar a natureza dessa prática. Ele destaca inicialmente os sentidos da palavra violência e sua etimologia.

1) Os dicionários de francês contemporâneos (por exemplo, o *Robert*, 1964) definem a violência como: a) o fato de agir sobre alguém ou de fazê-lo agir contra a sua vontade empregando a força ou a intimidação; b) o ato através do qual se exerce a violência; c) uma disposição natural para a expressão brutal dos sentimentos; d) a força irresistível de uma coisa; e) o caráter brutal de uma ação (MICHAUD, 1989, p. 7).

Essas definições nos levam a duas orientações principais, de acordo com o filósofo: por um lado, a violência se refere a fatos e ações, por outro, se traduz no uso da força, de um sentimento, de uma paixão ou de uma ideologia. Isso quer dizer que a violência se manifesta a partir do momento em que um grupo ou um indivíduo, orientado por um sentimento, força, paixão ou ideologia, executa uma ação contra a liberdade, o direito, a subjetividade ou o corpo do outro. Esse outro deixa de ser um sujeito de direito – um cidadão, um ser humano – em relação ao eu e, conseqüentemente, o eu se vê no direito e no dever de exercer alguma forma de dominação, domesticação e controle do outro. O agressor ou violentador se vale de um recurso de exceção e de coação para colocar em prática esse exercício de dominação, controle ou extermínio. Em todas as definições e na etimologia da palavra violência, a ideia de força ou potência está presente.

Michaud (1989) demonstra, entre outras coisas, como o Código Penal francês entende que há uma correlação entre o exercício da violência e o uso da força física, traduzindo-se num dano físico, psicológico ou moral ao outro. “Dizem os juristas: são “atos através dos quais se exprimem a agressividade e a brutalidade do homem, dirigidas contra seus semelhantes e causando-lhe lesões ou traumatismos mais ou menos graves”” (MICHAUD, 1989, p. 9). Ele traz, ainda, que houve uma evolução nesse entendimento no campo jurídico para que a violência não fosse entendida unicamente como uso da força brutal, mas igualmente através dos seus usos mais sutis. Por isso, passou-se do uso da noção violências, agressões e ferimentos para o uso de termos como violências e vias de fato, quer dizer, um sentido mais imaterial, conforme ressalta Yves Michaud. “As violências e vias de fato caracterizam gestos menos graves que as agressões, que no entanto constituem danos ao corpo da vítima” (MICHAUD, 1989, p. 9).

Até mesmo a adoção do termo violências no plural pode contribuir na compreensão dos possíveis e múltiplos desdobramentos de manifestação de uma prática de violência. Além disso, essas violências não se limitam ao uso da força em si, mas se exprimem também por meio do exercício da autoridade e das relações sociais e econômicas desiguais que podem resultar em formas menos graves de violência – simbólica e psicológica – do que aquelas físicas. “Em direito civil, a violência caracteriza a coação exercida sobre a vontade de uma pessoa para forçá-la a concordar” (MICHAUD, 1989, p. 9). A violência entendida como violação de normas pode se referir tanto a pessoas quanto a bens. O filósofo Yves Michaud (1989) procura delinear uma definição do termo que abranja tanto os atos de violência quanto seus estados.

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (1978, p. 20, apud MICHAUD, 1989, pp. 10-11).

Nesse sentido, a violência não se limita ao exercício de coação, de dominação ou controle de um sujeito em relação ao outro, mas pode igualmente se revelar como a escolha de se colocar de forma indiferente ou se isentar diante de uma ação de violência, barbárie, genocídio ou extermínio. “A violência então não é mais apenas o enfrentamento aberto de dois adversários, mas o efeito de uma empresa anônima na qual todo mundo se subtrai à responsabilidade (genocídios do século XX, campos soviéticos ou nazistas)” (MICHAUD, 1989, p. 11).

Na contemporaneidade, devido às inúmeras ferramentas tecnológicas de que as forças políticas, sociais e econômicas dispõem, a produção da violência também se dá a partir de diversas modalidades, uma vez que existem inúmeros instrumentos e dispositivos. Isso quer

dizer que ela não mais se limita a um ato direto de homicídio ou de agressão, vai além disso. O sujeito numa posição de privilégio, de domínio ou numa escala hierarquicamente superior pode simplesmente designar um comando de fuzilamento ou de bombardeio, pode incitar o ódio e a intolerância, ou ainda, coagir, humilhar e assediar. Procuro, em diferentes medidas, dar ênfase a essas produções de violências advindas das manifestações de ódio e de intolerância ideológico-partidária, social, econômica, cultura e religiosa, na medida em que elas têm sido talvez as formas mais recorrentes nas nossas instituições e que resultam ou reforçam desigualdades que, por sua vez, desencadeiam em outras manifestações de violência como veremos.

Tendo em vista que dispomos cada vez mais de acesso à informação e a outros mecanismos, parece haver uma tendência de que a violência institucional se reconfigure por meio de mecanismos mais sutis, introduzida no seio da vida pública de forma recorrente, mas dosada. É justamente dessa dosagem que as forças políticas e econômicas dominantes têm se valido para manter suas formas de controle e de dominação eficazes. Michaud (1989) expressou isso em outras palavras: “Os progressos tecnológicos se orientam no sentido de uma violência produzida indiretamente por meios cada vez mais “limpos”” (MICHAUD, 1989, p. 11). O filósofo argumentou, ainda, que a distribuição temporal da violência pode variar de acordo com os interesses e objetivos do grupo ou indivíduo que a exerce.

Esta pode ser ministrada de uma vez (maciça) ou gradualmente, até insensivelmente (distribuída). Pode-se matar, deixar morrer de fome ou favorecer condições de subnutrição. Pode-se fazer desaparecer um adversário ou afastá-lo progressivamente da vida social e política através de uma série de proibições profissionais e administrativas (MICHAUD, 1989, p. 11).

Dessa forma, acredito que haja uma complexa relação entre violências no âmbito privado – ou subjetivas (ŽIŽEK, 2014) – e a violência sistêmica. Essa violência pública-institucional-externa-estatal foi discutida nos capítulos anteriores. Assim, trago agora algumas leituras complementares e atualizações do exercício dessa violência que permeia nossas relações coletivas e nossas relações com as instituições e com o Estado. São vários outros os desdobramentos no âmbito da violência subjetiva, como demonstram os estudos de Slavoj Žižek (2014). Minha intenção é, então, trazer a partir dessas definições de violência uma abordagem que reúna alguns argumentos contundentes acerca da realidade brasileira. Tomo, então, como referencial o romance *Gog Magog* (2017), de Patrícia Melo, para discutir e ampliar algumas das leituras possíveis a respeito da representação da violência como um todo na literatura brasileira contemporânea.

Gog Magog (2017) é uma narrativa literária dividida em duas partes. Na primeira, acompanhamos os eventos que decorrem da intriga entre o narrador-personagem, professor de biologia, e o seu vizinho. Na segunda parte, o professor está na prisão. Esse narrador-personagem revela desde o início sua dificuldade em lidar com o barulho. O vizinho de cima, Ygor, ou senhor Ípsilon como o professor preferia chamá-lo, o incomodava profundamente. Cada passo ou ruído no apartamento de cima recaia sobre ele como se fosse uma violência contra a sua liberdade, infringido todos os seus direitos. É assim que o narrador-personagem interpreta sua relação com o vizinho de cima. Ele reflete, na verdade, uma dificuldade em lidar com a vida urbana. “Silêncio é um produto de luxo, pensei antes de dormir. Só os ricos podem comprá-lo” (MELO, 2017, p. 71), conclui o professor num dado momento. É interessante observar essa valoração qualitativa e quantitativa sobre dois elementos, para ele, de extrema importância: o barulho e o silêncio. São elementos que interferem diretamente na dinâmica da sua vida, de suas atitudes e decisões.

Uma gargalhada como a que vem do andar de cima, em rajadas histéricas, pontiagudas, no meio da madrugada, também tem o poder de ferir, pensei, ao despertar. Não como a pistola, a faca, ou a corda. Seu efeito é mais parecido com o de certos venenos que não chegam a matar, mas estragam a nossa saúde. Apodrecem nosso fígado. Desorganizam nossa mente (MELO, 2017, p. 11).

Além do barulho, os bens materiais do senhor Ípsilon também aumentavam a antipatia do professor, uma vez que ele se sentia inferiorizado por não ter esse ou aquele bem de mesmo valor e qualidade. “O carro dele, ao menos, era melhor que o meu. Suas roupas também. Isso contribuía para aumentar minha antipatia” (MELO, 2017, p. 12). Já aqui, o professor revela um desejo assassino que vai tomando conta dele. Começa a pensar inúmeras formas de executar o vizinho de cima e, assim, ter seu sossego de volta. Marta, esposa do professor, insiste continuamente para que ele deixe de lado essa intriga com o vizinho. Mas o ódio e a violência que recaem sobre ele dominavam todo o seu estado psicológico, revelando um desejo irracional. “Não era apenas o desejo de matar o meu vizinho que me consumia. Eu também queria destroçar suas vísceras e empalar seu corpo com meu arpão improvisado” (MELO, 2017, p. 17). Essa irracionalidade que se estendia sobre seu corpo provocava as sensações mais violentas no professor. “Sentia-me estuprado. Abatido. Intoxicado. Aquele homem sugava minhas energias” (MELO, 2017, p. 18).

Ali já se revela o cidadão de bem que cobria a face do narrador-personagem. Ele se questionava, como podia, ele, trabalhador, cidadão que paga seus impostos, ser incomodado pela inconveniência do vizinho de cima? E concluía: “Numa hora dessas, um revólver ao alcance das mãos é tudo o que um homem pacato e honesto como eu necessita para se

transformar num assassino de verdade” (MELO, 2017, p. 18). Esse cidadão de bem pouco a pouco vai se sentindo no direito de decidir sobre a vida ou não de outro indivíduo. E, naquele momento, ele já tinha chegado à conclusão que apenas a morte de Ygor restabeleceria a normalidade das coisas. O cidadão de bem é uma figura emblemática na nossa sociedade. Hoje, no Brasil, essa expressão é associada e usada por simpatizantes e apoiadores do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. É uma expressão que foi e é utilizada em contextos de apologia à ditadura, elogio e saudação a torturadores, genocidas e outros agentes que promovem violência, desigualdade e autoritarismo. O cidadão de bem também ficou marcado como um símbolo de forças escravagistas, latifundiários e neoliberais que movimentam toda a agenda política e econômica do país.

No romance, o que as atitudes do narrador-personagem revelam desde o início é uma vida esvaziada de sentido, falta de habilidade para lidar com elementos próprios da vida urbana, alguém que não tem apreço pela vida e que tampouco consegue viver em coletividade. A forma como ele trata e vê Marta, sua esposa, também exprime uma violência e o desprezo dele em relação a ela e a si mesmo.

Marta, metida no seu velho roupão cor de rato, entrou na sala arrastando as pantufas, e, antes mesmo de se juntar a mim, telefonou para o hospital para pedir notícias de um paciente.

Geralmente, sua figura esmaecida me lembrava daquela nossa velha roupa de boa qualidade lavada em excesso e reduzida ao asseio. O hospital fizera isso. Não que eu fosse mais viçoso. O magistério também acaba com uma pessoa. Ao menos, eu ainda era um homem. Digo, se me olhassem na rua, veriam um homem. A mulher Marta fora carcomida pelos plantões. Diminuíra, perdera as pétalas. Sobrara só um punhado de carne para preencher o jaleco e segurar a seringa (MELO, 2017, pp. 19-20).

O narrador-personagem se refere à esposa de uma forma agressiva, manifestando ainda mais preconceito e machismo. Ao tentar reduzir Marta moral e psicologicamente, ele reduz a si mesmo. Ao longo da narrativa, percebemos que esse cidadão de bem é machista, racista, homofóbico, ou seja, carrega em si todos os tipos de preconceito, ódio e intolerância. Enquanto toma café com Marta, ele observa os sons vindos do apartamento de cima e comenta com ela cada movimento do vizinho como se lá no outro apartamento estivesse. “Marta não poderia estar, como eu, alterada pelo bash, bau, blém, crash e cleng do senhor Ípsilon?”, ele se pergunta.

Pouco a pouco a intriga com o personagem do apartamento vizinho vai se prologando e tomando maiores proporções. Num momento, o professor dá pontadas com um cabo no teto da sua cozinha, em outra noite, acorda com o som de uma música e vai até o apartamento de cima bater à porta. Reclama e observa o vizinho. “Olhos miúdos, cabelos espetados, pernas curtas, parecia um porco-espinho alemão” (MELO, 2017, p. 24). A constituição de um impulso

irracional do narrador-personagem cria um processo de animalização do outro, que se traduz, inicialmente, por meio das suas atitudes, comentários e ofensas. Esse outro deixa de ser reconhecido como humano. Parece ser esse o objetivo do professor de biologia, reduzir o vizinho à condição de animal, para, então, decidir sobre sua vida e morte. O professor reclama dos arrastões, dos ruídos, das descargas, de cada batida no andar de cima. E ouve do senhor Ípsilon.

“O que o senhor está me pedindo” [...] “o que o senhor está querendo é que eu não exista. Viver é barulhento” [...] “O que o senhor chama de barulho”, disse, “sou eu vivendo. Não posso viver no ‘mute’, viver aos cochichos, viver no volume dois, e de pantufas” (MELO, 2017, p. 25).

É iniciado entre os dois um conflito silencioso. Arranhão na lataria do carro, pneu murcho, prego na fechadura. Até que Gala, a gata do professor, não volta para casa num determinado dia. O ódio que o narrador-personagem vinha acumulando criou corpo no momento em que o senhor Ípsilon passou por ele e imaginou ter lido nos olhos do vizinho que ele seria o responsável pelo sumiço de Gala. Foi então que o *Homo violens* (1998) emergiu dentro do professor. Ele logo pensou: “Aquilo não ia parar. Não ia parar, porque o senhor Ípsilon não podia parar. Porque eu não conseguia parar. Porque havíamos colocado outras forças em ação, forças que agora nos tratavam como escravos” (MELO, 2017, p. 31).

Essa categoria do *Homo violens* (1998) ajuda a compreender tanto as ações do narrador-personagem que se sucederam quanto esse diagnóstico mais amplo que estou fazendo das diversas manifestações de violência como resultado dos processos históricos, políticos e econômicos desiguais e excludentes. Na contemporaneidade, conforme vimos, esses processos são resultados da ação do neoliberalismo na organização das relações humanas em todos os âmbitos da vida. Em *A Violência* (1998), Roger Dadoun demonstra que ao longo dos tempos nossa sociedade deu ênfase a apenas uma das estruturas determinantes das dimensões humanas, àquela que define o ser humano como *Homo sapiens*, quer dizer, “ser sábio, consciente, pensante, racional” (DADOUN, 1998, p. 7). Essa concepção narcísica, segundo ele, ignora outras dimensões possíveis da estrutura humana.

Trabalhei anteriormente com a dimensão do *Homo œconomicus*, uma categoria produzida dentro do sistema socioeconômico excludente do neoliberalismo, de acordo com os desdobramentos que fiz a partir dos estudos de Michel Foucault (2008). Roger Dadoun traz outra categoria com a qual vou trabalhar aqui, a de *Homo violens* (1998). A partir dessa categoria o ser humano é “estruturado fundamentalmente pela violência” (DADOUN, 1998, p. 9). O filósofo e psicanalista francês introduz em sua concepção de violência “as ideias de mal,

e pecado, de sofrimento, de ódio, de irracionalidade, de loucura, etc., uma vez que todas supõem uma ligação à violência” (DADOUN, 1998, p. 10). A violência adota mecanismos de desumanização do outro e de extermínio. Exercida através do poder político, ela se mostra como um exercício de dominação e de soberania. Logo, há aí certa proximidade entre poder e violência, pois “o poder afronta e utiliza a violência e esta, por sua vez, exprime uma certa forma de poder” (DADOUN, 1998, p. 65).

Por enquanto, analiso em que medida essa categoria do *Homo violens* contribui para a compreensão das ações do narrador-personagem em *Gog Magog* (2017). Ao acusar o vizinho por um suposto assassinato da gata, o próprio professor de biologia confessa que não precisa de motivos nem fatos concretos para justificar uma violência ou ato de barbárie. Ao gritar com Marta, ele diz: “Eu só queria que compreendesse que as pessoas não necessitam de um motivo sólido e consistente para cometer uma crueldade. “Basta falta de empatia”, eu disse. Basta indiferença” (MELO, 2017, p. 32). Essa falta de empatia e a indiferença em relação ao outro gera a irracionalidade que, por sua vez, desperta no potencial *Homo violens* esse espírito de agressividade, de querer apagar ou anular o outro. É exatamente esse movimento que ocorre rapidamente com o professor.

O narrador-personagem consegue pegar a chave do apartamento do senhor Ípsilon na guarita do prédio e faz uma cópia para ele. Agora com a chave do vizinho, ele imagina tudo o que poderia fazer. “Poderia assassinar o senhor Ípsilon. Porém, antes, esfregaria seu rosto no chão até lhe arrancar o nariz. Arrebentaria seus dentes. Quebraria seus dedos. Só depois eu faria o resto. Cortar sua garganta. Ou asfixiá-lo com saco plástico” (MELO, 2017, p. 37). Esse ódio ascende como uma chama e se espalha por todo o seu corpo como se o próprio ódio passasse a alimentá-lo. O desejo de matar consome sua energia. Ele narra: “Hoje, não tenho nenhuma vergonha de admitir meus desejos homicidas. Na verdade, é ignorância pensar que há algo patológico nesse tipo de prazer” (MELO, 2017, p. 37). Aqui, noto pelo menos dois movimentos do narrador-personagem para justificar seu ódio e o ato de violência que viria a cometer posteriormente. Primeiro, ele coloca esse potencial *Homo violens* como algo inerente à própria natureza humana. Segundo, ao condicionar esse desejo à natureza humana, o professor retira qualquer condição patológica de uma prática de violência como essa.

Podemos, num outro momento, discutir em que medida a violência decorre, por exemplo, de um instinto protetivo do ser humano e, conseqüentemente, da sua própria natureza, que justificaria determinados atos de violência; por outro lado, existem aquelas práticas de violência que decorrem das estruturas sociais, culturais e políticas. Em *Gog Magog* (2017), o

professor continua essa reflexão a respeito do ódio que modifica a condição do seu próprio ser e estar no mundo.

E os inocentes que repousam suas cabeças tranquilas, à noite, no travesseiro, e sonham os sonhos dos justos, se enganam ao pensar que é infeliz o homem que odeia. O ódio, na verdade, é uma forma de entretenimento como outra qualquer. E diante de uma vida ordinária, sem arrebatamentos, um ódio bem nutrido garante-nos ao menos uma grande emoção. Da minha parte, penso que é preferível odiar a não sentir nada (MELO, 2017, pp. 37-38).

Vejamos como esses processos de animalização ou quantificação e valoração do outro é comum nesses movimentos que antecipam uma manifestação de violência. Falta de empatia, indiferença e o não reconhecimento do outro como vida humana igual ou semelhante à do agressor-assassino-torturador-genocida fixam nessas diferentes faces do *Homo violens* uma nova perspectiva em relação à vítima. Do ódio e da irracionalidade decorrem o ato de violência em si. Os professores em greve, mas o narrador-personagem consome o seu tempo observando cada som e movimento no andar superior, calculando suas próximas ações.

Os dias seguintes foram lentos, estrepitosos, e de longa espera. As mãos do senhor Ípsilon pareciam furadas, as coisas não paravam de cair no andar superior, bash, bau, blém, caíam sem parar, crash, cleng, quebravam, por vezes voavam nas paredes, plenc, poc, caf (MELO, 2017, pp. 38-39).

Outro aspecto interessante na forma da narrativa é a reprodução dos sons registrados por esse personagem que observa e narra. Quer dizer, o uso de onomatopeias também ajuda a dar uma dimensão dos processos psicológicos pelos quais o narrador-personagem passa e insere uma série de elementos também no conteúdo da narrativa. Cada batida, cada objeto que cai ou quebra no apartamento de cima, os passos, o impacto do calçado no solo, a chave girando na fechadura, a porta da geladeira batida, o som da televisão ou de música, todos esses sons se transfiguram como a própria perda de racionalidade do professor. Ao saber que o senhor Ípsilon viajaria, o narrador-personagem não hesita, vai ao apartamento de cima e, com a chave, invade.

É ESTRANHO INVADIR A CASA de alguém que supostamente tem poder sobre nós. Foi inevitável constatar a súbita fragilidade do senhor Ípsilon E minha infinita vantagem sobre ele. Se no andar de baixo eu era vítima, ali eu ganhava soberania. Andei pelo apartamento sentindo o magnetismo dessa força. A cada passo, mais rei eu me tornava. Absoluto. Despótico. Louco para esperar meu vizinho calmamente, atrás da porta, com um instrumento rombudo ou cortante, um machado talvez, para surpreendê-lo com um golpe na cabeça, e rachá-lo de cima a baixo antes mesmo que ele gritasse socorro (MELO, 2017, p. 41).

O professor observa o espaço do apartamento, os móveis novos, uma tela a óleo, e se irrita. Ele transfere para o outro seu ódio e seus preconceitos, acusando o vizinho de ser misógino e pervertido. O narrador-personagem vasculha os objetos em busca de algum

elemento que incrimine ou possa ser usado como ameaça e destrua a reputação do senhor Ípsilon. Numa gaveta, ele encontra uma pistola. O professor, então, narra ter se encantado com a eficiência anatômica da arma. “Não é de se estranhar que nos tornemos assassinos tão frequentemente” (MELO, 2017, p. 44), pensou ele. “Nada mais simples do que puxar o gatilho” (MELO, 2017, p. 44). Instantes depois, ele ouve a porta abrir, seu vizinho estava retornando ao apartamento. Se esconde e prepara o revólver na mão por precaução, segundo ele.

Foi inocente da minha parte. Hoje sei que uma arma ganha vida própria em nossas mãos. Seu design ou coisa que o valha desperta em nós um irrefreável frenesi de agressão. Um soldado ou terrorista, um policial ou pacato vizinho – não importa – armados, somos todos motobombas (MELO, 2017, p. 47).

O senhor Ípsilon já tinha notado a presença do intruso no apartamento. Ele, então, golpeia o professor contra a parede de surpresa, que revida com um tiro no joelho daquele. O narrador-personagem descreve sua sensação: “sentia o revólver brilhando em meu poder, parecia-me quase natural, de tão perfeito e compacto, anatômico e eficiente, como se fosse uma extensão natural de minhas mãos” (MELO, 2017, p. 48). Além do tiro, o vizinho bate a cabeça, o que resultou num trauma externo no crânio e ele ficou sem pulso. O narrador-personagem mensura, então, sua transformação psicológica-emocional, transportando seus sentimentos de medo e apreensão para uma “estranha calma [...] como se subitamente algo no meu ser se desprendesse e formasse outra consciência, minha também, no entanto mais carnívora e selvagem, mais cruenta e ardilosa, que me tornava um predador ápice” (MELO, 2017, p. 50). Quando retorna ao seu apartamento, o professor recebe o zelador com a gata nas mãos. Ele a tinha encontrado.

O narrador-personagem passa a viver o dilema de como dar fim ao corpo do vizinho. Ele o esquarteja para enterrá-lo num matagal. Coloca as partes do corpo em duas malas, mas, com medo de ser pego, desiste da ideia de enterrá-lo. De volta ao apartamento, Marta, junto com Helena, filha do casal, anuncia o fim da relação entre ela e o professor. Ele cogita contar às duas o crime cometido no andar de cima e que tinha algo mais importante para resolver que uma simples diferença matrimonial, segundo ele mesmo. Mas lembra, também, de tudo o que fez no apartamento do senhor Ípsilon. “Sim, podemos admitir que atropelamos sem querer, que apertamos o gatilho sob forte emoção, que atacamos e agredimos sob efeito de álcool. Mas fatiar e congelar são outros quinhentos. Marta e Helena não entenderiam minha atitude” (MELO, 2017, p. 69). Posteriormente, ele descobre que Marta estava se relacionando com outro homem há uns dois anos. Após passar alguns dias no apartamento do senhor Ípsilon, com o cadáver esquartejado, o professor é preso. Assim termina a primeira parte do romance.

Já na prisão, o advogado do professor o orienta sobre uma possível aparição na imprensa para se justificar. Ele tinha interesse em se defender perante a opinião pública, mas o advogado orienta fazer o contrário. Ele já sabia que o seu caso tinha repercutido na mídia. O advogado, então, aponta qual o interesse da mídia num caso como esse.

“Vou lhe dizer uma coisa”, falou, “a cada nove minutos que estamos aqui, conversando, uma pessoa é assassinada no Brasil. Nem toda aquela corja de fanáticos, governistas e rebeldes na Síria consegue bater nossas estatísticas de homicídios. E sabe qual o interesse da imprensa por estes crimes? Nenhum.”

Explicou que se fosse negro e pobre, ou que se meu vizinho fosse negro e pobre, ninguém se interessaria pelo assunto. “O que torna um crime palatável para a imprensa no nosso país é a classe social do cadáver ou do assassino. É o seu caso. E sabe o que eles querem lhe perguntar? Como você dividiu o corpo do seu vizinho em dois, como o arrastou pelo corredor, se o puxou pelos cabelos ou pelas mangas, se usou faca ou serra, se pretendia enterrá-lo numa cova rasa em Mogi das Cruzes ou dissolvê-lo num tanque de ácido (MELO, 2017, p. 97).

O seu companheiro de cela, advogado que fraudava o fisco, responde ao professor por que a imprensa tem mais interesses nesses crimes da classe média.

Nós, da classe média, matamos menos, e morremos menos. Nossos crimes são artigos de luxo, digamos assim. Então, eles, os jornalistas, não querem perder a oportunidade de registrar quando matamos e quando morremos. Além disso, como produto, somos mais vendáveis. Somos aquela gente que tem carteirinha de sócio do clube do bairro, frequentadores do mundo que não é redondo, mas quadrado, bem quadradinho, onde tudo é muito podado e contado, regularizado, testado e aprovado, é gente que vive em caixinhas, gente que leciona, que obtura, que carimba, que atesta e subscreve, é gente que faz frango aos domingos, gente que acorda sempre no mesmo horário, para seguir uma rotina preestabelecida, e não para jogar o enteadado da sacada ou para matar o vizinho barulhento (MELO, 2017, p. 98).

O professor, entretanto, não parece concordar. Queria se defender, dizer que não matou o vizinho, embora tivesse confessado o crime. Se dizia cidadão honesto. Um cidadão honesto, um cidadão de bem, trabalhador, segundo ele, pode justificar um preconceito, uma violência, um assassinato. Ele, o cidadão de bem, crê que pode justificar uma manifestação de ódio ou de intolerância porque acredita igualmente que a sua vida deve ser valorada acima da do outro. Na verdade, muitas vezes, o outro já foi desumanizado por quem comete um ato de violência e barbárie. É isso que ocorre com assassinos, torturadores, genocidas, feminicidas e todo e qualquer indivíduo ou grupo que procura anular a vida do outro. A segunda parte narrativa é centrada na preparação da defesa do narrador-personagem e na sua vivência, agora, como preso.

Me concentro, sobretudo, na primeira parte, na qual acompanhamos o movimento e a manifestação do que definimos como *Homo violens*. Ou seja, o indivíduo que se orienta pela própria violência. Ao ser consultado por um psiquiatra, por exemplo, o professor relata como enxergava o senhor Ípsilon: “Como um objeto. Um emissor de ruídos variados e desnecessários. Sem conteúdo” (MELO, 2017, p. 111). É justamente sobre esse movimento que gostaria de

limitar minha leitura da obra. Para o *Homo violens*, o outro – a vítima, o alvo – é esvaziado de sentido e de conteúdo. Isso decorre do processo de desumanização e, em alguns casos, de animalização do outro. Para o personagem central de *Gog Magog* (2017), o fermento ou o que impulsiona o exercício da violência é o barulho do vizinho. Nas relações humanas públicas e privadas, os fatores de pulsão das diferentes manifestações de violência podem variar de acordo com os fatores sociais, políticos, econômicos, culturais e psicológicos que circunscrevem determinado cenário de produção de qualquer uma dessas formas de violência.

Em *Sobre a violência* (2018), Marilena Chaui traz outros aspectos sobre a violência que também ajudam a pensá-la a partir da produção literária brasileira mais recente. Em seu livro, a filósofa inicia uma discussão em torno dos desdobramentos da violência presentes na nossa sociedade, chamando a atenção para o fato de que, recorrentemente, relacionamos a violência à criminalidade. Assim como Chaui, busco não me limitar à dimensão física ou material da violência, estendendo-a igualmente às dimensões psíquica e simbólica.

Etimologicamente, “violência” vem do latim vis, força, e significa: 1. tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3. todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4. todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou a injustiça deliberada); 5. conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror. *A violência é a presença da ferocidade nas relações com o outro enquanto outro ou per ser um outro*, sua manifestação mais evidente se encontra na prática do genocídio e na do *apartheid*. É o oposto da coragem e da valentia porque é o exercício da crueldade (CHAUI, 2018, pp. 35-36).

Nesse sentido, a violência se opõe à ética na medida em que suas práticas criam um cenário no qual o indivíduo ou a sociedade são reduzidos a um instrumento ou objeto do ato irracional e inumano de quem o exerce. A violência coloca o outro numa condição passiva, de subalternidade e de opressão moral, psíquica, simbólica ou física. A ética é pensada numa outra relação. “O agente ético é pensado como *sujeito ético*, isto é, como um ser racional e consciente que sabe o que faz, como um ser livre que decide e escolhe o que faz, e como um ser responsável que responde pelo que faz” (CHAUI, 2018, p. 29). As noções de bom e mau, justo e injusto, virtude e vício, ou seja, “valores cujo conteúdo pode variar de uma sociedade para outra ou na história de uma mesma sociedade” (CHAUI, 2018, p. 29), moldam a concepção de ética de uma determinada comunidade política.

Assim, uma ação só será ética se for consciente, livre e responsável, e só será virtuosa se for realizada em conformidade com o bom e o justo. A ação ética só é virtuosa se

for livre e só será livre se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior ao próprio agente e não vier da obediência a uma ordem, um comando ou uma pressão externos (CHAUI, 2018, pp. 29-30).

O funcionamento dessa lógica depende do reconhecimento de cada indivíduo de um conjunto de regras, normas e valores morais. Isto quer dizer que o agente individual precisa se reconhecer como parte desse sistema estabelecido anteriormente como se ele próprio contribuísse para a criação desses parâmetros e expectativas coletivas.

Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, trata-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a esta palavra (CHAUI, 2018, p. 36).

Assim como se opõe à ética, a violência igualmente vai no sentido contrário ao da política democrática. A violência se vale de instrumentos que impõem medo, terror, intimidação e opressão, enquanto que a política democrática é o espaço de garantia do sujeito político que reivindica seu lugar de sujeito de direito e se coloca contra as formas de dominação e privilégios. É o que procuro apontar a seguir a partir do romance *Solução de dois Estados* (2020), de Michel Laub.

Marilena Chaui (2018) destaca ainda alguns mecanismos que legitimam e criam condições para a violência na nossa sociedade. Um deles é a exclusão. “O mecanismo da exclusão produz a diferença entre um nós-brasileiros-não-violentos e um eles-não-brasileiros-violentos. “Eles” (vândalos, desordeiros, bandidos) não fazem parte do “nós”, estão excluídos da gente brasileira” (CHAUI, 2018, p. 40). Outro mecanismo é o da distinção, o qual coloca a violência como algo acidental e não essencial. Isso quer dizer que a violência é sempre um episódio superável, restrito a um recorte espaçotemporal específico. A filósofa aponta o mecanismo jurídico como o terceiro. Para ela, esse mecanismo tanto vincula a violência unicamente às práticas de criminalidade como furto e roubo quanto legitima os abusos policiais contra as minorias em geral, sobretudo populações periféricas e negras.

O quarto mecanismo é sociológico, que colocaria a violência como uma ação ou movimento num período de transição, isso quer dizer, como algo temporário, mais uma vez, produzido pela margem da sociedade, tais como pobres, negros e grupos migrantes. O último mecanismo seria o da inversão do real, “graças à produção de máscaras que permitem dissimular comportamentos, ideias e valores violentos como se fossem não violentos” (CHAUI, 2018, p. 41). Como se de alguma forma fosse possível justificar o machismo, a homofobia, o paternalismo, o desmatamento ou o genocídio de povos originários de uma terra. Marilena Chaui (2018) reúne em sua obra uma série de relatos e reflexões a respeito de casos de violência,

originalmente publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, além de textos apresentados em conferências.

A maior parte de casos e exemplos apresentados pela autora, trata-se de violência institucional, ou seja, realizada com a tutela e o aparato do Estado, direta ou indiretamente. Essas múltiplas violências não se limitam àquela concepção restritiva relacionada à criminalidade, como comumente é apresentada pela mídia. Hospitais psiquiátricos, assim como prisões e toda e qualquer forma de controle do outro, são exemplos de espaços de manifestação dessa violência institucional, a qual pode se manifestar por meio da não garantia e da restrição de direitos e liberdades, da violência psíquica, simbólica ou física, da tortura, entre outras. A atuação da polícia em muitas periferias e favelas é outra forma de violência. Aqui, ela atinge majoritariamente corpos negros. O mito da democracia racial é apenas mais um elemento que reforça uma forma de violência no Brasil. Por exemplo, só recentemente atores negros e atrizes negras conquistaram alguns espaços de protagonismos nos principais meios de comunicação e de entretenimento, no cinema e em outras produções artísticas e culturais. Na maioria das vezes, era atribuída a esse grupo étnico-social uma posição que reforça o lugar subalterno do negro na sociedade.

Muitas pensadoras negras e pensadores negros defendem, por exemplo, que só é possível combater outras formas de violência e de desigualdade por meio da luta contra o racismo. Argumentam, por exemplo, que a desigualdade de classe passa pela manutenção da estrutura sociopolítica racista. A repressão a manifestações de classes trabalhadoras é outro exemplo de violência. A precarização de serviços como transporte público, saúde e saneamento básico. As longas esperas e filas nas Agências da Seguridade Social. As crianças que não têm acesso adequado à alimentação, à saúde nem à educação. O medo da mulher de, ao voltar para casa, ou dentro de casa mesmo, ser humilhada, estuprada e assassinada por um homem. Os maus-tratos contra animais e a devastação do meio ambiente. Todas essas são manifestações de violência que perpassam pelos âmbitos privado e público das nossas vidas.

Solução de dois Estados (2020), de Michel Laub, é outro romance que destaca essa dissolução entre o íntimo e o externo e coloca em primeiro plano muitos dos elementos fundantes do ódio. Essa obra literária é composta por partes como “extras/material a inserir”, “material pré-editado” e “material bruto” que remetem à organização de uma produção audiovisual – entrevista/documentário –, indicando o trabalho que supostamente se teve com aquele material coletado até ali. A narrativa se desenvolve em torno de dois irmãos, Alexandre e Raquel, com a participação subsidiária de Brenda Richter, que grava um documentário sobre

o ódio no Brasil e tem como protagonistas os dois irmãos. Eles são antagonistas e travam uma disputa pela herança deixada pela mãe e pelo pai, além das divergências morais e as diferentes visões de mundo que apresentam. Tudo isso é o elemento de conflito no romance.

Raquel, artista performática, tem quarenta e seis anos, e pesa cento e trinta quilos. O seu peso é motivo de questionamentos, conflitos e ela repete essa informação diversas vezes ao longo de seus depoimentos. Ela realizou trabalhos de colagens e desenhos que denunciavam a crueldade da obra de Monteiro Lobato, a desigualdade social, a violência de gênero e o trabalho doméstico, dirige e atua em trabalhos artísticos no formato de filme pornográfico com o intuito de questionar os limites estéticos e morais dos espectadores. A artista acompanha e critica a realidade política do país, como no trecho a seguir em que fala também dos objetivos de sua produção e atuação:

“O mundo está mais óbvio, o Brasil está mais óbvio, então é preciso falar disso tudo de modo mais óbvio”, explica Raquel. “Dar nome ao horror óbvio. Chamar para a briga os responsáveis por isso. Os responsáveis estão na nossa frente, basta olhar para saber quem eles são, os crimes que eles continuam cometendo” (LAUB, 2020, p. 153).

Alexandre, um empresário de meia idade, fala da ascensão do pai por meio da criação de uma metalúrgica, um cara que veio do zero, a falência desse pai durante o Plano Collor e o seu falecimento. O personagem critica a irmã que foi estudar no exterior aos 18 anos, chamada pejorativamente de “princesa” e de parasita. A mãe sem trabalhar, ele diz que assumiu as responsabilidades, teve menos tempo para estudos e menos paciência, motivos que ele dá para não ter acessado uma universidade. Após o falecimento da mãe também, ele passa a travar disputas públicas e judiciais com a irmã. O personagem revela descrédito com a mãe e a irmã, com a população em geral, com as instituições, com o país, com as artes. Ele tem um perfil de quem considera ter a resposta e a solução para todos os problemas. É alguém que não se enxerga como parte da estrutura social que de alguma forma falha como um todo.

Tem coisas que acontecem por acaso e fazem você abrir os olhos. O que teria mudado se eu tivesse um diploma de administração de empresas? Talvez eu usasse outro vocabulário. Todo pilantra faz isso, médico. Advogado. Artista então nem se fala, é um arrote de vocabulário atrás do outro, aí você espreme e o que tem por baixo... Ai, como eu sou sensível. *A expressão interior*. No que a sensibilidade da expressão interior da minha irmã ajudou a minha mãe depois da morte do meu pai? Desculpa, mas isso é um fato. Existem coisas concretas na vida. Por exemplo, você está fazendo uma entrevista comigo neste momento. Tem uma câmera atrás de você. A gente está em abril de dois mil e dezoito (LAUB, 2020, p. 20).

Raquel sofreu bullying durante a infância e a adolescência por causa do seu peso, chamada na escola de vaca mocha. Mais tarde foi para uma escola voltada para as artes, apoiada pelo pai. Alexandre, mais magro e popular na escola, insistia intensificar essa violência contra

a irmã dentro de casa, embora o pai deles procurasse proteger a filha dessas práticas e condutas de outras crianças. Ambos vão revelando suas impressões um do outro à entrevistadora.

É o poder que eu ganhei, estou aqui até hoje para lembrar quem o meu irmão é de verdade. O que ele fez na infância. E continuou fazendo na adolescência. E depois de adulto. É uma biografia diferente da minha, o meu irmão foi para outra escola quando chegou na oitava série, essa não era dedicada às artes, mas aos esportes, à vida social, ele *namorava* (LAUB, 2020, p. 32).

O protagonista, por sua vez, questiona a utilidade da formação da irmã, argumenta que após o confisco da poupança do pai. Que nem ele nem a mãe tinham a obrigação de custear todas as despesas da filha na Europa. Ao longo dos capítulos em que tem a voz, o personagem vai remoendo histórias da década de 1990 com a família, especialmente em relação a gastos financeiros. Ele procura apontar os responsáveis pela falência do pai, por este ter vendido imóveis para pagar funcionários, acusa a irmã de ser uma parasita, questiona a utilidade de um cruzeiro que a mãe fez, e assim sucessivamente. Pouco a pouco a narrativa vai revelando as histórias, os conflitos e as tensões desses dois irmãos, em tudo, opostos. A disputa em torno da herança deixada pelo pai traça o perfil psicológico e social desses dois personagens. Num dado momento, Raquel, por exemplo, lembra como foi a reação do irmão ao querer dividir a herança logo.

Você tinha quer ver, era quase comovente. O coitadinho fez essa planilha. Quanto a minha mãe custava por mês, quanto eu custava, quanto ia demorar para não ter mais a herança caso a gente não vendesse o apartamento. Então a família é convencida a fazer isso, o menor dos males, a solução para o meu irmão parar de tratar a mãe como lixo. E a mãe parar de chorar por ser tratada como lixo. E eu parar de ouvir ela dizer o que ele dizia para ela se sentir um lixo.

[...]

O meu irmão dizia para a minha mãe, por que você não morreu naquela merda de navio? Por que não morre de uma vez em vez de ficar enchendo o meu saco com essas suas merdas? Você e essa merda de depressão. Essas merdas de remédios. Essa chantagem emocional de merda (LAUB, 2020, p. 88).

Alguns elementos estruturais contextualizam a narrativa dentro de um recorte espaçotemporal marcado, indicado no corpo do texto como “extras/material a inserir”. Alguns desses fragmentos “extratextuais” e externo à narrativa dos protagonistas são: a fala do presidente do Banco Central em março de 1990; a programação de um seminário sobre violência em 2018, do qual Raquel, artista performática, participa no final do dia; a conversa entre personagens do Sítio do Picapau Amarelo; uma reportagem sobre o trabalho de Raquel. A protagonista participava de uma série de debates quando apanhou de um homem que iniciou a agressão com uma barra de ferro e depois passou a distribuir socos e chutes, tudo isso diante de uma plateia. Esse evento na narrativa orienta as projeções e os apontamentos que os dois

protagonistas fazem de um em relação ao outro. Na sua produção artística, Raquel defende a literalidade da violência que é representada e olha com certa desconfiança para as produções que trabalham com a linguagem poética e com metáforas. Ela relata, por exemplo, como foi apanhar no palco, diante daquela plateia.

Quando ele deu o segundo golpe eu caí. É uma coisa instintiva, eu me encolhi preparada para ele dar mais um golpe, depois largar a barra de ferro, foi aí que ele passou a usar as mãos e os pés, dar socos e chutes para que eu terminasse de apanhar como uma, que palavra eu posso usar, qual a comparação certa? Ou seja, num relato verossímil para quem me ouve contando. Para quem me vê enquanto eu estou contando. Para quem faz uma relação entre o que é contado e o corpo de quem conta. É mais correto eu dizer que apanhei como uma cadela, uma galinha ou uma vaca?

[...]

Eu acho *vaca* a palavra certa. Porque é isso que uma mulher gorda sempre vai ser. Uma vaca é uma vaca é uma vaca, no Hotel Standard ou em qualquer lugar, em dois mil e dezoito ou em qualquer época, essa é a primeira coisa que vem à cabeça quando o assunto sou eu. A primeira palavra. As primeiras variações dessa palavra, vaca leiteira, vaca premiada, vaca mocha (LAUB, 2020, pp. 13-14).

Com o desenrolar da narrativa, sabemos que essa agressão também se deve à relação conflituosa entre os dois irmãos. O agressor, Jessé Rodrigues, era alguém que Alexandre dizia ter ajudado a se recuperar após a morte da filha numa periferia e os problemas com o álcool. O protagonista vende essa ideia de que a sua rede de academias na periferia ajudava as pessoas não só em relação ao corpo, mas à mente também. A rede oferecia, por exemplo, tratamento para a cura gay. A partir de uma ascensão que se deu através de falsas promessas e charlatanismo, Alexandre cria uma espécie de organização que oferece muitos serviços à comunidade local. Um de seus sócios, um pastor, é uma dessas figuras que, diante da ausência do Estado, alcança corações e mentes, manipulando-as de acordo com seus interesses e objetivos de atuação e expansão de uma espécie de domínio. Do dia da agressão, é interessante destacar o olhar que Raquel tem sobre esse acontecimento, sobre as pessoas que iriam assistir a performance, sobre o banco que financiava o evento. Toda uma cadeia de elementos ajuda a compreender a postura da personagem diante das situações concretas que circunscrevem a sua vida íntima e pública, sua relação com o corpo e com a arte.

Eu estava lá porque fui convidada por essas pessoas, elas fazem um tipo de trabalho que depende de um tipo de discurso que tem a ver com o meu. Afinal, é a questão do corpo. Como o corpo é visto no caso de um negro, de um índio. De uma mulher. De quem tem cento e trinta quilos. De quem é a vítima preferencial da violência desde sempre, de quem é humilhado na escola, apanha da polícia. Isso tudo é óbvio, cidadãos que estão no mesmo nível, eu, você, essas pessoas, esse é o nível cultural e político. Numa eleição vamos escolher o candidato menos horrível dos três ou quatro que nos oferecem, digamos, e dizer coisas não horríveis contra o que o bom senso considera horrível. Mas no nível individual é outra história. É diferente você falar em nome de um negro, de um índio, de uma mulher de cento e trinta quilos, sendo paga pelo Banco Pontes para fazer isso num hotel de luxo, em frente a pessoas que acham muito

admiráveis essas boas intenções, e ser de fato um negro, um índio, uma mulher de cento e trinta quilos (LAUB, 2020, p. 59).

[...]

A plateia merecia um discurso cheio de boas intenções sobre a função da arte no combate à violência, afinal todos eles que se julgam representantes dos índios, dos negros, das mulheres de cento e trinta quilos, mas em vez disso a oportunista resolve falar para esse homem que está ao lado do palco. Ela faz o que precisa para o homem subir ao palco também. Que constrangimento ela se promover desse jeito. Ela usar isso para ganhar mais fama e dinheiro. Foi para isso que ela pegou o microfone e disse, boa noite, contribuintes. Obrigada pela presença de vocês outro contribuinte, o nome dele é Jessé. Ele está aqui para discutir comigo a questão da arte e da violência. Não se preocupem, vai ser uma discussão rápida. O palco logo vai estar liberado para vocês seguirem com o debate. Tudo muito justo porque o debate é mais importante. O dinheiro do contribuinte é mais importante. Os impostos de vocês contribuintes via isenção fiscal para a classe artística. O que vai para o meu bolso porque eu sou uma artista e estou aqui para roubar vocês (LAUB, 2020, pp. 61-62).

Toda essa relação conflituosa da personagem com o seu contexto parece revelar, na verdade, uma proposição da própria obra, a de pensar as possibilidades e os limites do alcance de um debate social presente num livro de literatura. As tensões que envolvem a protagonista podem ser uma metáfora do próprio processo de inserção da literatura no mundo, na realidade, de que forma uma narrativa ficcional pode atingir diferentes sujeitos de uma mesma comunidade. Quando ela olha para aquele público que está ali para discutir a relação entre arte e violência, logo penso na minha própria atuação, no papel de críticos literários, de escritores, de professores de literatura, penso nessa dimensão política e coletiva que coloca um texto literário diante da realidade mais dura, cruel e violenta. Afinal, essa confrontação entre dois Estados, como o título do romance sugere, não se limita à ficção. Ela está hoje presente nos diversos espaços de convivência social e tem servido de base de sustentação à ascensão de forças sociais e políticas arbitrárias e oportunistas. O antagonismo entre ideias e concepções de mundo favoreceu no Brasil nos últimos anos a expansão de discursos de ódio e de perseguição a minorias, a grupos que passaram a ser vistos como inimigos da sociedade.

No romance, ao falar do evento que se sucedeu à irmã, Alexandre procura mais justificar todo o conjunto de coisas do que enxergar os problemas que de fato existem em torno da sua própria atuação na sociedade, das suas relações e interesses. Para o personagem, toda ação tem um fim em si mesma; para ele, as pessoas são engajadas porque tem interesses apenas em autopromoção e porque pretendem “se dar bem” e tirar vantagens de diferentes situações, enquanto ele está ali trabalhando diariamente numa periferia, ajudando as pessoas. Essa é a visão protagonista em relação ao todo. Ele tem o pensamento de que ele “dá duro”, mas artistas como a sua irmã, intelectuais, a universidade e políticos, por exemplo, são grupos sociais sanguessugas e parasitas.

A minha irmã está interessada em apontar o dedo é para quem pode abrir a carteira... A culpa por eu ser um pedaço de carne é *sua*. Você é que me forçou a isso. Essa foi a primeira lição que a artista independente Raquel Tommazzi aprendeu, apontar o dedo e esperar que o acusado sinta tanta culpa, ai, ela tem razão, o pedaço de carne só existe por causa da *violência estrutural*... E aí o acusado paga quanto para calar a boca da artista?

[...]

É uma questão de mercado simples, Brenda. Você tem o Itaú, o Bradesco, O Banco Pontes. A minha irmã ganha bolsa do instituto cultural de um. Vende obra para outro. Fala no eventinho sobre violência estrutural pago pelo terceiro. Tudo termina num hotel de luxo, num cachê. Em autopromoção (LAUB, 2020, p. 107).

As impressões apresentadas por Raquel, suas opiniões a respeito da sua vida sexual e da sua relação com o irmão e com outras pessoas revelam também a dissolução entre o público e o privado, entre a vida íntima e o que é exposto, submetido a normatizações, enquadramentos, julgamentos e condenações. Ela argumenta que o seu corpo projeta os resultados de todas as violências que recaíram sobre si, da infância à vida adulta. A exposição pública do seu corpo é uma resposta à violência que lhe foi imposta na vida privada e nos espaços públicos.

Porque o trabalho nunca deixou de ser sobre *isso*, o que o mundo que essa gente endossa planta no interior das pessoas. O que esse mundo faz com a intimidade de pessoas como eu. Com a sexualidade delas. Com a personalidade delas. Com o futuro delas. Não existe separação nenhuma nisso, Brenda, eu sou a vaca que apanhou em público porque o meu trabalho já era sobre isso. O meu trabalho já era sobre isso porque eu sempre fui isso. Isso é o que está na frente da sua câmera, é o que eu vejo quando me olho no espelho. O que está na imagem desse corpo. A história desse corpo, que também é uma história pública. Nesse corpo também está a história do meu irmão, do juiz, do Jessé e de todos os outros, inclusive os que me financiaram, os que passaram anos me bajulando como se não fosse parte ativa desse horror (LAUB, 2020, p. 208).

Em certos momentos, a documentarista Brenda Richter, que mais procura observar do que intervir, é instigada a fazer suas considerações a respeito do que lhe é exposto. Ela faz isso diante de Raquel e de Alexandre. Raquel, por exemplo, questiona e confronta a atuação da documentarista Brenda.

Cada um com seu conceito de ingenuidade, Brenda. Você acha que está mudando grandes coisas no mundo, mas a plateia na Europa vai continuar igual depois de assistir ao seu filme. Eles vão jantar, dormir e sonhar com um mundo melhor porque afinal concordaram com duas horas do seu discursinho, os números sobre criminalidade no Brasil, a estatística da intolerância, é esse o objetivo? (LAUB, 2020, p. 159).

A protagonista cobra mais fidedignidade da obra da documentarista. “Você sabe por que eu falo do ódio puro, de como isso poderia melhorar o seu filme? Fazer o seu filme ter a metade da honestidade, quem sabe, dos meus filmes” (LAUB, 2020, p. 159). Em outro momento, Brenda fala à protagonista como potencializou o ódio que sentiu durante algum tempo depois da morte do marido, Sandro, assassinado na frente de uma loja por um assaltante no Brasil.

Eu disse que os documentários tratam de questões que têm a ver com a morte do Sandro. Isso talvez soe moderado, e daí? É a verdade. Nesse nível é isso mesmo. São questões públicas. Os temas públicos que uma morte assim envolve. O ódio que se transforma em política pública. A vingança que se transforma em política pública. A violência é uma coisa pública, a empatia com quem sofreu por causa disso, qual o problema?

[...]

Você acha que tudo envolve só esse nível, eu não vejo problema nenhum. Como falei, o verniz é o que dá para mudar. Se uma pessoa assistir aos documentários e perceber alguma coisa que pode ser mudada, uma lei sobre crime, uma decisão de governo sobre violência urbana, um costume, qualquer coisa para mim já está bom. Eu acho isso mais relevante do que remoer o que senti e sinto dentro de mim sobre a morte do Sandro. Ou sobre o Sandro (LAUB, 2020, pp. 232-233. Realce do autor).

Outra vez, o que noto aqui é também uma reflexão em torno do próprio processo criativo e literário. Reflete uma atitude socialmente comprometida do autor de parar e pensar como o ódio e a violência podem ser trabalhados num texto literário, como abordar uma temática central da sociedade contemporânea e de que forma o processo de criação artística consegue e pode apreender ações humanas cruéis e injustificáveis. Como a literatura pode se apresentar em contextos sócio-históricos onde os critérios de convivência mais basilares e razoáveis parecem ter deixado de ser considerados por um conjunto expressivo da população. Os conflitos entre as personagens no romance me parecem convidar a essa reflexão. Contextos políticos e econômicos, como esse brasileiro dos anos 2013-2021, exigem compreensões muito mais organizadas do todo e condutas de enfrentamento às forças arbitrárias e de combate aos discursos de promoção do ódio e da violência bem mais firmes e contundentes, pois as manifestações de violência se reorganizam e se intensificam cotidianamente em meio a consolidação de forças obscurantistas e reacionárias.

Em *Solução de dois Estados* (2020), a documentarista ressalta para Raquel alguns dos limites entre o público e o privado, entre a intimidade e a vida política. Ela enfatiza que não liga uma câmera para invadir o espaço íntimo de um entrevistado nem para lhe retirar sua humanidade. Ela quer apresentar nas entrevistas o ódio e a violências que são coisas públicas.

Essas pessoas falam sobre fatos horríveis, sentimentos horríveis, ódio também, sim, ódio foi o que destruiu os lugares onde elas vivem, mas elas escolhem aquilo que querem falar. Por baixo do que elas falam eu sei que existe esse outro espaço. Um espaço que só diz respeito a elas e as pessoas que elas perderam, as coisas que elas perderam, os sentimentos que elas preferem manter para elas mesmas.

[...]

É nesse espaço que elas sobrevivem como seres humanos, não nas opiniões delas sobre ódio e política (LAUB, 2020, pp. 234-235. Realce do autor).

Brenda se posiciona ao afirmar que a protagonista não acredita que esse espaço exista e que ela nunca deixou que ele existisse. Para a documentarista, a produção de filmagens sobre o ódio e

a violência em diferentes locais do mundo é um ato de resistência e de superação do próprio ódio que se intensificou dentro de si após o assassinato de Sandro. Raquel volta a defender sua forma de atuação artística ao argumentar que seus filmes apresentam o real tal como é e não se limita à linguagem poética ou a metáforas em situações que, de acordo com o ponto de vista da protagonista, exige-se uma postura mais firme, mais verdadeira e literal.

Gente que não percebe que o patrocínio do banco é só uma migalha. A consolação porque a política geral do banco é de apoio às milícias, ao obscurantismo. Sempre foi assim, sempre vai ser nas horas decisivas, basta ver a história do Brasil. Cada ataque à democracia. Golpe de sessenta e quatro. Golpe de dois mil e dezesseis. Cada momento de violência, de barbárie. Eu apanhando no hotel, e como esse banco reage? Como os progressistas da cultura reagem? Eles silenciam quando sofro críticas porque apanhei. Quando dizem que eu estava provocando no hotel, que eu não tinha sido moderada e poética no discurso do hotel. Que sou egoísta, alienada, que fui infantil quando tirei a roupa no hotel, e fiz no hotel a mesma coisa que faço no meu trabalho (LAUB, 2020, pp. 239-240).

A documentarista também é confrontada e se posiciona diante das colocações de Alexandre, embora ela procure centralizar seu documentário nos depoimentos dos dois irmãos.

Eu conheço o suficiente. Basta ouvir você. Você depende dessas brigas, dessas campanhas contra pessoas, porque é aí que você ganha dinheiro. Prestígio. É por isso que você é um líder. Se mudar isso a sua imagem pública acaba. Você nunca pensou em ser político? A gente está em abril de dois mil e dezoito, em outubro tem eleição. Dá tempo, você já tem até programa eleitoral. Isso sempre funciona em política, ter um inimigo e jogar o eleitor contra ele. Criar uma identidade no eleitor com ataques ao inimigo. Quantos votos precisa para um deputado se eleger no Brasil? (LAUB, 2020, p. 226. Realce do autor).

Ao longo da narrativa, Alexandre apresenta a leitura dele em relação aos últimos processos históricos, políticos e econômicos do país.

Todos esses bairros onde eu trabalho, pode ser o pior deles, o que hoje está pacificado... O que os caras querem é que você prove. A reza no meu caso é levantar às seis da manhã. Trabalhar do jeito certo, tratar os caras com respeito. No início o Império era garrafa pet e pneu, mas não era só isso, tem a postura que você... No colégio onde eu trabalhei, você olha para os alunos de quinze anos. Essa foi a vida do pai deles, do avô. Do tataravô, desde que esta merda de país é o que é. Os últimos anos, com e sem boom dos anos Lula.... *Nova classe cê*, pergunta onde é que acabou isso. Pega o grau de inadimplência, sempre a mesma coisa. Collor. Plano Real. Depois a roubalheira da Dilma. Dois mil e oito, dois mil e treze, no fim você olha e o que sobra da papagaiada? A vida não é só consumo e dívida. O dinheiro vem e vai, no fim tem só os valores. O que transforma uma pessoa como o Jessé, com as condições que deram para ele... Você tem a Bíblia e o baile funk. O trabalho às seis da manhã e a dívida com quem tem um fuzil. O Jessé escolheu um caminho. Já a filha dele, eu lamento dizer... (LAUB, 2020, p. 168).

Alexandre vai revelando a estrutura social e política que organiza a vida numa periferia, onde o Estado e suas ferramentas não chegam. Essa imagem que as pessoas têm do Estado e das instituições, essa sensação de desamparo e o sentimento de escárnio, ajuda a compreender

também o processo que inflou as ondas de ódio e de violência contra a própria estrutura política e econômica do país. Um Estado ausente abre espaço para que lógicas e organizações paraestatais surjam com discursos em prol daquela população. Em alguns casos, são organizações que adotam práticas que não condizem com os valores humanitários, democráticos nem coletivos. O protagonista evidencia esse tipo de estrutura ao falar das suas relações de trabalho na periferia e do “Império” que conseguiu construir.

O Duílio saiu dessa vida, é isso que importa. O batismo na piscina não adianta nada sozinho. Vai ver se o que ele faz não tem benefício concreto, se o que eu faço... Nesses bairros nunca teve hospital, escola. Quando tem saúde não é hospital, quando tem ensino não é a escola do governo, aí chega alguém que ao menos tenta alguma coisa... Mesmo alguém que veio de fora como eu. Pergunta se alguma vez eu fiz qualquer coisa que não ajudar essas pessoas. Junto com o pastor. O comerciante. O advogado que atende ali, o dentista. Gente que nunca saiu por aí ameaçando os outros (LAUB, 2020, p. 169).

Alexandre é a expressão de uma parte da população que enxerga o Estado, a democracia, as políticas públicas, a arte, os artistas, a universidade, com descrédito e desprezo. Esse perfil de pessoa, hoje em números bastante expressivos no Brasil, recorre a medidas e a ações irrazoáveis como mecanismo de transformação e de organização da realidade local. O personagem é um protótipo do tipo de cidadão no Brasil que elege candidatos demagogos, que apoia discursos com soluções fáceis e rápidas para a sociedade em geral. É o cidadão honesto de *Gog Magog* (2017), embora ressalte em alguns momentos que nunca cometeu nenhum crime. O protagonista no romance tem um perfil psicológico muito semelhante ao de um grupo que hoje pensa que direitos humanos é para criminoso, que políticas públicas servem apenas para alguns tirarem vantagens, que democracia é desordem, que universidade é balbúrdia, que melhor seria termos um regime militar para instaurar a ordem e garantir a segurança de todos. Um tipo de cidadão que diz ajudar as pessoas, que vai à igreja, que almoça com a família, mas, na primeira oportunidade não hesita em tirar vantagens em cima de outra pessoa, em cima das instituições e do Estado. É o cidadão que vai falsificar ou comprar um atestado médico, vai sonegar impostos, vai subornar uma autoridade do Estado para se livrar de algo, vai contratar funcionários sem garantias nem direitos trabalhistas porque a lógica é a de “um ajudando o outro”.

Quem está no Império não quer saber de *políticas públicas*. Eles sabem onde essa conversa começa e termina. Pega todos os governos que eu falei. Do Brasil. Os governos de São Paulo. A prefeitura que dá bolsa para craqueiro comprar cachimbo. Agora você vai me dizer que o seu marido resolveu alguma coisa na periferia brasileira? Que *você* vai resolver com o seu filme? Fala isso para um inscrito meu. Para quem é gay, deprimido. Prostituta. Já que você me acusa de preconceito, pergunta para uma dessas pessoas (LAUB, 2020, p. 178).

Brenda pouco aparece na narrativa e as colocações dela indicam que ela procura mais ouvir os dois protagonistas do que intervir na opinião deles. Mas, ainda assim, a documentarista se coloca em alguns momentos, apontando algumas contradições dos personagens Alexandre e Raquel. O trecho abaixo mostra isso, quando ela contra-argumenta algumas manifestações do Alexandre:

Em outro vídeo, você convoca os seguidores a ir a um museu protestar contra uma exposição. Em outro, a ir até um colégio protestar contra um professor por um livro que ele recomendou. Em outro, você aparece queimando esse livro. Em outro, você queima a foto desse professor. Esse professor foi hostilizado pela internet, pelos alunos, ele teve uma crise nervosa e pediu demissão do colégio. Você fez mais vezes, com a foto de outras pessoas, jornalistas, artistas. Uma diretora do Conselho de Psicologia. Um médico que deu uma palestra sobre depressão. Você virou o líder disso, não tem como separar isso dos atos concretos. Das pessoas que cometem os atos, pode ser o Jessé no hotel ou qualquer outro (LAUB, 2020, p. 220. Realce do autor).

O romance coloca em cena dois Estados, duas visões de mundo completamente distintas, duas maneiras de enxergar as coisas e de agir. São dois polos irreconciliáveis. Já no final da narrativa, a documentarista Brenda Richter, numa entrevista vinculada numa revista alemã, em “extras/material a inserir”, fala como o material já coletado dá um panorama geral e satisfatório da temática abordada no documentário. ““Nada do que acontecer no Brasil e no mundo daqui para a frente invalida esse material. Pelo contrário, me parece que o que vemos e veremos nos próximos tempos em boa parte pode ser explicado a partir dele”” (LAUB, 2020, p. 199). Acredito que seja um pouco nesse sentido a discussão que proponho, que seja nessa direção a proposição da literatura do *corpus* desta pesquisa. Ainda que consigamos mudar de presidente da República em outras eleições, ainda que figuras públicas mais progressistas e com discursos favoráveis à democracia e à pluralidade de ideias consigam se destacar no cenário nacional, o que permanece é o perfil social e moral racista, escravagista, machista e autoritário da população média brasileira. Pois, o indivíduo que organiza ataques pelas redes sociais a professores por causa da escolha de um livro continuará circulando pela sociedade.

Antes de entrar no próximo tópico e em duas outras narrativas literárias que nos ajudam na leitura de alguns dos possíveis desdobramentos dessa violência institucionalizada, destaco os estudos e o pensamento sobre a violência do filósofo esloveno Slavoj Žižek. No livro com o título *Violência* (2014), Slavoj Žižek destaca que há na sociedade contemporânea o que ele nomeia como violência subjetiva, aquela relacionada a “atos de crime e terror, confrontos civis, conflitos internacionais” (ŽIŽEK, 2014, p. 17). Entretanto, para o filósofo esloveno há ainda dois tipos objetivos de violência: a violência simbólica e a violência sistêmica. A primeira está ligada à violência produzida nas formas do discurso – linguagem – que revela toda uma

estrutura de dominação social e a “imposição de um certo universo de sentido” (ŽIŽEK, 2014, p. 17). A violência sistêmica, por sua vez, tem a ver com o “funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político” (ŽIŽEK, 2014, p. 17). Žižek ressalta que há uma diferença substancial entre violência subjetiva e violência objetiva, na qual a primeira diz respeito a um distanciamento ou uma anormalidade em relação ao estado das coisas, enquanto que a segunda é problemática porque ela se impõe exatamente como um estado “normal” das coisas.

A questão é que as violências subjetiva e objetiva não podem ser percebidas do mesmo ponto de vista: a violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não violência. É percebida como uma perturbação do estado de coisas “normal” e pacífico. Contudo, a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado “normal” de coisas. A violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento. Assim, a violência sistêmica é de certo modo algo como a célebre “matéria escura” da física, a contrapartida de uma violência subjetiva (demasiado) visível. Pode ser invisível, mas é preciso levá-la em consideração se quisermos elucidar o que parecerá de outra forma explosões “irracionais” de violência subjetiva (ŽIŽEK, 2014, pp. 17-18).

O autor dá ênfase a uma crise ou instabilidade provocada no âmbito da ordem cultural, econômica e ideológico-política. Diferentemente da mídia, por exemplo, que, em geral, se volta para crises humanitárias como único problema ou problema principal de uma comunidade política, deixando de lado as primeiras que podem ser tão graves quanto esta ou mais. Mais uma vez voltamos a discutir qual vida importa e quais não importam. Para o filósofo esloveno, concentrar todas nossas atenções sobre as formas de violência subjetiva desvia nossa atenção de outras formas de violência mais contundentes e eficazes como a violência sistêmica. Essas formas de violência subjetiva vão desde a “violência física e direta (extermínio em massa, terror) à violência ideológica (racismo, incitação ao ódio, discriminação sexual)” (ŽIŽEK, 2014, p. 24).

O autor sugere, então, uma passagem do que ele chama de apelo de SOS humanitário em relação à violência subjetiva para uma análise dos vários desdobramentos da violência como um conjunto, a partir da “interação complexa dos três modos de violência: subjetiva, objetiva e simbólica” (ŽIŽEK, 2014, p. 25). A violência simbólica, ou seja, aquela exercida por agentes maléficos, aparelhos repressivos e disciplinadores, ou ainda por multidões fanáticas, é apenas a forma mais visível das três manifestações diferentes de violência. Para entender a violência objetiva, por exemplo, é importante perceber a nova forma que ela assume com o capitalismo. A violência sistêmica fundamental do capitalismo se localiza na forma como o capital “determina a estrutura dos processos sociais materiais” (ŽIŽEK, 2014, p. 25), influenciando, assim, sobre a realidade social. A violência sistêmica “não pode ser atribuída a indivíduos concretos e

às suas “más” intenções, mas é puramente “objetiva”, sistêmica, anônima” (ŽIŽEK, 2014, p. 26). Essa violência é responsável por excluir e marginalizar os indivíduos, tornando-os descartáveis. O filósofo destaca que a mesma mão filantrópica que se estende para ajudar esse ou aquele excluído e marginalizado é também a mão que se vale da especulação financeira, do monopólio, da redução do papel do Estado e de todos os demais mecanismos do neoliberalismo para conquistar poder político e econômico.

É por isso que o delicado comunista liberal – assustado, preocupado, oposto à violência – e o fundamentalismo cego que explode de ira são os dois lados de uma mesma moeda. Embora combatam a violência subjetiva, os comunistas liberais são eles próprios agentes da violência estrutural que cria as condições das explosões de violência subjetiva. Os mesmos filantropos que dão milhões de dólares para combater a Aids ou promover a educação arruinaram a vida de milhares de pessoas através da especulação financeira e criaram assim as condições para a emergência da mesma intolerância que pretendem combater (ŽIŽEK, 2014, p. 42).

Os exemplos do que ele chama de “comunista liberal” não são poucos. São pessoas, grupos e corporações que não estão preocupadas com a redução das desigualdades social e econômica, pois adotam cotidianamente uma agenda política e econômica que reforça e atualiza as formas de exploração, exclusão e desvalorização tanto da mão-de-obra quanto da vida humana. O que é, por exemplo, o que alguns já chamam de uberização do trabalho que não a retirada de autonomia, de direitos e de dignidade do outro? O que é essa campanha intensiva nas mídias em prol de um suposto espírito empreendedor que não uma máscara para esconder os nossos altos índices de desemprego, a incapacidade do Estado em qualificar seus trabalhadores e o desinteresse dos agentes públicos e privados em garantir direitos fundamentais aos cidadãos?

Slavoj Žižek (2014) afirma que há hoje uma política orientada pelo que ele nomeia como biopolítica pós-política, uma correlação entre as noções de biopolítica de Giorgio Agamben em *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (2007) e pós-política de Jacques Rancière. Duas concepções que se sobrepõem quando pensamos no mundo contemporâneo. Quer dizer,

[...] a “pós-política” é uma política que afirma deixar para trás os velhos combates ideológicos para se centrar, por outro lado, na gestão e na administração especializadas, enquanto a “biopolítica” designa como seu objetivo principal a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas (ŽIŽEK, 2014, p. 45).

A pós-política age em prol dessa especialização da administração da vida, despolitiza os espaços públicos de tensão e de conflito, e procura ao máximo tornar a vida mais objetiva possível em prol de um projeto político-econômico que enxerga nas nossas relações apenas um elemento de sustentação das estruturas sociopolíticas e econômicas pré-definidas. A biopolítica, por meio de uma agenda de medo e de controle, exerce uma função importante nesse sistema

na medida em que regula todas essas relações a partir de parâmetros políticos, sociais, econômicos e culturais dominantes. Até mesmo nossas manifestações e compreensões subjetivas passam a ser dependentes desse sistema intensivo de controle. Esse medo é construído em relação ao outro, que se torna uma ameaça a nós.

A biopolítica pós-política tem também dois aspectos que não podem deixar de parecer pertencer a dois espaços ideológicos opostos: por um lado, a redução dos humanos à “vida nua”, ao *Homo sacer*, aquele ser chamado de sagrado que é objeto de um conhecimento tutelar especializado, mas que é excluído de todos os direitos (como os prisioneiros de Guantánamo ou as vítimas do Holocausto); por outro lado, o respeito pelo Outro vulnerável levado ao extremo através de uma atitude de subjetividade narcisista que se experimenta a si própria como vulnerabilidade, constantemente exposta a uma multiplicidade de “assédios” potenciais (ŽIŽEK, 2014, p. 46).

É, então, desenhado um cenário que nos incita a olhar para o imigrante ou para o negro como uma ameaça. Ele passa a representar a criminalidade e o risco de perda do meu *status* socioeconômico. O imigrante vem para roubar meu emprego, para ocupar a vaga do meu filho na universidade. O homossexual passa a simbolizar uma depravação sexual e uma ameaça aos meus valores morais e religiosos dominantes. É o anticristo e uma aberração que contraria os princípios da natureza. A mulher não obtém os mesmos resultados que o homem no trabalho, por isso ela pode receber um salário menor por exercer a mesma função. Por ser mulher, ela ainda tem que se desdobrar e fazer dupla-jornada, afinal, cuidar das crianças, fazer a comida e arrumar a casa é função da mulher. O Estado é apontado como interventor, acusado de impor medidas excessivas nas relações socioeconômicas, com uma carga tributária abusiva. Todos esses são argumentos utilizados na atuação de grupos hegemônicos e dominantes.

Esse movimento nos revela gradualmente a transição de uma violência estrutural que surge na esfera institucional e vai até o nosso cotidiano, chega às nossas relações privadas e atinge à subjetividade da maioria de nós. Na contemporaneidade, o neoliberalismo é o principal reprodutor e reformulador dessas violências. Mas não o único. A ele, se somam os ideais autoritários, reacionários e fundamentalistas de muitos grupos sociais que vão se atualizando com o tempo. Valores patriarcais, machistas e imperialistas se juntam nesse rol. Com isso, são gerados outros diversos preconceitos e manifestações de violência que se modificam mais ou menos de acordo com os valores morais, culturais e religiosos de cada comunidade política.

O filósofo e psicanalista francês Roger Dadoun (1998) apresenta a violência sob três perspectivas ou direções: a violência enquanto fim, que se traduz como totalitarismo; a violência enquanto meio ou violência instrumental; e, por fim, a violência como desafio, como um risco que se coloca para a democracia. Com relação à primeira, o filósofo destaca que nenhum regime ou ideologia totalitário, como o nazismo ou o estalinismo, “declara praticar a

violência pela violência. Está-lhe sempre atribuído um fim superior, que pode ter o nome de revolução, libertação, independência” (DADOUN, 1998, p. 66). O autor destaca igualmente que o Partido representado em *1984* (1949), de Orwell, reflete, por excelência, um regime totalitário. Totalitarismo é entendido aqui como “o sistema no qual o exercício do poder consiste principalmente, se não exclusivamente, numa prática organizada, constante e generalizada da violência” (DADOUN, 1998, p. 67). Em *As Origens do Totalitarismo* (2012), Hannah Arendt também traz as implicações dos agentes e instituições em relação a um sistema totalitário. Num modelo político como esse, a vida pública é completamente dominada e a vida privada perde sua autonomia e diversidade em relação à primeira. É criada uma unidade totalizadora que revela a força monolítica do indivíduo ou do grupo totalitário, ou seja, um único partido, uma única ideologia, uma única raça no caso do nazismo. Essa unidade cria uma comunidade política homogênea.

A violência instrumental, por sua vez, tem a ver com essa violência estabelecida na relação dual entre governante e governado, príncipe e povo, burguesia e proletariado, colonizador e colonizado, a fim de se estabelecer o poder político e as condições de domínio criadas pela força predominante de cada relação. A terceira dimensão trata da violência enquanto desafio colocado à democracia. Essa terceira se refere à violência institucional – justiça, polícia, instituições de controle, sistema hospitalar, sistema de educação – que legitima o poder do próprio Estado. Em síntese, a proposta de Roger Dadoun (1998) é a de que o ser humano tem um fator fundante que o define, entre outras coisas, como um *homo violens*, outra categoria com a qual trabalho neste capítulo.

Neste tópico, eu trouxe uma abordagem dessas manifestações de ódio e de violência e a ruptura entre os limites do que é público e privado. Essas condutas que aparecem nas narrativas podem ser interpretadas como práticas vinculadas à nossa estrutura sociopolítica, econômica cultural. Das manifestações de violência subjetiva ou no âmbito privado das relações humanas à violência sistêmica-institucional, todas elas decorrem de uma imposição econômica, cultural, política, religiosa, social, racial ou de gênero. Ou ainda uma imposição conjunta de forças que dominam e controlam todas essas esferas da vida humana. Esses âmbitos da violência não deixam de ser representados em outros romances que discuti anteriormente. Poderia ter ampliado a discussão em torno do romance *A morte e o meteoro* (2019) a partir dessa abordagem teórico-crítica da violência. Caberia, também, discutir aspectos nesse âmbito de violência por meio dos romances de Ignácio Loyola Brandão (2019) ou Marcia Tiburi (2018). Podemos facilmente apontar aspectos dessa natureza em qualquer uma dessas obras.

Uma engenheira que levava o pai para ser operado foi assassinada por ladrões em um cruzamento. Uma grávida foi morta, seu ventre aberto com gilete e o bebê roubado. Balas perdidas já mataram 47 pessoas em uma semana. Jovens grã-finos continuam a apostar quem estoura mais champanhes de 2 mil dólares nas praias exclusivas de ricos em Santa Catarina” (BRANDÃO, 2018, p. 37).

[...]

Marina foi à rodoviária. Superlotada, pessoas dormindo em cima de malas e pacotes. Ladrões roubando incautos. Um pedófilo de sessenta anos foi preso molestado uma menina de nove. As pessoas em volta lincharam o homem (BRANDÃO, 2018, p. 119).

É possível pensar a violência do presente como uma catástrofe? Pensemos, por exemplo, essa relação entre catástrofe e literatura a partir do livro *Catástrofe e representação* (2000), organizado por Arthur Nestrovski e Márcio Sligmann-Silva. Já na apresentação dessa obra, uma problemática ou uma dualidade se apresenta. Os organizadores destacam duas colocações a respeito do tema, uma de Manoel Berlinck e outra de Bernardo Carvalho. O primeiro afirmou “Sem catástrofe, não há representação”. O segundo, por outro lado, disse “A catástrofe costuma trazer em si um problema de representação”. Catástrofe é a associação de duas palavras gregas, *kata* + *strophé*, que quer dizer, virada para baixo, desabamento ou desastre. No Hebraico, a expressão *Shoah* designa a catástrofe por essência. Nesse sentido, o Holocausto é a catástrofe por excelência. Esse termo, antes restrito aos campos geológicos e biológico, ganhou força no campo das ciências sociais em decorrência desses eventos sócio-históricos catastróficos do século XX.

Dada a necessidade de se repensar a sociedade e de se construir análises atualizadas que buscassem compreender os atos de barbárie e de violência daquele momento, os estudos culturais e históricos adotaram esse termo para de alguma maneira dar conta dos desafios que tal evento impunham. O Holocausto ficou marcado como o evento-limite da catástrofe, ou seja, dali em diante não era possível mais vislumbrar qualquer tipo de relação humana ou de produção histórica, política e cultural que se justificasse quando pensávamos no que a ação humana foi capaz de produzir naquele momento. Era preciso levar em consideração novas propostas que tentavam desenhar aquele cenário. Talvez, estejamos hoje passando por um movimento semelhante. Não que a nossa realidade até aqui nos tenha colocado diante de uma violência extrema como aquela produzida pelos nazistas. Não é disso que se trata. Mas esse desejo de domínio e de extermínio do outro permanece. Ele nos ronda. Para muitos grupos sociais, inclusive, como indígenas e negros de algumas periferias brasileiras, o genocídio e o extermínio é imposto sobre eles hoje e agora. A partir de uma agenda política e econômica que silencia e mata se não na mesma proporção que a do Holocausto, em proporções semelhantes, guardadas as especificidades de cada contexto geopolítico e sócio-histórico.

Nesse sentido, procuro pensar essa ideia de catástrofe na realidade brasileira do século XXI. Parto da concepção de que catástrofe tem a ver com a ideia de um trauma ou ferimento que é gerado, que fica exposto, passando a se referir a experiência do nazismo, para, então, pensar esse elemento na conjuntura sociopolítica brasileira atual. E, conseqüentemente, observar as possibilidades e os desafios de representação da catástrofe no texto literário. Mais uma vez, essa possibilidade de representação é possível na medida em que há uma justaposição não só de forma e conteúdo da obra de arte, mas também uma adequação ética do artista aos limites que essa representação coloca e às possibilidades que ela oferece. Não podemos cair na pretensão de representar uma experiência de violência extrema com a intenção de que ela exerça o mesmo domínio, controle e ação sobre os receptores que aquele imposto à vítima. Tampouco podemos reduzir a capacidade de exercício da violência que esses eventos têm. Menos ainda, podemos pretender substituir o evento ou a ação de violência em si. Ou as vítimas delas. Num dos ensaios de *Catástrofe e representação* (2000), Geoffrey H. Hartman afirma:

Um realismo maciço sem qualquer consideração por uma restrição da representação e na qual a profundidade da ilusão não seja equilibrada pela profundidade da reflexão, não simplesmente dessensibiliza, mas produz o oposto daquilo que era sua intenção: um *efeito de irrealidade*, que fatalmente mina a pretensão do realismo a figurar a realidade. Porém, é exatamente de um tal efeito que muitas vezes se acusa o elemento estético na arte, equivocadamente atacado por não estar perto o suficiente da realidade. O estético, um modo alternativo e deliberado de distanciamento, é denunciado por sua suposta frieza em relação a preocupações sociais e históricas, ou ainda por sua exploração, por permitir ao espectador sentir prazer ao ver o sofrimento de outros (HARTMAN, 2000, p. 219).

Pensemos, então, a representação da violência como catástrofe no Brasil por essa via, em relação aos romances aqui discutidos. Todos eles nos permitem criar condições para a compreensão da nossa realidade sociopolítica e histórica sem que necessariamente reflitam de forma automática e direta essa realidade. Assim, talvez se coloque o seguinte questionamento: em que medida as manifestações de violência no Brasil nos colocam diante de uma realidade catastrófica? São várias as possibilidades de resposta e algumas proposições podem ser feitas nesse sentido. Por um lado, percebo esse movimento de violência iniciada na esfera pública, uma violência sistêmica, para a qual pensei que destaquei aqui chamaram a atenção. Essa violência no âmbito institucional provoca e cria condições para as inúmeras outras manifestações de violência no âmbito privado. A briga de trânsito, o desentendimento entre vizinhos, a violência contra a mulher, o agronegócio que se sobrepõe e elimina o pequeno produtor, o madeireiro ou garimpeiro que assassina uma liderança indígena. Todos esses eventos podem ser interpretados como casos isolados de violência.

Mas as relações entre a violência sistêmica e o impulso do *Homo violens* são mais próximas do que podemos imaginar. Por outro lado, somos expostos diária e continuamente às diferentes formas de violência, especialmente aquelas decorrentes da criminalidade. Há aí em expansão um contexto de apatia e indiferença em relação a essa violência na medida em que ela se torna mais e mais parte do nosso cotidiano. Essa indiferença nos afasta da possibilidade de enxergar a violência à nossa volta, e só voltamos a percebê-la quando recai sobre nós mesmos. Esses e outros elementos me permitem afirmar que a violência cotidiana tem se instaurado no presente como uma realidade catastrófica. No Brasil, a pandemia mundial causada pelo novo coronavírus em 2020 e 2021 contribuiu para intensificação do programa de extermínio da população por meio do aparato governamental, especialmente os grupos mais desassistidos. Além de ter acentuado as desigualdades, a fome e a miséria no nosso país. São esses elementos, e a resposta da literatura diante disso, que aponto a seguir.

4.3 Literatura E Pandemia: Figurações Das Agendas Públicas De Extermínio

O romance *O riso dos ratos* (2021), de Joca Reiners Terron, traz talvez outras ferramentas no intuito de ampliar essa compreensão das produções literárias a favor da sociedade e do coletivo. A narrativa percorre a mente do personagem central e a organização social que com ele tenciona. Esse personagem, prestes a morrer por uma doença que o acomete, promete vingar a violência cometida contra sua filha por um outro indivíduo, designado na narrativa como sujeito em questão. Aquele passa a seguir os passos deste e planeja algumas formas de vingança. A filha do personagem principal, num jantar com o pai, quase um ano depois, ao saber dessa promessa de vingança, reage “com horror e descrédito” (TERRON, 2021, p. 15). Do sujeito em questão, pouco se sabe. Ele drogava mulheres para dormir em seu bar e era um estelionatário. De alguma forma, é o objetivo do personagem principal em torno dessa vingança e sua obsessão que não o paralisam definitivamente. “O futuro, antes aberto à imaginação, agora era previsível, de uma previsibilidade cinzenta e insubstancial que o congelaria, caso não tivesse um propósito, caso não tivesse a promessa a cumprir” (TERRON, 2021, p. 14). No mundo lá fora, as notícias eram vagas e contraditórias, conforme destaca o narrador. Então, esse pai, possuído pela rigidez da obsessão, fazia o mundo vir até ele.

Sua apatia logo declinava para a melancolia. Para fazer o mundo vir até ele, o que o desobrigava de ir ao mundo, ligava o rádio de pilhas. As notícias eram vagas, contraditórias, vinham em lacunas ruidosas e espelhavam sua consciência em vias de se esfumarem em seu oposto, na rigidez da obsessão (TERRON, 2021, p. 16).

A violência é um aspecto que marca o tom da narrativa e supera a violência imposta pela própria realidade, penso, permitindo-nos deslocamentos que contribuam na compreensão do nosso próprio tempo. Isso fica evidente, por exemplo, quando o narrador descreve a ideia fixa do personagem central em torno de como ocorreria essa vingança.

A ideia fixa: entrar armado de um porrete escondido na mochila no estabelecimento pertencente ao sujeito em questão, pedir uma bebida e, quando o sujeito se virasse para atendê-lo, acertar sua nuca. Depois abrir suas calças e enfiar bem fundo o cabo do porrete em seu rabo. Essa ideia se alternava com a troca do porrete por uma barra de ferro. Em outra ele simplesmente invadia o lugar com um revólver, disparava contra o sujeito em questão numa parte do corpo que não lhe resultasse fatal, depois arriava suas calças e penetrava seu rabo com o cano do revólver, de maneira que a alça de mira lhe rasgasse o reto, causando uma hemorragia que o matava (TERRON, 2021, pp. 14-15).

O exercício da violência é levado aqui a uma situação limite, na qual já não se tem qualquer reflexão racional em torno do ato pretendido. Além disso, o protagonista vê na própria violência uma resposta eficaz para o crime cometido por esse outro indivíduo, como se isso fosse devolver a consciência da filha, ou a sua própria, tal como era antes dessa se tornar uma vítima desse sujeito. No jantar em que o pai falou do seu descrédito em relação à justiça e anunciou seus planos para a filha, ela reagiu negativamente e saiu antes mesmo de comer. Não aceitava a violência como resposta à violência, hipótese em que a barbárie dominaria a vida coletiva e ações das pessoas. O que é essa postura da personagem senão um convite para pensarmos a nossa própria condição numa sociedade como a brasileira.

Antes de aquilo acontecer, de entrar num bar para beber e ser drogada, ela imaginava que no dia seguinte teria no máximo uma ressaca, e agora convivia com o horror da lembrança, com desprezo pelo próprio pai e seu projeto de perpetuação da violência. Assim que ele reiterou seus planos, ela se ergueu, deixando o prato ainda vazio, e saiu. Mas voltou um instante, apesar da raiva, talvez com pena dele, e o beijou no rosto. Um só ato de violência causa uma reação em cadeia, ela disse, fazendo a sociedade retroceder à barbárie. Ela se negava a participar daquilo. A filha murmurou esse enigma no ouvido dele e partiu, deixando a porta aberta, enquanto ele erguia a tigela de cozido como um convite final, a tigela simbolizando a promessa, ambas continuam a queimar minhas mãos, a tigela e a promessa, desde aquele momento. Foi a última vez que a vi (TERRON, 2021, pp. 19-20).

O narrador vai dando pistas do mundo que circunscreve o espaço-tempo da narrativa. Uma sociedade na qual milícias substituíram o sistema público de saúde e controlam a entrega de remédios. O crack envenenado distribuído aos sem-teto para exterminar essa população. Os boletos que não mais chegam; a água que não sai pela torneira; o lixo que se acumulava em frente ao elevador do prédio; os bueiros entupidos de lixo; em frente ao restaurante comunitário, os famintos se multiplicavam numa fila; os postes públicos apagados; as ruas vazias; as prateleiras do supermercado sem nada; o mendigo que se alimenta de ratos e de vira-latas.

Todos esses são sinais de uma sociedade distópica apontados pelo narrador em *O riso dos ratos* (2021). O personagem central sai para ir ao supermercado em meio a uma cidade que emite seus últimos suspiros e, ao retornar à entrada do seu prédio, encontra todas as entradas bloqueadas. Portas e janelas obstruídas por tijolos e cimentos. Ele não podia mais voltar para a própria casa. “Blocos de cimento e tijolos obstruíram a porta por onde sua filha passou tantas vezes, vinda do cinema ou da escola” (TERRON, 2021, p. 43). Ele passa então a percorrer o vazio e o abandono das ruas, as sarjetas onde os ratos se escondiam.

Com a filha desaparecida desde a última vez em que ela foi jantar com ele, o protagonista sentia que tinha fracassado moralmente como pai. Ele se aloja onde era um supermercado com outros que já estavam por ali. Um desses hóspedes é um mendigo que prepara a carne de ratos para alimentar todo o grupo. A caça, colocar as ratazanas no gancho para depois prepará-lo com batatas e matar a fome de todos são etapas desse processo de desumanização provocada pelo sistema distópico e caótico que se instaurou. Na narrativa, o mendigo é o avô, nome atribuído pela filha do personagem central, quando os dois passavam por ali em outros tempos para ir ao supermercado e o encontravam.

Quando voltou a si, o branco da barba do avô estava salpicado de sangue, e os dentes sorriam ensanguentados. No gancho, o cadáver repuxado pelo peso também exibía um sorriso ameaçador. Não tardou e a paleta bem passada do cão lhe amenizou o conflito.

Ao mastigar o músculo, procurou não pensar no que a filha estaria comendo, se teria o que comer onde estava, ou mesmo se estaria em algum lugar. Afugentou a hipótese com um tapa desferido contra a própria cara. O saldo da caça era positivo, as ratazanas não paravam de se reproduzir, pareciam maiores e mais gordas do que antes. É só cozinhar com umas batatas, disse o avô, um rato enche o bucho de quatro peão.

Enquanto recolhia as presas das armadilhas, ele pensava no que as ratazanas andariam comendo, estavam realmente enormes. O que ainda poderia existir lá fora para ser comido, na cidade de onde o Futurama tinha se apartado, e o que comeria aquilo outro que era comido pelas ratazanas, e o que comeria aquilo outro que era comido pela comida das ratazanas, e como aquilo tudo, aquela cadeia alimentar formada por alimentos ignorados, acabava chegando ao seu próprio estômago. Ele observou o avô sorvendo o último gole do sangue do cão, que tinha comido ratazanas, mas e se o alimento de cães e ratazanas fosse outro, algo que àquela altura já não comesse mais nada, algo com a cara de sua filha, que afastou do pensamento com uma beliscada na pele do antebraço que avermelhou, rediviva, logo voltando à sua esverdeada cor de cadáver (TERRON, 2021, pp. 54-55).

Futurama era o antigo supermercado que agora recebia os sobreviventes da febre que tinha se instaurado no país. Eram recebidos nesse espaço e em troca trabalhavam para manter o funcionamento interno e recebiam o que comer. Ali se reuniam pessoas que tinham perdido sua humanidade.

Após entregarem a caça no frigorífico, os dois caminharam entre operários captando o zum-zum de insatisfação, rumores trazidos por recém-admitidos. Nenhum deles pertencia à vizinhança, não entendeu bem o que diziam. Falavam outra língua, gírias

de criminosos e vagabundos, sempre a mesma língua inepta dos pobres. Não tinham comida, milícias andavam matando os que sobreviveram à febre, uma guerra se desenrolava no subúrbio, era isso, a lei do maior cão, do que tinha mais dentes. Ouviram falar do Futurama, do trabalho nos mecanismos, da diligência do encarregado. Era dureza, mas pelo menos agora tinham o que comer (TERRON, 2021, p. 56).

Os operários que colocavam em funcionamento essa estrutura interna do espaço, cansados da exploração, do trabalho ininterrupto, das más condições e da alimentação à base de sopa de ratos, entram em greve. O encarregado, sob o argumento de ajudar na sobrevivência de todos, tinha imposto ali apenas a lógica de exploração:

[...] o que resultou foi a repetição de um velho processo de exploração, os operários dos mecanismos se cansaram das más condições, da falta de garantias, da alimentação servida nos raros intervalos do expediente. Posando de salvador, o encarregado admitira a entrada dos mendigos, vagabundos e desabrigados no Futurama, mas somente com a finalidade de restabelecer a energia elétrica e o reúso da urina em água potável, queria até as fezes deles para usar como implemento agrícola (TERRON, 2021, p. 62).

O protagonista e o avô escapam dali e, visto que as ruas estavam vazias e tomadas por milícias, exploradores e capangas que davam um fim às pessoas, os dois foram parar na parte superior da tubulação do esgoto, onde já estavam reunidos outros mendigos. Ali tinha-se formado um quilombo. Depois, o personagem central é capturado e levado para um antigo cemitério, onde os aprisionados passariam a demolir túmulos, jazigos e mausoléus. Ele, junto com outros trabalhadores braçais, é explorado e realiza trabalho ininterrupto. Todos são vigiados por um feitor que dá chibatadas ao menor burburinho ou interrupção sem justificativa. Até mesmo água é negada aos homens que limpam e aram esse terreno para pavimentação e para plantação. O que se vê são olhos secos e corpos esqueléticos submetidos à exploração. Alguns enforcados numa árvore. O personagem principal, acorrentado nos tornozelos, mantinha-se em pé devido ao movimento das outras pessoas acorrentadas a ele, “[...] como um boneco integrado ao mecanismo de um presépio mecânico fazendo-o erguer e baixar a pá em gestos regulares e monótonos, o boneco manufaturado por um artesão cruel, um gepeto malévolo, os elos daquela corrente conduziam à senzala [...]” (TERRON, 2021, p. 103).

Não há como pensar em condições de trabalho piores do que essas realizadas sob a ameaça de morte, reduzido a uma peça da engrenagem que mantém aquele sistema em funcionamento. “Os homens dormiam juntos na senzala, à exceção daqueles que eram isolados como castigo e dos grupos aos quais eram delegadas tarefas noturnas” (TERRON, 2021, pp. 103-104). E era a falta de energia elétrica que lhes garantia algum descanso, não porque o explorador estivesse preocupado com o bem-estar desses peões, mas sim porque assim evitariam perdas por acidente de trabalho, ocorrência para a qual davam como solução o

sacrifício do indivíduo, morto como barata. O personagem central também lembrava da sua promessa que precisava ser cumprida e da filha que estava desaparecida.

Ainda no escuro, os feitores açoitavam aqueles que não se erguiam de prontidão ao sopro do apito que os despertava [...] E repetiam sua ladainha: aquele trabalho se destinava ao bem da coletividade sob a bênção do senhor, a administração do bispo defendia a ideia de que logo todos teriam o que comer e depois de algum tempo de serviço, aqueles que se mostrassem diligentes conheceriam a libertação, diziam os feitores, formariam famílias e povoariam a cidade, quem não quer uma mulherzinha, gemiam os feitores, haveria investimento para quem fizesse por merecê-lo com seu sacrifício ao senhor, o de reviver aquele campo-santo, o principal entre os que restaram sob chancela episcopal, diziam os feitores ao despejar conchadas da gororoba matinal nas cumbucas feitas de fundo de garrafa plástica, a sopa de rato, um líquido de ranço pestilento que levava aqueles de fígado mais frágil como ele, os hepatopatas como ele, os que se encontravam na penúltima estação da via-crúcis como ele, a devolverem o bocado no segundo em que lhes feria o estômago, levando os feitores a hesitar, logo depois retomando a chorumela de que em breve a qualidade do rango melhoraria, graças à dedicação deles ao cultivo daquele campo-santo, o antigo cemitério dos ricos da cidade, dos quatrocentões da capital com seus jazigos de luxo, de gente enterrada por séculos, um cemitério lotado havia tanto tempo que não recebia nenhum novo morador fazia décadas, nenhum morto pela febre foi enterrado ali, o que deixou seu terreno intocado pelos vírus e produtos tóxicos que depois contaminaram o restante da cidade, que inundaram lençóis freáticos, rios subterrâneos e conseqüentemente a terra, impossibilitada para o plantio, diziam os feitores, exceto pelos cemitérios, dos quais aquele era o principal, o maior, nenhum sujeito enterrado aqui comeu comida transgênica, diziam os feitores às gargalhadas, nenhum desse campo-santo sob a benéfica gerência do bispo e do trabalho dedicado desses homens aqui, repetiam, todos escolhidos pelo dedo santo do senhor para darem o melhor de si, pelo dedo médio em riste do bispo, sua contribuição àquela comunidade escolhida que era destinada às melhores coisas reservadas pelo futuro, vocês ressuscitarão o cemitério, gargalhavam os feitores recolhendo o panelão com restos e ossinhos de rato e retomando o relho, chicoteando as mãos estendidas dos peões ainda insatisfeitos, dos famintos que imploravam por mais uma concha da sopa catíngosa, só uminha, de volta ao trabalho, diziam os feitores, amanhã tem mais (TERRON, 2021, pp. 105-106).

Nem mesmo cantar era possível durante o trabalho exaustivo como forma de aliviar a dor que se sentia. Para servir de exemplo aos demais, um dos feitores degolou com uma com a lâmina de uma peixeira um dos que arriscava cantarolar.

O segundo que cantarolava emudeceu em seguida, graças à mordada que era imposta aos que cantavam, protestavam, choravam, gemiam, peroravam, praguejavam, recitavam, babavam, agradeciam, uivavam, rezavam e puxavam o saco. O canto se alastrava como uma epidemia, ele percebeu naquela tarde na plantação, o choro contagiava como a febre. Se a mordada falhasse, cortavam a língua do contraventor. Eram os métodos exemplares, não mais que esse o papel dos enforcados largados nas árvores até apodrecerem: exemplos, assim como a carniça emanada durante a noite daqueles frutos maduros chegando à senzala, trazida pelo vento do futuro que os aguardava a todos, perfurando consciências através das narinas dos vivos do presente (TERRON, 2021, pp. 107-108).

O cemitério onde eram enterrados homens limpos e puros preservou o campo-santo das contaminações, dos gases e dos plásticos. Da casa-grande, o bispo usa esse discurso para que os peões continuem trabalhando. Pela manhã, o feitor incentiva aqueles homens a trabalhar,

serve a concha de sopa de rato e em seguida ameaça com a chibata na mão. Tudo isso se faz de uma forma tão natural que não há espaço para qualquer questionamento, recusa ou inconformidade. A vida se tornou selvagem e incivilizada. A miséria, a fome e a exploração, injetadas conjuntamente nesse grupo, dão alguma dimensão do grau de barbarismo nessa sociedade onde já não era possível ser humano. Restrições, imposições, humilhações e outras tantas formas de violência são impostas nessa comunidade distópica.

Mais tarde, os miasmas da fossa se infiltravam no sono, empesando a senzala e se acumulando ao cê-cê e à inhaca de saco, ao chulé dos pés embarreados aos quais, graças à ínfima separação entre um adormecido e outro, amanheceriam abraçados caso se descuidassem. O baque da merda atingindo o fundo da fossa continuava nos ouvidos ao longo das horas, assim como o esvaziamento do intestino dos adoentados, feito em pé e sem largar o cabo da enxada, a borradeira escorrendo pelas pernas deles e os jumentos, os recém-chegados, os arados, as carroças, os serões intermináveis que suportavam de cumbuca vazia na mão, os calos, as bolhas nas mãos, as saudades dos analgésicos, esse suplício acabou por apagar os marcos tumulares que tinham necessitado de um par de séculos para serem erguidos, a civilização, e exceto pela permanência da casa-grande ocupada pelo bispo, a cada dia mais próspera, e pelas muralhas, o cemitério deixou de existir e em seu lugar ressurgiu o campo, árvores com ninhos e ovos, ravinas e mudas de plantas carregadas em carrinhos de mão, sulcos avermelhados no lugar dos túmulos, o campo arado e depois semeado, o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar, o engenho, o frescor da água e o alívio momentâneo das gotas espirradas pelos regadores ao tocarem os ombros curtidos dos peões cruzando a lavoura: floresceu a plantação.

Outros enfermos morriam, mas não ele, outros enforcados decoravam galhos, mas não ele, outros homens cantavam, gritavam, urravam e choravam, mas não ele, pois tinha uma promessa a cumprir (TERRON, 2021, pp. 113-114).

Essas pessoas escravizadas não têm direito a analgésicos, sapatos ou mesmo água, enquanto o bispo comia filé e desfrutava dos resultados da plantação. O feitor balofo, dissimulado, afirma que as mãos desses homens são as mãos do bispo, deseja-lhes uma agradável noite para que tenham no dia seguinte outra jornada gloriosa. Numa das passagens do romance, enquanto a terra era queimada indicando um novo ciclo do plantio, um dos personagens, o tatuado, tinha planejado uma reação contra o explorador – o bispo –. Então, enquanto o bispo se masturbava e lançava seu esperma sobre aquela terra e dizia que essa mesma terra tinha libertado todos aqueles homens da fome e da morte, foi nessa ocasião que o tatuado tentou ferir o bispo com barras de ferro e foi surpreendido e impedido pelo homem que estava acorrentado a ele, o personagem central, o homem que tanto falava da sua filha. A cabeça do tatuado foi decepada ali na frente de todos e o bispo ordenou que soltassem o homem que tinha salvado a vida dele, o protagonista do romance.

Os homens, magros e barbudos, exalam um mau cheiro de verme e contam os dias ou mesmo minutos em que seus corpos se transformarão num cadáver. Na narrativa, o mundo se reduziu àquela realidade espaçotemporal de servidão e de controle. “A liberdade não passava

de miragem: além da pequena prisão representada pela plantação, o mundo era uma enorme penitenciária” (TERRON, 2021, p. 132). O personagem central passou a seguir as ordens diretas do bispo e a procurar quilombos que escondessem mulheres e fujões; como recompensa, não tinha mais o grilhão preso à sua canela. Mas isso não quer dizer que ele tivesse melhorado de situação. “Devolvia quase tudo que botava na boca, isso quando o cheiro da comida lhe permitia engolir. Em reconhecimento a um igual, o cão veio e lambeu seu rosto” (TERRON, 2021, p. 134). Ele continua passando pelo processo de animalização, comparado a um cão, tinha se tornado ao mesmo tempo vítima e conivente a esse sistema de extermínio. O personagem principal se tornou parte do processo, mas não de forma inconsciente, pois ele tinha ciência da exploração e dos castigos que lhe eram impostos. Isso o fazia sentir falta das coisas mais simples e banais do mundo de antes cuja importância nunca era muito bem percebida.

Ele olhava a coloração entre o marrom e o chumbo do teto dos vagões despontando acima da borda do mato que assomava da ferrovia e pensava nos trens, em como sentia falta de um mundo onde os trens funcionavam, talvez no lugar onde sua filha estivesse os trens ainda chegassem no horário, sentia falta de coisas às quais nunca deu importância, como o natal e as viradas de ano em que as pessoas celebravam o avançar do tempo e a volta da esperança, sentia falta do avião que passava no horizonte da janela do apartamento, através do qual a filha acertava os ponteiros do relógio, sentia falta das coisas pontuais, da pontualidade das coisas. Agora só podia esperar o próximo dia e que fosse sem castigo (TERRON, 2021, p. 135).

O mundo perverso que se apresenta revela um personagem complexo, contraditório, ambíguo, marcas que vamos percebendo no desenvolver dos eventos. Ele não sentia falta, por exemplo, dos amigos da infância, pois “No mundo em que se encontrava, a saudade tinha deixado de fazer sentido, já que o futuro se deslocou para trás como o norte de uma bússola escangalhada” (TERRON, 2021, p. 136). O protagonista viu na traição ao rapaz tatuado para agradar ao bispo a possibilidade de reencontrar a filha e cumprir sua promessa. Ele volta a percorrer a cidade e testemunha um cenário caótico. O quarteirão onde era o bar do sujeito em questão, por exemplo, era apenas escombros e estava tomado por pragas. “Nos sermões o bispo dizia que era bem feito a cidade ter voltado ao chão, a cidade era o mecanismo que nos escravizava em troca da ilusão de pertencimento e liberdade” (TERRON, 2021, p. 139).

O caolho tornou-se o parceiro do personagem central nas caças aos fujões. Ao falar um pouco da sua história, esse personagem dá ainda mais elementos que evidenciam uma realidade distópica e decadente, onde o surreal foi naturalizado. Com ele, podemos acessar alguns dos processos e dos mecanismos de manutenção desse sistema instaurado nessa comunidade. Ele fala, por exemplo, de uma suposta posição de privilégio das mulheres, uma vez que comiam restos de porcos. A perspectiva do personagem em relação à figura feminina é, inclusive, de

objetificação e de inferiorização do corpo da mulher. As sucessivas substituições da palavra mulher pela expressão pejorativa “racha”, em referência ao órgão genital feminino, são exemplos dessas marcas de desigualdade de gênero que constituem esse personagem.

Apenas com seu olho seco arregalado, o caolho grunhiu algumas coisas a meio adormecer. Antes de ser capitão do asfalto, trabalhou na criação de porcos, o chiqueiro ficava nos fundos do curral das mulheres, contíguo à senzala das crianças. Às vezes, os porqueiros recebiam fetos e cadáveres de bebês para alimentar os porcos. Mercadoria defeituosa, justificavam os feitores da casa-grande, só servia para a lavagem. A porcada comia o restolho sem cerimônia, e na época o caolho se flagrava calculando a seguinte aritmética: sim, disse o caolho com a cara da cor do fogo, espichado na manta que dividia com o cão, enfim ressurgido de boca vazia da andança lá na outra ponta do túnel, sim, o que eu pensava era que as racha do curral tava bem na fita, comia melhor que nós, os porqueiro e o pessoal lá da roça, elas comia miúdo de porco, por exemplo, o fígado e a buchada, os intestino da porcada, pra ficar forte e embuchar, continuou o caolho, tá me entendendo, e podia ser que uma ou várias daquelas racha, que perdia muitos filho, olha só, filho que os porco comia, podia ser que, continuou a mascar o caolho, à beira de se ausentar no sono, a palitar os dentes com a última fibra de mandioca encontrada na boca, pousando a cabeçorra nas costas do cão entre bocejos, veja se tá me entendendo mesmo, andei fazendo umas conta, pois podia ser que ao comer o porco, a buchada do porco, disse o caolho, uma daquelas racha comesse o próprio filho, que antes o mesmo porco que ela comia tinha comido lá na vala, isso não seria nojento, e isso, a comilança, é de caso pensado pelo demônio, é o que o mundo é, disse o caolho e dormiu, passando quase de chofre a roncar, enquanto o cão lhe servindo de travesseiro se remexia, aos solavancos, tendo pesadelos com ratazanas das funduras da boca do túnel, cujas sombras vultosas podiam ser vistas do lugar onde estavam, agigantando-se pelas paredes, a boca do túnel que acabou cuspindo uma mosca, então ele se perguntou se seria sempre a mesma mosca, a do início, a do meio e a do fim, nunca a mesma mosca, sempre a mesma mosca, que zanzou pelo ar ao redor da sua cabeça desperta, sorteado que tinha sido para a vigia da noite, e seguiu de orelha em pé graças ao zumbido da mosca, com olhos abertos até quase amanhecer, quando recolheriam as tralhas e atravessariam o elevado (TERRON, 2021, pp. 141-142).

O bispo esfrega a virilha com a bíblia e ejaculava sem qualquer constrangimento. Ele é um sujeito asqueroso e perverso, é um reflexo do que há de pior na nossa sociedade. Charlatão, manipulador, totalitário, misógino, estuprador, racista, classista, escravagista, todas essas são falhas morais ou éticas que marcam essa figura. “Não havia novidade no mundo anunciado pelo bispo tudo era coisa e as coisas continuavam à venda [...]” (TERRON, 2021, p. 154). O narrador destaca que as pessoas equivaliam a um pernil de porco com a etiqueta de preço junto ao corpo como num açougue. As grávidas - pejorativamente chamadas de prenhes -, por exemplo, eram vendidas pelo bispo numa espécie de leilão a outros homens que lhe eram semelhantes. Esses compradores futucavam o nariz e levavam o dedo à boca em busca de alguma vantagem enquanto o bispo lhes oferecia as mulheres, tratadas como objeto.

Não a disse, preferiu engoli-la enquanto a voz do bispo crescia, dizendo outras palavras que ele não suportou ouvir: aqui vocês têm as minhas filhas, meus senhores, que dentro delas carregam novas filhas minhas que no futuro carregarão filhas vossas, entendam isso como uma lição, daqui em diante teremos descendentes, seremos uma só família. Seremos pais, disse o bispo mostrando os dentes à plateia, aí estão nossas

filhas, podem foder com elas, mas não as matem mas façam, sim, outras filhas nelas. Nasceu, fodeu, essa é a lei. Agora levem duas pelo preço de uma (TERRON, 2021, pp. 157-158).

Uma das mulheres reage num momento de desatenção, pega uma arma e atira contra o bispo. Ele morre. A mulher também é espancada até a morte pelos feitores do bispo. Mas o que fica é a presença e a atuação desse personagem – o bispo –, uma figura repugnante e repulsiva. A insensatez tinha se tornado a principal orientação moral dos grupos responsáveis por esse extermínio. No romance, o personagem central e outros são levados acorrentados no porão de um navio. Receberam outro destino. Eram prisioneiros que não tinham qualquer direito nem garantia. Tinham sido desumanizados. “Todos aqueles cagões que alimentavam a fauna marinha ali empoleirados não passavam de sobreviventes de uma catástrofe que matou muitos, muitíssimos, e continuaria a matar: a vida humana” (TERRON, 2021, p. 170).

Num dado momento, muitos dos prisioneiros saltam ao mar para tentar fugir daquele processo de escravização. O protagonista alcança uma região litorânea de mata, provavelmente habitada por nativos. Ele então passa a viver seus dias ali,

[...] embora não se sentisse mais só do que noutras ocasiões, nunca antes se percebeu tão integrado consigo mesmo, caminhando entre plantas e animais desconhecidos, pisando a terra coberta de folhas, sentido a brisa salgada trazida pelo mar e a língua do sol lambendo suas feridas. A verdade é que, na maior parte do tempo, eu me preocupei com o passado e as lembranças, ou com o futuro e as esperanças, e assim o presente acabou sendo só arrependimento ou protelação, viver não passou disso para mim. Perdido entre passado e futuro, não cheguei a vivenciar o presente (TERRON, 2021, pp. 194-195).

A estrutura desse romance remete a um processo contrário ao da formação histórica do Brasil. Inicialmente, tem-se os dilemas e os conflitos da cidade; depois o protagonista se insere num quilombo, um espaço de sobrevivência, onde aquelas pessoas compartilham as lutas e dividem o peso dos obstáculos impostos pela realidade; ele vai, então, para a plantação, representado pelo cemitério onde foi escravizado; levado em seguida pelo navio; e, finalmente, acessa terras habitadas por nativos, onde morre.

Diante dessa realidade ininteligível e repugnante, o mundo oferecido pela ficção parece muito mais próximo de nós e mais compreensível. “Deitado diante da televisão, assistia a filmes em preto e branco à procura de um mundo sem dúvida mais compreensível que o cinza da realidade além do apartamento” (TERRON, 2021, p. 21). Nesse ponto, retomo uma das potencialidades da própria literatura e das artes, a de oferecer ferramentas discursivas que nos ajudem no entendimento de nós mesmo e do mundo à nossa volta.

De fato, havia mais brutos e criminosos debaixo de tetos do que nas ruas. Nos bares, apartamentos e prédios a brutalidade, como a violência, era a base de tudo. A

brutalidade das ruas não era nada comparada com a dos condomínios. Os crimes nas ruas, os assaltos e atropelamentos não eram nada em comparação com os crimes domésticos. Os crimes nas ruas infestadas de miseráveis da cidade eram ridículos ao lado dos crimes cometidos nos balcões de bares, nas mesas de jantar, nas camas de casal (TERRON, 2021, pp. 22-23).

O mundo que se apresenta na narrativa encerra-se na brutalidade do agora, “aquele mundo já não era o de antes e muito menos o seguinte” (TERRON, 2021, p. 69). O que resta do passado são fragmentos, histórias desconexas, como se um borrão de tinta tivesse coberto as linhas das narrativas e das experiências que nos vinculam à anterioridade. O futuro, por sua vez, foi interrompido. Não há esperança, não há sonho nem desejo. O presente, para que seja vital, tenciona necessariamente com ações de continuidades e de rupturas com o passado, e se revela sempre aberto ao futuro. Mas não é esse tempo presente que vemos na narrativa. No romance, o agora retirou das pessoas sua humanidade e as colocou numa condição de imobilismo e de estagnação diante do brutalismo e do peso da realidade imediata. Esse mundo é insano, ele não admite que sejamos humanos e impõe àquela população condutas que a animalizam, a reduzem a ratos e a vermes. Os dias retrocedem, avançam no sentido contrário ao da civilização e ao da prosperidade. As pessoas estão condenadas à servidão e ao sofrimento. O exercício da violência vai aqui ao extremo.

Outra pensadora contemporânea que contribui significativamente aos estudos sobre as manifestações de violência na esfera pública e institucional é Judith Butler. Também tomo seus estudos sobre a temática como referência para pensar essas práticas tanto em *O riso dos ratos* (2021) quanto em *O último gozo do mundo* (2021). Em *Vida precária* (2019), parte do crescimento de dois movimentos que ela observou – anti-intelectualismo e restrições à liberdade de imprensa – após o 11 de Setembro que nos ajudam a analisar as novas formas de dominação e controle impostas pelos agentes políticos e econômicos dominantes. Podemos deslocar os efeitos desses dois movimentos para outros contextos sociopolíticos e geográficos como o Brasil. A filósofa fala da dificuldade de se construir uma crítica em torno das causas e efeitos da guerra sem que se seja censurada ou sem que haja uma grande repercussão negativa em torno da crítica, resultando em ataques. Para entendermos a complexidade dessas análises, é necessário ir além dos binarismos amigo x inimigo, Oriente x Ocidente, esquerda x direita, porque eles, de certa forma, limitam uma visão mais ampla sobre a complexidade da ação humana e dos eventos históricos e políticos. Esses binarismos podem nos conduzir a uma leitura reducionista da realidade em que de um lado se tem a civilização – nós – e do outro a barbárie.

Nos últimos anos, se produziu um consenso na opinião pública, através de uma articulação hegemônica e dominante, que determina os usos e os limites de certos termos e

práticas. Butler (2019) questiona, por exemplo, o que permite apontar os atos de violência do 11 de Setembro nos Estados Unidos como “atos de terror”, enquanto que aqueles atos advindos da política externa estadunidense e de declarações públicas de guerra seriam legítimos e válidos. O que ocorre hoje é que muitos Estados e nações se valem de uma suposta violência sofrida que autorizaria uma violência ainda mais agressiva e contundente como resposta. Nesse sentido, o campo intelectual precisa se desligar das narrativas unilaterais, em geral, estabelecida por quem domina os meios de produção e de difusão de conhecimento e informação, para construir narrativas, análises e leituras da realidade que nos coloque no mundo em relação ao outro. Uma política de base mais humanista passa por esse engajamento.

Uma maneira de alcançar o entendimento hegemônico é pela circunscrição do que será ou não admissível como parte constituinte da própria esfera pública. Sem manipular as populações de tal maneira que a guerra pareça boa, correta e verdadeira, nenhuma guerra seria capaz de reivindicar o apoio popular e nenhum governo poderia manter sua popularidade. Para produzir o que constituirá a esfera pública, entretanto, é necessário controlar o que as pessoas veem, a maneira como elas veem, como escutam. As restrições não estão apenas no conteúdo – certas imagens de cadáveres no Iraque, por exemplo, são consideradas inaceitáveis para o consumo visual público –, mas naquilo que “pode” – ser ouvido, lido, visto, sentido e conhecido. A esfera pública é construída em parte pelo que pode aparecer, e a regulação do campo da aparência é uma forma de estabelecer o que contará como realidade e o que não contará. É também um modo de estabelecer quais vidas podem ser marcadas como vidas e quais mortes contarão como mortes (BUTLER, 2019, pp. 18-19).

A forma como lidamos e atuamos nas esferas públicas demonstrará justamente se praticamos um conjunto de ação que reforça e legitima as violências ou se nos servimos desses espaços para adotar ações que combatam todo e qualquer ato ou ideia de opressão, censura e violência. “Decidir quais pontos de vista serão razoáveis no domínio público, no entanto, é decidir o que constituirá ou não a esfera pública do debate” (BUTLER, 2019, p. 18). É esse tipo de compromisso e engajamento que Butler defende como alternativa à realidade imediatamente posta. Aqui já aponte também meu interesse, a adoção e a defesa de uma corrente de produção intelectual, artística e cultural que observe tanto os parâmetros estéticos ou metodológicos de seus trabalhos quanto a dimensão ético-social da sua atuação na esfera coletiva.

Para Butler, a produção de violência tem uma responsabilidade individual e outra coletiva. Ela destaca que essa responsabilidade individual emerge de condições coletivas. Parâmetros sociais, políticos e econômicos coletivos moldam a prática da violência individual. Há aí uma correlação entre condições e atos. “Nossos atos não são formados por nós mesmo, mas condicionados” (BUTLER, 2019, p. 36). Três questões são centrais para a filósofa: “quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? E, finalmente, o que concede a uma vida ser passível de luto?” (BUTLER, 2019, p. 40). O luto tem, para a autora, uma posição

importante nessa tomada de posição contrária às ferramentas de reprodução da violência. Diz ela: “não é que o luto seja o objetivo da política, mas sem a capacidade de enlutar perdemos aquela noção mais afiada de vida que necessitamos para que possamos nos opor à violência” (BUTLER, 2019, p. 17). O luto aparece, então, como uma possibilidade de compreensão do eu em relação a uma coletividade. Além disso, a ideia de autonomia do corpo é fundamental para superar as estruturas de violência da nossa sociedade.

É importante afirmar que nossos corpos são, em certo sentido, *nossos*, e que temos o direito de reivindicar direitos de autonomia sobre eles. Essa afirmação é tão verdadeira para as reivindicações de direitos de lésbicas e gays à liberdade sexual quanto para as reivindicações do direito de pessoas trans à autodeterminação, assim como para as reivindicações de pessoas intersexuais de estarem livres de intervenções médicas e psiquiátricas coercitivas. Ela continua sendo verdadeira para que todas as reivindicações sejam livres de ataques racistas, físicos e verbais, assim como a reivindicação do feminismo à liberdade reprodutiva, e também para aqueles cujos corpos trabalham sob coação, econômica e política, sob condições de colonização e ocupação. É difícil, se não impossível, fazer essas reivindicações sem recorrer à autonomia (BUTLER, 2019, pp. 45-46).

O corpo é esse organismo biológico e político. Ele sai da esfera do individual para adentrar uma zona em que compõe um corpo coletivo. Butler procura ir além da busca por essa autonomia dos corpos. É preciso ver o papel do corpo fora do eu, ou seja, no campo de atuação política. Pois,

Embora lutemos por direitos sobre nossos próprios corpos, os próprios corpos pelos quais lutamos não são apenas nossos. O corpo tem uma dimensão invariavelmente pública. Constituído como fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu. Entregue desde o início ao mundo dos outros, ele carrega essa marca, a vida social é crucial na sua formação; só mais tarde, e com alguma incerteza, reivindico meu corpo como meu, se é que o faço (BUTLER, 2019, p. 46).

A partir da compreensão da formação coletiva e individual do eu podemos pensar o lugar da violência, “pois a violência é, sempre, uma exploração desse laço primário, desse modo primário no qual estamos, como corpos, fora de nós mesmos e uns pelos outros” (BUTLER, 2019, p. 48). Nessa perspectiva, a violência é uma ameaça, agressão ou violação sobre o outro. O outro é suprimido dos seus espaços à medida que essa violência é colocada em prática.

A violência é certamente uma mancha terrível, uma maneira de expor, da forma mais aterrorizante, a vulnerabilidade primária humana a outros seres humanos. É uma forma pela qual somos entregues, sem controle, à vontade do outro, um modo em que a própria vida pode ser expurgada pela ação intencional do outro. Na medida em que cometemos violência, estamos agindo no outro, colocando o outro em risco, violando o outro, ameaçando expurgar o outro (BUTLER, 2019, p. 49).

Para Butler, essa é uma espécie de vulnerabilidade ao outro com a qual convivemos e precisamos lidar. Temos que analisar criticamente as condições que tornam algumas vidas

humanas mais vulneráveis do que outras e porque algumas dessas vidas são passíveis de mais luto do que outras. Nesse sentido, as condições para o exercício da violência se dão na medida em que se tem, de um lado, vidas reais e, de outro, vidas irreais. Essas vidas irreais, uma vez desrealizados, são atingidas pelas estruturas de práticas da violência da nossa sociedade.

Se a violência é cometida contra aqueles que são irreais, então, da perspectiva da violência, não há violação ou negação dessas vidas, uma vez que elas já foram negadas. Mas elas têm uma maneira estranha de permanecer animadas e assim devem ser negadas novamente (e novamente). Elas não podem ser passíveis de luto porque sempre estiveram perdidas ou, melhor, nunca “foram”, e elas devem ser assassinadas, já que aparentemente continuam a viver, teimosamente, nesse estado de morte. A violência renova-se em face da aparente inesgotabilidade do seu objeto. A desrealização do “Outro” significa que ele não está nem vivo nem morto, mas interminavelmente espectral (BUTLER, 2019, p. 54).

Essa desrealização de vidas irreais ocorre na medida em que as instâncias discursivas da sociedade desumanizam essas não-vidas. A violência ocorre não só por meio dos instrumentos efetivos de coação e repressão, mas também através da omissão nos espaços discursivos que constituem o repertório humano. Entretanto, há uma complexidade nessas interações e manifestações de violência e de exercício de dominação.

A relação entre a desumanização e o discurso é complexa. Seria simples demais argumentar que a violência implementa o que já está acontecendo no discurso, de modo que um discurso sobre a desumanização produza tratamentos, incluindo tortura e assassinato, estruturados pelo discurso. Aqui a desumanização emerge nos limites da vida discursiva, limites estabelecidos por meio da proibição e da forclusão. Há menos uma desumanização discursiva em ação aqui do que a recusa de um discurso que produz como resultado a desumanização (BUTLER, 2019, p. 57).

As condições que nos levam a enlutar em torno de alguém que é semelhante a mim, mas que não me leva a ter qualquer empatia em relação ao luto e sofrimento do outro, são as mesmas que expandem e efetivam as práticas de violência. Consigo enlutar um rosto, um nome e uma vivência similar à minha, mas afastado qualquer possibilidade de luto diante da dor e violência sofrida pelo outro que está numa outra camada da estrutura sociopolítica, sexual, étnica e geográfica. Butler retorna ao conceitos-chave foucaultiano de governamentalidade e poder soberano para explicar o funcionamento e o exercício da soberania do Estado na contemporaneidade. A filósofa procura ir além da leitura do filósofo francês que entendia a governamentalidade como o poder do Estado vitalizado, uma vez que o poder político regula as pessoas e suas relações no mundo. Butler sugere que essa leitura foucaultiana não fala em legitimação do Estado através da governamentalidade, mas, apenas que o Estado é vitalizado. Para Foucault, a governamentalidade determina quais questões são vitais na nossa sociedade. Butler complementa:

A governamentalidade é amplamente entendida como um modo de poder que se ocupa da manutenção e do controle de corpos e pessoas, da produção e da regulação de pessoas e populações, e da circulação de bens na medida em que sustentam e restringem a vida da população. A governamentalidade opera por meio de políticas e departamentos, por meio de instituições gerenciais e burocráticas, por meio da lei, quando a lei é entendida como “um conjunto de táticas”, e por meio das formas de poder do Estado, embora não exclusivamente. Assim, a governamentalidade opera por instituições estatais e não estatais e por discursos que não são legitimados nem por eleições diretas e nem pela autoridade estabelecida. Marcada por um conjunto difuso de estratégias e táticas, a governamentalidade não obtém seu significado e propósito a partir de uma fonte única, de um sujeito soberano unificado. Em vez disso, as táticas que caracterizam a governamentalidade operam de forma difusa para dispor e ordenar populações e produzir e reproduzir sujeitos, suas práticas e crenças em relação a objetivos políticos específicos (BUTLER, 2019, p. 75).

Todavia, Judith Butler ressalta que a emergência da governamentalidade “nem sempre coincide com a desvitalização da soberania” (BUTLER, 2019, p. 76). Ou seja, a soberania não mais age em prol da vitalidade do Estado, uma vez que ela não mais atribui legitimidade a um Estado unificado por meio do poder político, a exemplo do que se pregou no Estado de direito. A pensadora critica justamente essa possibilidade que tem o Estado de estender o poder soberano no âmbito do Poder Executivo, uma vez que isso caracterizaria abandonar o Estado de direito em prol de um objetivo dominante unilateral. Por exemplo, interferir, restringir a liberdade de outros povos e monitorá-los são formas contundentes de ampliar o poder soberano Administrativo.

Giorgio Agamben também recusa o argumento cronológico que situaria a soberania antes da governamentalidade. Para Brown, tanto a “governamentalidade” quanto a “soberania” caracterizam modos de conceber o poder, em vez de fenômenos historicamente concretos que se sucedem através do tempo. Agamben, de maneira diferente, argumenta que as formas contemporâneas de soberania existem em uma relação estruturalmente inversa ao estado de direito, emergindo justamente no momento em que este é suspenso e removido. A soberania nomeia esse poder que retira e suspende a lei. De certo modo, proteções legais são retiradas, e a própria lei se retira do domínio habitual de sua jurisdição; assim, esse domínio se torna aberto tanto para a governamentalidade (aqui entendida como um campo extrajudicial da política e do discurso que pode transformar a lei em tática) quanto para a soberania (aqui entendida como uma autoridade extrajudicial que pode muito bem instituir e impor leis de sua própria criação) (BUTLER, 2019, p. 84).

Conforme a própria filósofa conclui, essa distinção entre governamentalidade e soberania é essencial para que possamos acessar à uma compreensão mais próxima possível da maneira como o poder político realmente funciona. Consequentemente, nos permite elaborar uma leitura responsável da forma como essa estrutura de poder resulta em diversas práticas de violência, desde a esfera institucional até a esfera privada das relações humanas. Nesse sentido, pode-se afirmar que o título do livro de Judith Butler – *Vida precária* (2019) – se refere a esse sujeito ou corpo destituído de direito ou de reconhecimento humano. Ele é desumanizado na

medida em que é violado e tem seus direitos restringidos ou simplesmente anulados. Uma vida precária é objetificada ou animalizada uma vez que o próprio poder institucional assim decidiu unilateralmente. Acompanhamos esses processos tanto em *O riso dos ratos* (2021) quanto em *O último gozo do mundo* (2021).

Em *O último gozo do mundo* (2021), acompanhamos as sensações e inquietações que uma professora e socióloga experimenta. Ela também escreve literatura sob pseudônimo. O marido anuncia o término do casamento, ela perde o pai e a mãe nos primeiros meses de uma pandemia que havia se instaurado no país e que se propagava rapidamente. A personagem descobre uma gravidez. Ela ensaia uma relação com um estudante alguns anos mais jovem que ela. A personagem central experimenta essas e outras vivências que compõem o tecido da sua vida. Já com o filho, preocupada com novas ondas de contágio do vírus que atingia a vida e a rotina de todos, mãe e recém-nascido viajam de carro para o interior do país e ela vivencia alguma liberdade nesse gesto. Como a criança ainda era muito nova durante essa viagem, a personagem se imagina conversando com o filho sobre a vida, memórias e suas relações. Ela narra histórias, visualiza perguntas que o menino poderia lhe devolver e as responde.

No trajeto, num hotel, ela puxa uma conversa inesperada com um homem que estava na piscina. Ele também é escritor e ambos começam a discorrer sobre o processo de escrita e a relação desta com a memória, pessoas reais x personagens, imaginação x memória. Vários são os aspectos que podem desencadear um debate nesse romance, mas destaco essa passagem abaixo, na qual esse personagem escritor fala dessa relação entre literatura, memória e passado: “Se a literatura fosse só memória, não dava pra falar da morte. A morte é sempre dos outros. E depois, a moral pode depender dos exemplos do passado, é bolinho, mas a ética exige um esforço de imaginação, não vem com mapa nem manual de instruções” (CARVALHO, 2021, p. 60). Essa reflexão em torno da literatura e suas possibilidades é justamente um ponto que tenho tentado demonstrar ao longo desta pesquisa. A literatura é um exercício de imaginação e de apreensão, seus recursos são utilizados a favor da produção literária. Nesse sentido, seu papel não se limita a retratar ou descrever algum elemento da nossa realidade, pois ela não é um registro pessoal, documental ou histórico. O texto literário pode igualmente nos oferecer mundos e experiências que nós mesmos não acessaríamos no dia a dia nem através de outros recursos discursivos ou sociais.

Mas a literatura pode nos ajudar exatamente nesse “esforço ético de imaginação” para que então possamos enxergar a nossa própria realidade com mais lucidez, transparência e discernimento. A literatura – incluo o gênero distópico, que historicamente não teve pretensão

de representar a realidade factual – é uma viagem através de diferentes experiências e possibilidade de acessar o mundo. O discurso literário contribui para o processo de compreensão de mim e do outro. Ele é esse esforço para que eu me veja, mas para que abra meus olhos igualmente para aquilo que está além do meu campo de visão. E é esse “esforço ético de imaginação” que escapa à nossa sociedade hoje. As pessoas têm se baseado em valores morais que, como podemos apreender do trecho acima, são receitas de bolo, com suas etapas e ingredientes pré-determinados. E se olhamos para uma receita sem qualquer esforço de imaginação – sem questionamentos ou sem espaço para alterar esse ou aquele ingrediente –, então anulamos a nossa individualidade e abrimos uma brecha para a escuridão, a irracionalidade e o arbítrio.

No romance de Bernardo Carvalho (2021), a reflexão entre imaginação e memória é um marcador importante nessa narrativa, uma vez que me ajuda a pensar a complexidade que há na nem sempre fácil aproximação entre ficção e realidade, narrativa ficcional e narrativa histórica. Ainda no hotel onde a personagem central estava hospedada com o filho, o personagem, um conhecido escritor, fala dessa tensão entre imaginação e memória ao relatar que assistiu a uma entrevista em que se afirmou que a imaginação não existe, mas apenas a memória. Ele contra-argumenta:

Mas pra mim, que lembro tão mal, e que por isso mesmo invento, que é que sobra sem a imaginação? E então tentei imaginar um mundo sem imaginação, povoado de leitores obcecados pela verossimilhança entre os personagens e as pessoas reais. Leitores que só conseguissem apreciar nos livros o que reconhecessem do seu passado, o que confirmasse o seu gosto e o que os fizesse lembrar do que já tinham lido e pensado antes. Tentei imaginar, porque era o que me restava, um mundo reduzido à repetição e à crença, e fui tão bem-sucedido que até pensei, já que não há imaginação, em perguntar aos cientistas se aquilo que eu acreditava imaginar, confirmando a teoria deles, não passava, no fundo, de simples memória. E aí tentei imaginar a resposta deles também: ‘Esse seu mundo’, me diriam os cientistas, ‘é inimaginável, porque nele não cabe nenhuma dúvida, nenhuma surpresa, nenhum desvio, nenhum erro, nenhum livro que diga o que não se conhece ou aquilo em que não se acredita a priori. E, logo, aí tampouco caberia a ciência. Por mais verossímil que pareça e por mais que se pareça com o nosso, seremos obrigados a dizer que é um mundo totalmente irreal, porque um mundo sem ciência é impossível, e a prova é que estamos aqui respondendo à sua pergunta’. E eu seria obrigado a trazê-los de volta à razão e a fazê-los lembrar que, como se não bastasse terem caído em contradição, supondo que sem imaginação pudesse existir ciência, não estariam respondendo a nada se eu não os tivesse imaginado (CARVALHO, 2021, p. 63).

Na nossa realidade, onde forças obscurantistas e irracionais ganham força, é a ciência, não sem imaginação, que pode nos ajudar a entender e a modificar esse movimento histórico do presente. A imaginação é uma força, um fôlego a mais que nos aproxima de uma postura ética face ao quadro sócio-histórico violento e cruel que se apresenta. Ela pode facilitar nossa organização em diferentes frentes sociais e políticas e instigar nossa capacidade de reação. A

literatura é, sem dúvidas, um desses espaços de imaginação de excelência. É isso que textos como *O último gozo do mundo* (2021) revelam. Em contextos como esse no qual o Brasil se encontra, o esforço ético de imaginação talvez seja nossa única arma de defesa e de sobrevivência.

No romance, acompanhamos os dias posteriores ao término do casamento da personagem central e o início de uma pandemia devastadora. Uma crise sanitária, a doença descontrolada, as autoridades que adotam condutas favoráveis à disseminação do vírus, a subnotificação dos números de doentes e de mortos, o atendimento precário nos hospitais, as pessoas que precisam sobreviver diariamente e pegar transportes lotados, favorecendo a propagação do vírus, um país atrasado, dominado por pessoas irracionais, por práticas egoístas e negligentes, pela hipocrisia e pelo cinismo, o negacionismo, o desdém, a provocação ordinária, esses são alguns dos elementos que formam o plano de fundo dessa sociedade na qual a personagem vive e evidenciam uma narrativa distópica.

Nos meses seguintes, depois de entender a dupla dimensão do seu isolamento, a consciência do fim de uma vida que por anos lhe parecera definitiva, agora assombrada pela progressão descontrolada da doença e dos números extraoficiais de mortos e infectados (os oficiais eram subnotificados pelo governo), descobriu que estava grávida. Mesmo se o aborto fosse legal no país, e não objeto da hipocrisia mais obscurantista, teria sido difícil e arriscado encontrar ajuda durante o auge da crise sanitária, quando os hospitais trabalhavam no limite de sua capacidade ou além dela. As regras de confinamento e os riscos de contágio mantiveram-na num estado mórbido de negação, e ela preferiu ficar longe de médicos e clínicas, à exceção de um exame colhido em casa, assim que suspeitou da gravidez, para afastar a hipótese de alguma doença contraída naquele encontro casual na universidade (CARVALHO, 2021, pp. 11-12).

No confinamento, a personagem se vale do seu repertório sociológico para propor uma compreensão daquela realidade que se apresentava. Ela percebeu então que essa comunidade vivenciava o paradoxo de não se admitir um passado que não pode ser apagado nem alterado, afinal, as marcas históricas individuais e coletivas, as realizações, as tensões e os desdobramentos de cada ação nossa no passado ficam marcadas e têm seus reflexos no presente e no futuro. A distopia é marcada nessas sucessivas tentativas de reconfiguração do passado com o objetivo de controle do presente e determinação do futuro. Ela também se caracteriza pela anulação do outro, das subjetividades, da consciência crítica e pela impossibilidade de se colocar contraditoriamente.

O passado reconfigurado não mais pela memória mas pela soberba voluntariosa da simultaneidade. Era o que as mídias sociais e o confinamento tinham em comum. E o que tornava obsoleta a consciência crítica. O tempo tinha sido confiando. O presente era arquivo. A história estava suspensa, transformara-se em fábula. Não havia outra possibilidade narrativa, o que permitia as versões mais diversas, conflitantes e

simultâneas, mas não a contradição. As conexões tinham sido abolidas (CARVALHO, 2021, p. 14).

Os agentes do presente, por sua vez, não conseguem manipular ou distorcer os fatos e registros do passado completamente. Então, a dissimulação e os interesses nojentos desses grupos dominantes e arbitrários procuram controlar corações e mentes em torno de um projeto de sociedade na qual se efetive um modelo de sociedade onde a vida humana não tenha valor e os recursos e bens produzidos por essa comunidade sejam apropriados por alguns poucos indivíduos detentores do poder econômico e político. Nessa sociedade distópica, a verdade deixou de existir. A história e a ação humana passaram a ser determinadas pelo que essas mídias estabeleciam como verdade, sem espaço nem direito à contestação ou à ponderação. A consciência se limitava ao que era publicado em rede, ainda que sem rigor ou fundamentação. O imediatismo e a aparência sem qualquer processo de racionalização desses comportamentos se destacavam. O narrador nos revela uma sociedade distópica onde a consciência coletiva foi substituída por condutas e práticas sórdidas e por recorrentes tentativas de anulação do outro, do passado e das subjetividades.

A narrativa nos indica que esse processo começou bem antes da pandemia, mas que o confinamento e a nova realidade aceleraram essa transformação na forma como as relações humanas eram estabelecidas. Concomitantemente a tudo isso, um vírus invisível se propagava, interrompia histórias, separava pessoas e silenciava vozes. Entre confinamentos, relaxamentos e retomadas do que diziam ser a normalidade, parte expressiva da sociedade voltava a rotina de encontros e deslocamentos, muitas por não ter outra opção e outras tantas por assumirem o risco. O resultado foi que

Em poucos meses o rastro da devastação viria a dar sua medida exata, a contagem dos mortos não oficiais, a miséria, os desvalidos, os famintos, o desastre econômico, a desfaçatez autocrática, a disputa pelo que sobrou comutado em objeto de uma nova partilha entre homens e nações numa luta pela sobrevivência mais selvagem, mais mesquinha, ocupando o vácuo onde num passado recente se enaltecera a empatia e o amor (CARVALHO, 2021, p. 16).

O último gozo do mundo (2021) apresenta uma sociedade que luta contra um vírus invisível, perigoso e letal. Além disso, tem-se um governo que toma medidas e ações não a favor da população, decisões e condutas favoráveis à propagação do vírus e ao aumento da mortalidade. Diferentemente de outros países, nessa sociedade distópica, a incompetência e o caráter criminoso dos representantes políticos se sobressaem.

Enquanto em outros países governo e população trabalhavam mais ou menos juntos pelo bem comum, por uma saída ponderada da crise sanitária e econômica, ali as

autoridades visavam precisamente a morte. É sabido que a morte como condição estruturante da política resulta de falta de legitimidade ou competência. Mas essa era apenas uma aparente disfunção. O país conspirava contra si mesmo. É possível que tivesse conspirado contra si mesmo desde sempre e que a doença fosse seu coração. O que o governo afinal representava às claras era uma sociedade consagrada a espoliar-se até a morte (CARVALHO, 2021, p. 21).

A narrativa revela ainda uma sociedade paralisada diante da extensão do vírus, ignorante aos fatos e incapaz de projetar suas ações e escolhas em relação à coletividade. Em alguma medida, a pandemia só acentuou o que o próprio processo histórico de formação desse povo já parecia denunciar, uma comunidade inteira fadada à autodestruição e vítima de agentes perversos que nasciam dentro da sua própria estrutura.

Na falta de imunidade ao vírus, mais de um terço da população tornou-se imune à realidade. Isso ficou claro quando também começaram a morrer. Era gente que saía da quarentena de cabeça erguida, decidida a não voltar atrás. Gritavam: “Quero minha vida de volta!”, enquanto caíam, febris, sufocando em acessos de tosse. Havia variações em relação ao que reivindicavam, dependendo do grau de inconsciência. Eram os mesmos que antes da quarentena gritavam: “Quero meu país de volta!” ou: “Quero meu dinheiro de volta!”. Com essas divisas, endossaram um projeto de país baseado justamente em arrancar para si o último gozo do mundo (CARVALHO, 2021, p. 28).

Neste ponto, não há como não se voltar para a nossa realidade e não pensar nas condutas do governo Bolsonaro, de seus financiadores e apoiadores durante a pandemia. Jair Bolsonaro boicotou a sociedade brasileira enquanto esta era atingida pela pandemia da Covid-19. Ele deu passos importantes no sentido de incentivar as práticas não condizentes com o que diziam especialistas e cientistas. Contrariou publicamente as medidas de segurança sanitária e de isolamento. Incentivou a propagação da doença, a lotação dos hospitais, segurou o orçamento público que poderia ter sido rapidamente destinado a ações públicas voltadas ao enfrentamento à pandemia, recusou ofertas de vacinas quando estas surgiram, acusou e desrespeitou países importantes no cenário internacional e acabou deixando o Brasil isolado. Bolsonaro viu na pandemia uma oportunidade de implementar seu projeto genocida deliberadamente e sem impedimentos. Ele demonstrou incapacidade de gerência e mau-caratismo diante das mortes, do luto dos familiares, da miséria e da fome que também se intensificaram. Um projeto político da morte obteve êxito entre afirmações como “país de maricas”, “não sou coveiro, tá certo?”, “gripezinha”, “E daí?” e “histórico de atleta”, frases manifestadas pelo principal representante do Executivo ao se referir à reação das pessoas contra sua política, aos mortos e à pandemia. Essas manifestações públicas revelaram seu descompromisso social e a ausência de caráter diante de uma grave pandemia.

O romance aborda também os cúmplices dessa agenda política da morte. Eles foram fundamentais pela expansão e pela concretização dessa agenda genocida. A narrativa literária apreende e procura dar sentido ao que a história já demonstrou em diversos momentos, que um indivíduo sozinho não é capaz de impor um holocausto, uma ditadura, um genocídio. Ele precisa da força e do barulho de milhões de vozes que se identificam com as suas ideias. Um líder totalitário se sustenta por meio de um coro que consegue promover e expandir um projeto de sociedade arbitrário. Em *O último gozo do mundo* (2021), os nostálgicos são esse coro.

Chamados ironicamente de nostálgicos por quem não comungava da mesma loucura, sonhavam com o mundo que perderam, supostamente anterior à pandemia mas que na verdade só existia na cabeça deles, quando podiam conceber a peste como fantasia ou realidade distante e se entreter com séries distópicas representando a desgraça alheia. Não se identificavam com os mortais, é claro. Sempre viveram num mundo à parte, protegido, murado, antes mesmo de serem confinados pela doença, mas bastou se verem forçados ao confinamento para atirarem-se às ruas, sôfregas. Isso não queria dizer que tivessem se resignado à contradição. Ao contrário. Não suportavam a convivência com o que os contrariava, estavam cansados de quem os acusava de irresponsáveis. Nunca suportaram a culpa. Aos seguidores das orientações médicas, reservavam o desdém (quando não a violência), a provocação de sua presença sem máscara nas ruas e a alcunha de ingênuos pessimistas, sem notar mais uma vez a contradição em termos. Era na cegueira dos seus atos que se aninhava o verdadeiro niilismo. Era natural que preferissem se manter entre iguais, confirmação de sua autoimagem, e isso também em lugares públicos. Ao abandonar o confinamento para confraternizar na esquina, à volta de um copo de cerveja, soavam inadvertidamente o alarme para as autoridades sanitárias. Dentre os privilegiados que tinham a opção de ficar em casa, eram os primeiros a morrer. Andar em grupos mais ou menos coesos e impermeáveis não os imunizava contra o vírus. Os pobres que ainda trabalhavam e, sem escolha, eram obrigados a sair de casa diariamente e usar o transporte público, continuavam a encabeçar a lista de mortos, apesar dos dados oficiais subnotificados, a ocultar números e corpos. O aumento das mortes entre os nostálgicos, entretanto, indicava que o vírus estava de volta às chamadas elites econômicas e que novos confinamentos se faziam necessários para protegê-las de si mesmas (CARVALHO, 2021, pp. 29-30).

A cumplicidade dos nostálgicos acentuou a capacidade de mortalidade do vírus. Esses indivíduos pensam apenas nos “seus interesses estritamente pessoais e imediatos” (CARVALHO, 2021, p. 28). O negacionismo, característica importante de uma distopia ou antiutopia, é um dos elementos que tece o perfil psicológico desses personagens em *O último gozo do mundo* (2021).

Uma nova forma de negacionismo surgiu com o fim do isolamento. Os nostálgicos, que já não usavam máscaras, e dançavam e cantavam como provocação durante a quarentena, agora confirmavam, porque estavam vivos, que a pandemia nunca existira. Queriam a vida de volta, tinham sido enganados e roubados, e estavam decididos a tirar o atraso. Muitos tiveram de fechar seus negócios, perderam uma dinheirama. Continuaram a morrer como passarinhos quando novos focos da doença eclodiram entre eles. Uma vez doentes, contudo, eram imediatamente afastados por outros nostálgicos, seus corpos enfermos ocultados para não deixar vestígios até que as evidências ominosas se tornassem intoleráveis. Nesse sentido assumiam afinal o

caráter de uma organização criminosa que antes tentavam dissimular (CARVALHO, 2021, p. 31).

[...]

Enquanto para muitos a pandemia serviu para pôr as palavras e as coisas de volta no lugar, com a urgência e a precisão que elas supostamente pediam, os nostálgicos continuavam sonhando com um tempo de palavras inexatas e invertidas. A tendência ao deslocamento e à inversão entre as palavras e as coisas sempre existiu, e, antes mesmo de o vírus se disseminar pelo mundo, já havia atingido seu ponto de inflexão, como eles próprios costumavam dizer em relação ao sucesso ou fracasso de seus negócios. As coisas eram chamadas pelo oposto, por oportunismo, cinismo e hipocrisia. E a consequência era um mundo paralisado pela usurpação da verdade (CARVALHO, 2021, p. 32).

Em *O último gozo do mundo* (2021), os desafios pelos quais a personagem central passa revelam também aqueles impostos à uma sociedade que de repente se viu em meio à uma pandemia altamente mortal e contagiosa, dirigida por um governo sem qualquer compromisso com a função de administrador da coisa pública. O narrador em terceira pessoa fala que “A leitura do mundo tornou-se descontínua e episódica. O entendimento foi reduzido a capítulos, flashes e cenas que não chegavam a compor um todo” (CARVALHO, 2021, p. 13). A personagem principal vive essa descontinuidade na sua vida íntima, a sociedade como um todo também experiencia uma nova relação com o tempo e com o espaço descontínua e episódica. Noto, nesse aspecto, uma relação profunda entre a narrativa ficcional distópica e a nossa realidade do tempo presente, uma vez que é o mesmo contexto pandêmico internacional, a paralisia e o boicote do governo brasileiro e a ignorância de parte da população em geral que serviram de plano de fundo à construção desse romance.

A professora e agora mãe faz a viagem ao interior com o filho para ir até um homem que ficou com sequelas da pandemia e relatam que ele agora prevê o futuro. Numa passagem do romance em que um personagem professor e orientador de uma estudante de doutorado discutem, sabemos que esse homem é negro e que trabalhou para uma velha, “herdeira de uma família de escravos e fundadores desta cidade” (CARVALHO, 2021, p. 86). Na discussão entre orientador e orientanda, a personagem rebate alguns argumentos colocados anteriormente pelo professor sobre perspectivas de mundo divergentes. Esse fragmento da narrativa é interessante porque a reflexão da personagem é também um convite para que pensemos na nossa conduta, no nosso papel, nas estruturas que estão aí; em que medida essa realidade sócio-histórica é resultado de um sistema que não encontra muita oposição. A personagem afirma:

Este é um mundo mais burro? Talvez. Somos mais medíocres? É possível. Mas é o começo de um novo tempo e tudo o que você tem pra dizer faz parte do passado. Sim, é horrível. Sua lógica, suas ideias, sua razão que serviu de fachada pra que se perpetrassem tantos horrores. Tudo é passado. Posso imaginar a sua dor, mas imagine a dor de todos os que o passado excluiu e matou, esse passado ao qual você se agarra

pela sua reputação e pelas ideias que não serviram nem pra te acordar e te fazer enxergar a tempo a verdade do mundo onde achava que era feliz. Se no passado a sua reputação queria dizer alguma coisa para um punhado de cúmplices cegos, hoje não diz mais nada a ninguém. Você acha que a sua inteligência agora é perfumaria? Acha que a minha lógica e o meu exemplo não param em pé, que meus argumentos são ruins, que me entreguei à burrice das massas ignaras, mas veja a sua razão, a sua lógica e os seus argumentos, veja aonde tudo isso nos trouxe. Você acha que eu não tenho razão de abraçar a burrice? Você acha que eu não vejo a burrice? Você acha que não faz sentido? Acha que é oportunismo que eu não resisto ao presente? Por acomodação? Covardia? Então me diga de que adiantou a sua coragem e a sua independência intelectual. Sim, me diga. Você acha que esse mundo novo é consequência da burrice que, segundo você, o caracteriza? A sua lógica não funcionava por causa e consequência? Então raciocine. Este mundo é resultado do seu, das suas ideias, de tudo o que você não quer perder, de tudo o que você não fez. Este mundo é consequência de tudo o que você defende. Paradoxo? Pois é (CARVALHO, 2021, pp. 84-85).

Me parece que há aqui uma reflexão muito mais profunda em torno das estruturas e das forças que resultaram nessa sociedade tal como a testemunhamos hoje. E essa fala da personagem emerge da força da literatura em poder suscitar em nós a coragem e capacidade para buscarmos alternativas a esse mundo. Muitas vezes, aquilo que não queremos perder, que não queremos fazer ou que ignoramos, as ideias que defendemos foram ou são uma contribuição aos processos históricos e políticos que hoje se valem delas para implementar uma política de violência, silenciamento, exclusão e extermínio. A voz dessa personagem se apresenta então como uma possibilidade de mudança, de transformação. É um horizonte em meio ao tenebroso mundo que coloca em movimento o tempo histórico. É também um convite para que olhemos e encontremos ferramentas que joguem luz sobre esse movimento. A literatura pode ser essa via que projeta ideias mais humanizadoras e acolhedoras diante de projetos obscurantistas e de ideais ignorantes.

Ao longo desses quatro capítulos, procurei não apagar a complexidade da discussão em torno da nossa conjuntura. Iniciei um percurso que revela a fragmentação do sistema político e da própria democracia no Brasil na última década. Abordei a violência de uma agenda política antidemocrática, reacionária e fundamentalista que tem se estabelecido. Apresentei a relação desse movimento com o modelo econômico imposto, que resulta em exclusão, desigualdade e, consequentemente, violência. Adentrei em vários aspectos da ascensão nos últimos anos dessas forças políticas e econômicas. E os desafios que ficam a todas e todos nós em criar alternativas a esse modelo que coloca lado a lado democracia liberal e neoliberalismo, onde, mais cedo ou mais tarde, um se sobrepõe ao outro.

Uma das minhas provocações aqui é demonstrar que essa sobreposição deve ocorrer por parte da democracia, através de uma total ruptura com o modelo neoliberal, uma vez que não podemos abrir mão de valores sociopolíticos coletivos nem de direitos como igualdade e

dignidade da pessoa humana. Percorri, então, alguns dos possíveis desdobramentos dessa violência sistêmica que resulta no que podemos nomear como violência subjetiva, violência no âmbito privado ou violência contra as minorias. Uma terminologia não parece se sobrepor nem excluir a outra. E falei agora da produção mais recente, essa literatura produzida na pandemia. Colocado esse caminho, proponho como desafio para o último capítulo pensar algumas alternativas e possíveis saídas face ao cenário distópico que vivemos atualmente, embora eu não tenha a pretensão de terminar esta pesquisa com um projeto de sociedade ideal nem de apontar quais são as ações concretas que podemos tomar nos diversos espaços de atuação e de mobilização. Nessa resposta, espero que cheguemos juntos. O que passo a discutir a seguir é apenas uma pulsão de esperança e desejo de transformação. É vontade, e por isso precisa ser compartilhada.

CAPÍTULO 5. TEMPORALIDADE E ESPAÇO NA NARRATIVA LITERÁRIA: A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS COMO FORMA DE SE REAPROXIMAR DE UMA EXPERIÊNCIA MAIS HUMANA E DEMOCRÁTICA

5.1 O Que Podemos Fazer Com A Literatura?

Neste capítulo, tomo como referencial um romance e um poema: *A ocupação*, de Julián Fuks (2019), e *Um poema*, de Micheline Verunschik (2018). Diante da conjuntura sociopolítica e econômica distópica, dos velhos e novos mecanismos de reprodução de desigualdades, do autoritarismo e da violência, da ascensão de forças fascistas no debate público, precisamos pensar novos caminhos para nos colocarmos diante desse cenário. Essas duas produções literárias nos levam a muitas leituras e a algumas possibilidades de organização social e coletiva face a um quadro distópico. Nesse sentido, me detenho sobre três movimentos possíveis presentes no romance e no poema. O primeiro deles parte dessa ideia de ocupar, marcado já no título do romance, como uma forma de se organizar nos diferentes espaços de disputa, desde os discursivos e simbólicos, até os espaços sociais, políticos, econômicos e culturais. De alguma maneira, ocupar se traduz como uma forma de ressignificar alguns dos limites do que pode ou não ser considerado no debate público e, conseqüentemente, restringir e condenar alguns posicionamentos, opiniões e posturas, ampliar e se abrir para outros mais humanitários. Esse movimento se aproxima de pensar sempre o que é razoável ou não introduzir nas esferas pública e privada das relações humanas. A violência e as desigualdades não parecem ser razoáveis, tampouco os ideais das forças autoritárias, reacionárias e fundamentalistas. Logo, diante de realidades bárbaras e perversas, ocupar parece ser um movimento legítimo.

A construção de laços, relações e afetos biopolíticos nos leva ao segundo movimento de que falo, presente especialmente no romance. Orientado pelo trabalho *Vida capital: ensaios de biopolítica*, de Peter Pál Pelbart (2011), a biopolítica é compreendida num caminho duplo: de um lado, a política da morte, da opressão e do silenciamento, do outro, as redes formadas pelas coletividades como saída e como possibilidade de nos aproximarmos outra vez de ideais mais democráticos, igualitários e justos. O terceiro e último movimento que discuto está na força da linguagem em si – da literatura, da poesia, da música, das artes em geral – de se colocar diante de realidades sociais e políticas distópicas como a brasileira. Embora presente no romance e no poema, neste ponto, me concentro no poema de Micheline Verunschik (2018). Dou ênfase à literatura como ferramenta que não visa impor um discurso, um modo de vida nem um padrão de organização social e coletivo. Por isso mesmo, não tem a força jurídica ou política de um

decreto, de uma lei ou de uma norma. A literatura propõe direta ou indiretamente possibilidades de reconfiguração da realidade, ela se abre para a complexidade das relações humanas e não assume qualquer pretensão resolutiva nem posição referencial para um modelo específico de sociedade. Essa pretensão é criada, na maioria das vezes, por meio de parâmetros hegemônicos, dominantes e limitados. A literatura não tem uma resposta pronta e imediata para os problemas da nossa sociedade. Mas ela nos aponta e nos coloca em confronto com essa realidade a partir de uma perspectiva que não se limita, que não retira de cada ser humano seu compromisso com a vida coletiva. Na literatura, a nossa responsabilidade não é transferida para o Estado, para a norma, para o outro. Ao contrário, somos convidados a nos posicionarmos, nossos olhos saem dos limites das paredes de nossas casas e podem percorrer o mundo. É essa força da linguagem que procuro destacar a partir do poema, isso que estou chamando de movimento narrativo-social.

5.2 Ocupar: Na Ficção E Na Organização Coletiva, Um Verbo Imprescindível

Em *A ocupação* (2019), a narrativa se inicia com Sebastián, o narrador, caminhando pelas ruas da cidade, um espaço em ruína, um local precário que expõe a deterioração das relações humanas, entre outras coisas. Num instante, ele encontra um homem, “um corpo soterrado em seus próprios escombros” (FUKS, 2019, p. 9), alguém também em ruína. Um personagem que, dada todas as dores e destroços por ele vividos, pedia uma cachaça. Em seguida, o narrador se depara com uma criança que, com sede, lhe pede para comprar um suco. “Era um menino novo demais para ser uma ruína de menino, para ser sua própria ruína” (FUKS, 2019, p.10). O olhar dessa criança e o seu mundo não eram acessíveis aos olhos de Sebastián, foi isso que ele concluiu desde o início.

O dilema era ínfimo, isso eu sabia, era a perversidade da nossa cidade manifesta em insignificância, a sordidez replicada mundo afora todos os dias, numa infinidade de esquinas. Ainda assim me vi rendido à paralisia. Na penumbra o olhar dela me era inacessível, e por um instante senti, embora nada tenha dito, que a palavra que eu dissesse seria a minha ruína (FUKS, 2019, p. 10).

Esse olhar inacessível é justamente o da criança. A narrativa, já no primeiro capítulo, nos convida a questionar as possibilidades e limitações de se tentar ver a partir dos olhos do outro, mediante a experiência de um terceiro. É uma reflexão em torno das possibilidades e das limitações que esse narrador terá a partir de então ao percorrer um mundo – ou mundos – que de certa forma não lhe pertence. Poderíamos falar aqui num problema de representação. Pois, como representar o mundo dessa criança e de seus semelhantes, suas inquietações, suas

vivências numa cidade que se constitui a partir de inúmeros paradoxos? Esse narrador se mostra consciente desde o início na medida em que ele demonstra que se propõe a relatar um mundo que não diz respeito ao seu campo de experiências. Ele vai adentrar algo que é novo, o que pode significar a ruína da sua própria palavra, como ele parece indicar.

Sebastián vai a um hospital visitar seu pai que está internado e a impressão que ele tinha desse homem acamado era a de alguém que começou a ocupar um espaço maior no mundo. “Passei a noite sozinho no hospital, embora sozinho não seja a palavra exata. Alguém já definiu a solidão como uma ausência benquista de olhares, mas não naquela noite” (FUKS, 2019, p. 12). Ali, diante de seu pai, sua sensação era outra, uma expectativa de que esse sentimento de solidão o levasse para um vazio total do espaço maior que o seu pai agora ocupava, “no mundo, no quarto, em mim” (FUKS, 2019, p. 13). Na manhã seguinte, o narrador já procurava com um papel na mão o endereço do Hotel Cambridge. Um prédio abandonado, agora ocupado não mais por hóspedes. “Em pouco mais de vinte passos o mistério se desfez, cancelado pela solidez do prédio alto, por suas colunas de concreto” (FUKS, 2019, p. 13). O hotel já não existia, mas as vidas que o ocupavam pulsavam lá dentro e alimentavam suas histórias e a história do próprio Hotel Cambridge.

Não existia mais nenhum hotel, e no entanto ali resistia seu saguão imponente, suas paredes cobertas de cal, despidas de todo adereço, seu teto inatingível sobre a minha cabeça. Não existia mais nenhum hotel, e no entanto suas escadas se erguiam degrau a degrau, pedras polidas pela fricção incessante dos dias. Não existia mais nenhum hotel, e no entanto suas portas escondiam uma infinidade de corpos tão firmes quanto o meu, suas portas filtravam vozes quase inaudíveis, vozes que me alcançavam em plena marcha, vozes que me mantinham em movimento (FUKS, 2019, p. 14).

Esse movimento do narrador de olhar para fora de si e perceber o outro, com sua própria história e memória, reconhecer os interesses, as lutas e resistências desse outro, e, posteriormente, voltar-se para si é o primeiro passo que ele toma no sentido de não desumanizar aquelas vidas ali tão contrastantes diante dele. Ele olha para o outro como alguém distinto dele em sua alteridade, pessoas que por outras razões tiveram percursos diferentes daquele de Sebastián, que tinha acabado de passar a noite no hospital com o pai. Feita essa distinção e ressalva, ele pode retornar a si e reconhecer o outro como igual, como ser humano, como cidadão, como “corpos tão firmes quanto o meu” (FUKS, 2019, p. 14). E pouco a pouco o narrador legitima sua própria narrativa e perspectiva. Ele consegue se colocar numa posição semelhante à do outro, ainda que por alguns instantes, para contar essa história que não é comumente tornada acessível. Essa postura do narrador é um aspecto que revela toda a riqueza estética do texto e o compromisso ético de que falei, uma vez que já conhecemos a história de

Sebastián, ele pode, agora, nos contar essa outra história, que não está nos livros, que não é registrada pela história e que durante um longo período não interessava às produções artísticas. Narrativas que por muito tempo não existiram nos espaços oficiais e de legitimação do discurso. O narrador se propõe a colocar esse outro no espaço que também é dele, mas do qual jamais participou, pois sempre lhe foi negado.

A crítica literária Regina Dalcastagnè destaca, já na introdução do livro *Ver e imaginar o outro* (2008), de que forma a violência exercida sobre o outro no âmbito da representação também modifica a minha relação com esse indivíduo, que naturalmente se distingue de mim, e a maneira como eu me volto para ele. Isso quer dizer que tanto a nossa percepção do outro como nossas atitudes daí decorrentes são orientadas por esses parâmetros pré-estabelecidos, parâmetros estes, muitas vezes, preconceituosos e excludentes. Regina Dalcastagnè diz que “a violência, física ou simbólica, costuma intermediar nossa relação com o outro, destituindo-lhe a humanidade e afastando-o sempre mais de nossa existência” (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 9). A violência coloca duas partes numa relação desigual. De um lado, alguém que domina e controla a relação, através de recursos sociais, militares, políticos, econômicos, culturais, religiosos ou, ainda, sexuais. Do outro lado, alguém que é colocado numa posição de subalternidade, inferiorizada a partir da própria estrutura de dominação previamente estabelecida. Num dos artigos de *Ver e imaginar o outro* (2008), a pesquisadora Tânia Pellegrini argumenta que a violência, sendo um elemento constitutivo da própria cultura e formação brasileira, é algo projetado comumente na experiência literária e artística do país.

Nesse sentido, a história brasileira, transposta em temas literários, comporta uma violência de múltiplos matizes, tons e semitons, que pode ser encontrada desde as origens, tanto em prosa quanto em poesia: a conquista, a ocupação, a colonização, o aniquilamento dos índios, a escravidão, as lutas pela independência, a formação das cidades e dos latifúndios, os processos de industrialização, o imperialismo, as ditaduras... (PELLEGRINI, in DALCASTAGNÈ, 2008, p. 42).

A partir desse diagnóstico, Tânia Pellegrini discute aspectos da representação dessas manifestações de violência na literatura, alguns problemas e deslocamentos possíveis. Ela destaca que a literatura urbana atribuiu novas possibilidades à representação da violência. Aqui, mais do que discutir esse processo histórico e literário da representação e sua resignificação na literatura brasileira contemporânea, me interessa ressaltar que a violência é um aspecto ligado à realidade sociopolítica e histórica brasileira e que a representação em si pode nos oferecer diversas possibilidades de apreensão e compreensão das diferentes manifestações de violência na contemporaneidade. Esse movimento se dá na literatura que não procura representar todas as implicações e possibilidades da violência, intenção que poderia esvaziá-la

de sentido e atribuí-la um tom artificial. Diferentemente daquelas produções que criam condições para se reforçar um discurso em torno do folclore e do exotismo da cultura brasileira, o que necessariamente enfatiza preconceitos e desigualdades, textos como *A ocupação* (2019) se colocam como narrativas que conseguem captar na complexidade da nossa realidade elementos que resultam numa produção estética que se abre para inúmeras discussões. Romances como este não buscam refletir a realidade de forma imediata, evitando, assim, reduzi-la ou restringir as próprias possibilidades da literatura.

O que procuro colocar em evidência é justamente essa literatura que se apresenta como uma ferramenta que desestabiliza e desconstrói esses padrões hegemônicos de dominação. *A ocupação* (2019), por exemplo, faz esse movimento na medida em que se abre para o outro. É uma literatura comprometida com o exercício de igualdade e de alteridade. Igualdade, uma vez que esse outro é reconhecido como humano, com a mesma condição que a minha, e sujeito dos mesmos direitos que os meus. Alteridade, pois ele é único uma vez que sua história e suas vivências se constituem a partir de elementos e desdobramentos próprios da sua identidade e do seu lugar no mundo. Assim, esse romance consegue captar aquelas vozes e corpos da ocupação e se abre para diversas possibilidades de leituras ao representar personagens com distintas histórias e experiências que as levaram até ali. A ocupação é, sim, resultado de um processo de violência sistêmica e de exclusão social e econômica, mas a narrativa não procura reproduzir essa violência meramente. Ela percorre as relações coletivas e as narrativas individuais de cada personagem e se une a eles num espaço de luta coletiva, expandindo essa luta para outros meios na medida em que a transporta para outros campos discursivos como o da própria literatura.

Na narrativa, Najati, exilado em São Paulo, vindo da Síria, é o personagem que recebe Sebastián no Hotel Cambridge com a proposta de contar ao narrador uma história. Najati era um entre tantos refugiados sírios expulsos pela guerra. O personagem conta como chegou até ali. A última vez que viu a esposa. O período em que ficou preso com criminosos comuns e prisioneiros políticos. A travessia do mar num bote pequeno. E com esse movimento de olhar para fora e retornar a si, Sebastián ia compondo sua narrativa.

Ali, já incapaz de calar os pensamentos, não sei se cheguei a pensar enfim que todo homem é a ruína de um homem. Sei que o vi através da névoa seca dos meus olhos, vi pela primeira vez, e pensei pela primeira vez que aquele não era um homem, que aquilo não era um homem, era só as suas ruínas (FUKS, 2019, p. 17).

Era diante das ruínas do sírio refugiado que o narrador estava agora. De alguma forma, Sebastián buscava ali, nos vestígios e nos fragmentos em meio a essas ruínas, o rosto e as

vivências de Najati. Aquilo que ainda era possível encontrar naquele ocupante em meio a uma trajetória de tanta violência sofrida e de histórias interrompidas.

Quando voltava ao hospital para passar à noite com o pai, o narrador, dividido entre aquela história que tinha se proposto a contar e o mundo que o cercava, percorria no celular as notícias que anunciavam a ascensão do autoritarismo no país, o retorno ao passado autoritário, como ele descreve.

A maior parte do tempo passava enturvado pela luz do celular, perdido em notícias incontáveis sobre a mais recente convulsão nacional, dramática e efêmera como as demais – a compor e a ocultar o quadro maior, o retorno paulatino do país ao seu passado autoritário (FUKS, 2019, p. 20).

Ele lembrava, ali do quarto do hospital, a ruína não só daquelas pessoas com quem havia cruzado, como Najati, mas a ruína do próprio país, e o muro que de alguma forma se estabelecia entre ele e o seu pai na cama ao lado. “Naqueles primeiros dias, seu corpo inerte na cama era tudo a que eu podia me aferrar, o corpo sólido na cama era o que eu ainda podia chamar de pai” (FUKS, 2019, p. 21). Sebastián relembra aspectos da história do pai já contados em outra narrativa. Essa outra narrativa literária se refere ao romance *A resistência* (2015), do mesmo autor. Foi militante durante os anos da ditadura militar e se tornou clandestino nesse período. Da luta e da resistência política passou a ser um homem pacato, como define o próprio narrador, que teve filhos e veio se exilar no Brasil. E, então, Sebastián pensava agora na sua própria clandestinidade, estar ali entre os ocupantes de um hotel esquecido. Ele se sentia também militante de certa forma. E já pensava no outro convite de Najati para retornar à ocupação. “As vozes que dias antes eu ouvira atrás das portas ganhavam agora rostos visíveis, contornos tangíveis, gestos contundentes. O burburinho que criavam, senti por um momento, parecia cercar e acolher o meu silêncio” (FUKS, 2019, p. 24).

O grupo se reúne no prédio e, enquanto se discute problemas em relação à água e à poeira, uma voz soa nos corredores dizendo que aquela reunião era para discutir um tema mais grave. “A conjuntura é de retrocesso, de repressão, de perda de direitos. Não dá para se fechar aqui dentro e ficar debatendo, só na delicadeza, esses detalhes de estética” (FUKS, 2019, p.24). Enquanto o narrador tudo observava, a ponderação dessa personagem revela a organização e a luta permanente dos ocupantes do Hotel Cambridge, algo que é constante, mas que tem de ser reforçado devido à conjuntura de retrocessos e de arbitrariedade que se instalou no país. A colocação dessa personagem revela igualmente a consciência do próprio narrador, alguém que se propôs a estar ali para representar e reunir todas aquelas narrativas em uma única que ele mesmo construía, sem que tornasse essa narrativa uma preocupação de dimensão meramente

estética, ignorando a realidade imposta. A conjuntura autoritária e distópica exigia mais luta e organização coletiva de todos. Inclusive da arte. O engajamento e o compromisso ético-social deve ser uma preocupação equivalente àquela do trabalho estético. E o narrador percebe essa necessidade coletiva e, por meio da ferramenta discursiva da qual dispõe, ou seja, a literatura, ele sabe que a sua responsabilidade de reunir e interpretar todas aquelas narrativas passa por um compromisso estético e ético.

No romance, quem tinha chamado a atenção de todos para isso era Carmen. “Aquela figura maciça tinha uma autoridade que raras vezes testemunhei, uma autoridade que nunca ouvi em meu pai, uma autoridade que eu jamais alcançaria em minha afeição pela hesitação e pela incerteza” (FUKS, 2019, pp. 24-25). Carmen relembra a todos ali reunidos outros momentos nos quais precisaram lutar e resistir à violência institucional como forma de garantir a própria sobrevivência do grupo. As tentativas de despejos. A violência das fardas e dos cassetetes das forças policiais enviadas pelo próprio Estado. As noites em que precisaram dormir debaixo de viadutos, espremidos. De alguma forma, o que Carmen queria dizer era que a vida de todas aquelas pessoas tinha sido e continuava sendo construída por meio da luta, da resistência e da união entre todas elas. E, então, a personagem afirma que já tem mandado de prisão contra ela e pedido de reintegração de posse do Cambridge a serem usados num momento oportuno qualquer por algum representante do Estado. “Mas agora a gente não é mais mandado, a gente não atende a pedido, a gente não vai ao chão sem luta, sem resistência” (FUKS, 2019, p. 25). Então, ela revela que era esse o motivo da reunião ali. Reunidos, militantes e refugiados para lutarem.

Refugiados em país próprio ou estrangeiro, porque é isso o que a gente é, não importa a terra onde a gente esteja. Eles nos querem vagabundos, nos querem bandidos, maltrapilhos, indigentes. Querem que nos falte tudo, país, terra, casa para viver, chão para morrer. Esse é o erro deles: não sabem que somos todos refugiados, não sabem com que força os refugiados se fincam na pedra, como chega fundo a raiz do desterro. Então, podem ir se preparando, porque vai ter flor nascendo no concreto, e essa flor é vermelha (FUKS, 2019, p. 25).

A força dessa personagem é um convite a todas e todos nós. Um aceno para recusar a conveniência e o consentimento diante de uma realidade autoritária e violenta. Uma convocação para que não fiquemos em silêncio nem nos deixemos ser consumidos por essa força distópica que se expande rapidamente. É também um convite da literatura a outras formas e espaços de manifestação discursivas, ideológicas, políticas e culturais para se organizarem e se colocarem contra qualquer preconceito, exclusão ou indício de fascismo. Para se voltarem e apontarem o silêncio dos coniventes e as vozes silenciadas dos oprimidos e marginalizados. Para trazerem

para junto de nós as pessoas e os grupos cotidianamente lançados aos dejetos do país, transformados em ruínas. E com essa força coletiva vamos nos reerguendo sobre essas ruínas sem que ninguém fique sob elas. Lutamos e resistimos para transformar em ruínas o autoritarismo e o fundamentalismo, para apagar e silenciar as forças que se valem da violência que anulam as minorias, que utilizam seus recursos para descartar os indesejáveis. A voz de Carmen soa como esse convite, como essa possibilidade de resistência da coletividade.

Isso me leva, então, a pensar a ideia de afetos biopolíticos, a partir do filósofo Peter Pál Pelbart (2018), como um elemento que constrói a relação desses moradores da ocupação entre eles e o mundo. Em algum grau, essas personagens resgatam sua humanidade na medida em que estabelecem essas relações afetivas e políticas. Pelbart parte dos estudos relacionados aos afetos sociais desenvolvidos pelo italiano Maurizio Lazzarato que, por sua vez, tem um trabalho orientado pela produção do sociólogo e filósofo do final do século XIX Gabriel Tarde, pensador que desenvolveu conceitos como economia afetiva ou economia psicológica, justamente no século positivista.

Para Tarde, tudo se passa por imitação e invenção, todos imitam e inventam, imitam e impõem variações ao que imitam, e a vida social inteira poderia ser reconstruída à luz dessas duas constantes. Daí segue-se que todos e qualquer um inventam, na densidade social da cidade, no trabalho, na conversa, nos costumes, no lazer – todos inventam, mas inventam o quê? Novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potência do homem comum (PELBART, 2018, p. 112).

As formas de cooperação desenvolvidas entre as personagens de *A ocupação* (2019) demonstram esse desejo que dá forma à vida social e à subjetividade de todas elas. Esse movimento de imitar e manifestar uma pequena variação é, então, responsável por ressignificar e criar novas relações, associações, cooperações e agrupamentos. À medida em que apreendem o que já está em execução e expandem as fronteiras dos sentidos e possibilidades dessas relações sociais, políticas e afetivas, cada indivíduo pode se tornar agente autônomo diante dos demais. Consequentemente, a própria subjetividade é ressignificada e reconstituída. Uma potência de vida do coletivo é colocada em movimento.

À luz dessa economia afetiva, inaugurada por Tarde, a subjetividade aparece como uma força viva, até mesmo uma potência política. Pois as forças vivas presentes na rede social, com sua inventividade intrínseca, criam valores próprios, e manifestam sua potência própria. A essa potência de vida do coletivo alguns chamam de biopotência. É um misto de inteligência coletiva, afetação recíproca, produção de biopotência (PELBART, 2018, p. 112).

Os conceitos de desejo e simpatia, por exemplo, são importantes na formação disso que também chamarei de biopotência. O desejo se dá por meio da pulsão de forças que, por sua vez, se constituem mediante “relações de comando e obediência, ou de cooperação” (PELBART, 2018, p. 112). A simpatia, por outro lado, é entendida “como uma potência constitutiva, um princípio cooperativo, uma relação social fundamental” (PELBART, 2018, p. 113). É a partir dessa aproximação entre simpatia e cooperação que a diferença se coloca no mundo como agente determinante das relações sociais. E a diferença é em tudo oposta aos parâmetros de homogeneização que, muitas vezes, sistemas políticos e econômicos e outras forças dominantes tentam impor. Essa homogeneização é colocada em prática tanto em *1984*, de George Orwell (2019), como em *A nova ordem*, de B. Kucinski (2019). As personagens da ocupação do Hotel Cambridge, por outro lado, são formadas por essas redes de cooperação e da diferença, tanto como forma de estabelecer uma autonomia face à violência sistêmica imposta, quanto como parâmetro para a constituição das subjetividades delas.

A invenção de novas formas de luta e cooperação é o que atribui às personagens de *A ocupação* (2019) essa biopotência. “É que no pensamento de Tarde, inventar é uma grande alegria. A alegria da invenção tem a ver com as novas formas de cooperação que ela enseja. Tarde chega a falar de uma alegria “social”” (PELBART, 2018, p. 113). Outra noção importante na qual Peter Pál Pelbart se detém é a de multidão. Essa ideia tem a ver com se voltar para o comum, para as relações coletivas fundamentais, presentes nas bases das estruturas e hierarquias sociais. Pelbart demonstra de que maneira a expressão multidão se diferencia, por exemplo, de povo.

Tradicionalmente um termo pejorativo, designava um mundo pré-social que era preciso transformar numa comunidade política. A teoria política distingue multidão e povo, sendo o povo um corpo público animado por uma vontade única, e a multidão um simples agregado, que o governante enfrenta, e que cabe a ele domar, dominar. Diferentemente de Hobbes ou Rousseau, na sua caracterização negativa da multidão, Espinosa enxergava a democracia como a acentuação máxima da atividade criadora da multidão. Ora, a multidão, e nas condições contemporâneas isso é ainda mais visível, como o diz Virno, é plural, centrífuga, ela foge da unidade política, não assina pactos com o soberano, não delega a ele direitos, resiste à obediência. O povo, ao contrário, converge numa vontade geral, se reflete no soberano ou no Estado (PELBART, 2018, p. 115).

Essa ideia de multidão se constitui a partir de um conjunto de redes políticas e afetivas estabelecidas entre os diferentes grupos sociais. Redes que se formam para a construção e reivindicação do comum por meio do engajamento e da luta coletiva. O filósofo Peter Pál Pelbart tece, ainda, um pensamento que visa atribuir à alegria uma dimensão política. Por um lado, os afetos biopolíticos nos levam em direção à reorganização social, pensada a partir de

uma estrutura de interesses coletivos. Uma vez que há essa reestruturação coletiva, tanto a coletividade quanto a subjetividade de cada indivíduo podem conquistar a autonomia e o reconhecimento humano. Por outro lado, a alegria privada e a alegria política, numa ação conjunta, desempenham um exercício de autonomia, liberdade e cooperação nas bases dos grupos sociais. Talvez, diante do cenário de ascensão de forças antidemocráticas e com viés fascista que têm se enraizado no debate público, alternativas que passem pela construção desses laços e afetos biopolíticos e a compreensão da alegria como uma dimensão política poderão resultar em novos cenários sociopolíticos, históricos e econômicos mais independentes, autônomos, igualitários e democráticos. O que torcemos para que ocorra num tempo não muito distante.

Essas redes de cooperação e de afetos biopolíticos são fundamentais para pensarmos a própria noção de alteridade em *A ocupação* (2019) e na contemporaneidade. Nesse sentido, analiso de que forma essa ideia de alteridade pode ser desenvolvida a partir da relação entre as personagens no romance e como esse mesmo conceito pode ser aplicado à nossa realidade como uma maneira de engajamento sociopolítico. Peter Pál Pelbart orienta essa discussão por meio das concepções de ideologia e de civilização presentes em *O choque de civilizações*, de Samuel Huntington (1997).

O embate entre as civilizações nada tem que ver com conflito entre ideologias, como no século passado quando o mundo era dividido em dois blocos, nem com o choque de interesses econômicos, como se pensava há alguns anos ao se fazer referência a Norte e Sul, Primeiro e Terceiro Mundo etc. Choque de civilizações significa embate entre culturas distintas, cada uma com seus valores, instituições, religião, traços étnicos etc. A civilização ocidental é apenas uma, nem sequer majoritária, entre as várias outras existentes no mundo, embora ela se considere universal e pretenda impor-se a todas as outras. Além dela temos a civilização sínica (chinesa), a budista (japonesa), a hindu, a africana, a islâmica, a ortodoxa (russos e eslavos), e a sul-americana, espécie de subproduto da ocidental (PELBART, 2018, pp. 117-118).

Aqui, busco ir um pouco além do que pensou Huntington em sua obra. Certamente, me volto para esses aspectos a partir de outra perspectiva, pois existe uma complexa cadeia de dominantes e dominados que complexifica muito mais essa suposta ideia de multicivilização. O problema principal talvez esteja nas sucessivas tentativas de sobreposição da cultura ocidental sobre as demais, processo que sempre decorre por meio de diversos mecanismos de apagamento e de anulação do outro. O outro não é reconhecido como humano. Ele é exótico, selvagem, irracional. Precisa ser domesticado, precisa aprender os valores democráticos e civilizacionais ocidentais. Sempre foi e é assim ainda hoje que o Ocidente se apresenta como cultura dominante, um domínio exercido a partir de práticas de violência e de controle em todos os âmbitos das relações coletivas e individuais. Já apontei que o neoliberalismo procura, no

século XXI, ter o monopólio dessas formas de dominação mundo afora. Minha ênfase aqui fica em torno da ideia constitutiva de uma cultura. Ao contrário do que pode parecer, não é uma composição homogênea. Ela se reformula continuamente a partir dos movimentos sociopolíticos e históricos de cada sociedade.

As culturas são transformadas pelas novas formas de comunicação, agendas políticas e econômicas, novos e velhos mecanismos de manifestação da violência e dominação. Todos esses são aspectos a serem ponderados na formação cultural de uma coletividade. “Qualquer fronteira enunciativa é também uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, dissidentes, de mulheres, colonizados, grupos minoritários, portadores de sexualidades policiadas” (PELBART, 2018, p. 118). O filósofo Pelbart defende que o sujeito se forma justamente nessas fronteiras, nos entrelugares e nas zonas de incertezas. Continuamente, os deslocamentos são responsáveis pelo surgimento de novos sentidos no mundo. E, conseqüentemente, estabelece novos e ressignifica velhos referenciais da constituição da alteridade de cada indivíduo. E, ainda, o movimento histórico e geopolítico dos últimos anos permitiu um processo de desterritorialização dos indivíduos que também contribuiu para essas reconfigurações do eu e do outro.

A desterritorialização brutal dos últimos anos faz com que as pessoas inventem, também através do cinema e das imagens, novas terras, novas nações, novos povos ali onde eles ainda nem sequer existem. Essas novas terras não são geográficas, são territórios sensíveis, afetivos, espaços de solidariedade, de novos mapas de pertencimento e de afiliação translocais (PELBART, 2018, pp. 118-119).

O que as personagens de *A ocupação* (2019) estabelecem senão essa relação coletiva e a criação desses laços afetivos e espaços de solidariedade? É exatamente esse aspecto que dá corpo à luta coletiva desses moradores sem teto. Nesse sentido, o que Pelbart afirma que o cinema desempenha como papel social, a literatura também o faz. A produção literária se desloca para esses espaços dissimétricos, híbridos, fronteirços e itinerantes de constituição das comunidades coletivas, mas igualmente da subjetividade de cada sujeito. Essa produção se volta para os conflitos e tensões estabelecidos no mundo contemporâneo globalizado e de capitalismo internacional. Os processos históricos, sociais e políticos decorrem dessa estrutura e dessa conjuntura. É preciso, por outro lado, olhar o lugar da identidade e da alteridade nessa sociedade – do mesmo e do outro –. O outro se torna comumente o inimigo, uma ameaça. Já falei um pouco desse outro desenhado como algo descartável, é o negro, o imigrante, o Oriente em relação ao Ocidente, o indígena. No caso do Brasil, podemos ampliar para o campo do outro a esquerda, as universidades – professores e estudantes –, ambientalistas, jornalistas, sem-teto,

entre outros. Num cenário em que a alteridade é demonizada é necessário buscar novas formas de integração social, de luta e resistência. Peter Pál Pelbart demonstra de que forma o Ocidente e seus mecanismos de dominação atuam sobre as diversas culturas e sociedades.

Poderíamos ampliar essa constatação histórica, e notar a que ponto a pretensa universalidade ocidental, imposta pela força, obedece a um padrão muito pouco universal, o do homem-macho-branco-racional. Não é à toa que mulheres, índios, negros, loucos, homossexuais e tantas outras “minorias” e “derivas” custa(ra)m tanto para serem reconhecidos como sujeitos de direito. Um certo universalismo humanista pode facilmente camuflar a dominação de um padrão dito majoritário que lhe serve de sustentação, com suas regras implícitas do que deve ser considerado humano, racional, sensato, do que é um diálogo ou uma comunicação intersubjetiva válida, em detrimento de toda uma agonística das diferenças, das singularidades, das estranhezas (PELBART, 2018, p. 123).

Percorro, então, essa ideia de uma identidade Ocidental dominante que se sobrepõe às demais culturas e identidades para pensar de que forma ela aparece em *A ocupação* (2019) e como as relações interpessoais entre as personagens do prédio ocupado conseguem criar redes sólidas de sobrevivência e autonomia dentro das possibilidades que aquele contexto oferece. Essas personagens necessariamente advêm de processos de desterritorialização que resultam em novas redes e espaços de solidariedade.

A desterritorialização brutal dos últimos anos faz com que as pessoas não só recorram a fundamentalismos reterritorializados, mas também inventem, por meios os mais diversos, inclusive através do cinema e das imagens, mas por que não através da Internet, da música, da dança, dos protestos políticos (como quando se diz “povo de Seattle”), novas formas de associação e aglutinação, novas “terras”, novas “nações”, novos “povos” ali onde eles ainda nem sequer existem. Não se trata de “terras” geográficas, mas de territórios sensíveis e afetivos [...] (PELBART, 2018, p. 125).

Esses territórios sensíveis e afetivos são também o que o autor chamou de espaços de solidariedade, mapas de pertencimento e afiliação translocais. Na narrativa de Julián Fuks (2019), há exatamente um processo de reconstrução das aproximações entre esses indivíduos. São proximidades que se distinguem daquelas tradicionais – família, etnia, nação, religião, cultura – e colocam em contato um conjunto de personagens marginalizadas pelas estruturas excludentes de dominação social e econômica. Essas proximidades permitem, conseqüentemente, a ressignificação das vidas e das subjetividades de todas as personagens do romance. Pelbart fala em novos parâmetros que expressem o desejo de comunidade. Aqui, talvez seja necessário pensar na complexidade das próprias noções de alteridade e biopolítica.

A multidão, concebida como um corpo biopolítico coletivo, nos seus poderes de constituir para si comunidades múltiplas, desenha assim novas possibilidades de relação com a alteridade. Para dizê-lo em termos mais filosóficos: não mais pensar segundo a dialética do Mesmo e do Outro, da Identidade e da Diferença, mas resgatar a lógica da Multiplicidade. Arrisquemos o exemplo poético: Fernando Pessoa reivindicava o direito de experimentar todos os Outros que o habitavam ou rodeavam,

e a essa experiência de metamorfose múltipla deu ele o nome de outramento. O outramento não é dicotômico ou binário, mas plural, mutante, antropofágico. Não se refere ao meu direito de ser diferente do Outro ou o direito do Outro de ser diferente de mim, preservando em todo caso entre nós uma oposição, nem mesmo se trata de uma relação de apaziguada coexistência entre nós, em que cada um está preso à sua identidade feito um cachorro ao poste. Trata-se do direito de diferir de si mesmo, de se descolar de si, desprender-se da identidade própria e construir sua deriva ao acaso dos encontros e das hibridações que a multidão nos propicia. É uma lógica inteiramente distinta daquela que a subjetividade moderna nos propõe, na sua dialética (nacional ou colonial) que essencializa o Outro para, negando-o, constituir-se a si. É uma outra subjetividade, pós-colonial, pós-nacional, pós-humanista, pós-identitária. Subjetividade multitudinária, processual, aberta à sua dimensão de alteridade e itinerância própria (PELBART, 2018, p. 126).

No romance de Julián Fuks (2019), as personagens que ocupam o prédio abandonado recusam o assujeitamento ao qual são submetidas pela violência institucional na medida em que constroem essas redes de cooperação e subjetividades que não se sujeitam, mas se reconfiguram dentro das condições das quais participam. As relações que Najati, Carmen e outros ocupantes do antigo hotel estabelecem se traduzem como uma biopotência emergente. Um conjunto de vozes, vivências e perspectivas de mundo se reúnem naquele espaço para atribuir novos sentidos ao coletivo e ao individual. Isso se dá por meio de um processo biopolítico, que pode ocorrer nas diferentes esferas e grupos da sociedade. Por isso, observo aqui a biopolítica como um aspecto que se desenvolve a partir de um paradoxo: de um lado, ela é entendida como a política da morte, da vida nua e descartável, conforme discuti em capítulos anteriores; por outro lado, a biopolítica é levada ao patamar de biopotência, ou seja, de abertura para novos caminhos, redes e espaços de solidariedade, luta e resistência. Ela possibilita nossa reafirmação como sujeitos de direito e cidadãos, mesmo em situações de extrema desigualdade e violência.

A ocupação (2019) nos permite ainda observar um outro movimento de aproximação e de alteridade. É aquela realizado pelo narrador, Sebastián, em relação aos ocupantes do antigo Hotel Cambridge. Ele não anula a oposição que naturalmente há entre a sua própria trajetória e a daquelas personagens sem-teto. O narrador, a todo momento, realiza um processo de deslocamento em direção ao outro, se reconhece nesse outro, assim como, reconhece as especificidades da experiência que o outro carrega consigo. Isso quer dizer que ele se projeta sobre o outro, mas retorna a si – à sua narrativa – para demonstrar uma compreensão muito mais complexa tanto dele mesmo quanto desse outro representado. Nesse movimento, Sebastián consegue se voltar para sua própria história como também alcançar outras tantas distintas, atribuindo a cada uma delas esses limites híbridos entre o que é semelhante e o que diverge. Para nós, leitores e críticos, a forma como essa narrativa é tecida nos revela que a literatura pode e deve, em muitos momentos, se mostrar como uma ferramenta biopolítica, como uma biopotência que se introduz dentro das nossas relações, se revelando um mecanismo de

questionamento e ressignificação da própria realidade. É essa força literária que *A ocupação* (2019) consegue demonstrar.

Na narrativa, Sebastián também vive o dilema de uma possível morte do seu pai. Ele revela uma dificuldade em se exprimir diante daquela situação em que o pai, acamado, projetava entre os dois um distanciamento cada vez maior. “A morte não se instaurara ainda, a morte talvez nem viesse a se instaurar, mas eu já não era capaz de impedir que seu silêncio me dominasse” (FUKS, 2019, p. 30). O narrador parece buscar a naturalização desse processo de transição entre a vida e a morte relembrando outros fatos que o pudessem aproximar dessa experiência da perda, da ausência e do distanciamento repentino e ininterrupto. Ele lembra, por exemplo, do dia em que a mãe o avisou que estava indo à Argentina ver a sua tia Aída, com quem passara muitos domingos andando por Buenos Aires. Ele lembra da morte de Tango, cachorro da família, que por não estar bem, morreu por meio de uma eutanásia.

Dias ali acompanhando seu pai, o narrador dividia com ele as angústias e apreensões que uma situação como essa impõe. Ele afirma que pouco conseguia olhar para o país que desmoronava: “me descuidava das agonias do país por não conseguir abandonar a sua agonia” (FUKS, 2019, p. 55). Além do pai, Sebastián fala da sua relação com uma mulher. Ela, que na juventude rejeitava qualquer ideia de ter um filho, queria agora engravidar. Ele sempre desejou ter um filho. Alguns capítulos são destinados à relação entre os dois, a convivência, o desejo cada vez maior de ter uma criança. “A cada semana a casa ganhava novos contornos, reflexos de luz e mosaicos de sombra, e o movimento daquela vida invasiva era uma fonte contínua de impressões sem nome” (FUKS, 2019, p. 49). Ali na ocupação, nessa outra história que Sebastián agora tecia, Najati lhe entregou um envelope cujo conteúdo o narrador verificou posteriormente.

Do envelope pardo que me deu Najati, fui retirando uma a uma as folhas brancas, guardadas com evidente cuidado. O conjunto não passava de trinta páginas. Eram contos, ou crônicas, ou relatos autobiográficos, talvez uma única narrativa fragmentária e pouco coesa, constituindo um todo imperfeito, inacabado (FUKS, 2019, p. 34).

Esse trecho simboliza a própria maneira como o narrador recebe e interpreta as histórias de Najati e dos outros moradores daquele prédio. Por meio dos recursos discursivos e estéticos de que dispõe, ele vai reorganizando e integrando à sua história todas aquelas trazidas espontaneamente pelos ocupantes do prédio. Ao assumir o papel de intérprete daquelas pessoas e se colocar numa posição de igualdade humana, Sebastián consegue transportar para a sua narrativa a riqueza e a imensidão dos relatos, registros e vivências de Najati e dos outros ali.

Não se lia a Síria nos textos de Najati, a princípio não se lia a guerra, a destruição, a ruína maior em sua dimensão histórica. Era nas pequenezas cotidianas que se revelava a imensidão da desgraça. Na posse do corpo e na despossessão, na privação do corpo ou de tudo o mais, e no valor imprevisto que alcançava cada ínfimo objeto que lhe restasse (FUKS, 2019, p. 35).

E, assim, as páginas de Najati ocupam as do narrador. Aos poucos as vozes desses ocupantes do prédio abandonado dividem o espaço da narrativa com Sebastián. O narrador, então, não substitui nem se coloca acima daquelas vozes, ele apenas abre esse espaço da literatura a essas vozes e corpos esquecidos e rejeitados pelo modelo de vida contemporâneo.

Eu lia esses textos e não pensava no autor; pensava na própria literatura, ou pensava em mim. Com que força aquelas páginas me atingiam, incompreensivelmente talvez, quanto me submergiam em sua atmosfera de dor e desolação. Fazia tempo que a literatura não produzia esse efeito em mim, não fugia de seus jogos cansativos, suas vaidades, seus engodos pueris. Fazia tempo que a literatura não se mostrava tão urgente e expressiva. A impressão não duraria nada, eu sabia, o instante logo se alongaria para dissipar sua intensidade. Ali julguei encontrar, ainda assim, um improvável ideal de escrita, e desejei que algum dia as páginas de Najati ocupassem as minhas (FUKS, 2019, p. 36).

Para nós, leitores, críticos e cidadãos comprometidos com a coletividade, fica essa abertura para também nos apropriarmos desses outros efeitos coletivos que podem se dar por meio da literatura, nos afastando dessa zona de “jogos cansativos e vaidades”. O texto nos revela um espaço possível de apreensão da literatura, de compreensão da complexidade da realidade à nossa volta, de solidariedade e cooperação, de construção de relações sociais e trocas afetivas e humanas, de autonomia diante da realidade distópica que se apresenta e de emancipação face a esse mesmo cenário. A literatura se revela como uma potência de vida, autonomia e liberdade, um refúgio diante de um contexto sociopolítico que procura reduzir nossas possibilidades de construção das relações humanas. A literatura se firma como biopotência, questiona o imediatismo das relações fixadas previamente e deixa alguns feixes de luz que sugerem outras perspectivas de futuro, de convivência e de relacionamento humano. Essas outras possibilidades, na maioria das vezes, são conquistadas por meio de engajamento, luta e resistência. E esse é um grande ensinamento que podemos apreender das personagens sem-teto de *A ocupação* (2019).

Sebastián retorna à ocupação e recebe boas-vindas de uma criança que por ali corria. Ele se surpreende com o gesto de uma criança numa situação como aquela. “Ali na ocupação, julguei entender, a travessia diária das escadas parecia promover encontros mais lentos, e assim mais vivos, como se ao repartir o mesmo fôlego aquelas pessoas se vissem ao abrigo da pressa, do desinteresse, da indiferença” (FUKS, 2019, p. 41). O narrador compara esse convívio mais orgânico da ocupação com aquele indiferente e superficial que mantinha com os outros

moradores do seu prédio, nos elevadores, nos corredores, no hall. Ali, onde se encontrava uma criança abandonada e esquecida pelo Estado e pelo sistema, ela era capaz de, ainda assim, transmitir gestos e sentimentos de solidariedade e de respeito. No prédio em que ele morava, ao contrário, as pessoas, do alto de suas sacadas, do conforto de seus sofás e camas, da garantia de que nada lhes faltava, não eram capazes sequer de um gesto de gentileza.

Outros elementos da narrativa de Najati vão se juntando à narrativa de Sebastián. O narrador traz o período em que o sírio vivia no jardim de casa brincando com a filha e os netos e que, pouco depois, esse jardim e todas as casas do bairro se tornaram “uma base militar atravessada por obstáculos, muros e salas de cimento, cheias de todo tipo de armas e munições e tanques e outros aparatos” (FUKS, 2019, p. 44). Najati precisou fugir da guerra, a mulher ficou para trás, os filhos foram para o Catar. O que antes era sua cidade, agora eram ruínas. Outras narrativas da ocupação se somam a esta do personagem refugiado. Rosa, por exemplo, que sem ter para onde ir, se encontrou com Carmen nas ruas de São Paulo, que foi quem a levou até ali. Rosa também é incisiva ao afirmar ao narrador que “foi a luta quem tirou de dentro de mim aquela mulher morta. O caso é que eu cansei de ser ocupada, por homem, por rato, por larva. Agora é a minha vez de ocupar, você não acha?” (FUKS, 2019, p. 54). Essa personagem revela essa biopotência, sua força e sua reivindicação por independência. A ideia de ocupar perpassa por todas aquelas personagens do Hotel Cambridge: Najati, Carmen, Rosa... A ocupação ressignifica todas essas vidas que ali se reúnem, convivem e lutam juntas. Para Rosa, ocupar tem ainda o valor de liberdade e emancipação. Mas esse parece ser um sentimento de todos os ocupantes do antigo hotel.

No hospital, num dado momento o pai de Sebastián relembra que seus avós paternos, bisavós do narrador, eram judeus vítimas do nazismo alemão. Tinham morrido em Auschwitz. Saber que o pai tinha sido militante contra a ditadura argentina e que os bisavós eram vítimas do holocausto, de alguma maneira, aproximava Sebastián do seu passado e das vítimas, de ontem e de hoje. Essa é uma aproximação construída pelo narrador e uma continuidade estabelecida com seu passado. Em *A ocupação* (2019), a história de Sebastián parece se constituir entre esse contínuo distanciamento em relação à presença e à comunicabilidade com o pai, e a aproximação e criação de novas possibilidades de futuro com a chegada de uma criança. Do sofá da sala, ele soube que sua esposa finalmente tinha ficado grávida. Entre uma história que parecia se encaminhar para o fim e outra que iniciava, o narrador concluiu que deseja “Que a história trilhasse o seu caminho de convulsões e sentidos indiscerníveis” (FUKS, 2019, p. 61), pois assim ela é feita, de relações que se interrompem, de histórias também

rompidas e silenciadas como a dos bisavós, e de tantas outras que emergem como uma nova relação que modifica o mundo e o tempo presente.

Mas há momentos que nenhuma dor invade, há alegrias que não cedem aos pesares que as cercam. Há vivências que se fazem singulares, que não sucumbem ao curso maior dos acontecimentos, que não se deixam transformar por um desfecho. Há experiências que preservam seu lugar na memória, intocadas desde o primeiro instante, inacessíveis às palavras e aos pensamentos, a qualquer abstração que tente reinventá-las. Alguém dirá que essas lembranças mentem, que traem sua própria história, seus sentidos ulteriores. Não. Mentem as palavras, os pensamentos, os sentidos, mentem as abstrações: a alegria, excepcional e ilógica, permanece fiel a si mesma (FUKS, 2019, p. 59).

Nos dias seguintes, Sebastián procurava entender aquela nova vida que surgia na sua esposa. Ele tentava compreender como o corpo da mãe reage, como narrar a ida ao laboratório onde pôde ouvir o coração em constituição pulsar. Por outro lado, se reunia à mesa da casa dos pais, com mãe e irmãos, para conversarem sobre a vida. A mãe reclamava do prolongamento do tratamento do marido, um homem tão firme e saudável. Sebastián, por sua vez, pensava naquele encontro como uma antecipação de um outro encontro por ocasião da morte do pai. E ele buscava ao mesmo tempo se aproximar da ideia de morte, constituí-la como algo da própria natureza humana, com a qual precisamos uma hora ou outra lidar. “A morte talvez não passasse desse atraso numa conversa banal, um sentimento de ausência em meio à trivialidade, uma mágoa subterrânea a despontar ocasionalmente na superfície das horas” (FUKS, 2019, p. 69). Mas o narrador concluiu que não cabia pensar em morte ali, não naquele momento. Ele revela à família a gravidez da esposa e todos comemoram.

Na ocupação do hotel, o narrador observa um outro personagem daquela história tão interessante quanto os outros, Demetrio Paiva. Morador do décimo quarto andar, vivia em volta de rolos de tecidos e máquinas descartadas. “À medida que me aproximava, iam crescendo os ruídos ritmados das máquinas, o quadro ganhava mobilidade e eu o imaginava curvado sobre a mesa de trabalho, concentrado em tecidos e agulhas” (FUKS, 2019, p. 62). Sebastián é convidado por ele a se sentar e pegar um copo de café. Com o seu gravador, o narrador inicia a gravação sem saber exatamente o que perguntar àquele homem. Demetrio conta, então, como era sua rotina de costura, as confecções de camisa e calças, serviço repetitivo realizado quase que ininterruptamente por alguns poucos reais por peça. Sobre seu passado, disse que não tinha muita coisa a contar. Narrou sua escapada do Peru, as passagens por Bolívia e Paraguai, até chegar ao Brasil, recebido com hostilidade pelos militares da fronteira. Ele disse uma última coisa a Sebastián que talvez seja a sensação de muitas das pessoas que se encontram abandonadas e esquecidas mundo afora.

Que todo dia, enquanto costura maquinalmente a mesma calça, a mesma camisa, os pensamentos sempre escapam de volta ao velho povoado de taipa, aos braços dos pais, e das irmãs, às ruínas centenárias. Que não volta para casa porque tem vergonha, por este fracasso retumbante que você vê, por este homem que você vê, que não conseguiu nada mais na vida do que fugir continuamente de si (FUKS, 2019, p. 64).

É interessante olhar para Demetrio, perceber que ele mantém guardada suas origens, seu passado, e deseja até retornar, uma vez que sua partida foi repentina e abrupta. Porém, o mundo, a forma como as coisas foram impostas a ele, o faz se enxergar não como aquele jovem do passado, com uma origem específica. Sua identidade foi roubada, sua possibilidade de construir uma vida autônoma e independente foi negada. E tudo que se sucedeu foi por meio de violência, sobretudo em decorrência daquela violência sistêmica de que muito falei. Talvez, ali, agora na ocupação, ele encontre um pouco dessa identidade perdida, talvez ele consiga se reaproximar da sua história por meio das novas relações que ele construiu naquele espaço de um antigo hotel. Essa é talvez uma das forças da coletividade, ela também nos coloca em contato com a nossa história interrompida, com a nossa identidade roubada e com os nossos sonhos suspensos por outras forças. Esse é todo um movimento ressignificado pelas circunstâncias que o levaram até ali.

Outras narrativas se somam à narrativa de Sebastián. Ginia, haitiana, mulher negra, se volta para o narrador e o questiona se ele também quer saber do terremoto, das desgraças que aconteceram na sua vida e no seu país. “Da mulher negra nunca se quis ouvir nada, ela seguiu” (FUKS, 2019, p. 71). Ela expõe e reivindica um espaço que a sociedade sempre lhe negou e aos seus semelhantes. Sua presença na narrativa demonstra que quando os discursos hegemônicos recorrem às histórias, às memórias e aos testemunhos das pessoas negras é sempre para enfatizar ou destacar a miséria, a desgraça e a violência. “Agora todo mundo quer saber da nossa desgraça, de nada mais do que a nossa desgraça, desde que expressa com sensibilidade e pesar, com o mínimo possível de raiva. É isso o que você quer para o seu livro? Quer que eu lhe empreste a minha comoção, a minha dor” (FUKS, 2019, p. 71), questiona Ginia.

A personagem narra como foi o episódio em que passou por um terremoto, tudo desabando sobre ela. A imensidão do desastre. “Só quando tudo era ruína os gritos tomaram conta da cidade, gritos saídos de toda parte, como se os próprios escombros gritassem, como se a cidade destruída gritasse, numa imensidão de vozes” (FUKS, 2019, p. 72). E ela conta sua busca pela filha. E o francês imposto a ela com o qual agora tenta de alguma forma dar sentido para tudo o que viveu e vive.

Ainda hoje, tantos anos depois, mesmo tão longe, às vezes me pego a escutar a cidade, a esmiuçar os ruídos, a tentar ouvir a voz que nunca mais ouvi. Você tem filhos?

Mesmo que a minha língua não o traia, quer dizer, mesmo que não me traia este francês precário que nunca foi a minha língua, não sei se você entenderá o que eu digo (FUKS, 2019, p. 72).

Ginia pede a Sebastián para que ele não limite o Haiti à ideia de catástrofe. Ela lembra que antes desse episódio, o país passou por outra catástrofe humana muito mais grave, a do colonialismo. Na maior concentração de escravos do mundo, surgiu uma rebelião e os negros “expulsaram os exploradores e aboliram a escravidão como nunca se aboliu, em lugar nenhum” (FUKS, 2019, p. 73). A personagem revela o que, hoje, todos nós sabemos de certa forma. Ou que, se não sabemos, ignoramos. Que historicamente as pessoas negras não tiveram espaço para se manifestar social, política ou artisticamente. Por muito tempo, mesmo nas artes, a representação do corpo e da memória de pessoas negras foi colocada a partir de uma perspectiva de dominação, um olhar colonial e, muitas vezes, racista. A personagem demonstra que, agora, pessoas como ela, reivindicam outro lugar. Ginia também mantém relações afetivas, também tem sonhos, desejos, anseios, lutas, muitas lutas. Ginia tem lutas por ser mulher, lutas por ser mulher negra, lutas por ser mulher negra de um país colonizado e devastado geograficamente, política e economicamente. Em síntese, que é uma história composta de muita luta e resistência.

Consegue imaginar quanto nos cobraram por isso, quanto ainda pagamos, dois séculos depois? E, no entanto, nenhum de nós jamais venderia a nossa própria história, a liberdade que conquistamos com a nossa própria força. Caímos, sim, caímos a cada dia, mas de pés firmes no mesmo lugar. Que a terra toda trema, os dois degraus que nos salvaram ninguém vai nos tirar.

Sobre o que é o seu livro? Ponha algo assim, em palavras bonitas e mais certas que as minhas, podem ser as suas, não tem problema. Mas ponha algo mais que a dor, algo mais que a desgraça, se quiser escrever qualquer coisa que valha a pena (FUKS, 2019, p. 73).

Aqui, outra vez, transitamos entre a história e o testemunho de uma das personagens da ocupação e o processo de compreensão, interpretação e modelação do narrador. Ou seja, passamos do que supostamente é a narrativa de Ginia à narrativa de Sebastián. O narrador constrói esse processo transitório ao longo de todo o texto literário. Ele, ao se assumir como intérprete dessas narrativas do outro, procura se legitimar a todo instante demonstrando que está fazendo as intervenções necessárias e próprias da sua narrativa, mas que deixa igualmente todas essas vozes entrar no texto. Ele não se sobrepõe nem anula esse outro. O narrador se vale dos espaços de privilégio dos quais participa para trazer essas pessoas e memórias para dentro deles. Essa é talvez uma das coisas mais bonitas dessa narrativa literária como um todo. Ginia também quer mostrar esse lado de lutas, resistências e conquistas. Todos na ocupação querem mostrar algo muito além do que o motivo pelo qual foram parar ali, querem narrar alguma coisa além da dor e da violência as quais foram e são diariamente expostos. A resistência dessas

personagens também se faz nesse intervalo, nesse limiar entre as redes de solidariedade, os afetos biopolíticos criados e a resiliência delas.

Em *Vida capital: ensaios de biopolítica*, Peter Pál Pelbart (2018) analisa, também, alguns desses mecanismos de resistência a partir da relação entre política, cultura, subjetividade e vida. Segundo o filósofo, uma das questões com as quais lidamos atualmente é o fato de que a subjetividade é hoje mobilizada pelo capitalismo, ou seja, esse sistema econômico, antes interessado apenas braçal – mão de obra física –, passou a se interessar também pela nossa “força-invenção”, quer dizer, a capacidade criativa e imaginativa dos indivíduos. Esse processo de modelagem das subjetividades nos ajuda a entender de que forma a literatura pode, diante dessa realidade, buscar novas alternativas por meio de sua capacidade de intervenção literária, artística e discursiva. *A ocupação* (2019), de Julián Fuks, se mostra um exemplo nesse sentido. O posicionamento de Sebastián é importante à nossa própria compreensão desses processos. A maneira como as personagens são construídas também o são. “Não se produz só na fábrica, não se cria só na arte, não se resiste só na política” (PELBART, 2018, p. 132).

A política, por exemplo, não se faz mais apenas nos partidos e sindicatos. As ruas, as universidades, os eventos artístico-culturais, a internet, todos esses são espaços de se fazer política. No romance, o que é a ocupação daqueles moradores sem-teto senão um espaço legítimo e reivindicatório de se fazer política? O que é a própria narrativa em si senão o uso das ferramentas estéticas e estilísticas em prol da organização e posicionamento de forças políticas? Até mesmo a noção de subjetividade se torna um elemento implicado a essas novas redes criadas nos espaços políticos e afetivos. “Assim, a arte extrapola a arte, a política extrapola a política, a produção extrapola a produção, a subjetividade extrapola a subjetividade” (PELBART, 2018, p. 132). Essa extrapolação ocorre justamente no sentido de que os espaços de representação são fluidos e podem se realizar em diversos locais do debate público e privado. Nesse sentido, pensar mecanismos de resistência, inserido num cenário de dominação social e econômica, é de alguma forma buscar alternativas em outros espaços diferentes daqueles tradicionais. As personagens do romance de Julián Fuks constroem esse espaço na narrativa.

Volto, outra vez, a noção de multidão para compreender esses processos. “A multidão como figura subjetiva não identitária, que não delega poderes nem pretende conquistar o poder, mas desenvolver uma nova potência de vida, de organização, de produção” (PELBART, 2018, p. 133). Najati, Carmen, Preta e tantas outras personagens exprimem essa potência de vida e organização, mesmo marginalizadas pelas estruturas de poder presentes naquela sociedade. Essas personagens criam novas formas de se relacionar, lutar, ocupar, habitar, trocar, constituir

redes, protestar e reivindicar. Elaboram parâmetros para pensar a coletividade e as subjetividades. Elas carregam em si espaços de criação, ressignificação e resistência inerentes ao movimento coletivo e subjetivo que constroem. A ocupação é uma espécie de desobediência social. E, diante de realidades distópicas, autoritárias e violentas como a nossa, as alternativas estão, muitas vezes, nessas manifestações de desobediência social, cultural e subjetiva. Esse é, inclusive, um aspecto que Pelbart nos convida a pensar. Em que sentido, então, biopolítica deixa de se referir apenas ao poder sobre a vida para se tornar também potência de vida?

Com Foucault, a biopolítica designava a entrada do corpo e da vida nos cálculos explícitos do poder – poder sobre a vida. Com a inversão proposta por alguns dos convidados, inspirados parcialmente em Deleuze, biopolítica deixa de ser prioritariamente a perspectiva do poder e de sua racionalidade, tendo por objeto passivo o corpo da população, e suas condições de reprodução. A própria noção de vida deixa de ser definida apenas a partir dos processos biológicos que afetam a população, e passa a significar uma virtualidade molecular da multidão, energia aorgânica, desejo, poder de afetar e ser afetado. Ou seja, inclui a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporâneo, o intelecto geral. A partir daí, biopolítica não significa mais poder sobre a vida, mas antes a potência da vida. Passa de um sentido negativo para um sentido positivo, de uma dimensão de disciplina controle ou vampirização para uma dimensão intensiva, ontológica e constitutiva (PELBART, 2018, p. 134).

Todas as narrativas que constituem a ocupação de moradores sem-teto no romance de Julián Fuks são orientadas por essas duas dimensões da biopolítica. Por um lado, a biopolítica, compreendida como poder sobre a vida, disciplina e controle, exclui essas personagens de todos os espaços de representação sociais, econômicos e políticos. A violência sistêmica projetada sobre cada uma delas elimina e torna descartável cada morador da ocupação. É assim que a sociedade passa a ver esse grupo no dia a dia, não mais são reconhecidos como sujeitos de direito. Se tornam um empecilho, um incômodo. É comum testemunhar essas manifestações de violência no cotidiano. Num dia, uma senhora da classe média, acompanhada pela neta, ao se deparar com um morador de rua e desempregado que pede alimento em frente a um supermercado, se dirige ao segurança do estabelecimento e lhe solicita a expulsão do rapaz dali porque a presença dele a incomoda. Noutro dia, outra senhora também da classe média enxota um pedinte da porta da sua casa, mandando-o ir trabalhar. Não é difícil encontrar diversos exemplos de violência e de apagamento do outro diariamente. Mas, neste capítulo, quero ressaltar também essa outra dimensão da biopolítica.

A dimensão em que a biopolítica é potência de vida é justamente aquela que constitui a relação entre as personagens de *A ocupação* (2019). Ali, vozes e corpos tornados descartáveis se organizam coletivamente para atribuir novos sentidos às práticas coletivas e subjetivas desse grupo. Eles se colocam acima das ruínas sob as quais foram lançados anteriormente de forma

sistemática. Os espaços ocupados por essas vozes e corpos se reconfiguram como ferramenta de vida e resistência. São corpos que não admitem serem anulados sem, antes, se colocarem contra essa tentativa de dominação, controle e silenciamento. Corpos que se reúnem e ressignificam a própria ideia de vida, sociabilidade, luta, esperança e compartilhamento. Cada um ali vai se revelando um corpo ao mesmo tempo biológico e político. Se autodeterminam e contribuem à autodeterminação do colega ao lado. Caminham conjuntamente, defendem e lutam pelo direito à vida, o direito de ocupar e ser ocupado. A ocupação é o espaço de manifestação dessa potência de vida. É ali que cada um desses indivíduos se emancipa e se desgarras das forças impositivas e dominantes. Se tornam, outra vez, cidadãos e humanos.

Ao longo da narrativa, Sebastián tem ainda momentos de inflexão em que parece transitar entre suas próprias memórias e aquelas à sua volta, entre sua história pessoal e a história coletiva, entre seu vínculo familiar-afetivo com as pessoas próximas e aquelas que constrói agora na ocupação, em relação ao outro. Num dado momento, ele parte de um medo pessoal que o leva até uma reflexão em torno do medo incompreensível que tem limitado as possibilidades de experiência no âmbito coletivo.

[...] o medo que nos assola quando pensamos estar diante do imensurável, do incognoscível. O medo em que se baseia quase toda religião, na forja de um Deus opressor e protetor a um só tempo. O medo de que se aproveita também quase todo fascismo, o medo de algo incerto, mítico, de um inimigo erguido e esculpido com esmero, da maneira mais conveniente, o judeu, o imigrante, o socialista, o negro, a mulher, o homossexual, o militante, o excluído (FUKS, 2019, p. 75).

O medo aparece como mecanismo que oprime, que interrompe uma ideia ou uma ação. Esse medo manipula todos os agentes sociais e políticos em prol dos interesses de quem o impõe, em torno dos objetivos autoritários, reacionários e fundamentalistas de quem busca controlar todos os âmbitos da vida humana. É um medo criado pelo neoliberalismo, um medo do qual ditadores, genocidas, líderes religiosos, milicianos e outros se valem para dominar, controlar, silenciar e exterminar. É esse medo que o narrador vê se instaurar à sua frente. O mesmo medo que presenciamos, agora, fincar suas raízes em toda a estrutura da sociedade. É contra esse medo que precisamos nos posicionar e enfrentá-lo. Combatê-lo a cada instante e em cada lugar. Esse medo não pode retirar nossas possibilidades de experienciar o mundo com liberdade e com valores humanitários como igualdade e dignidade.

Najati e Sebastián caminham pelas ruas de São Paulo. O sírio refugiado fala da saudade e vontade de voltar para sua terra, ainda que devastada. Destaca a dificuldade em manter contato com os filhos e a esposa. Lembra o momento difícil pelo qual o Brasil passa e que talvez a escolha de vir para cá não tenha sido das melhores. Entretanto, foi aqui que Najati se incorporou

à uma comunidade, foi aqui que ele se sentiu fazendo parte de uma coletividade. Aqui ele chegou e pôde se inserir numa “nova comunidade, e uma comunidade de luta contra o desatino que nos governa em toda parte” (FUKS, 2019, p. 80). Aqui ele se viu diante de outras tantas formas de violência e opressão, mas encontrou igualmente espaços para construir uma resistência, para lutar, ainda que por mais um dia sob o teto de um prédio esquecido. Isso parece dar sentido à vida de Najati. “Algo pude entender aqui, seguiu, que, embora a opressão possa se alastrar de país em país, conquistando continentes inteiros, também a resistência é expansiva, também ela atravessa fronteiras” (FUKS, 2019, p. 80).

Ele destaca que ali na ocupação todos se viam partes de uma família que, como toda família, passa por transformações, aproximações, distanciamentos, rupturas, perdas... são trânsitos permanentes que remodelam nossas famílias a todo momento.

Na ocupação eles insistem que formamos uma família, uma família de refugiados em terra própria ou estrangeira, e isso de início me pareceu estranho, disse Najati. Depois pensei que não poderia haver definição mais precisa. Sim, porque o mundo é feito de infinitos trânsitos, do movimento contínuo de seres. Como a minha, toda família tem, se recuarmos o bastante no tempo, uma infinidade de deslocamentos em sua gênese. Toda a humanidade é feita desse movimento incessante, e só existe tal como a conhecemos graças a esses deslocamentos. No fundo – eu agora o ouvia com concentração plena –, no fundo, se recuarmos o bastante no tempo, vamos concluir o que há de mais óbvio: que cada um de nós fez o seu caminho, mas que somos todos descendentes de um mesmo ancestral absoluto e longínquo, e que, portanto, por mais diferentes que sejamos, somos todos parte de uma mesma família (FUKS, 2019, p. 80-81).

Nas conversas, Najati conta ao narrador testemunhos, trajetórias pessoais, encontros, lutas, vínculos afetivos, vínculos político-sociais. Ele espelha a importância da construção desses espaços de resistência, de solidariedade, para compartilhar histórias, traumas, embates e conquistas. Sebastián destaca que nessa experiência literária e social concluiu que ali, naquele diálogo, podia se colocar numa posição de identificação com esse personagem e com os demais da ocupação. “De novo eu não sabia o que dizer, só sentia mais forte do que nunca a identificação com aquele homem tão diferente de mim, sentia que a coexistência pelas calçadas nos igualava, mesmo sem nos livrarmos da nossa origem e da nossa história” (FUKS, 2019, p. 81). Entusiasmado com a potência das palavras de Najati, o narrador o convida para colocá-las no papel, no que este imediatamente conclui: “[...] nem perca o seu tempo, a literatura não me interessa em nada. Só o que me interessa é a abertura para o diálogo” (FUKS, 2019, p. 81).

Eu poderia simplesmente terminar esta pesquisa com esta passagem do personagem refugiado, morador da ocupação. Porque ela em si dá conta de uma amplitude de aspectos que procurei trazer ao longo de toda a discussão. Esse personagem, em poucas palavras, retira a literatura do pedestal onde muitos grupos sociais e culturais sempre a colocaram, num local que

acentua desigualdades e exclusões. E Najati se constitui no romance como alguém que nos mostra que a literatura também é a sua própria luta, que todas as relações afetivas e políticas criadas naquele prédio também fazem parte da literatura e a ela os ocupantes têm direito. E aqui já não é mais uma literatura de exclusão, de onde do alto de seu pedestal falam senhores hegemônicos pertencentes às classes dominantes em nome de todas e todos. Já não é mais a literatura definida pelos manuais a partir de padrões estabelecidos em reuniões de grupos seletos, regadas a vinho e *foie gras*. As palavras de Najati são a literatura que ganha as ruas, que ganha os muros, que adentra nos espaços de disputa intelectual, artístico-cultural, política e social. É a essa literatura que também precisamos nos voltar na nossa *práxis*, ou ação e prática reais e efetivas.

Na ocupação, em outro momento, Carmen chama Sebastián e lhe dirige algumas palavras, que dão ainda uma maior dimensão de como essas pessoas se relacionam naquele espaço.

Se quer entender este lugar, melhor esquecer as trajetórias pessoais, as vidas particulares. Se quer entender este lugar, melhor não perder de vista a coletividade, melhor se juntar a nós na luta. Apareça na festa deste domingo, venha descansado, traga qualquer coisa para comer e algumas peças de roupa (FUKS, 2019, p. 83).

O que ela tem a dizer é que a coletividade e a organização daquelas pessoas fazem das ruínas um lugar com algum futuro possível, um lugar de esperança, de afetos e de vivências coletivas transformadoras. A compreensão desse grupo – dessa família –, formado por meio de interesses e objetivos similares, passa necessariamente pelo entendimento de que essas pessoas constroem uma vida coletiva ao mesmo tempo marginalizada e pulsante.

Mais adiante, a esposa de Sebastián perde o feto em gestação. Fê, nome revelado só ao final da narrativa, teve um aborto espontâneo. Um futuro é interrompido naquele momento, projetos são suspensos. Enquanto isso, o pai do narrador continuava no hospital e ele, Sebastián, sentia a morte cada vez mais próxima do pai. E, então, ele procurava compreender de alguma forma nossas limitações diante da morte.

Que um corpo existisse ali, íntegro e animado, e no segundo seguinte se interrompesse, se imobilizasse, não reagisse mais, não despertasse mais, transitasse sem palavras para a inexistência. Como algo tão absurdo podia acontecer, e como podia ser tão comum, tão aceito em toda parte? (FUKS, 2019, p. 94).

Esse questionamento do narrador nos coloca diante do problema e da possibilidade constante da perda, do distanciamento repentino e inesperado. Num instante, uma pessoa com quem convivemos e dividimos muitas experiências a vida toda não mais está ali conosco. E nesse momento, qualquer pessoa parece buscar algum sentido nessa ausência, agora permanente, para

além das explicações meramente biológicas ou racionais. Essa possibilidade da perda, imensurável antes e depois do fato ocorrido, nos coloca diante de alguns desafios de encontrar em outros espaços um acolhimento, um alento, talvez um ponto comum que nos coloque novamente diante da pessoa ausente. A literatura também parece cumprir essa função em dados momentos.

De volta à ocupação numa noite de celebração, Sebastián observa todas aquelas vozes se intercruzarem e crescerem sobre a injustiça imposta a cada uma delas. Por um momento ao menos, essas pessoas conseguem se sobressair face a realidade cruel e bárbara que precisam enfrentar diariamente. “Mas é claro que nada está garantido, Carmen mudou o tom, nada está ganho por simples decisão, a conquista de hoje vai exigir muita firmeza, muito esforço” (FUKS, 2019, p. 95). E é através dessa luta constante que esse corpo coletivo e orgânico da ocupação consegue viver mais um dia, dividir entre eles mais uma angústia, a incerteza de como será o amanhã, o medo de sofrer algum tipo de violência ou repressão, mas também a leveza e a alegria, ainda que momentânea, de dividir com aquele grupo suas histórias. Carmen continua: “É assim, a gente sabe: quem não luta está morto. E a voz se fez aguda quando ela repetiu em grito, quem não luta, e toda a gente se livrou da contenção para completar em coro, está morto!” (FUKS, 2019, p. 95).

Todos celebravam e, de repente, a polícia preparava do outro lado da rua uma ação de despejo. Com seus homens e armas ameaça romper qualquer vínculo desse coletivo que minutos antes pulsava. Ao se ver diante de um possível confronto, Sebastián não conseguiu mais se enxergar como parte desse coletivo, emergia ali um espaço de disputa que ele não conseguia a partir de sua experiência mensurar. Apenas observou de um lado o aparato policial que impunha a violência sistêmica e, do outro lado, as pessoas cobertas de tensões que se preparavam para lutar por talvez o único direito que ainda tinham em suas mãos, o de se colocarem como coletividade.

Desprovido do coletivo, eu perdi o despudor do plural, só existia em mim mesmo, a ouvir a tensão das vozes, a observar os rostos apreensivos. Em alguns, a apreensão chegava a ganhar as feições do medo, e neles eu já não via vizinhos, desse medo eu não partilhava, esse medo eu não podia dividir (FUKS, 2019, p. 96).

Quando tudo parecia mais tranquilo, Preta, uma personagem que cresceu naquele local, lutando por esse espaço abandonado, se dirige ao narrador para afirmar:

Você não entende, não é? Acha que todo o esforço é por nada, por um terreno sujo, por um prédio caindo aos pedaços. Você não sabe o que foi este lugar quando ocupamos pela primeira vez, não sabe que aqui era a casa da própria vida encarnada. Eu era criança, você não imagina a quantidade de lembranças que guardo daqui, a

quantidade de noites em que volto a este jardim, não assim em sombras, a um jardim ensolarado. Nos sonhos nunca aparece a desgraça, o dia em que tiraram as famílias todas, sem as ameaças de agora, com a infame promessa de transformar tudo em moradia popular – o dia em que a vida foi parar embaixo do viaduto. Faz bem a minha mãe, faz bem a Carmen, em não desistir deste lugar. Promessa ou ameaça, eles que escolham as armas deles: as nossas armas, os nossos corpos vão ser sempre mais vitais (FUKS, 2019, pp. 97-98).

As pessoas se reúnem novamente na ocupação. As crianças dormem. Ali a observar, o narrador se vê num não-lugar. Ele se sente a ocupar indevidamente o lugar de outra pessoa que poderia estar com aquele grupo. “Eu, um curioso, um intruso, um infiltrado. Eu, um saqueador de histórias, a roubar daquela gente suas mãos, seus olhos, até sua voz. Acho que foi aí que deixei para trás o gravador, como se assim me desfizesse do que me incriminava” (FUKS, 2019, p. 100). Aqui, novamente, a narrativa retorna com um questionamento em torno dos sentidos, possibilidades e limites da representação. Diante daquelas pessoas, Sebastián não ignora o fato de que está num lugar que não lhe pertence, não porque aquelas pessoas recusariam sua presença ali, como não o fizeram. Não porque o narrador tenha desumanizado ou reduzido essas pessoas, ao contrário. A questão é que o corpo de Sebastián, sua história e sua memória não carregavam as mesmas lutas, as mesmas perdas nem as dores daqueles moradores da ocupação. Outros deslocamentos sociopolíticos, geográficos e psicológicos constituíam esses ocupantes. Diferentemente dos familiares de desaparecidos da ditadura e dos corpos exterminados pelo holocausto, ali na ocupação, Sebastián não podia se juntar às vítimas, seu corpo não pertencia àquela coletividade. “Senti que a mim não cabia euforia ou tristeza, que a mim cabia apenas o horror” (FUKS, 2019, p. 102).

O que ele, narrador, podia fazer nessa situação é usar o seu espaço e se voltar para as pessoas e grupos mais próximos dele, ou seja, olhar para os corpos coletivos aos quais pertence para, então, apontar e denunciar essa outra realidade que, embora distante, podia estar ali no centro da cidade, no mesmo bairro, na mesma rua. Sebastián percebe a natureza política, social e humana daqueles gestos coletivos depois de algum tempo vivenciando essa realidade.

Ocupar era o imperativo de todos eles, ocupar as praças, as ruas, os prédios vazios, povoá-los com seus corpos ainda firmes, com sua vida incontível. Ocupar era uma urgência dos corpos, convertida no mais contundente dos atos políticos, a afrontar a resignação dos serenos. Ocupar, nem que fosse para estar entre muitos, para existir ainda uma vez em coletivo. Meu imperativo talvez fosse outro, embora impossível: me fazer praça, me fazer rua, me fazer prédio vazio, e que enfim me ocupasse o incontível da vida” (FUKS, 2019, pp. 104-105).

Para os moradores sem-teto, ocupar era encontrar um último espaço de reivindicação e de luta em meio a tanta opressão, à exclusão e à violência as quais eram cotidianamente submetidos. Um prédio abandonado tornado corpo vivo pelos novos e velhos integrantes.

Ocupar como forma de recorrer a uma última possibilidade de liberdade. Ocupar para reestruturar a subjetividade tantas vezes devastada de cada morador e para ressignificar o papel do coletivo. É interessante, ainda, o papel que o narrador atribui a si mesmo nessa ocupação: “[...] me fazer praça, me fazer rua, me fazer prédio vazio” (FUKS, 2019, p. 105). Quer dizer, se abrir para o outro, se reconhecer num ponto distinto e semelhante ao mesmo tempo desse outro. Reconhecer a especificidade da sua história, das suas lutas, dos seus desafios em relação ao outro, reconhecer talvez seu lugar de privilégio quando se volta para esse outro excluído e marginalizado em todos os âmbitos da vida. Mas igualmente não desumanizá-lo, não reduzi-lo à ideia de catástrofe ou fracasso. O que o narrador, acertadamente, procura fazer é abrir sua porta para essas vozes postas sob ruínas. Nesse romance, Sebastián exerce um papel semelhante ao de alguém que anda sobre escombros de uma casa que há pouco desabou.

No capítulo 35, o narrador dirige uma carta ao escritor Mia Couto para falar sobre o seu processo de escrita e essa tentativa de aproximação com o outro. Ele demonstra, na verdade, que essas tentativas de deslocamento sempre o traziam novamente a si mesmo.

Acho que não consegui me perder, que em cada palavra que atribuí aos outros encontrei uma palavra minha, em cada casa alheia vasculhei a minha, em cada rosto reconheci o meu rosto, por vício, por teimosia. Se queria me aproximar dos outros, se queria entendê-los, posso ter falhado miseravelmente (FUKS, 2019, p. 107).

Sebastián revela ao escritor moçambicano o objeto de seu livro. Sobre o que escreve e, talvez, para quem. É um livro sobre o nosso tempo, sobre as ruínas do presente, sobre a degradação social, política, econômica e afetiva que se impõe num país que procura retirar nosso entusiasmo e alegria, num país que observa suas instituições sendo, pouco a pouco, tomadas por forças obscurantistas. “Estou escrevendo um livro sobre a dor do mundo, a miséria, o exílio, o desespero, a raiva, a tragédia, o absurdo, um livro sobre esta interminável ruína que nos cerca, tantas vezes despercebida, mas escrevo protegido por paredes firmes” (FUKS, 2019, p. 108). Ao se tornar essa espécie de intérprete do outro, o narrador se legitima na medida em que reconhece que parte de um lugar diferente que não o mesmo das personagens a que se propõe representar. Ele, narrador, parte de um local seguro. Sebastián parece reconhecer que, nesse processo de ruína e destruição do país, será um dos últimos a ser atingido.

Mia Couto, em resposta que ficou registrada como um outro capítulo, ressalta a potência e a força das palavras de *A ocupação* (2019). Se dirige ao escritor afirmando que “o mundo que nasce da tua escrita e dos teus livros é bem maior que as circunstâncias políticas que nos cercam” (FUKS, 2019, p. 122). Esse romance emerge como essa força de pulsão estética e política diante de uma realidade distópica e antidemocrática, realidade esta que procura retirar

nossa esperança e nossos sonhos. De certa forma, essa narrativa demonstra que em qualquer tentativa de dominação de forças arbitrárias, a literatura lá estará para reafirmar nossos espaços de luta e de resistência. “A literatura deve afirmar a sua própria soberania e inventar aves que, por sua vez, inventam um outro céu” (FUKS, 2019, p. 122). A literatura também se coloca de forma autônoma e independente a partir de valores humanitários como o de igualdade e, então, denuncia a realidade imposta e nos revela outras tantas realidades possíveis de troca, de construção de espaços de solidariedade e de estabelecimento de novas e velhas relações afetivas e políticas. “E o escritor deve proclamar que, mesmo cercado e ameaçado, ele atravessa caminhos que não são manchados pela miséria moral e a imbecilidade quotidiana dos mandantes do dia” (FUKS, 2019, p. 122).

Essa troca de cartas entre escritores nos leva também para um trânsito entre realidade e ficção. O romance se encaminha para o fim e as vozes dos escritores, não mais narradores ou personagens ficcionais, revelam uma mudança discursiva e acentuam as aproximações entre produção literária e papel social do escritor. Essas cartas marcam a transição do discurso literário para o discurso do escritor, é o momento em que podemos sair da narrativa – ficção – e adentrar na realidade que nos cerca, buscando compreendê-la e nos organizarmos coletivamente. Os escritores, Julián Fuks e Mia Couto, parecem se voltar para essas preocupações. Esse recurso de inserir as duas cartas no corpo da narrativa literária é interessante porque reforça as preocupações que devem ser observadas em produções literárias inseridas em contextos sociopolíticos autoritários e distópicos, preocupação que também tive ao longo desta pesquisa. Novamente, o escritor, a literatura, se volta para as duas dimensões do trabalho literário possíveis em tempos de crise como o presente: a dimensão estética e a dimensão ética. A literatura se revela, assim, uma potência estética e política. Gostaria, então, de fechar esta pesquisa com essa reflexão.

5.3 A Literatura Em Tempos De Distopia E Autoritarismo: A Palavra Como Potência Estética E Política

Já enfatizei ao longo de toda a discussão os caminhos distópicos, autoritários, reacionários e fundamentalistas que o Brasil tem tomado. A literatura – o romance e a poesia – , mas também a música e outras formas de expressão artística, cuja potência se dá por meio da linguagem, podem voltar essa força que emerge da própria criação para os elementos políticos do contexto sócio-histórico de produção dessas narrativas, para além da preocupação estética sempre presente. A literatura é ferramenta estética, resultado de um processo criativo, inserida

dentro de um contexto espaçotemporal, mas que, por isso mesmo, não fica a esse contexto limitada. No Brasil, então, um país historicamente violento e desigual, não considero aceitável nem razoável produzir uma literatura que reforce os parâmetros de desigualdade e preconceito já existentes. O movimento precisa e deve ser outro. Não é que a produção literária tenha que se tornar um panfleto, não se trata disso. Mas que a criação artística seja uma atividade que não fique alheia aos contextos que a circunscrevem. Uma produção artística e intelectual que se volte para a complexidade das relações humanas produzidas em realidades sociopolíticas, históricas e culturais como a nossa. A linguagem, conseqüentemente o romance e a poesia, tem força de transformação. Logo, a nossa produção discursiva deve estar atenta a essas implicações e à introdução desses discursos no debate público.

Há atualmente um movimento de resistência e engajamento social e político que tem se refletido na própria criação artística, o que tem sido objeto de preocupação de muitos artistas. No momento em que vemos as ameaças do fascismo novamente, mais do nunca essa forma de produção artística se faz necessária. Ela tem sido recorrente especialmente na poesia e na música. Na música, poderia citar as canções *Samba da utopia*, do compositor Jonathan Silva (2019), *O real resiste*, de Arnaldo Antunes (2019), e *Amarelo*, de Emicida (2019), só para exemplificar. Na poesia também há uma preocupação em responder às manifestações de violência no presente – exclusão social e econômica, racismo, violência de gênero etc. –, e ela tem sido um espaço de denúncia e oposição às forças antidemocráticas e populistas da atualidade. Embora pudesse trazer e apontar alguns poemas nesse sentido, vou destacar e fechar a discussão com *Um poema*, de Micheliny Verunschik (2018). Este poema demonstra a força e a potência da literatura diante de realidades como a nossa.

um poema é uma arma inútil:
numa guerrilha por exemplo
não embosca não dá bote feito cobra
um poema é uma arma inútil:
na trincheira por exemplo
não explode granada ou morteiro
um poema é uma arma inútil:
não serve de parede para o bunker
de baioneta para o fuzil,
não sufoca gás mostarda.

numa guerra um poema é quase nada
falta-lhe a contundência que é da arma
numa guerra um poema é quase nada
falta-lhe a potência de ferir que é da bala
numa guerra um poema é quase nada
falta-lhe o fio de metal que apunhala
numa guerra um poema é só palavra
chão amor amada
casa mãe beijo
bússola mapa
numa guerra um poema é só palavra
e isso basta.

Aqui, embora o poema possibilite uma série de leituras e compreensões, destaco apenas dois aspectos. O primeiro está nessa posição assumida pela literatura como ferramenta de potência da vida. O que podemos observar, por exemplo, a partir dos últimos dois versos: “numa guerra um poema é só palavra / e isso basta”. A poesia se revela uma arma, mas não é a arma que fere, oprime, tortura, silencia e mata. A poesia é uma arma que reafirma a vida, a solidariedade, a cooperação e a sociabilidade. Ela é uma arma que combate todas as armas que se impõem pelo uso da força física e psicológica, ou seja, por meio dos diferentes usos da violência. A força e a potência da poesia recusam qualquer tipo de violência, censura ou opressão. Elas adotam outros recursos. A linguagem. A potência da poesia – e da literatura – está na palavra, na capacidade crítica, combativa e emancipadora da linguagem. A opressão e a censura são as armas de regimes autoritários. O fascismo e as ditaduras latino-americanas são exemplos nesse sentido. O extermínio do outro e o controle de todas as instâncias da vida são as armas de regimes totalitários. Assim o foi com o nazismo, o fascismo e o stalinismo. O racismo é a arma do homem branco dominante. A homofobia é a arma do homem homossexual. O machismo é a arma da estrutura social patriarcal e misógina. A potência de ferir de uma bala ou de um tapa falta à poesia. Essa potência se manifesta pela relação dominante-dominado e resulta em violência, arbítrio, desumanização do outro e sua consequente anulação.

A potência da poesia é outra. Ela reafirma a vida, a liberdade, os direitos de cada indivíduo. A literatura se apresenta como potência de transformação social, política e cultural na medida em que essa possibilidade transformadora está na sua capacidade emancipatória e

reivindicatória. A literatura não procura anular nossa humanidade, nossa capacidade de empatia, solidariedade ou cooperação. Como revelam esses versos: “numa guerra um poema é só palavra / chão amor amada / casa mãe beijo / bússola mapa’. A princípio, a poeta parece jogar ali palavras de forma aleatória. Mas é justamente essa suposta aleatoriedade das palavras que demonstra que enquanto há guerra, extermínio, genocídio, ditaduras, fascismo, desigualdades, violências, há, por outro lado, a poesia – a literatura –, revelando, a todo instante, em todo lugar, que, enquanto tivermos as ferramentas da linguagem à nossa disposição, não iremos nos silenciar diante das ameaças autoritárias, reacionárias e fundamentalistas. Enquanto a linguagem estiver à nossa disposição, não iremos nos calar. Enquanto houver literatura, haverá resistência e luta. Enquanto houver arte, nossa humanidade não será totalmente roubada, sempre haverá esperança, empatia e solidariedade. E quando outra e outra pessoa for vítima da violência sistêmica, das desigualdades, do autoritarismo, a literatura estará à nossa volta para lembrar dessas vítimas e apontar o dedo em direção à arma que mata, silencia e ameaça.

Quando, outra vez, se levantar um movimento arbitrário, um líder fascista, um projeto de poder antidemocrático, a literatura denunciará esse movimento e nos convidará a usar nossos instrumentos sociais, políticos, ideológicos, discursivos e culturais a favor e em defesa da democracia, dos direitos humanos, da igualdade de oportunidades, de princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana. A realização dessas ações defensivas se dá não na literatura, mas no nosso dia a dia, nos espaços de debate público dos quais participamos. E é ao adentrar nesses espaços que não devemos ignorar a ameaça fascista. A literatura é uma abertura para essa reflexão. Uma possibilidade de compreensão estética e ética de um cenário distópico como o que hoje vivemos. Ela nos instiga, nos provoca, questiona, estabelece relações por meio de suas próprias ferramentas, nos convida a entrar no texto, mas não oferece nada prontamente dado. Não é uma receita. Não é um programa de governo. Não são normas jurídicas. E quando as normas jurídicas e os programas de governo não funcionarem não será a literatura a substituí-los. Quando a democracia estiver ameaçada, não será a potência da literatura que impedirá que figuras autoritárias estendam suas armas na nossa direção, contra nossa liberdade e contra os princípios do Estado democrático de direito.

A literatura pode ser a abertura para uma reflexão mais humana e igualitária. Ela é uma possibilidade para que nossos pulmões continuem oxigenando o sangue e movimentando os nossos sonhos, desejos, inspiração, expiração e lutas. As artes podem contribuir para que o ar entre em nossos corpos e realize seu processo natural quando a própria realidade o impedir. A literatura permanece à nossa volta à disposição para que a ela possamos recorrer. Para que

possamos nela identificar essas brechas deixadas e usá-las a nosso favor. A responsabilidade de transformação social, política e econômica está nas mãos dos agentes, de cada indivíduo. Professores podem transformar levando essas provocações da literatura para a sala de aula. A crítica literária pode transformar levando para os diferentes espaços de debate a potência da literatura, enfatizando essas dimensões estética e ética, e se afastando de qualquer jogo de vaidade ou malabarismos retóricos. Não parece ser esse o objetivo da literatura, nunca pareceu ter sido. Agentes de outros círculos sociais também podem transformar a realidade. Políticos e juristas, por exemplo, podem e devem assumir essa proposição da literatura de se pensar a sociedade ética e coletivamente, e, assim, podem interferir nos jogos de poder e interesses, se colocando de forma contundente contra o autoritarismo e as ameaças antidemocráticas. A literatura não tem força de norma, não se traduz em agenda de governo, não tem a contundência de uma arma. Ela nada impõe. A literatura é só palavra. Diante da ascensão do fascismo, a palavra – a linguagem – proposta pela literatura, sua potência, é suficiente; “numa guerra um poema é só palavra / e isso basta”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, fiz um percurso jurídico-sociológico das condições e eventos que levaram à formação do Estado democrático de direito no Brasil. E trouxe alguns elementos dos primeiros governos democráticos após a transição do regime ditatorial para um regime democrático, marcada pela Constituição Federal de 1988. Feita uma espécie de panorama histórico e político, passei a analisar, a partir da literatura brasileira contemporânea, os eventos políticos e históricos que se sucederam após as Jornadas de junho de 2013. Discuti, então, de que forma a literatura tem se servido de suas ferramentas estéticas e políticas para representar os eventos e acontecimentos a partir daí. Desde a reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff em 2014, seu *impeachment* em 2016, até a vitória de Jair Bolsonaro em 2018. Tudo isso parece ter nos tirado de uma recente democracia, ainda em consolidação, e nos levado para um cenário sociopolítico e econômico distópico, autoritário, reacionário e fundamentalista. Não bastasse tudo isso, fomos pegos de surpresa por uma pandemia mundial (2020-2021) que já impôs ao Brasil mais de meio milhão de mortos. Tratei de alguns desses elementos ao longo de toda a pesquisa sem abandonar a complexidade que eles apresentam.

Pensei a ascensão de regimes e governos autoritários e populistas na última década junto da narrativa literária. Abordei, também, algumas das implicações e problemáticas em torno das tensões entre democracia e neoliberalismo, e como o neoliberalismo tem se firmado na contemporaneidade como um sistema econômico que, além de se sobrepor as demais esferas da vida, é produtor de desigualdades sociais, econômicas e culturais. Consequentemente, as diversas manifestações de violência são igualmente resultados desses processos de desigualdade. Desde as violências sistêmicas-institucionais até chegarmos àquelas que se configuram no âmbito da vida privada. Fiz algumas considerações a respeito da relação entre literatura, ódio, violência e extermínio. A prática de extermínio que, inclusive, foi expandida durante os anos de 2020 e 2021 por meio de condutas governamentais que ignoraram os potenciais de letalidade do coronavírus e boicotaram de todas as formas as ações de controle de disseminação da doença. Debati, ainda, de que forma a atual conjuntura sociopolítica tem influenciado a produção literária. Um dos elementos que evidenciou esse movimento é a expressiva produção de romances brasileiros voltados para o gênero literário distopia.

Assim, a literatura, provocada por esse cenário distópico, tem igualmente criado um movimento de criação literária e artística que se volta para o gênero distopia. Dessa forma, partindo de conceitos fundamentais de distopia e utopia, analisei a produção literária brasileira

contemporânea distópica. Percebi que há uma especificidade na produção desse gênero literário na atual conjuntura sociopolítica brasileira. As distopias literárias, historicamente, produziram narrativas, quase sempre, orientadas por uma projeção em relação ao futuro, ou seja, o cenário sociopolítico, cultural e histórico presente nessas obras era uma expectativa distópica futura, algo que estava por vir. Hoje, diferentemente, a partir dos romances distópicos que analisei, notei que o gênero distopia, no Brasil, tem se voltado para o presente, uma vez que é na atualidade que esse cenário de ascensão de forças autoritárias, desigualdades e violências se produz.

Além disso, procurei concluir esta pesquisa com algumas proposições ou, pelo menos, com alguns movimentos que nos permitam, diante de realidades distópicas, autoritárias e violentas como a nossa, pensar o presente e buscar alternativas para essa conjuntura. A própria literatura tem se apresentado como uma ferramenta orientada por duas dimensões: estética e ética. O *corpus* desta pesquisa se firmou também sobre essas duas dimensões. Dissertei de que forma a literatura traduz a ideia de afetos biopolíticos como potência de vida. Analisei a importância das redes de solidariedade e cooperação diante de cenários de exclusão e violências impostas. E, por fim, apontei a, não menos importante, força da linguagem – literatura, poesia, música, artes como um todo – em momentos de ascensão de forças obscurantistas como essas que emergem no presente.

Meu objetivo foi e é o de estabelecer diálogos com produções intelectuais-acadêmicas que procuram compreender esses movimentos distópicos e autoritários do presente. Além de expor elementos estéticos das narrativas literárias selecionadas, me guiei também pelo interesse em colocar essa produção crítica como ferramenta discursiva contrária ao fascismo de ontem e hoje. Aqui, gostaria de voltar a duas citações já apontadas em capítulos anteriores desta dissertação. A primeira tem a ver com essa ideia de se utilizar os espaços de produção de conhecimento – espaço de privilégio, uma vez que somos produtores não só de conhecimento, mas também interlocutores discursivos e de pautas voltadas ao debate público – para denunciar e combater qualquer movimento político e social que se levante contra a democracia, contra direitos sociais e direitos humanos, contrário aos princípios básicos como igualdade e dignidade da pessoa humana.

A primeira citação é uma reflexão que o narrador Sebastián atinge num dado momento de *A ocupação* (2019).

Eu lia esses textos e não pensava no autor; pensava na própria literatura, ou pensava em mim. Com que força aquelas páginas me atingiam, incompreensivelmente talvez, quanto me submergiam em sua atmosfera de dor e desolação. Fazia tempo que a

literatura não produzia esse efeito em mim, não fugia de seus jogos cansativos, suas vaidades, seus engodos pueris. Fazia tempo que a literatura não se mostrava tão urgente e expressiva. A impressão não duraria nada, eu sabia, o instante logo se alongaria para dissipar sua intensidade. Ali julguei encontrar, ainda assim, um improvável ideal de escrita, e desejei que algum dia as páginas de Najati ocupassem as minhas (FUKS, 2019, p. 36).

A segunda citação que gostaria de retomar é de Umberto Eco:

Devemos ficar atentos para que o sentido dessas palavras não seja esquecido de novo. O Ur-Fascismo ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis. [...] O Ur-Fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o indicador para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo (ECO, 2010, p. 52).

Ambas trazem as duas dimensões do *corpus* literário desta pesquisa – estética e ética –, pelas quais também me orientei. Procurei manter a análise da complexidade e da dimensão estética das narrativas literárias aqui estudadas, a construção desses textos ficcionais, das personagens, a relação entre os diversos elementos que compõem um texto literário. E tentei fazer isso de forma rigorosa. Por outro lado, me atentei igualmente para a dimensão ética dessas narrativas e da minha própria produção acadêmica. Ressaltei o papel da literatura como potência de vida que pode atingir diversas esferas das nossas vidas. E, uma vez que estou preocupado com a inserção desta produção no presente, nas ameaças de agora, esta pesquisa se coloca como um caminho de denúncia das forças fascistas da atualidade. Essas forças, infelizmente, não são novidades. Elas acompanham o movimento da história e se atualizam de acordo com cada novo contexto. Por isso, também, esta pesquisa é uma proposta de reflexão para o futuro, num contexto que, talvez, quem sabe, um número maior de pessoas possíveis identifique essas formas de dominação, controle e exclusão, e passe a combatê-las de uma forma que não mais voltem a se introduzir na sociedade. Mantive, sim, todo o rigor teórico-crítico, mas não deixei de desmascarar nem de apontar o indicador para as novas formas do fascismo que se reconfiguram atualmente, especialmente no Brasil. E, como movimentos autoritários e reacionários se reformulam no tempo e no espaço, tentei manter a atualidade da discussão para que essa organização coletiva em prol da democracia e da garantia de liberdades e direitos seja uma luta constante e permanente, pois é também constante a presença de forças fascistas, opressoras e anuladoras de direitos. Assim, este é um trabalho contra os fascismos de ontem e de hoje que visa igualmente olhar para o futuro.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio *et al* (Org.) **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADORNO, Theodor W. **Teoria estética**. Tradução de Artur Morão. Reimp. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008.

_____. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Tradução de Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa e Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. 2. reimp. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Edson Bini. 4. ed. São Paulo: Edipro, 2018.

_____. **Política**. Tradução de Maria Aparecida de Oliveira Silva. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2019.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. 11. reimp. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.

_____. **Sobre a revolução**. Tradução de Denise Bottmann. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Sobre a violência**. Tradução de André de Macedo Duarte. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas v. 1. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CAETANO Veloso, Gilberto Gil – Sampa. CaetanoGilVEVO. **Youtube**. 20 mar. 2017. 3min01s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t4pl079t548>. Acesso em: 21 abr. 2020.

CAMPANELLA, Tommaso. **A Cidade do Sol**. Tradução de Carlo Alberto Dastoli. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARVALHO, Bernardo. **O último gozo do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CARVALHO NETTO, Menelick de; SCOTTI, Guilherme. **Os Direitos Fundamentais e a (In)Certeza do Direito**: a produtividade das tensões principiológicas e a superação do sistema de regras. 1. reimp. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. 1. ed. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

DADOUN, Roger. **A violência**: ensaio sobre o “Homo violens”. Tradução de Ana Gomes Soares. Portugal: Publicações Europa-América, 1998.

DALCASTAGNÈ, Regina. Nas tripas do cão: a escrita como espaço de resistência. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n.º. 29. Brasília, janeiro-junho de 2007, pp. 55-66.

DALCASTAGNÈ, Regina (Org). **Ver e imaginar o outro**: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea. Vinhedo: Editora Horizonte, 2008.

ECO, Umberto. O fascismo eterno. *In*: ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. Tradução de Eliana Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1 – A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 12. ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1988.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUKS, Julián. **A ocupação**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em Tempos de Violência**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.

GOMES, Marcos Emílio. **A Constituição de 1988, 25 anos - A construção da democracia & liberdade de expressão**: o Brasil antes, durante e depois da Constituinte. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente – modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto – Museu de Arte do Rio, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **A nova ordem**. São Paulo: Alameda, 2019.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAGE, Claudia. **O corpo interminável**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

LAUB, Michel. **Solução de dois Estados**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LUHMANN, Niklas. A Constituição como Aquisição Evolutiva. Tradução realizada a partir do original (“Verfassung als evolutionäre Errungenschaft”. In: **Rechtshistorisches Journal**. Vol. IX, 1990, pp. 176 a 220), cotejada com a tradução italiana de F. Fiore (“La costituzione come acquisizione evolutiva”. In: ZAGREBELSKY, Gustavo. PORTINARO, Pier Paolo. LUTHER, Jörg. **Il Futuro della Costituzione**. Torino: Einaudi, 1996), por Menelick de Carvalho Netto, Giancarlo Corsi e Raffaele De Giorgi. Notas de rodapé traduzidas da versão em italiano por Paulo Sávio Peixoto Maia (texto não revisado pelo tradutor).

MACIEL, Nahima. João Silvério Trevisan lança o livro ‘A idade de ouro do Brasil’. **Correio Braziliense**, Brasília, 08 jan. 2020. Diversão e Arte. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2020/01/08/interna_diversao_arte,819016/entrevista-joao-silverio-trevisan.shtml. Acesso em: 31 mar. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, Patrícia. **Gog Magog**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MORE, Thomas. **Utopia**. Tradução de Márcio Meirelles Gouvêa Júnior. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Tradução de Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt. Tradução para uso acadêmico. Em “**Reveu Française de Science Politique**, vol. 42, nº 1, fevereiro, 1992.

MOYLAN, Thomas. **Scraps of the untainted sky: science fiction, utopia, dystopia**. Estados Unidos: Westview Press, 2000.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

ORWELL, George. **1984**. Tradução de Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PAIXÃO, Cristiano. A construção do futuro: os 30 anos da Constituição de 1988. *In: Humanidades* (Brasília), v. 62, p. 103-109, 2018.

_____. Autonomia, democracia e poder constituinte: disputas conceituais na experiência constitucional brasileira (1964-2014). *In: QUADERNI FIORENTINI: per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 43, p. 415-460, 2014. Disponível em: <http://www.centropgm.unifi.it/cache/quaderni/43/0421.pdf>. Acesso em: 24 de março de 2020.

PAIXÃO, Cristiano; CARVALHO, C. P. O conceito de crise constitucional: esboço, delimitação e sua aplicação à história do Brasil República. *In: WEHLING, Arno; Siqueira, GUSTAVO; BARBOSA, Samuel. (Org). História do Direito: entre rupturas, crises e descontinuidades*. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018, v., p. 184-204.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. 2. reimp. São Paulo: Iluminuras, 2018.

PENNA, João Camillo. Estado de exceção: um novo paradigma da política?. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº. 29. Brasília, janeiro-junho de 2007, pp. 179-204.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha. Premissas e perigos de um constitucionalismo distópico: flexões à luz de Philip K. Dick. **ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 6, pp. 101-124, 2020.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Edson Bini. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2019.

PLENÁRIO Discursos – Aécio Neves faz seu primeiro discurso em Plenário após a campanha eleitoral. TV Senado. **Youtube**. 05 nov. 2014. 31min26s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DtduYs1zbAI>. Acesso em: 31 jan. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

SCHMITT, Carl. **Teoria de la Constitución**. Madrid: Alianza Editorial, 1996. Parte 1.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPINOZA. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo, 2018.

SWIFT, Jonathan. **Viagens de Gulliver**. Tradução de James Riordan. São Paulo: Ática, 2008.

TERRON, Joca Reiners. **A morte e o meteoro**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.

_____. **O riso dos ratos**. São Paulo: Todavia, 2021.

TIBURI, Marcia. **Sob os pés, meu corpo inteiro**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

THOMAZ, Paulo C. A gestão do abismo na literatura brasileira recente: a iminência do desastre em Bernardo Carvalho. **Catalonia**, v. 15, p. 1-8, 2014.

_____. Formulações do político e do econômico na contemporaneidade: os imigrantes de Luiz Ruffato e Sergio Chejfec. **Horizontes Sociológicos**, v. 3, pp. 63-71, 2014.

TORRES, Mateus Gamba. “Duas Marchas, um objetivo”: Os movimentos golpistas de 1964 e 2016 em imagens. **Religación: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 2, pp. 161-180, 2017.

TREVISAN, João Silvério. **A idade de ouro do Brasil**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2019.

VERUNSCHK, Micheliney. Um poema. **Etudes Lusophones**, Paris, 30 de outubro. 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. Tradução de Miguel Serras-Pereira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.